UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

WALLI LOEFFLER

Aspectos da indústria paranaense: 1930-1970

SÃO PAULO

2009

Aspectos da indústria paranaense: 1930-1970

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para cumprimento das disposições para obtenção do título de Mestre em História Econômica.

Aluna: Walli Loeffler

Orientador: Prof. Dr. Wilson do Nascimento Barbosa

São Paulo
2009

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas fizeram parte da trajetória desta pesquisa e a tornaram possível. A elas devo meus sinceros agradecimentos:

Ao Prof. Dr. Emanuel Soares da Veiga Garcia por me ter aceitado como orientanda, mas que infelizmente faleceu e não está mais presente para ver a conclusão da pesquisa.

Ao Prof. Dr. José Eduardo Marques Mauro, pela gentileza de emprestar uma vaga aguardando até que eu encontrasse um orientador.

Ao Prof. Dr. Wilson do Nascimento Barbosa, que na primeira oportunidade que foi liberada uma vaga assumiu a orientação, acabando com a minha aflição em ficar órfã de orientador. Rendo-lhe o especial agradecimento também pela paciência, comentários críticos, e colaboração, sem as quais a dissertação não estaria concluída.

Agradeço ao Prof. Dr. Lincoln Secco e ao Prof. Dr. Luiz Eduardo Simões de Souza, pelas sugestões e críticas como membros da banca examinadora e também por me ter presenteado com dois livros de bolso e ainda um CD com dados estatísticos do Paraná.

Ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica, pela possibilidade de formação e de aprimoramento acadêmico. Principalmente, ao Prof. Dr. Pedro Puntoni e a Profa. Dra.Vera Lúcia do Amaral Ferlini pela compreensão e pelas intervenções quando necessárias.

Agradeço ao CNPq pelo apoio financeiro, facilitando o encaminhamento da pesquisa.

Aos meus ex-professores que não mediram esforços em transmitir seus conhecimentos de maneira clara, objetiva e às vezes até lúdica, a fim de facilitar a aprendizagem.

Aos funcionários das bibliotecas e repartições públicas para as quais me dirigi como a Biblioteca Pública do Paraná; Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná; Arquivo Público do Paraná; Prefeitura Municipal de Curitiba; o IPPUC; Casa da Memória, Círculo de Estudos Bandeirantes; Junta Comercial do Paraná; FIEP; por toda colaboração e gentileza, ao pessoal da FIEP em especial ao Sr. Ivo Mezzadri que não mediu esforços para encontrar as pessoas certas para fazer as entrevistas, bem como em contactá-las. E, inclusive em São Paulo, aos funcionários da Biblioteca Florestan Fernandes, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, bem como a da Faculdade de Economia e Administração e também a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e a FIESP, em São Paulo.

Aos entrevistados, que dispuseram de seu tempo para responder a um longo questionário, inclusive ultrapassando-o com complementações interessantes.

Aos amigos e colegas, que trilharam comigo as conquistas e as dificuldades de se elaborar uma dissertação, me apoiando, incentivando e proporcionando descontração nas horas de lazer.

À Priscila, por elaborar os gráficos e arrumar algumas tabelas.

A meus pais e irmãos pelo apoio, afeto e paciência para comigo.

A minha irmã Elfi e esposo, que não mediram esforços em me ajudar na elaboração dos dados e em organizar as tabelas da pesquisa e que sempre foram muito prestativos.

A minha filha Andiara, pela ausência e estímulo que sempre me tem dispensado.

A minha prima Ana Maria, por ter corrigido e comentado parte desta pesquisa.

Cabe-me, ainda, agradecer a todos que, de uma forma ou outra, contribuíram para a realização desta dissertação. Igualmente, salienta-se que as lacunas e inconsistências da mesma são de exclusiva responsabilidade da autora.

Muito Obrigada!

São Paulo, 20 de janeiro de 2009.

SUMÁRIO

Pág.

Lista de Siglas..... 6
Lista de Tabelas..... 8
Resumo..... 9
Introdução..... 10

Capítulo I – Aspectos gerais e o início da indústria em Curitiba..... 32
- O surgimento de Curitiba..... 32
- Curitiba: origens e fundação..... 34
- Vegetação paranaense – o pinheiro, árvore símbolo de Curitiba e do Paraná..... 36
- Hidrografia..... 38
- Aspectos geográficos..... 39
- Breve relato histórico do contexto socioeconômico de Curitiba..... 39
- Origem do capital industrial em Curitiba..... 43
- A erva-mate no Paraná e sua decadência..... 46
- Os pioneiros no setor ervateiro..... 50
- O setor madeireiro no Paraná..... 53
- Madeireiros importantes em empresas pioneiras..... 57
- A questão dos transportes..... 60
- A energia elétrica..... 62

Capítulo II – A indústria paranaense e sua expansão nos anos (19)40..... 64
- Introdução..... 64
- Os diferentes ramos industriais..... 66
- Aspectos da produção industrial..... 73
- Dificuldades do pós-guerra..... 80
- Intensificação industrial..... 83
- A função de produção..... 88
- A força da industrialização substitutiva paranaense..... 94
- Dificuldades e oportunidades..... 102

Capítulo III – A indústria paranaense e sua expansão nos anos (19)50..... 104
- Introdução..... 104
- O ambiente brasileiro..... 106
- A produção industrial nos anos (19)50..... 113
- A evolução industrial dos anos (19)50..... 123
- Funções de produção nos anos (19)50..... 131

Capítulo IV – A década de 1960..... 138
- Introdução..... 138
- A industrialização e a urbanização a partir de 1960 em Curitiba..... 140
- A influência dos órgãos públicos para o desenvolvimento do Paraná..... 143
- Novas perspectivas para a industrialização paranaense mediante planejamento..... 146
- O papel da pequena e média empresa no Paraná..... 149

Considerações Finais..... 153
Bibliografia..... 156
Anexos..... 161
Apêndices..... 164

LISTA DE SIGLAS

ACP - Associação Comercial do Paraná

BADEP - Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNH - Banco Nacional de Habitação

CACEX – Carteira do Comércio Exterior

CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina

CEXIM – BB - Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil

CFCE - Conselho Federal de Comércio Exterior

CFP - Comissão Federal de Preços

CIB - Centro Industrial do Brasil

CIC - Cidade Industrial de Curitiba

CME - Coordenação da Mobilização Econômica

CNE - Conselho Nacional de Estatística

CODEPAR - Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná

COFITRA – Centro de Orientação Fiscal às Empresas

COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba

COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica

DEE - Departamento Estadual de Estatística

DET - Departamento Estadual do Trabalho

DIT – Divisão Internacional do Trabalho

EF - Édito de Falência

FDE - Fundo de Desenvolvimento Econômico

FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná

FIPEME – Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa

GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio (criado em 1947)

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPEA- Instituto de Pesquisa e Estudos Aplicados

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

JC - Jornal do Comércio

ORTNs – Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional

PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo

PLADEP – Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná (criado em 1955)

PIB - Produto Interno Bruto

PNB - Produto Nacional Bruto

PO - Publicação Oficial

POC – Programa de Operações Conjuntas (criado em 1974)

PRDE- Programa Regional de Desenvolvimento Econômico

PROEI- Projeto Técnico Econômico dos Eixos Industriais do Paraná

RD - Relatório de Diretoria

RMC - Região Metropolitana de Curitiba

SAGMACS- Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas às Ciências Sociais

URBS – Urbanização de Curitiba S/A

VTI - Valor de Transformação Industrial

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Produção de erva-mate em quilos de 1928 a 1951..... 47
Tabela 02 – Paraná: valor da produção em cruzeiros nominais ajustados de 1939 a 1950..... 66
Tabela 03 – Paraná: valor da produção em cruzeiros nominais ajustados de 1939 a 1950..... 67
Tabela 04 – Paraná: valor da produção em cruzeiros nominais ajustados de 1939 a 1950..... 68
Tabela 05 – Paraná: estimativa do número de estabelecimentos incluídos na amostra por tipo de atividade – 1939-1950..... 70
Tabela 06 – Paraná: estimativa do número de estabelecimentos incluídos na amostra por tipo de atividade – 1939-1950..... 71
Tabela 07 – Paraná: estimativa do número de estabelecimentos incluídos na amostra por tipo de atividade – 1939-1950..... 73
Tabela 08 – Paraná: estimativa do número de estabelecimentos incluídos na amostra por tipo de atividade – 1939-1950..... 74
Tabela 09 – Paraná: valor da produção, da folha salarial e do lucro por ramo de atividade – 1939-1950..... 75
Tabela 10 – Paraná: valor da produção, da folha salarial e do lucro por ramo de atividade – 1939-1950..... 77
Tabela 11 – Produto relativo do Brasil: 1930 a 1939..... 78
Tabela 12 – Paraná: valor da produção, da folha salarial e do lucro por ramo de atividade – 1939-1950..... 78
Tabela 13 – Paraná: valor da produção, da folha salarial e do lucro por ramo de atividade – 1939-1950..... 80
Tabela 14 – Paraná: valor da produção, da folha salarial e do lucro por ramo de atividade – 1939-1950..... 81
Tabela 15 – Paraná: valor da produção, da folha salarial e do lucro por ramo de atividade – 1939-1950..... 83
Tabela 16 – Paraná: valor da produção, da folha salarial e do lucro por ramo de atividade – 1939-1950..... 84
Tabela 17 – Paraná: valor da produção, da folha salarial e do lucro por ramo de atividade – 1939-1950..... 85
Tabela 18 – Paraná: valor da produção, da folha salarial e do lucro por ramo de atividade – 1939-1950..... 87
Tabela 19 – Funções de Produção. Paraná. Valores nominais ajustados – 1939-1950..... 90
Tabela 20 – Produção industrial. Paraná e Brasil. Valores nominais ajustados – 1919-1940..... 94
Tabela 21 – Limites e responsabilidade dos estabelecimentos bancários: 1957-1959..... 99
Tabela 22 – Paraná. Consumo de certos derivados do petróleo..... 102
Tabela 23 – Curitiba. Números: Índice do Custo de Vida..... 102
Tabela 24 – Curitiba. Números: Índice do Custo de Vida média do Brasil..... 103
Tabela 25 – Paraná: estimativa do número de estabelecimentos incluídos na amostra por tipo de atividade – 1950-1962..... 105
Tabela 26 – Paraná: estimativa do número de estabelecimentos incluídos na amostra por tipo de atividade – 1950-1962..... 107
Tabela 27 – Paraná: estimativa do número de estabelecimentos incluídos na amostra por tipo de atividade – 1950-1962..... 109
Tabela 28 – Paraná: estimativa do número de estabelecimentos incluídos na amostra por tipo de atividade – 1950-1962..... 111
Tabela 29 – Paraná: valor da produção, da folha salarial e do lucro por ramo de atividade – 1950-1962..... 113
Tabela 30 – Paraná: valor da produção, da folha salarial e do lucro por ramo de atividade – 1950-1962..... 115
Tabela 31 – Paraná: valor da produção, da folha salarial e do lucro por ramo de atividade – 1950-1962..... 117
Tabela 32 – Paraná: valor da produção, da folha salarial e do lucro por ramo de atividade – 1950-1962..... 119
Tabela 33 – Paraná: valor da produção, da folha salarial e do lucro por ramo de atividade – 1950-1962..... 121
Tabela 34 – Paraná: valor da produção, da folha salarial e do lucro por ramo de atividade – 1950-1962..... 123
Tabela 35 – Paraná: valor da produção, da folha salarial e do lucro por ramo de atividade – 1950-1962..... 125
Tabela 36 – Paraná: valor da produção, da folha salarial e do lucro por ramo de atividade – 1950-1962..... 127
Tabela 37 – Paraná: valor da produção, da folha salarial e do lucro por ramo de atividade – 1950-1962..... 129
Tabela 38 – Funções de produção. Paraná – 1950-1962..... 131
Tabela 39 – Funções de produção. Paraná – 1939-1962..... 132
Tabela 40 – Elasticidade dos principais ramos industriais. Paraná..... 136
Tabela 41 – Investimentos estaduais em energia elétrica e rodovias – 1961-1966..... 145
Tabela 42 – Estrutura de investimento no SAPE..... 151

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Gráficos de 01 a 05 – Estabelecimentos industriais fundados em Curitiba nas quatro décadas..... Ap.
Tabelas de 01 a 04 – Totais Gerais em porcentagem das empresas em Curitiba, durante as quatro décadas.. Ap.
Tabela 5 - Estabelecimentos licenciados por alvarás da P.M.C. nas décadas de 1930 a 1960..... Ap.
Quadros 01 a 07 – Tipos de estabelecimentos de indústrias licenciados por Alvarás da Prefeitura M. de Curitiba na década de 1930..... Ap.

Resumo

Esta pesquisa investiga a gestação das indústrias do Paraná, particularmente o município de Curitiba, por ser o pólo industrial e a capital do Estado. O estudo começa na década de (19)30, quando o Brasil ingressa em uma nova etapa – a de industrialização substitutiva. Dá-se a passagem da acumulação sobre o comando do capital mercantil ao capital industrial, porém nas condições do capitalismo tardio. Através de um processo de industrialização generalizada, baseada em pequenos capitais e gradual participação das empresas portadoras de capital mercantil, sustentou-se um processo de industrialização substitutiva, nas décadas de (19)40 e (19)50. Nos anos (19)60, quando chega ao fim a industrialização substitutiva, o processo industrial do Paraná foi realocado para uma função complementar a da mais vigorosa industrialização paulista.

Palavras-chave: Industrialização; frentes de colonização; erva-mate; madeireiras; urbanização; crescimento da renda; movimentos populacionais.

Abstract

This investigation deals with the industrialization process in Paraná, (XX century), particularly on Curitiba's grand. The study begins in the 30's, when Brazil entered the period of substitutive industrialization. Then occurred a change from mercantile sources of accumulation to industrial ones. This was performed under the limits of backwarded capitalism. Substitutive industrialization brought with a generalized industrialization process, which in Paraná was based on small amounts of capital from small businessmen that slowly obtained the support of mercantile sources. This, substitutive industrialization moved through the 40's and 50's. In the years of (19)60 the substitutive industrialization came to an end. Then, the process of industrialization in Paraná was reallocated as a complementary function of the vigorous industrialization in São Paulo.

Key-words: industrialization; colonization front; tea-mate; timber-corporations; urbanization; income growth; population movements.

Introdução

Este trabalho de investigação histórica versa sobre o estudo da evolução da indústria paranaense, com alguma ênfase na capital, que representa o principal pólo econômico do Estado. A pesquisa empírica, relativa aos alvarás de funcionamento da Prefeitura Municipal de Curitiba, foi elaborada em seus arquivos que se encontravam parte em suas dependências e outra, em documentos mais antigos na Casa da Memória. Uma vez que se tratava de documentos raros, era preciso solicitar com três dias de antecedência para retirá-los da câmara fria, para só então ter acesso aos livros. Isso requeria muito cuidado em seu manuseio, com o uso de luvas. A pesquisa foi árdua devido ao fato de os livros dos alvarás de licença possuíam tanto os registros do comércio como os da indústria. Adotou-se como critério o nome dos estabelecimentos, o ramo, o ano de abertura e seu eventual cancelamento. Consideraram-se a construção civil e as oficinas de consertos como elementos de análise para a pesquisa. Esta última, aliás, foi a que apresentou o número mais expressivo durante as décadas em questão. É imprescindível informar que estes dois ramos não foram considerados nos censos, portanto não se poderá confrontar estes dados com os recenseamentos, devido a este detalhe. O resultado do setor de construção civil foi publicado separadamente, por isto não consta do censo de 1960. É importante ressaltar que houve falha de computação neste censo e que, em 1930, não se realizou qualquer recenseamento em termos de Brasil.

No que diz respeito ao conceito de **estabelecimento industrial:** é a unidade de produção em que são obtidos um só produto ou produtos conexos, com o emprego das mesmas matérias-primas ou a utilização dos mesmos processos industriais. A cada estabelecimento corresponde, na maioria dos casos, uma unidade física ou unidade local (fábrica, usina, mina, pedreira, serraria etc.). Assim, no que se refere ao número de indústrias, a contagem foi feita a partir do número de estabelecimentos industriais, e não foram consideradas alterações posteriores, como mudanças de ramo, de fusão ou criação de mais um ou vários ramos industriais.

Quanto aos cancelamentos das indústrias, ressalta-se o fato de não se tratar dos cancelados durante cada década, mas abrangendo o período que vai até o fim da década de 1970 ou 1980, época em que se mudou o local dos livros de alvarás. Outro detalhe fábricas que foram canceladas, ou que tiveram duração igual ou inferior a seis meses foram ignoradas, o que aconteceu algumas vezes.

Não se analisou o porte das indústrias, uma vez que, no registro dos alvarás da Prefeitura, havia apenas o pagamento de uma taxa de expediente que variava conforme a

dimensão da empresa e, talvez, pela sua localização. Observou-se que as menores taxas se registravam nas fábricas de barricas, por serem artesanais e para os vendedores ambulantes, os quais algumas vezes ficaram isentos de pagamento de taxa de licença da Prefeitura.

As séries de estabelecimentos foram ordenadas por qüinqüênio e década, também foram elaborados gráficos, a fim de se verificarem as tendências industriais em cada década, bem como no período em questão.

Quanto ao tipo, do estabelecimento industrial classificam-se em:

Particular – Individual ou pessoal – onde havia apenas o nome do proprietário que, sozinho, se responsabilizava pela firma, seus lucros ou perdas da mesma. Também denominada de **Familiar**, uma vez que o proprietário juntamente com sua família é que trabalhava na fábrica.

& CIA. - "As sociedades de pessoas individualizam-se por uma firma, ou razão social, composta de nomes, ou parte de nome, de seus sócios, com o aditamento & Companhia".[1]

Sociedade – Sociedades Civis estabelecem-se entre duas ou mais pessoas que se obrigam a contribuir para a formação de um capital, de cujos resultados, os lucros, participam todos os sócios. Diz respeito à denominação por razão social,

Ex.: Irmãos Thá – Solidária de nome coletivo.

LTDA. – As sociedades de responsabilidades limitadas são sociedades de capitais que se constituem pela forma de um capital, para o qual contribuem as pessoas que entram para a sua composição de caráter capitalista, sendo a responsabilidade de seus sócios, em regra, limitada, ao capital subscrito. Apresentam cotas de responsabilidades limitadas.

S. A. - Sociedades Anônimas. A partir de 1976 não há mais necessidade de possuir 7 sete sócios, mas apenas 2 dois, a partir da nova Lei das Sociedades Anônimas, Lei n. 6704 de 15/06/1976. Seu capital é conseqüente da emissão de ações, As S.A. são as mais vantajosas. Caso a indústria não tenha êxito, ela não abrange os bens de raiz de família. Antigamente as sociedades anônimas vinham precedidas de CIA assim como: CIA Titan de Terraplenagem ou CIA Caeté S/A. Devem apresentar estatuto, constituição, atas e publicação dos balanços. É nas sociedades anônimas que se encontram as multinacionais.[2]

A presente pesquisa foi também elaborada com os dados coletados em vários órgãos públicos, tanto em Curitiba quanto em São Paulo.

Na Biblioteca Pública do Paraná, consultaram-se vários livros pertinentes ao assunto em questão, bem como se fotografaram alguns relatórios e mensagens importantes para a

[1] Plácido de SILVA. *Vocabulário Jurídico.* Vol.II D-I, São Paulo: Florence, 1961, p. 1465.
[2] Idem.

pesquisa. Devido ao fato de o material ser datado de 1930 a 1960, e considerado obra rara, a fotocópia é proibida. Contudo, foi possível fotografá-los, porém sem o *flash*. No início, ocorreu um problema com a memória instalada na máquina fotográfica, e, assim, das 140 fotos só foram gravadas as 12 primeiras; as demais foram perdidas e tiveram de ser refeitas. O incidente, no entanto, só foi notado no Arquivo Público do Paraná, consecutivamente houve uma tentativa de retorno para que se verificasse como haviam ficado as fotos recentes dos relatórios e das mensagens, mas isto não foi possível. Portanto, precisou-se retornar nestes dois locais, a fim de obter esse material novamente. Na Biblioteca Pública do Paraná, pesquisou-se ainda no jornal "O DIA", embora se tenha encontrado pouco material, exceto sobre a erva-mate, madeira e problemas relativos à ferrovia. Quanto ao frete no Paraná, referendou-se que era o mais caro da região Sul, motivo pelo qual, principalmente a erva-mate, era transportada por via fluvial e/ou por Santa Catarina. A pesquisa no jornal foi bastante exaustiva, uma vez que se tratava de microfilmes, que exigiu muita atenção. Aqui também foram feitas fotografias do material, de modo cauteloso, a fim de evitar claridade na hora de bater a foto.

No IPPUC (Instituto Paranaense de Projetos Urbanísticos de Curitiba) conseguiu-se coletar dados sobre a evolução da cidade de Curitiba, foram selecionados alguns mapas para a melhor visualização da expansão da cidade e, principalmente da CIC- Cidade Industrial de Curitiba. Pretendeu-se fazer um mapa com as principais fábricas fundadas na década de 1930, mas, devido a problemas de modificação das ruas como relativo à sua extensão, nomes e até à sua numeração que foi mudada pelo menos três vezes, desistiu-se de tal idéia.

Quanto aos incentivos fiscais, não se conseguiu obter os dados referentes às décadas de 1930 e 1940; o problema era que ninguém sabia onde encontrar esses dados. Houve quem alegasse que esses dados se encontravam na Casa da Memória; mas, como na época ela se encontrava fechada para classificar o material, foi necessário esperar sua abertura. Todavia, os dados não foram encontrados sobre esse assunto. Portanto, a próxima etapa do trabalho foi ir ao Arquivo Público do Paraná. A consulta, porém, foi dificultada, uma vez que era preciso ter em mãos o número da lei ou decreto, para só então poder consultá-los. Assim, a pesquisa tornou-se inviável.

Inicialmente, dirigiu-se para o arquivo da Prefeitura; porém lá só se encontraram documentos mais recentes (pós-1970). Dessa forma, por falta de dados, não se conseguiu levar a termo a pesquisa referente aos incentivos fiscais. Estes dados, que datam de 1950, podem ser encontrados no "site" da Prefeitura Municipal de Curitiba; mas como não se conseguiram os anteriores, não se realizou a busca dos mesmos.

Em São Paulo, consultou-se a Biblioteca Florestan Fernandes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, assim como a da Faculdade de Economia e Administração, ambas da Universidade de São Paulo. Houve alguns contratempos, como quando os computadores ficaram sem o sistema, deste modo, houve a necessidade de se consultar no fichário antigo ou manual. Porém os dados não estavam todos eles atualizados. Em ambas as bibliotecas não se obtiveram os dados referentes aos censos paranaenses; apenas foram encontrados alguns tópicos aleatórios sobre o assunto.

No final, optou-se por pesquisar na sede paulistana do IBGE os dados referentes aos censos industriais das décadas de 1940, 1950 e 1960, relativos aos diferentes ramos industriais no Paraná, com ênfase na produtividade, no capital, e nos salários pagos. Estes foram os dados mais utilizados, bem como os principais órgãos consultados e apesar de alguns percalços, foram obtidos dados que se julgam necessários para a pesquisa.

Mas o que se entende por indústria?

Conforme Paulo Sandroni trata-se de um conjunto de atividades produtivas que se caracterizam pela transformação de matérias primas, de modo manual ou com auxílio de máquinas e ferramentas no sentido de fabricar mercadorias, vai desde o artesanato voltado para o auto-consumo até a moderna produção de computadores e instrumentos eletrônicos. A indústria contemporânea caracteriza-se pela produção em massa nas fábricas, nas quais os objetos padronizados resultam de mecanização e automação do processo produtivo. Destaca-se pela racionalização do trabalho, objetivando uma maior produtividade e o máximo rendimento das máquinas. Verificaram-se mudanças radicais, principalmente, na estrutura da direção e da propriedade das indústrias; as sociedades anônimas que se tornaram a forma mais freqüente de propriedade e a organização do processo produtivo passaram à responsabilidade de um corpo de técnicos administradores, ao qual cabe realizar o planejamento da produção, e de seus investimentos. Nos países industrializados, muitas empresas perderam seu caráter local, tornam-se grandes corporações multinacionais. As indústrias distinguem-se em vários ramos tendo em vista os bens que produzem, assim, há as **indústrias de bens de capital** ou de bens de produção (máquinas, equipamentos), **indústrias de bens intermediários** (matérias-primas para outras empresas) e as **indústrias de bens de consumo** (artigos de utilidade individual ou familiar); são indústrias tradicionais ou de trabalho intensivo que usam

tecnologia atrasada; e as indústrias modernas ou de capital intensivo com tecnologia sofisticada, mão-de-obra especializada e elevada taxa de investimento por pessoa empregada.[3]

O período abordado será o das décadas de 1930 a 1960, ou seja, o surgimento de indústrias, antes do *boom* industrial que se verificou principalmente a partir de 1972, por ocasião da criação da Cidade Industrial de Curitiba, também denominada de CIC.

Convém ressaltar que a década de 1930 foi importante para a economia brasileira por se tratar de um período de transição entre uma economia agrária e outra industrial. Período no qual se iniciou a desagregação da sociedade tradicional e a ascensão de uma nova classe social, a dos industriais.

O período será analisado, considerando-se o contexto da época, observando-se as tendências e deficiências na vida econômica brasileira, com realce especial para o município de Curitiba, que se apresenta como o centro das decisões econômicas no Estado. Quanto às perspectivas de desenvolvimento industrial, a região de Curitiba era a região que apresentava os fatores mais favoráveis a um processo industrializante.

Verificou-se que a capital paranaense, pólo administrativo desde o fim do século XIX, apresentava uma indústria incipiente. Ou seja, pequenas fábricas também denominadas de caseiras, ou de fundo de quintal, que apresentavam um reduzido número de empregados, uma vez que eram quase exclusivamente de cunho familiar.

Hoje Curitiba é lembrada como cidade-modelo por apresentar uma boa organização do espaço urbano, um bom nível de vida da maioria da população, que se preocupa com a preservação ambiental (consegue manter uma boa área verde de 50m² por habitante e, a partir da década de 1970, investiu-se pesado no setor secundário). Ocupando uma área de 432,14 km², a cidade conta com uma população, de mais de um milhão e meio de habitantes, em sua maioria, descendentes de imigrantes italianos, poloneses, alemães, ucranianos, japoneses, sírio-libaneses e outras etnias.

Curitiba, até a década de 1960, possuía uma economia baseada em grande parte no comércio e nos serviços secundários e para fortalecer a capital no cenário econômico paranaense, investiu no projeto da criação da cidade industrial de Curitiba (CIC), que atualmente se destaca como um dos mais modernos e diversificados centros produtivos do Brasil. Trata-se de um empreendimento de sucesso que hoje conta com tecnologia de ponta, apresenta produtos estratégicos e empregos de alta qualificação. Todavia, inicialmente, foi a CODEPAR e posteriormente o BADEP, que tiveram participação no financiamento às

[3] Paulo SANDRONI. *Dicionário de Economia*: *Consultoria de Paulo Sandroni*. São Paulo: Abril Cultural, 1985, p.170.

atividades industriais no Paraná e merecem destaque porque detectaram a importância da infra-estrutura, que também financiou.

Sabe-se que para que um país possa ser considerado desenvolvido é de suma importância que possua grande desenvolvimento industrial.

Dos países da América Latina, o Brasil foi o terceiro país que reuniu condições favoráveis para a transição, ou seja, para o início da industrialização. O café produzido de forma extensiva favoreceu a construção de uma importante infra-estrutura de transportes. Havia escassez de mão-de-obra no início, mas o monopólio da terra ocasionou o estabelecimento de taxas de salário baixas. O acesso à terra foi usado para atrair, principalmente, imigrantes europeus.

A industrialização brasileira esteve, desde o início, vinculada à economia de exportação, ao mercado mundial e à divisão internacional do trabalho. Valeu-se da crise de 1929, das duas guerras mundiais e de certo nacionalismo. Este último impulsionou o processo de industrialização, sobretudo visando a manutenção do equilíbrio da balança de pagamentos. Observou-se que havia uma ligação entre a agricultura e a indústria; mesmo que conflitante muitas vezes, o setor industrial foi complementar e não, propriamente alternativo ao setor de exportação. O café serviu para auxiliar a indústria e incentivou o mercado interno pré-existente à indústria. Assim, tudo leva a crer que a indústria se tornou mais lucrativa e se expandiu mais depressa com a maior venda do café.[4] Mesmo porque, com este dinheiro, conseguiu-se angariar fundos para comprar ferramentas e máquinas para a indústria. Convém ressaltar que na década de 1930, o presidente Getúlio Vargas trocava café por maquinário da Alemanha. A Divisão Internacional do Trabalho, embora sofrendo a dependência do capital internacional, permitiu aos países periféricos, como o Brasil, através da contradição manifestada no desequilíbrio externo, explicar o seu próprio desenvolvimento.[5] A crise de 1929, que acarretou a perda do dinamismo do setor exportador, estimulou as indústrias, no sentido de substituição de importações e permitiu a manutenção das taxas de crescimento da economia nacional. Durante a Primeira Guerra Mundial foi despertada a consciência do Brasil para o seu futuro industrial. Houve o crescimento de certo número de empresas de pequeno porte, demonstrando-se assim, que a indústria não era um fenômeno emergente de curto prazo, mas que veio para ficar.

---

[4] Warren DEAN. *A industrialização de São Paulo. (1880-1945)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971, p. 93.

[5] Sérgio SILVA. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.* São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 108 e 109.

No Paraná, com a decadência da produção ervateira, os produtores viram–se obrigados a dar realce a outras atividades que vinham ao encontro da diversificação industrial, atendendo às necessidades de crescimento da região. Alguns ervateiros que possuíam vários ramos industriais passaram a investir em outras indústrias, melhorando a organização das mesmas, mediante ao uso de técnicas mais avançadas, passando assim das indústrias familiares tradicionais, muitas vezes, para pequenas indústrias dinâmicas, adaptando-se à economia moderna emergente.[6]

No período da Segunda Guerra Mundial, diante das dificuldades de importação de produtos intermediários, a ação estatal dirigiu-se em um sentido pioneiro, isto é, para a instalação da indústria pesada mediante empresas públicas. Inicialmente, implantaram-se indústrias básicas como a extração do carvão mineral e a siderurgia. No Paraná, devido ao não suprimento de matérias-primas básicas como o cimento, criaram-se condições para que este produto fosse substituído pela produção nacional a partir da década de 1940. Todavia na década seguinte houve um verdadeiro *boom* da construção civil, ainda houve necessidade da importação de cimento. Posteriormente, o leque foi se abrindo, com o surgimento de mais outras indústrias básicas, principalmente no eixo Rio de Janeiro /São Paulo, que abastecia o Paraná.

A cafeicultura foi responsável pela introdução de rodovias de transporte, permitindo a circulação de produtos.Além disso, também foi responsável por um maior intercâmbio comercial e internacional, tanto na exportação de café como nas importações de artigos estrangeiros, prejudicando em certa medida a incipiente indústria nacional.

Com a crise de 1929, os preços caíram aceleradamente e houve ainda redução nas compras de matérias primas por parte dos países industrializados, o que agravou a crise no Brasil. Apesar disso, em vez de parar de produzir, este fato obrigou o empresariado a produzir mais e aperfeiçoar suas técnicas, uma vez passada a crise. Portanto, despertou o setor empresarial, o que se pode notar pela diversificação industrial gerada a partir deste período. A crise, até certo ponto, favoreceu o processo industrial brasileiro, porque os fazendeiros passaram a empregar parte de sua renda na indústria. Por outro lado, a desvalorização da moeda nacional conseguiu incentivar a fabricação de produtos antes importados. Houve o aumento do seu preço e muitos se tornaram inacessíveis à maioria da população.

No início da década de 1960, um dos pontos básicos da política do governador Ney Braga foi o incremento da industrialização. Com os lucros advindos da economia cafeeira, o

[6] Celso FURTADO. *La economia latino americana desde la conquista ibérica hasta la revolucion cubana*. 4. ed. México, Editores S/A, 1973, p.101-102.

governo do Estado do Paraná pôde desenvolver novas obras de infra-estrutura, indispensáveis para a industrialização paranaense e em especial de Curitiba. Portanto, a industrialização era considerada a forma mais eficaz de captar os capitais excedentes gerados pelo café e dar uma base sólida ao progresso do Estado. O governador Ney Braga assim se expressou: "*Uma economia mista baseada na pluralidade industrial e agrária, dará ao Paraná e a seu povo as possibilidades de progresso e bem estar que lhe desejamos.*"[7] Também elaborou-se o "Plano de Desenvolvimento do Paraná,"onde se fizeram estudos dos problemas da economia paranaense, o que, por certo contribuiu para a criação da Cidade Industrial de Curitiba, na década de 1970.

Acredita-se que a economia agrário-exportadora legou parte de sua renda para a criação de uma infra-estrutura econômica básica em transporte, energia elétrica e outra parte investida em indústrias. Porém, apenas em algumas regiões do Paraná, que apresentavam condições para tal, como capital, recursos naturais, mercado consumidor, mão-de-obra, espírito empresarial etc. Em Curitiba, esses itens se apresentaram principalmente após a grande crise cafeeira, ou seja, na década de 1960. No entanto, como se vê neste estudo, a industrialização paranaense já se encontrava em marcha nos anos 50.

Para melhor compreender os problemas relativos ao setor secundário no Paraná, levou-se em consideração os estudos elaborados pelo órgão CODEPAR, desde a sua criação em 1962, que em 1968 foi transformada em BADEP – Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná, fazendo investimentos reprodutivos diretamente no financiamento às atividades industriais, bem como na produção de energia elétrica e o financiamento aos meios de transportes.

Devido a questões competitivas, passou-se a privilegiar o grande capital, a grande empresa, em detrimento dos pequenos empreendimentos, que eram o objetivo inicial do órgão, enquanto CODEPAR.

No Paraná, o setor secundário encontrava-se vinculado ao setor primário, funcionando como seu complemento. Eram atividades de beneficiamento ou atividades de produtos agrícolas e florestais. Eram estes ramos os mais integrados ao mercado nacional; alguns deles cresceram até a década de 1960. A produção de bens não duráveis estava quase que completamente voltada para o mercado interno. Assim, alguns ramos desenvolveram-se posteriormente ao aceleramento do processo de integração da economia nacional e tenderam a contrair-se, à medida que o mercado paranaense foi sendo disputado pela produção originária

[7] MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3a. Sessão ordinária da 4ª Legislatura pelo Sr. Ney Amintas de Barros Braga, governador do Estado. Curitiba-Paraná. 1961, p.7.

do pólo dinâmico brasileiro.[8] No entanto, também no Paraná foram aproveitadas oportunidades pela industrialização substitutiva nos anos 40 e 50.

Caracterização da situação-problema

A indústria brasileira nasceu da trama da economia agrária exportadora. A partir da crise de 1929-1932 ocorreu a superação do modelo tradicional da economia. Isso se deu pela passagem da dinâmica do setor primário-exportador para o de industrialização, mediante a substituição de importações.

Tal fato ocorreu apenas onde houve pré-condições à industrialização, tais como: algum capital para investimentos; a infra-estrutura; a mão-de-obra; e a oportunidade de mercado. Estas foram as condições que possibilitaram a mudança do pólo dinâmico da economia para a manufatura.

No Paraná, especialmente em Curitiba, ao final do século XIX, verificou-se uma crescente imigração de alemães e, posteriormente de italianos, ucranianos, poloneses e outras etnias. Com eles, formou-se uma camada média urbana, proveniente de artífices, pequenos industriais, comerciais e mesmo profissionais liberais[9]. Porém, no que se refere à expansão do setor secundário a imigração não chegava a ser relevante. Isso porque a população local ocupava-se com a extração e exportação de erva-mate e madeira e, posteriormente, do café e da soja.

Ao final da década de 1920, no Paraná, a erva-mate foi sendo relegada a segundo plano. Com a queda do setor ervateiro, a madeira em parte se viu restringida, uma vez que era utilizada para a fabricação de barricas para acondicionar a erva a ser exportada.[10] Apesar de a madeira começar a ser exportada para a Europa a partir de 1935, ainda havia o problema da falta de estradas ou de sua má conservação, dificultando o transporte até o porto de Paranaguá, ou mesmo para o interior do Estado.

Com efeito, o Paraná ficou marginalizado na oferta, industrialmente. Talvez lhe faltassem variáveis como: capital, infra-estrutura, mão-de-obra, espírito empresarial. Na verdade priorizou-se o setor primário em detrimento do secundário.

---

[8] Percy Ronald BLITZKOV. Discurso do engenheiro agrônomo Percy Ronald Blitzkov ao assumir a presidência do BADEP. *Revista Paranaense de Desenvolvimento.* Curitiba: julho/agosto. 1971, n.25, p. 27.

[9] Altiva Pilatti BALHANA e Sérgio O. NADALIN. *A imigração e o processo de urbanização em Curitiba*. In: Simpósio Nacional de Professores Universitários de História. Belo Horizonte, 1973, Anais, São Paulo: *Revista de História*, 1974 v.3, p. 533,

[10] Grande parte dessa exportação destinava-se à Argentina, ao menos até a década de 1930, quando esse país também passou a produzir a erva-mate em larga escala.

Na década de 1930 passou a ser desenvolvida uma política mais concreta de industrialização no Brasil. Desse modo, o governo favorecia uma "intervenção do setor público no sentido de projetar as indústrias nascentes contra a concorrência do exterior, a partir de nações industrialmente mais avançadas" e defendia que "constitui tarefa da Economia Política realizar o desenvolvimento da nação" [11].

Verifica-se que, no caso brasileiro, a economia agrária exportadora levou parte de sua renda para a criação de uma infra-estrutura econômica básica em transporte, sendo a outra parte investida em indústria (caso de São Paulo). Daí criaram-se bases para a impulsão industrial.

Pretendeu-se analisar como ocorreu a industrialização na região paranaense, lembrando que o Estado teve um extraordinário crescimento populacional entre 1940 e 1960 durante a expansão cafeeira, quando pelo menos uma parte dessa população, se deslocou para a capital; a restante emigrou para outros estados (fronteiras agrícolas do país) após 1960. As grandes geadas no Norte do Paraná liquidaram a cafeicultura.

Há décadas, a corrente estruturalista de economistas tem confirmado uma "tendência à deterioração dos preços dos produtos primários no mercado internacional, em relação à valorização crescente dos produtos manufaturados, que reduz a capacidade de capitalização, aumentando ainda mais esse problema" [12]. Logo após a proclamação da República, definiu-se o pensamento favorável à industrialização brasileira. Alegava-se que a independência política precisava ser completada com a independência econômica, só alcançada mediante a criação de indústrias, a fim de substituir as importações. Assim, ocorreu uma maior proteção tarifária e a concessão e assistência às então recentes indústrias. Para atender a problemas de balanço de pagamentos, realizou-se sucessivas desvalorizações da moeda conseguindo-se, desta maneira, maior proteção industrial. Surgiram fábricas para suprirem o setor exportador em expansão bem como o setor de consumo interno. Eram, porém, em pequena escala e, principalmente, em São Paulo[13].

No Paraná, com a decadência do tropeirismo, ressalta-se a extração e a indústria ervateira. Esta consolidava uma pequena burguesia, comercial e financeira, reforçada pela crescente exploração da madeira. O setor madeireiro acompanhava o ervateiro com a fabricação de barricas para a embalagem da erva-mate. Quando a erva entrou em decadência a

---

[11] Georg Friedrich LIST. *Sistema Nacional de Economia Política. São Paulo: Nova Cultural*. 1986, p. XXVIII.
[12] Pedro Calil PADIS. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Hucitec. 1981, p. 39.
[13] Werner BAER. *A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981, p. 15-16.

produção das barricas, na década de 1920, também se ressentiu, mas recuperou-se em seguida porque com a crescente urbanização de São Paulo e Rio de Janeiro, passou-se a importar madeira do Paraná.

Os ervateiros, que já controlavam várias atividades industriais, passaram a investir em outras indústrias, melhorando a organização das mesmas mediante o uso de técnicas mais aperfeiçoadas. Passaram desta forma, das indústrias familiares para pequenas indústrias dinâmicas, adaptando-se à economia moderna emergente[14].

Na década de 1940, incrementa-se no norte do Paraná a atividade cafeeira, a qual beneficiou a economia estadual. Assim, ocorreu a ascensão de preços, houve a expansão de sua produção e, conseqüentemente, sua superprodução[15]. Havia melhoria do rendimento e, portanto aumento do consumo.

Na década de 1950, São Paulo já possuía um parque industrial bem desenvolvido, apresentando relações comerciais definidas com o Paraná, dificultando a criação de indústrias no Estado[16]Nno início da década de 1960, o Paraná ultrapassou São Paulo na produção de café, tornando-se o primeiro produtor do Brasil, limitando desta maneira a diversificação da indústria local. Ou seja, a divisão regional local de trabalho tendia a retardar a industrialização paranaense.

Objetivo geral e objetivos específicos

O objetivo geral foi analisar o surgimento do sistema fabril no Paraná, a partir da crise ervateira, com destaque e interpretação dos setores mais representativos, enfatizando também os fatores que influenciaram ou não a gestação do setor fabril, compreendido entre o período de 1930 e 1970.

Quanto aos objetivos específicos:

Constatar a influência da erva-mate e da madeira no surgimento do setor fabril, na cidade de Curitiba, durante o período estudado.

- Analisar a política varguista do Estado Novo, quanto à criação de novas fábricas no período em questão.

---

[14]Pedro Calil PADIS. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Hucitec, 1981, p.39.
[15] Pedro Calil PADIS. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 214.
[16] Ênio José VERRI. *O desenvolvimento recente da indústria paranaense.* Dissertação de Mestrado em Economia, UEM Maringá: 1998, p. 38.

- Identificar se houve incentivos ao setor fabril mediante leis e decretos (federais, estaduais e municipais) através de isenções de impostos e/ou taxas aos industriais.
- Detectar como se processou a substituição de importações numa região periférica como Curitiba, sendo uma economia complementar da economia paulistana.
- Verificar os fatores que levaram Curitiba a industrializar-se na década de 1970.

Quanto à hipótese principal

A partir de 1930, o Brasil ingressou em uma nova etapa, a de industrialização substitutiva. Deu-se a passagem da acumulação sob o comando do capital mercantil ao do capital industrial, porém, nas condições do capitalismo tardio.

Acredita-se que a menor capacidade para se importar produtos manufaturados serviu de estímulo à indústria nacional. Curitiba pode ser inserida neste contexto, expandindo assim o setor fabril. Deu-se preferência ao consumo local e suas adjacências, portanto a substituição de importações foi relevante durante o período de depressão para o crescimento industrial. Este teria surgido com uma maior variedade de bens produzidos, porém com uma tecnologia inferior.

Também se supõe que os imigrantes teriam usado suas próprias poupanças e as de seus parentes para criarem pequenas fábricas, denominadas de "fundo de quintal", sendo que aquelas que obtiveram sucesso foram reinvestindo seu capital, aprimorando a tecnologia e conseguindo aumentar a produção.

Celso Furtado afirma que o capital para as indústrias teria surgido, principalmente, do setor exportador nas mãos de brasileiros, descendentes dos imigrantes de portugueses e, posteriormente, da própria poupança dos imigrantes e da população em geral.

Baseado nos pressupostos acima mencionados, o Paraná por ser uma economia complementar da economia paulista, lentamente apresentou, também, avanço no setor secundário. A hipótese deste trabalho é que ao estudar-se o surgimento dos diferentes ramos industriais, considerou-se a teoria dos choques adversos ao afirmar que a indústria cresceu porque o comércio exterior decresceu. A comprovação ou não da hipótese tentou-se fazer por argumentação.

Quanto à metodologia para realizar o presente trabalho de dissertação, tornou-se importante combinar tratamento quantitativo e qualitativo da base de dados. Como comentam Lakatos e Marconi:

> ...a finalidade da atividade cientifica é a obtenção da verdade, através da comprovação de hipóteses, que, por sua vez, são pontes entre a observação da realidade e a teoria científica, que explica a realidade. O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, destacando erros e auxiliando as decisões do cientista[17].

Mesmo sem ter a pretensão de obter a verdade, crê-se aqui na possibilidade de obtenção de uma explicação útil – embora parcial - para o fenômeno sob estudo. É preciso inserir o processo de produção econômica num contexto histórico-cultural, considerando-se as especificidades culturais de cada povo ou nação que se pretende estudar. Isto só se torna possível através da união entre História e Economia.

Estudiosos ressaltam que todo trabalho de historiador econômico pressupõe o domínio de uma teoria econômica. Só assim se podem formular corretamente os problemas básicos de uma pesquisa. Sugere que se saibam alguns conceitos fundamentais, tais como, tempo e movimento, conjuntura e estrutura, etc., ou seja, os concernentes ao estudo em questão.

Pierre Vilar alega que as curvas de conjuntura refletem fragmentos mensuráveis. Ressalta que a conjuntura é com freqüência um indício da estrutura. Assim não se pode conhecer a estrutura sem o estudo da conjuntura. Além disso, é imprescindível que o historiador econômico se familiarize com os conceitos da Contabilidade Nacional.

Quanto à utilização do modelo de Contabilidade Nacional, o historiador econômico Jean Marczeyski ressalta e apresenta os pressupostos da história quantitativa, cuja base seriam as Contas Nacionais. E, ainda, define a história quantitativa como um:

> método de história econômica que integra todo los hechos estudiados en um sistema de cuentas interdependientes y que estrae sus conclusiones en forma de agregados cuantitativos determinados, íntegra e únicamente, por los dados del sistema[18].

A análise dos dados terá enfoque quantitativo e qualitativo. A relação entre pesquisa quantitativa e qualitativa deve ser de complementaridade e não de oposição no nível formativo. Aquilo que se busca nesta pesquisa são os dados com os seus significados, na explicação e, sobretudo, na reconstituição da evolução do setor secundário no período tratado.

A técnica quantitativa foi utilizada para as questões mensuráveis e, para melhor aplicação, buscam-se informações no livro *Estatística Geral e Aplicada para Economistas*.

---

[17] Eva Maria LAKATOS e Mariana Andrade MARCONE. *Metodologia Cientifica*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2000, p. 41 e 42.

[18] Jean MARCZEYSKI; Pierre VILAR. *Qué es la Historia Quantitativa?* Trad. Esp. Buenos Aires: Nueva Vision, 1973, p. 35.

Karmel e Polasek ressaltam que um dos mais difíceis problemas da estatística econômica é a mensuração e que todo cuidado é pouco. Alegam também que os dados estatísticos constituem-se em poderosa ajuda na análise econômica, mas que não se pode "provar" uma hipótese só com estatística: *pode-se somente mostrar que a hipótese não é inconsistente com os fatos conhecidos*. Enfatizam e consideram que em qualquer problema, todo material relevante deve ser examinado[19],

> É preciso saber como manipular dados numéricos em seu campo – como coletá-los, apresentá-los, descrevê-los e analisá-los. Sobretudo deve-se estar apto a discriminar entre as inferências válidas e as não – válidas que podem ser tiradas de tais dados.[20]

Deste modo, a classificação dos dados fez-se mediante a divisão de todos os dados à base do estabelecimento de conjunto de categorias, selecionando-se os dados obtidos pela coleta, reunindo-os em classes ou grupos de acordo com seus objetivos e interesses da pesquisa. Com base em nossa hipótese principal de estudo, selecionaram-se os dados para a confecção de gráficos e tabelas. Além do levantamento de séries de alvarás de indústrias, foram organizados quadros e gráficos a fim de que se visualizem semelhanças e diferenças, para detectar tendências ocorridas no período estudado. Utilizou-se a função de produção para tratar os dados ajustados referentes à industrialização paranaense nas décadas de 40 e 50.

Observou-se a política econômica adotada em cada uma das décadas mediante a existência, ou não, de estímulos nos diferentes setores industriais. O estudo do desempenho de cada ramo de atividade foi utilizado para esta tarefa.

Os quadros organizados por qüinqüênios e por decênios foram classificados por tipos de indústrias, a saber: familiares, sociedades, de companhias limitadas e as sociedades anônimas. Incluem-se também os cancelamentos das indústrias no período em estudo.

Elaboraram-se quadros apenas das indústrias mais representativas em cada década e depois um gráfico geral do período completo, para se ter uma idéia da evolução, ou seja, a tendência dos setores mais representativos em cada ramo.

As técnicas quantitativas foram utilizadas para obter dados e informações numéricas à cerca daquilo que pode ser contado e medido. Organizaram-se séries homogêneas e completas, para elaborar tabelas e gráficos de dez em dez anos, analisaram-se as tendências do crescimento industrial no período em questão, bem como sua contribuição para a análise do processo industrial. Essas técnicas ofereceram apoio para as avaliações qualitativas.

---

[19]P. KARMEL & M. POLASEK. *Estatística Geral e Aplicada para Economistas.* Ed. Atlas S.A. Introdução, p. 22.
[20] Idem.

Calcularam-se as funções de produção para cada ramo e período, com base na participação do valor da produção e da massa salarial respectiva, mediante aos censos industriais.

A análise de ordem qualitativa baseou-se na leitura de Relatórios dos Governadores do Estado do Paraná, e Mensagens à Assembléia Legislativa do Estado.

Quanto à *teoria da divisão internacional do trabalho*, o Brasil tem-se classificado como exportador de produtos primários. A partir dos anos de 1970, exportaram-se produtos industrializados. Todavia, ressalta-se a exportação por parte de setores aparentemente menos dinâmicos da economia, como o têxtil e o de vestuário. Isto foi possível devido a incentivos governamentais e ao aumento da competitividade e eficiência pela renovação tecnológica. Assim, a estrutura econômica brasileira achava-se inserida num capitalismo mundial. Neste manifesta-se uma dependência local quanto ao mercado mundial que determina o ritmo de crescimento de sua exportação.

O método comparativo foi empregado para fazer correlações entre os diferentes setores industriais, destacando-se os mais relevantes no que se refere à comparação entre o crescimento industrial e o populacional do Estado do Paraná.

A presente pesquisa foi organizada em quatro capítulos.

Capítulo I

1. Aspectos gerais e o início das indústrias em Curitiba

No primeiro capítulo, fez-se um breve relato sobre o surgimento de Curitiba, sua origem e fundação, a criação de suas indústrias e seu contexto socioeconômico, uma vez que se trata do pólo mais industrializado do Estado do Paraná. Também foi feita uma descrição da vegetação, hidrografia e aspectos geográficos com seus recursos naturais. Dentre eles, foram mencionados os principais produtos, como a erva-mate e madeira na economia paranaense e citando-se também algumas empresas pioneiras que tiveram destaque na economia. Analisou-se a origem do capital industrial na capital, a qual apresentou características específicas. No último tópico, apresentaram-se os obstáculos ao crescimento econômico, devido à carência de uma infra-estrutura básica, citando-se apenas os mais cruciais como transporte e energia elétrica.

Capítulo II

2. A indústria paranaense e sua expansão nos anos (19)40

No segundo capítulo, elaborou-se o levantamento dos principais ramos industriais do Paraná durante os anos (19)40. Procurou-se examinar os traços de cada qual, produzindo uma

análise descritiva da industrialização naquela década, e o processo de sua articulação com o processo industrializador em curso em todo o país.

Capítulo III

3. A indústria paranaense e sua expansão nos anos (19)50

No terceiro capítulo, elaborou-se um estudo agregado similar àquele do segundo capítulo, quanto aos ramos da indústria paranaense, desta vez na década de (19)50. No final do estudo intentou-se uma interpretação dos resultados da análise quantitativa elaborada.

Capítulo IV

4. A década de (19)60

No quarto capítulo também se estudou a evolução das indústrias no município de Curitiba. Analisam-se os objetivos, ou seja, o papel desempenhado pelos órgãos públicos como a CODEPAR, quanto aos financiamentos às empresas paranaenses, bem como as perspectivas de mudança na sua economia. Foi dada certa ênfase à urbanização, tendo em vista o processo industrializante em Curitiba. Apresentaram-se novas perspectivas para a industrialização mediante planejamento. Também se fez menção ao papel da pequena e média empresa no Paraná.

A Criação da Cidade Industrial de Curitiba – CIC

Principalmente nos anos de 1970 a 1973- o Brasil experimentou a fase de auge de seu crescimento econômico. Sabe-se que no período de 1964-67 registrou-se capacidade ociosa nas indústrias, a qual foi reativada em 1968-73, chegando, então, a um novo patamar, com fortes demandas por equipamentos e matérias-primas, para prosseguir com o processo de industrialização[21]. Apesar da desaceleração da economia brasileira no período compreendido entre 1973-1980, a capital paranaense contou com o Plano Diretor (1966) dotou a cidade de um plano que orientou o crescimento da malha urbana e, assim, previa-se a reserva de uma área da cidade para a instalação do Distrito Industrial, que, posteriormente, ficou conhecida como a Cidade Industrial de Curitiba ou CIC. Assim, continuou ocorrendo em Curitiba o crescimento industrial, fato que se realizou tendo em vista que as indústrias novas terem sido agraciadas com isenção de impostos durante um período de 10 anos ou mais.

[21] Wilson do Nascimento BARBOSA. *Globalização, uma péssima parceria.* São Paulo: Revista Seade, 1998, p. 80.

Convém salientar que a região do norte cafeeiro paranaense gerava divisas no Paraná, mas que, na maioria das vezes, tais divisas eram absorvidas pelo Estado de São Paulo, por falta de estradas para o escoamento do café. Portanto, para viabilizar o transporte da produção via Paranaguá, investiu-se em rodovias. Porém,

> ...contraditoriamente, foi o excedente gerado pelo norte cafeeiro que subsidiou, em um primeiro momento, a implantação das condições para a industrialização no Paraná. Uma outra questão também se apresenta como contraditória: o modelo de desenvolvimento proposto que deveria fomentar e financiar a indústria local acabaria se realizando a partir da implantação de indústrias de capital estrangeiro na década de setenta. [22]

Em 1962 foi criada a CODEPAR, a qual visava a dinamização do escoamento de produção agrícola e, para tal, investiu-se pesado, inicialmente em infra-estrutura e só posteriormente, na industrialização regional tendo como responsável pelo setor de projetos e análise de pedidos de financiamento Karlos Rischbieter. [23]

Para o governador Ney Braga, "a grande marca do planejamento foi dada pelo padre Lebret, que defendia a indissociabilidade entre economia e humanismo. Era uma idéia nova para aquele período de guerra fria, em que o pensamento político das elites parecia irremediavelmente dividido entre marxismo e liberalismo[24].

No entanto, este modelo de desenvolvimento saiu frustrado. A CODEPAR inicialmente financiou a infra-estrutura básica no Estado como energia, transporte e telecomunicações. Fizeram-se investimentos essenciais que viabilizaram o *boom* econômico do Paraná, na década de 1970.

Mas foram os estudos realizados pela SAGMACS que deram uma visão global sobre a economia do Estado, para que se pudesse criar a Cidade Industrial de Curitiba.

O Paraná pôde contar com uma contribuição financeira de diversos órgãos da administração municipal, estadual e, principalmente do governo federal, a partir da década de 1950. Assim, recebeu do Ministério da Viação, em 1951, a quantia de 20 milhões, com o Plano Salte; em 1952, a quantia de Cr$ 9.980.000,00; e, novamente do Plano Salte, em 1954, mais Cr$ 14.970.000,00; em 1956, o Ministério da Viação concedeu mais 25 milhões, perfazendo um total de Cr$ 69.950.000,00.[25]

---

[22] Silvia Ramos LEITÃO. *O discurso do planejamento urbano em Curitiba:* um enigma entre a prática e a cidade real, São Paulo: FAU – USP, 2002, p. 25.
[23] Idem.
[24] Ney Braga, em SÁ JUNIOR, 1996, p. 132, apud. Sylvia Ramos LEITÃO. *O discurso do planejamento urbano em Curitiba,* p. 28.
[25] Valter F. CUNHA FILHO. *Estado, Política Econômica e Cultura Desenvolvimentista:* o caso do Banco do Desenvolvimento do Paraná S.A. Tese de Doutorado pela UFPR, 2000, p.112.

Mediante a implementação do sistema viário e de transportes no Estado, favoreceram-se as transformações no final da década de 1960 e início de 1970. Surgiram programas de industrialização e de circulação. Estes vieram com a implantação da Cidade Industrial de Curitiba, em função, também, da expansão urbana de Curitiba. Portanto, a CIC surgiu da política econômica de industrialização que vigorava na época no Brasil, do potencial econômico e institucional que vigorava em Curitiba e da aliança estabelecida entre governantes e empresários industriais. Criou-se o espaço físico para as indústrias através da intervenção na propriedade de terra, desapropriando terrenos, para repassá-los às empresas industriais que lá se instalaram. A área industrial em Curitiba apresentava "aproximadamente 43km^2 a oeste da cidade, era dotada de infra-estrutura física e de marketing de venda[26]".

A Cidade Industrial de Curitiba-CIC foi concebida pela Lei Municipal 4199 de 1972, artigo 10, implementada a partir de 1973 e institucionalizada em 1974 (Lei 4772-1974), em um período do desenvolvimento capitalista no Brasil, marcado pela atuação do Estado como indutor da industrialização.[27]

Quanto à localização da Cidade Industrial de Curitiba, consideraram-se os seguintes aspectos: a) política de uso do solo do Município; b) a direção favorável dos ventos dominantes; c) topografia adequada; d) preservação dos recursos hídricos; e) proximidade do complexo petroquímico; f) disponibilidade de ramal ferroviário.

Na década de 1970, concessões ao governo municipal, propiciaram a obtenção de recursos do capital industrial para a viabilização da CIC. O Estado assumiu os custos de implantação das indústrias, cedeu terrenos a preços baixos, desapropriou áreas, enfim, criou condições para a reprodução do capital industrial no espaço CIC, com financiamentos de bancos estatais.[28]

Isentaram-se as empresas de impostos municipais, como o imposto Predial Territorial Urbano - IPTU e Imposto sobre Serviços - ISS, e estaduais como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM, por tempo, que variava de 5 a 10 anos. As empresas também receberam apoio de órgãos municipais e estaduais, no sentido de dar respostas rápidas às suas necessidades. Foram determinados aos órgãos de fomento econômico (bancos e conglomerados financeiros), apoio financeiro aos grupos empresariais na CIC - Cidade Industrial de Curitiba. [29]

---

[26] Marly NAMUR. *Estado e empresariado em Curitiba* – a formação da cidade industrial, 1973-1980. São Paulo 1992. Tese de Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas. FAU. USP, p. 47 e 126.
[27] Idem., p. 5.
[28] Ibid., p. 7.
[29] Marly NAMUR. *Estado e empresariado em Curitiba.* p. 127.

Segundo Jaime Lerner (1989),

> As exigências das empresas para se instalarem na CIC, eram infra-estrutura, decisão rápida, mão-de-obra qualificada, escola internacional, disponibilidade de área, custo da área não especulado. Isto que, nós desapropriávamos a área e a repassávamos a uma grande empresa pelo custo de desapropriação, ao invés dela ir negociar com o proprietário que iria pedir um preço 3 ou 4 vezes maior. Então, a força da desapropriação na negociação com as empresas, era importante, ajudava a ter um valor previsível, justo e não especulado.[30]

Pode-se destacar que as políticas de incentivo do governo municipal de Curitiba e do Estado do Paraná estavam em consonância com a política econômica federal de incentivos às empresas industriais. Conforme Francisco de Oliveira ofertavam-se, taxas tão favoráveis que chegavam a ser negativas; avais bancários para operações de créditos no exterior; reduções nas tarifas de importação de equipamentos. Houve utilização dos mecanismos do BEFIEX (importação de equipamentos novos sem imposto alfandegário, quando destinados à produção de bens para exportação), subsídio à exportação, na forma de evolução dos impostos sobre Circulação de Mercadorias (ICM) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Estes, os produtos antes deveriam pagar[31].

A Cidade Industrial de Curitiba alcançou um de seus objetivos, como ordenar e controlar o crescimento e desenvolvimento industrial, mediante uma política de uso e ocupação do solo. Isto ocasionou mudanças na estrutura de produção industrial de Curitiba e desempenhou um papel relevante na Região Metropolitana de Curitiba, seja no Município de Curitiba, bem como em suas adjacências[32].

Foi principalmente durante as décadas de 19(60) e 19(70) que se adotou no Paraná a ação estatal, com o fim de propiciar a acumulação do capital industrial. O Estado serviu de indutor à industrialização, papel que exerceu pela definição, articulação e sustentação financeira dos grandes blocos de investimento, como a criação de infra-estrutura e a produção de insumos intermediários indispensáveis à industrialização pesada. A partir de 1956 "a industrialização brasileira se baseou no tripé formado pelo capital estrangeiro, pelas empresas públicas e pelo capital privado nacional. O Estado foi o articulador das tarefas que competiam a esses três parceiros da política econômica de industrialização brasileira". E Francisco de

---

[30] Depoimento do Governador Jaime LERNER, 1989.
[31] Francisco de OLIVEIRA. *Acumulação monopolista, Estado e urbanização;* a nova qualidade do conflito de classes*,* in Contraponto n.1 Centro de Estudos Noel Nutels, São Paulo, Nov. 1976, p .18.
[32] Marly NAMUR. *Estado e empresariado em Curitiba*, p. 129.

Oliveira acrescenta: "A associação da ação do Estado mais empresa leva à subordinação da ação do Estado aos fins da empresa".[33]

Para Gerschenkron (1962) era claro que a intervenção estatal seria tanto maior quanto mais tardio fosse o início da industrialização em relação aos primeiros países industriais. No Brasil apresentou-se uma situação intermediária, em que uma aliança entre a burguesia e o Estado estava por trás do processo inicial de industrialização. Para países que alcançaram níveis de crescimento comparáveis aos dos mais desenvolvidos, a ênfase não estava mais concentrada em estatizações, mas para construir um Estado do bem-estar e para a regulação micro e macroeconômica. Esta nova maneira de intervenção estatal assumiria necessariamente novas formas, respondendo às novas e mais recentes necessidades da sociedade.[34] O limite da macrorregulação seria o planejamento centralizado.

Conforme Marly Namur, o planejamento estatal, em qualquer nível, nos países capitalistas, exerce a função de propiciar a acumulação do capital através de seu papel de instrumento de negociação e de compromissos entre os interesses de diversas facções da classe dominante. E Marly Namur ainda questiona: "Qual foi o papel do planejamento local em Curitiba, nesse período?

(1) – Criar condições físicas para a reprodução do capital industrial multinacional no Brasil;

(2) – Controlar espacialmente a industrialização, de forma a impedir seus efeitos negativos na cidade, (poluição, deseconomias, etc.), segundo as diretrizes do II PND, voltadas para a expansão e crescimento do capital industrial no Brasil, de forma controlada."[35]

Em 1980, uma pesquisa foi realizada pelo IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento), na Região Metropolitana de Curitiba e na Cidade Industrial de Curitiba, sobre os fatores que influenciaram nas decisões de localização de empresas industriais na região: Pesquisaram-se 90 unidades industriais e mais entidades classistas, de administração e órgãos de fomento. Eles tiveram influência no processo de crescimento econômico da região. Dos fatores apresentados, ressaltou-se o fator "apoio dos órgãos governamentais" (incentivos governamentais como proposta de participação acionária na empresa, oferecimento de estímulos fiscais, concessão de financiamentos, apoio político na área federal e intensa propaganda, entre outros). Estes foram os fatores fundamentais na escolha da CIC para a

---

[33] Francisco de OLIVEIRA. *Acumulação monopolista, Estado e urbanização*: a nova qualidade do conflito de classes, in Contraponto n.1. Centro de Estudos Noel Nutels, São Paulo: 1976, p. 23 apud Marly NAMUR, p.130.
[34] Luiz C. B. PEREIRA. O caráter cíclico da intervenção estatal. *Revista de Economia Política.* Vol.9 n. 3, julho-setembro 1989, p. 127-128.
[35] Marly NAMUR. *Estado e empresariado em Curitiba*..., p.131.

implantação das indústrias, bem como a "infra-estrutura" com a oferta de serviços de telecomunicações, energia elétrica, água, esgoto e transporte. Tais fatores tiveram maior peso na escolha da Cidade Industrial de Curitiba, para a instalação das empresas.[36]

No Estado do Paraná constituíram - se três regiões industriais de relativo significado: *a de Curitiba*, onde se concentram os novos ramos industriais destinados aos bens de consumo duráveis e de capital; *a de Ponta Grossa,* que possui a maior parte do complexo agroindustrial; *a de Londrina*, onde se concentra alguma produção de bens de consumo não duráveis. Curitiba, sem dúvida, é a região mais importante. Em meados da década de 1990, Curitiba já era responsável por mais da metade (53%) da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Estado. A seguir, destaca-se Araucária, devido à instalação da refinaria da Petrobrás, que muito contribuiu para o progresso da região.[37]

O processo de formulação das políticas industriais não contou apenas com membros do governo e da máquina pública. Recebeu também o apoio de iniciativas paralelas da FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná e da ACP - Associação Comercial do Paraná. Estas entidades reivindicaram junto ao governo federal a instalação de alguns de seus projetos na área de siderurgia e petroquímica. Em 1976 surgiu a refinaria da Petrobrás no município de Araucária.[38]

Devido à preocupação com a atração de investimentos, criou-se o Conselho de Política Financeira do Município de Curitiba, com o objetivo de assessorar o Prefeito, por meio da proposição de fórmulas para captação de recursos internos e externos. Foi pelo compartilhamento de um ideal comum entre empresários e autoridades que surgiu a oportunidade de novas políticas industriais, principalmente na Cidade Industrial de Curitiba. Visava o projeto industrializar o Paraná.[39]

Já no ano de 1973, conforme a FIEP, Curitiba contava com um terço dos estabelecimentos industriais do Paraná, propiciando emprego para cerca de 80 mil pessoas, da mais diversificada qualificação profissional. Curitiba foi favorecida pela sua posição geográfica privilegiada e pela infra-estrutura básica. Devido à proximidade com centros industriais de envergadura, o Paraná reunia as condições necessárias para se transformar numa

[36] Marly NAMUR. *Estado e empresariado em Curitiba*, p. 66.
[37] Dennison de OLIVEIRA. *Urbanização e Industrialização no Paraná.* Curitiba: SEED, 2001, p. 55.
[38] Idem, p. 57.
[39] Ibid, p. 58-59.

extensão dos mesmos. Principalmente São Paulo dava sinais de saturação de indústrias.[40] Assim,o Estado,(mais precisamente a capital), passou a ser visto com inusitado interesse por parte dos empresários (inclusive estrangeiros). Isso contribuiu para o sucesso da CIC.

Convém ressaltar a importância da concessão de estímulos e isenções por parte das autoridades estaduais e municipais, para a implantação dos complexos industriais principalmente na Cidade Industrial de Curitiba. Mário de Mari foi o responsável pela implantação do Centro de Comércio Exterior do Paraná e posteriormente do COFITRA – Centro de Orientação Fiscal às Empresas. Este órgão oferece assistência jurídica e fiscal ao setor empresarial. Também, começou-se a preocupar pela consolidação dos novos conceitos de segurança industrial.

[40] 1º Anuário das indústrias. *BADEP gera desenvolvimento*. Seção 1. Federação das Indústrias do Estado do Paraná FIEP, 1973-1974.

Capítulo I – Aspectos gerais e o início da indústria em Curitiba

O surgimento de Curitiba

Curitiba nasceu como uma acanhada vila, em planalto de terrenos pouco acidentados e pantanosos que escondiam belezas naturais. Com o passar do tempo, canalizando-se rios, surgiram jardins e bosques, nos quais o pinheiro surge "como uma taça brindando ao sol". Alega-se que o nome da cidade foi inspirado no principal símbolo de sua flora: o pinheiro. Do tupi- guarani Kurytyba = Kur = pinhão, yt = árvore, yba = grande quantidade – vem Curitiba, que quer dizer "pinhal" ou "pinheiral". Para os indígenas, o pinheiro era sinal de prosperidade, uma vez que seu fruto, o pinhão, era o principal alimento durante o inverno, quando escasseava a caça. [41]

A Vila de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais foi fundada pelo Capitão Matheus Martins Leme No dia 29 de março de 1693, promoveu-se a eleição da Câmara de vereadores e a instalação da Vila, conforme exigiam as Ordenações Portuguesas. A capela, bem como as casas, eram de pau-a-pique, cobertas com palmas de butiazeiro e os seus habitantes viviam da agricultura e da criação de gado. Entre os maiores desafios estava conseguir enxadas e sal para charquear a carne, bem como transportar alimentos do litoral para Curitiba e vice e versa. [42]

"A povoação de Curitiba consolidou-se como sendo de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, com o pelourinho levantado em 1668, por Gabriel de Lara" e mais alguns moradores, inclusive sesmeiros.[43]

Em 1721, o ouvidor Raphael Pires Pardinho também usou o nome Coritiba e definiu as primeiras posturas para a cidade, incluindo cuidados urbanísticos (casas cobertas com telhas e outras benfeitorias); no mais, a cidade se mantinha pobre e sem comércio. Só "com a política portuguesa de buscar novas fronteiras é que Curitiba, ponto mais ao Sul do Brasil na época, ganhou importância" [44]. Surgiu o tropeirismo e a Vila transformou-se num importante ponto de comércio para os tropeiros que transportavam gado, muares e alimentos de Viamão, (R S) a Sorocaba, (S. P). Curitiba teve seu comércio incrementado com a vinda de tropeiros que paravam na cidade e deixavam seu gado nas invernadas. O Estado também cobrava imposto sobre a passagem do gado. O curitibano nessa época, conforme Romário Martins, era

---

[41] Otávio Duarte GUINSKI, *Imagens da evolução de Curitiba*. Curitiba: O Duarte, 2002, p. 9.
[42] Eduardo Emílio FENIANOS. *Manual Curitiba a cidade em suas mãos*, p. 31-32.
[43] Boletim Informativo da Casa Romário Martins. *Curitiba*: origens, fundação, nome, p. 101.
[44] Eduardo Emílio FENIANOS*, Manual Curitiba a cidade em suas mãos,* p. 32.

"meio índio, meio castelhano, com o pensamento sempre voltado para os horizontes, num constante impulso de aventuras".[45] Merece citar que o governador de São Paulo, D. Luiz Gonzaga, comentou: "... Essa gente de Curitiba é muito semelhante ao índio nos costumes, habituado ao uso do cavalo, audaciosa nas suas empresas sertanistas e propensa a desertar para o lado dos castelhanos por ser muito parecido com estes."[46]

Devido a essa fama, muitos habitantes foram aliciados para as bandeiras e para a expansão das fronteiras portuguesas, causando dificuldades econômicas e sociais. Porém, no século seguinte, os índios domesticados e mamelucos da população foram sendo substituídos por um curitibano com características mais européias.

Em meados do século XIX chegaram os imigrantes que provocaram alteração na imagem da cidade, "trazendo seu saber-fazer e contribuindo com o espírito de associação". Primeiro chegaram os alemães e a eles somaram-se os poloneses, os italianos, em seguida os ucranianos etc. e a cidade, cercada de chácaras, assistiu ao espetáculo da vinda das carroças dos imigrantes.

Em maio de 1880, D. Pedro II lançou a pedra fundamental da ferrovia, que em 1885 começou a funcionar, como símbolo dos novos tempos, marco da transferência dos engenhos de erva-mate do litoral para o planalto. Daí, a cidade vai se embelezando com as construções dos ervateiros e com a influência arquitetônica dos imigrantes.

Na gestão de Cândido de Abreu (arquiteto e planejador), de 1912 a 1916, coube-lhe reformar o primeiro parque de Curitiba: o Passeio Público. Com isso a população ganhou seu espaço de lazer, ou seja, uma área verde na região central da cidade.

Alega-se que, na década de 1910, Curitiba já apresentava "sinal de cosmopolitismo" como observara Nestor Vitor, uma vez que as mulheres já passeavam sozinhas na Rua 15 de novembro. [47]

Aliás, Curitiba, nas primeiras décadas do século XX, apresentava um ambiente cultural bastante diversificado e controvertido. Além da diversidade étnica e cultural, havia diferenças de crenças, de idéias e de visões de mundo.

---

[45] Eduardo Emílio FENIANOS, *Manual Curitiba a cidade em suas mãos*, p. 32.
[46] Idem.
[47] Otávio Duarte GUINSKI. *Imagens da evolução de Curitiba. Curitiba:* O Duarte, 2002, p. 8.

MAPA 1

Curitiba: origens e fundação

Embora não haja uma comprovação precisa, (a) acredita-se que foi mais ou menos em 1639 que Eleodoro Ébano Pereira esteve nos campos de Curitiba. Ali recolheu ouro, levando amostras ao governador do Rio, de Sá e Benevides.[48]

Todavia, é consenso geral que foi a busca de ouro nos rios da região (Atuba e Bacacheri) a primeira atividade econômica da época. Ela deu origem aos primeiros núcleos urbanos na segunda metade do século XVII.

Às margens do Rio Atuba, em 1650, Eleodoro registrou uma povoação, denominada Vilinha, cuja população se fixou mais tarde nas proximidades do Rio Ivo, atual Praça Tiradentes. Atribui-se a Soares do Valle haver sido o primeiro morador da Vilinha.[49]

[48] Boletim Informativo da Casa Romário Martins. Curitiba: origens, fundação, nome. Curitiba Fundação Cultural de Curitiba, V.1, p. 105, Junho de 1995, p. 100.

(b) Em 1648, Ébano foi designado pelo governador Duarte Corrêa Vasqueanes para averiguar o ouro descoberto por Gabriel de Lara, como também para descobrir, administrar e entabolar as minas de Paranaguá;

(c) A "povoação nova" que aparece no mapa de 1653, atribuído a Ébano Pereira, seria a Vilinha de Atuba. Aceita- se a afirmação de Pizarro e Araújo, em suas Memórias Históricas do Rio de Janeiro, que a criação de Curitiba foi feita pelo Capitão das Canoas de Guerra, Eleodoro Ébano Pereira, em 1654, (ver nota anterior). Júlio Moreira aceita ainda que a mudança dos moradores de Atuba para Curitiba foi realizada em 1654, embora sem maior comprovação. A antiga povoação passou a ser conhecida como Vila Velha, e a nova, como Nossa Senhora da Luz dos Pinhais.[50]

Devido à perda ou extravio, e talvez ausência de documentos, pouco se sabe de concreto até o ano de 1693, quando Curitiba foi fundada oficialmente no dia 29 de março do mesmo ano.

Sabe-se que tanto Baltazar Carrasco dos Reis, quanto Matheus Martins Leme conseguiram cada qual uma carta de concessão de sesmaria, no povoado de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, onde ambos moravam. E ainda em 04 de novembro de 1668 realizou-se o próprio auto de levantamento do Pelourinho, padrão de posse, mando e símbolo da organização e da justiça, atribuído a Gabriel de Lara. Na época, a população era diminuta e dispersa. Viveram até fins do século XVIII principalmente da agricultura e da criação de gado vacum.[51]

O ato do Capitão – Mor Gabriel de Lara presidiu ao levantamento do Pelourinho em 1668; e o ato do capitão Povoador Matheus Martins Leme, autorizando e instalando as Justiças (1693), não tiveram confirmação régia, conforme nos relatou Saint – Hilaire. [52]

Foi somente em 1721, com a população de 1400 habitantes que Curitiba recebeu a visita do Ouvidor Geral Raphael Pires Pardinho, que definiu as primeiras posturas para a cidade, com as novas formas de convivência para a comunidade. Com seus provimentos organizou a vila, ou, "como ele próprio afirmou ao Rei, a criei, como que de novo". [53]

Apesar dos primeiros cuidados urbanísticos, a cidade se mantinha pobre e sem comércio. Foi somente com a política portuguesa de buscar novas fronteiras que Curitiba, ponto mais ao Sul do Brasil na época, ganhou importância. "Devido à implantação dos Caminhos de Tropas,

---

[49] IPPUC, Mapas, p. 22.
[50] Boletim Informativo da Casa Romário Martins. *Curitiba*: origens, fundação, nome, p. 100.
[51] Idem, p. 100-101.
[52] Ibid., p. 106.
[53] Boletim Informativo da Casa Romário Martins. *Curitiba:* origens, fundação, nome, p.106.

ligando o Rio Grande do Sul a São Paulo, estabeleceu-se o comércio periférico de muares e bovinos, impulsionando o progresso da região".[54]

Por volta de 1830, a erva- mate já era comercializada refletindo na estrutura social e política com o surgimento de um novo grupo social – os industriais e exportadores. Este muito contribuiu para que o Estado se emancipasse.

Curitiba, em 05 de fevereiro de 1842, foi elevada à categoria de cidade, graças ao progresso econômico. Alguns anos após, no dia 19 de dezembro de 1853, o Paraná deixou de ser a 5º Comarca de São Paulo para se tornar uma Província com governo próprio. No dia 26 de julho de 1854 assumiu o presidente da Província, Zacarias de Góes e Vasconcelos, responsável pela construção de escolas, clubes, teatro e a criação de um jornal, o "Dezenove de Dezembro." Todavia, Curitiba ainda sofria com os mesmos problemas (alagados, falta de saneamento e iluminação etc.) de quando era uma pequena vila.[55]

Em 1855, chegou o engenheiro francês Pierre Taulois, contratado como inspetor geral. Ele propôs uma série de mudanças em Curitiba. Observou que somente duas ruas se cortavam em ângulo reto, a da Assembléia (hoje Dr. Muricy) e a do comércio (atual Marechal Deodoro); todas as demais, pediu para endireitá-las, indicando inclusive a desapropriação por utilidade pública. Determinou também que se criasse a cidade em forma regular, quadrilátera, com cruzamentos em ângulos retos e bem definidos. Observa-se com isso a preocupação com a circulação, ou seja, com o trânsito local.[56] Assim, pode-se afirmar que desde o século XVIII, Curitiba já se vinha ocupando com o processo de urbanização, preocupação que vem de longa data, mas que só a longo prazo surtiu bons resultados.

Vegetação paranaense - o pinheiro, árvore símbolo de Curitiba e do Paraná

A vegetação no Paraná apresenta características peculiares, mas juntamente com os demais estados sulinos, há o domínio de bosques de araucária, embora esses também possam ser encontrados na Serra da Mantiqueira, na divisa de São Paulo com Minas Gerais. O pinheiro é denominado pelos botânicos de "araucária brasiliensis" ou araucária brasiliana, um vegetal que pertence à ordem das coníferas, nome dado ao grupo de árvores que produzem frutos em forma de cone. O pinheiro brasileiro é cônico, pois lembra uma grande taça, ou um gigantesco guarda-sol e apresenta uma tonalidade verde forte.

---

[54] Eduardo E. FENIANOS. *Manual Curitiba a cidade em suas mãos*, p. 32.
[55] Idem, p. 34.
[56] Ibid.

O pinheiro novo lembra uma árvore de natal, porém à medida que vai crescendo, os galhos inferiores vão definhando e caem, enquanto os superiores se vão tornando mais robustos.

Por ser árvore nativa, ninguém a plantava, e durante muito tempo não se sabia explicar como os pinheiros apareciam em grupos, em pontos afastados. Hoje, sabe-se que é devido á ação de um pássaro, a gralha-azul, que foi fundamental para a renovação dos bosques de araucárias no Paraná. A gralha-azul (cyanocorax caeruleus) apresenta coloração azulada escura e a cabeça preta, sendo ave típica do Paraná que se alimenta de insetos e, no inverno, de seu predileto, o pinhão (semente do pinheiro),que assim como a ave, se encontra em extinção.[57] Também há um roedor que coopera nesse processo de reflorestamento, mas não se pesquisou a respeito.

O desenvolvimento normal dos pinheiros é de 30m a 50m de altura, os galhos possuem de 1,5m a 1,8 de diâmetro.

O tronco fornecia a madeira, chamada pinho; nas serrarias, os troncos das araucárias eram transformados em tocos, pranchas, sarrafos, tábuas, folhas e serragem e também usados no fabrico de caixas, caixotes, palitos e fósforos e diversos outros produtos.[58]

O pinho desprende a terebintina (essência) utilizada para dissolver gorduras, fabricar vernizes e diluir tintas e o nó do pinho é bom combustível, no inverno. Os habitantes da região dos pinhais juntam as famílias, vão para as matas juntar os pinhões caídos (quando maduros caem naturalmente) e, com os ramos secos da araucária, as grimpas, fazem uma fogueira, põem uma camada de grimpas e outra de pinhões e assim por diante;após ateiam fogo para sapecar os pinhões. Quando assados, dão-se pancadas nos pinhões ainda quentes, que saltam da casca, sendo em seguida saboreados pela população.[59]

Pode afirmar-se que a araucária brasiliana representava para os paranaenses a casa, o alimento e o próprio agasalho. As casas eram feitas, na sua maioria de pinho; na época do pinhão, tinham nele o alimento; e à beira do fogo feito com os galhos e os nós de pinho, aqueciam-se do frio intenso do inverno rigoroso.

Do pinho também se extraia a celulose, substância empregada no fabrico de papel, sendo que atualmente planta-se o "pinus eliotis", que cresce mais rápido que a araucária brasiliana, portanto gera mais lucro para a fabricação da celulose, por outro lado, desgasta intensamente o solo que se torna árido. Todavia, a última novidade é a plantação de

---

[57] IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Paraná. vol. XXXI, Rio de Janeiro: Ed. IBGE,1959, p.201.
[58] Idem, p. 202.
[59] Ibid.

eucaliptos, que fornece celulose e que cresce mais rápido, portanto mais econômica, que o pinus. Porém, como é muito recente, não se sabe se surtirá o efeito almejado.

Entre a vegetação ainda merecem destaque: a imbuia, o sassafrás, a bracatinga, a canela-sebo, ou canela-guairá, o pinheiro-bravo e a erva-mate que trouxe riqueza ao Estado, principalmente nos séculos XIX e início do XX, por ter sido o principal produto de exportação.[60]

A flora curitibana apresentava uma vegetação mista de mato e campo, com alternância de campos verdes e matas, nos quais sobressaía o pinheiro com sua majestade, atualmente em extinção. A região de campos facilitou a colonização da cidade porque propiciava o desenvolvimento da agricultura e as florestas de araucária ofereciam áreas repletas de madeira, com a qual se construíam suas casas e que também forneciam o alimento (o pinhão) ideal para ser saboreado no inverno.[61]

Hidrografia

A bacia hidrográfica de Curitiba é constituída de vários rios que cortam a cidade em diferentes direções e que se acham agrupados em cinco bacias: a Bacia Atuba/Bacacheri com 12,20 kms, Bacia do Ribeirão dos Padilhas com 9,40 kms.; Bacia do Atuba com 18,20 kms.,Bacia do Belém com 20,10 kms, Bacia do Barigüi com 29 kms. (Conforme dados do IPPUC). Devido às chuvas abundantes que ocasionavam enchentes regulares, resolveu-se após estudos, canalizar a maioria dos rios. Criaram-se lagos artificiais, mas os bosques também têm servido para regularizar a água dos cursos de seus rios, evitando transtornos com enchentes.[62]

Assim, a ligação entre rios e parques, que em sua maioria possuem lagos que além de embelezar ajudam a evitar enchentes, são atualmente comum, na própria cidade de Curitiba. Problema solucionado na década de 1970, por ocasião do represamento das águas dos diferentes rios, principalmente que passavam no centro da cidade como o Rio Belém. "O Parque São Lourenço passou a represar as águas do Rio Belém, e os parques Barigüi, Tingüi e Tanguá represaram as águas do Rio Barigüi." [63]

---

[60] IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Paraná. V.XXXI, Rio de Janeiro: Ed. IBGE, 1959, p. 202.
[61] Eduardo Emílio FENIANOS. *Manual, Curitiba a cidade em suas mãos*, p.14.
[62] Nely V. ALMEIDA. *História de Curitiba*; ensaio sobre a sua evolução. Licenciada em Geografia e História pela UFPR. Ed. F. Koeski, Curitiba: 1977, p.1.
[63] Nely V. ALMEIDA. *História de Curitiba: ensaio sobre a sua evolução*, p.1.

Os parques, atualmente são motivo de orgulho, uma vez que fazem parte de cartões postais da cidade e oferecem opções de lazer junto à natureza, principalmente nos finais de semana, à população curitibana.

Aspectos geográficos

A capital do Paraná, Curitiba situa-se no primeiro planalto, também denominado platô curitibano nas coordenadas 25° 25'04"de latitude e de longitude apresenta 49°,14',30", localizada a 900 metros acima do nível do mar, com uma área de 431km². Seu clima é subtropical úmido, sendo o índice pluviométrico de 1452 mm, ao ano, com chuvas constantes. O clima de inverno caracteriza-se por temperaturas baixas, chegando algumas vezes abaixo de zero, apresentando geadas e até mesmo neve. Porém é raro nevar em Curitiba, a última foi em julho de 1975. Foi justamente o clima frio que atraiu grande leva de imigrantes europeus para o planalto curitibano, devido a semelhanças com os de seu país de origem.[64]

Curitiba fica situada no primeiro planalto também conhecido como planalto de Curitiba e que conforme o geólogo Reinhard Maack, apresenta uma altitude média de 900 metros. Na porção nordeste encontra-se o vale da Ribeira, originando uma zona montanhosa recente. Entre os vários recursos minerais destacam-se o talco-clorita-tremolita-actinolita-antofilita-antigorita-xistos, quartzitos e gnaisses. Dominam ainda filitos, quartzitos, muscovita-xistos e mármores calcáreos e dolomíticos do Grupo Açungüi. Apresenta, ainda, mineralizações de chumbo, prata, zinco, cobre e ouro.[65]

Breve relato histórico do contexto socioeconômico de Curitiba

Em fins do século XIX e início do século XX, Curitiba presenciou um relativo surto de expansão econômica e social, influenciada pela contribuição da vinda de imigrantes, que tiveram participação nas atividades comerciais e industriais no Estado. Ocorreu não só um processo de crescimento populacional e econômico, mas também se almejava a modernização da sociedade, e para tal era imprescindível a necessidade de diversificação da economia e que se fizessem melhorias gerais.

Em 1900, de acordo com o levantamento censitário, a cidade possuía aproximadamente 50.124 habitantes. Porém, a capital não contava com infra-estrutura urbana, como ruas e calçadas pavimentadas. Nos dias de chuva, os rios da cidade transbordavam, provocando enchentes, que invadiam as casas; este problema só foi solucionado no início da

[64] Nely V. ALMEIDA. *História de Curitiba*...p.1.
[65] Idem.

década de 1970, quando houve a canalização dos rios e a criação de parques para represar as águas das chuvas[66].

As casas da cidade, ainda provinciana, eram fabricadas de madeira e usava-se o lampião para iluminação noturna. No século XIX, a diversão da cidade restringia-se apenas às touradas, visto que, apenas em 1905, um gerador de energia elétrica foi instalado e o parque de diversões Colyseo Curitibano passou a fazer parte do lazer da capital[67]. Somente, a partir de 1911, a luz elétrica se propagou em toda a cidade, anunciando o progresso, e as ruas e calçadas foram pavimentadas. [68]

Em 1882, o Barão do Cerro Azul fundou o Clube Curitibano, ambiente que tinha como público freqüentador a alta elite curitibana da época, artistas e intelectuais eram também assíduos freqüentadores do ambiente, dentre eles é possível identificar Rocha Pombo (historiador), Dário Vellozo (professor e filósofo que fundou em 1909 o Instituto Neopitagórico), Jean Itiberê e Romário Martins, todos os membros fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. [69]

Em 1911, Curitiba contava, aproximadamente, com cinqüenta e cinco mil (55.000) habitantes, os logradouros centrais da cidade receberam energia elétrica, e mais ruas e calçadas foram pavimentadas. Foi criada, então, a Guarda Civil metropolitana em 25 de novembro do mesmo ano, responsável por organizar e zelar pela cidade. Curitiba passava por um momento de franco progresso; os bondes, antes abertos e puxados por animais, foram substituídos por bondes elétricos e fechados oferecendo mais conforto e segurança a seus passageiros; as carroças começaram a disputar espaço com os automóveis, os quais começaram a ser importados pelos barões do mate[70].

Em 1912, Victor Ferreira do Amaral, Nilo Cairo e Pamphilo de Assumpção fundaram a Universidade do Paraná, chamada popularmente de "Universidade do Mate". Considerada a primeira Universidade do país, oferecia cursos como Direito, Engenharia, Odontologia, Farmácia e Comércio, suas aulas iniciaram-se em 15 de março com cerca de 100 alunos. [71]

No entanto, segundo Fenianos, em 1915, em virtude de uma lei conhecida como Lei Maximiliano que proibia a criação de universidades em cidades que possuíssem menos de cem mil habitantes, a Universidade do Paraná foi desmembrada, a fim de que os cursos

---

[66] Eduardo Emílio FENIANOS. *Manual Curitiba a cidade em suas mãos*, p. 36.
[67] Touradas – conforme alvará de licença funcional expedido pela Prefeitura Municipal de Curitiba entre 1885 e 1890.
[68] Eduardo Emílio FENIANOS. *Manual Curitiba a cidade em suas mãos,* p. 36 -38.
[69] Idem, p. 36.
[70] Ibid.
[71] IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* – Paraná, vol. XXXI. Rio de Janeiro: ed. IBGE, 1959; p. 172.

pleiteassem individualmente junto ao governo federal autorização de funcionamento, visto que neste período Curitiba possuía cerca de sessenta e seis mil (66.000) habitantes. A Universidade, então, ficou reduzida a Faculdade de Direito com os cursos de Direito e Comércio; Faculdade de Engenharia com os cursos de Engenharia Civil e Agronomia; Faculdade de Medicina com os cursos de Medicina e Cirurgia, Farmácia, Odontologia, Obstetrícia e Medicina Veterinária.[72]

No mesmo período em que ocorria a primeira Guerra Mundial, acontecia entre os estados de Santa Catarina e Paraná uma disputa por fronteiras, em parte motivo detonador da Guerra do Contestado. Para colocar fim ao movimento, o governo federal enviou uma expedição de 6 mil homens sob o comando do general Setembrino de Carvalho para acabar com a disputa, em 30 de novembro de 1916, durante o governo de Afonso Alves de Camargo, firmou-se o acordo de limites de fronteiras entre os estados do Paraná e Santa Catarina. [73].

Em 1917, Curitiba presenciou uma greve operária. A pauta de exigências da greve, em linhas gerais, passava pelas seguintes questões: salários justos, jornada de trabalho de 8 horas diárias e uma legislação trabalhista que atendesse às reais necessidades do trabalhador. Nos bairros, surgiram as associações operárias, entre elas a dos Barriqueiros do Ahú e a dos Operários do Batel, bairros em que predominavam as fábricas de gasosa, padarias, oficinas de consertos e arreios, armazéns e os engenhos de erva-mate, como o engenho da família Leão. [74]

Curitiba, nas primeiras décadas do século XX, apresentava ambiente cultural bastante diversificado e até controvertido. Os jornais mais lidos na época eram a Gazeta do Povo, o Correio do Paraná e, a partir de 1923, o Jornal O DIA; entre outros fulguravam na cidade. Não faltavam publicações alemãs e italianas dirigidas ao público imigrante.

Em 1929, Curitiba sofreu os efeitos da quebra da Bolsa de Nova York. Em seguida testemunhou o fim da República Velha, por ocasião da ascensão de Getúlio Vargas ao poder como presidente da República em 1930. Curitiba tinha em 1930 uma população estimada em 93.000 habitantes.

A partir desta década, o fluxo de carros na capital aumentou. Conseqüentemente, as oficinas mecânicas, de pinturas, vulcanização e carga de acumuladores tornaram-se mais expressivas. [75]Devido a isso a profissão de mecânico passou a ser valorizada, mesmo porque,

---

[72] Eduardo Emilio FENIANOS. *Manual Curitiba a cidade em suas mãos*, p.174.
[73] 1º Centenário de Emancipação Política do Paraná. 1853-1953, p.182.
[74] Eduardo Emílio FENIANOS, *Manual Curitiba a cidade em suas mãos*, p. 40.
[75] Idem. p.40.

a maioria das peças do setor automobilístico, naquele período, precisava ser confeccionada em Curitiba. Marcassa destaca alguns mecânicos que ascenderam profissionalmente abrindo suas próprias oficinas neste período, tais como Pedro Nico; Valmassoni; Lafite; Benedito; Vadéco Suit (o primeiro a possuir carro – reboque).[76]

No censo industrial de 1929, as empresas mais importantes do Paraná atuavam nos seguintes ramos: madeira, erva-mate, cerveja, calçados, banha, balas, meias, móveis, fundições, cofres, perfazendo um total de 1535, com o capital nelas empregado a Rs.143.637:000$000 e envolvendo 16723 operários. Quanto aos produtores de erva-mate, foram registrados 3680 e uma produção anual de 6885020 arrobas, com uma área, em ervais explorados de 150010 alqueires. Igualmente, na Mensagem afirma-se que a erva-mate extraída estava plenamente de acordo com as exigências da Lei n. 2599 de 2 de abril de 1928. [77]

Com o início da 2ª Guerra Mundial em 1939, o Brasil não pôde importar os produtos que antes adquiria, como por exemplo, autopeças para automóveis e artigos de luxo para a população mais abastada.

Em 1940, Curitiba contava com aproximadamente 150 mil habitantes, entre os quais havia além de comerciantes, pequenos industriais e funcionários públicos. No Jornal O Dia pôde-se observar que um número razoável de profissionais liberais, (dentistas, médicos, veterinários, advogados e engenheiros) oferecia seus serviços à população. Executando-se o "Plano Agache", em 1943, a capital recebeu grandes avenidas radiais e modernizou-se. Definiram-se áreas para a Zona Industrial (no bairro Rebouças), para o Centro Cívico, Politécnico e Mercado Municipal. [78]

Ainda na década de 1940, foi fundada, em Volta Redonda (Rio de Janeiro), a Companhia Siderúrgica Nacional, ea primeira fábrica de motores. Como conseqüência foi aumentando gradativamente o número de carros e oficinas mecânicas, em Curitiba. Para a época, era bem expressivo o número de automóveis na capital paranaense.

Em 1947, o governo Dutra criou o Serviço Social da Indústria (SESI) beneficiando as indústrias no Estado, mediante a oferta de mão-de-obra especializada.

No início da década de 1950, Curitiba possuía aproximadamente 320 mil habitantes, observa-se que a população, em apenas uma década, mais que dobrou (era a ascensão do setor

---

[76] João MARCASSA. *Curitiba essa velha desconhecida,* p.85.
[77] MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, pelo presidente Dr. Affonso Alves de Camargo, Curityba em 1º de fevereiro de 1930, p. 110.
[78] Eduardo Emílio FENIANOS. *Manual Curitiba a cidade em suas mãos*, p. 44.

cafeeiro). Fenianos acrescenta que, em 1953, foi festejado o centenário da emancipação política do Paraná e o governador, Sr. Bento Munhoz da Rocha, inaugurou o 'Centro Cívico' e o espaço denominado Agache tornou-se a sede dos poderes: Executivo e Legislativo. [79] Observou-se que a taxa de crescimento populacional era de 7,8% ao ano, que está ligada à expansão cafeeira no Norte do Estado, que canalizava divisas para a capital, atraindo profissionais liberais, técnicos, industriais e comerciantes.

Em 1954, o transporte urbano coletivo sofreu uma drástica transformação em Curitiba. Os bondes elétricos deixaram de funcionar e o transporte público coletivo passou a ser feito por ônibus.

Em 24 de agosto de 1954, após o suicídio de Getúlio Vargas o destino do Brasil tomou outros rumos e a crise política levou o presidente do Senado Nereu Ramos ao poder. Este garantiu a posse ao presidente eleito Juscelino Kubitschek, que governou até 1960. Juscelino buscou reforçar o crescimento industrial. Expandiu a indústria automobilística e construiu Brasília. [80]

Curitiba era considerada então uma cidade em franco progresso. Previa-se a implantação de importantes empresas nacionais e estrangeiras. Para tal era importante a isenção de impostos para as novas empresas que desejassem estabelecer-se no Estado. O objetivo era tornar o Paraná mais atrativo para os investimentos em exportação. "Curitiba ocupava o terceiro lugar na exportação e o décimo quinto lugar em importação" no país. [81]

De acordo com Fenianos, a Carteira de Exportação e Importação estabeleceu um novo plano para distribuição de cotas de importação, modificando o "critério da tradição" e permitindo que as novas empresas passassem a trabalhar com importação.[82] Apresentavam-se, assim, promissoras expectativas para a então capital do Estado do Paraná.

Origem do capital industrial em Curitiba

Acredita-se que o binômio café-indústria, parte integrante da acumulação do capital que se verificou no eixo Rio - São Paulo, não se processou no Paraná de maneira idêntica. Isto porque no Paraná verificaram-se particularidades diversas, principalmente porque o primeiro produto de exportação foi a erva-mate, seguida da madeira, do café e posteriormente da soja.

---

[79] Eduardo Emílio FENIANOS, *Manual Curitiba a cidade em suas mãos*, p. 46.
[80] Idem, p. 47.
[81] Ibid.
[82] Eduardo Emílio FENIANOS. *Manual Curitiba a cidade em suas mãos,* p. 46.

José de Souza Martins em "O cativeiro da terra" contesta a articulação única do binômio café-indústria e afirma que em todo o território nacional os estabelecimentos foram de início dominados por pequenos capitais, uma vez que as funções fabris deste período foram instituídas para substituir a produção importada.[83]

No Paraná, o café só conseguiu um lugar de destaque quando em São Paulo já se estava investindo na industrialização. Na verdade, a "marcha do café" atribuiu ao Paraná tarefas antes desempenhadas por São Paulo.

Diferentemente da industrialização paulista, que conseguiu o seu capital inicial principalmente pelo café, e de Santa Catarina, onde a origem do empresariado veio principalmente do imigrante alemão, no Paraná o luso- brasileiro,iniciou o empresariado com a industrialização da erva-mate. Os primeiros passos foram dados em Paranaguá com a fábrica de soque de Francisco Alzagaray, em 1820, melhorando o nível técnico dos métodos de produção da erva cancheada. Conforme nos relata ainda Rocha Pombo: "Desde que a Graciosa começou a dar trânsito a carroças, os fabricantes de mate se foram quase todos mudando para Curitiba, onde, aliás, desde há muito, havia alguns engenhos bem como no município da Lapa." [84]

No final do século XIX, devido a melhorias na fabricação da erva-mate e ao crescimento da economia exportadora, multiplicram- se também as atividades de suporte, como a fabricação de barricas.

O início de uma diversificação industrial, todavia, ocorreu principalmente a partir do incentivo fiscal de 1897, quando "o governo do Estado do Paraná colocou em prática a adoção do mecanismo de isenção fiscal pelo Imposto de Patente Comercial e de outros impostos para impulsionar certos setores produtores". [85]

Durante a década de 1930, quando a erva-mate entrou em fase de decadência (porque o seu principal consumidor, a Argentina, passou a produzí-la) realmente desencadeou-se uma crise, que não durou muito porque a madeira começava a ganhar espaço. Reforçou-se com o início da Segunda Guerra, quando já não se poderia mais importar madeira do exterior. Assim, passou-se a dedicar mais ênfase ao setor madeireiro.

Seguido da erva-mate, foi o setor madeireiro o responsável pela transferência de recurso para formar e ampliar o capital, para investir-se na indústria, fato este confirmado

---

[83] José de Souza MARTINS. O cativeiro da Terra, p.106.
[84] José Fra,ncisco da ROCHA POMBO, *O Paraná no centenário,* p. 58 e 92.
[85] Ana Lúcia J. de Mello de SANTANA, Crescimento industrial do Paraná: 1892 -1918. In: *Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica,* Curitiba: Anais UFPR, 1991, p. 270.

pelo grande número de serrarias, madeireiras, fábricas de móveis, surgidas a partir da década de 1930. Assim, nesta década, fundaram-se em Curitiba 127 fábricas do setor madeireiro e 59 do setor mobiliário, cujo número foi aumentando gradativamente. (ver apêndice quadro nº2). Na década de 1940 este número dobrou para 347, embora tenha havido alguns cancelamentos, conforme dados coletados nos alvarás de funcionamento da Prefeitura Municipal de Curitiba.

O setor mobiliário então quase triplicou: de 59 passou para 180 empresas, na década de 1940. (quadro nº 2). Isto pode ser explicado pelo fato de que o setor ervateiro estava decaindo e, assim, houve recursos para investir no madeireiro, cujo produto foi exportado tanto para outros estados como, Rio de Janeiro e São Paulo. Ocorria, então o pelo processo de urbanização. Alguns ervateiros renomados já possuíam paralelamente serrarias, como foi o caso de "J. Bettega & Cia.", que possuía três serrarias.

Com o fim da escravidão, o trabalhador livre poderia ganhar o seu salário e comprar o que lhe convinha, também se tornou um consumidor. Outro fator foi a vinda de imigrantes, importante sob o ponto de vista de serem consumidores em potencial. Sua experiência tecnológica ajudava a se dedicar à profissão exercida anteriormente.Esperavam juntar algum dinheiro para comprar um pequeno pedaço de terra e, então, dedicar-se a outra profissão. Foi o que aconteceu em Curitiba: os imigrantes alemães, poloneses e, principalmente, os italianos, dedicaram-se ao cultivo da uva e criaram muitas fábricas de vinho em Santa Felicidade e restaurantes de comida italiana. Tornou-se um centro gastronômico de excelência.[86]

Como a maior parte da expansão industrial seguiu na região um padrão tradicional, à base de pequenas unidades fabris de baixa eficiência, ou então desenvolvendo ramos complementares da atividade agroexportadora [87], também em Curitiba, pode-se citar a produção e exportação da erva-mate, e a sua grande maioria de indústrias ligadas ao setor madeireiro e alimentício. Assim, durante a década de 1930, fundaram-se 21 fábricas de vinho em Curitiba (ver apêndice quadro nº5).

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) deu impulso à industrialização brasileira, pela importação dos países beligerantes, que antes eram habituais fornecedores de manufaturas. Declinou, e mesmo se interrompeu em muitos casos, a importação, mas a forte queda do câmbio reduziu também consideravelmente a concorrência estrangeira.[88]

---

[86] Maria de Lourdes M. CHAVES, *Voltando ao passado,* p. 93.
[87] Augustim CUEVA, *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo: Global Ed.1983, p. 93.
[88] Caio PRADO JR. *História econômica do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1945, p. 261.

Todavia, o Paraná não se beneficiou com as vantagens supracitadas. Neste mesmo período se viu entretido com a Guerra do Contestado, cujo período inclusive ocasionou uma diminuição de fábricas, devido a crise e aos gastos que a mesma ocasionara.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Paraná (e Curitiba,) também não levou vantagens. A erva-mate tinha entrado em decadência, e o setor madeireiro estava apenas dando seus passos iniciais; portanto, foi um período de recursos escassos.

Assim, só após a expansão do setor madeireiro, e, posteriormente, com a renda advinda da cafeicultura, é que o Estado conseguiu adquirir divisas para poder investir em infra-estrutura. Continuou em seguida a expandir o setor secundário e obter sucesso neste empreendimento.

A erva-mate no Paraná e sua decadência

Conhecida desde o povoamento do Paraná, a industrialização da erva-mate, só se efetivou no século XIX, com a introdução do engenho. Então se fez uso do maquinário indispensável à sua preparação da mesma, nos moldes modernos de seu preparo. "Quem introduziu o engenho foi Francisco de Alzaruguay" [89].

O espanhol D. Manuel Miró instalou em Paranaguá uma fábrica para beneficiar a erva-mate e seu filho Afrânio Miró foi importante industrial de erva-mate. Seus descendentes dedicaram-se à economia ervateira.[90]

A extração da erva-mate virou uma febre de ganho, que se apoderou do espírito do investidor e se expandiu em ritmo acelerado durante determinado tempo.

No Álbum do 1º Centenário da Emancipação retrata-se o surto, o apogeu e a agonia da erva-mate no período de 1848 até 1928.

Exportação do mate em quantidade (quilos)[91]:

1848 - 5.500.590
1868 -12.813.323
1888 -18.253.836
1908 -35.729.587
1928 -58.908.128

[89] 1º Centenário da Emancipação Política do Paraná. *Álbum editado sob os auspícios da Câmara de Expansão Econômica do Paraná. Diretor Secretário:* Adherbal Stresser. 1885-1953. Edição do Governo do Estado, 1953, p. 182.
[90] Idem.
[91] Ibid., p.183.

O ano de 1928 foi em que se encerrou a fase de prosperidade ervateira. A Argentina deixou de comprar a erva-mate paranaense e ela própria passou a produzi-la. Pode-se afirmar que, dos três estados sulinos, o Paraná foi o que ficou mais prejudicado com isto. Era também o que mais produzia e exportava erva-mate. Os capitais locais tiveram que realocar suas atividades.

Assim, observou-se que a decadência do setor ervateiro aconteceu nos anos subseqüentes, e, até o período analisado, isto é, até o ano de 1951. Não mais se chegou na exportação ao patamar anterior, ou seja, 58.908.128 quilos de erva-mate exportada.

Na tabela abaixo, que se inicia em 1928 e vai até 1951, apresenta-se a quantidade e o valor da produção.[92]

Tabela 01

Produção de erva-mate em quilos de 1928 a 1951

Ano	Quantidade em quilos	Valor em Cr$	Preço da erva-mate
1928	**58.908.128**	**76.984.413,00**	**1,306855532**
1938	**35.581.157**	**31.160.608,40**	**0,875761527**
1939	**37.711.303**	**42.269.451,90**	**1,120869567**
1940	**33.158.149**	**39.211.802,90**	**1,182569114**
1941	**33.168.146**	**43.140.436,90**	**1,300658677**
1942	**34.054.181**	**49.144.457,80**	**1,443125523**
1943	**28.672.346**	**45.512.125,80**	**1,587317821**
1944	**28.291.397**	**54.888.766,30**	**1,940122161**
1945	**32.642.043**	**79.690.942,20**	**2,441358900**
1946	**32.420.120**	**90.650.080,80**	**2,796105652**
1947	**34.073.391**	**103.897.838,90**	**3,049236834**
1948	**32.958.128**	**104.070.280,00**	**3,157651429**
1949	**36.145.412**	**121.308.616,00**	**3,356127632**
1950	**33.213.952**	**118.558.468,00**	**3,569538126**
1951	**37.027.014**	**136.687.718,00**	**3,691567405**

Fonte: 1º Centenário de Emancipação Política do Paraná. 1853-1953.p.183.

A queda que se verificou, a partir de 1928, tem notória explicação: foi o efeito da concorrência da Argentina, das colheitas realizadas em quantidade crescente em seus ervais artificiais de Missões. Iniciada a cultura no começo deste século, em menos de 20 anos apareciam seus resultados, alterando sua posição na balança comercial com o Brasil.

[92] 1º Centenário de Emancipação Política do Paraná. Álbum editado sob os auspícios da Câmara de Expansão Econômica do Paraná. 1853-1953, p.183.

Enquanto nossas exportações da *ilex paraguaiensis* baixavam, a produção argentina subia, vertiginosamente.[93]

Desde o final do século XIX, os produtores do mate já estavam conscientes da necessidade de mudanças no âmbito da conjuntura, eles reconheciam que:

> Somente com uma ação decisiva do governo e dos industriais exportadores, poderiam ser resolvidos, já que tudo dependia de uma política de imigração adequada, da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, da arregimentação de capitais da reconstrução de estradas, como a da Graciosa e da abertura de novas estradas, como a estrada de ferro Paranaguá-Curitiba, além da diminuição dos impostos e taxas que incidiam sobre o mate e as outras indústrias provinciais.[94]

Odah Costa ressalta ainda a necessidade do transporte a baixo preço e a eliminação dos impostos vexatórios que enumera onze; cita também o atraso técnico agrícola como sendo bastante primitivo em que se encontrava a Província, com as palavras: ¨ficando na dependência de importar produtos que ela poderia cultivar.¨[95]

Padis relata que o setor ervateiro se expandiu até a Primeira Guerra Mundial e depois entrou em decadência. Entre as principais causas cita a extrema dependência do mercado internacional e a crença de que os mecanismos do mercado eram necessários para estabelecer o equilíbrio econômico. Além disso, as graves deficiências infra-estruturais e o crescente depreciamento do mate no mercado internacional devido à sua baixa qualidade, merecem ser mencionados.[96]

O setor ervateiro foi perdendo sua importância econômica no Paraná, mas permitiu aumentar gradativamente a participação de outros produtos, como os da madeira e do café.

O ano de 1931 foi o marco da liquidação da economia ervateira no Paraná. A Argentina, que era o maior mercado de consumo do produto, proibiu totalmente sua importação, pois conseguiu efetuar estoques. Nem mesmo a criação do Instituto do Mate, em 1938, foi capaz de deter a queda do produto: assim começou a cair a receita, e reduziram-se em 20 % as taxas sobre o produto.[97]

Apesar da arrecadação obtida pelo Estado e do autofinanciamento de expansão dos engenhos da erva-mate, sua capitalização logrou ser mínima durante o período. Observou-se que a economia ervateira pouco contribuiu para a urbanização paranaense. Outros fatores

---

[93] 1º Centenário de Emancipação Política do Paraná. Álbum editado sob os auspícios da Câmara de Expansão Econômica do Paraná. 1853-1953, p.183.
[94] Odah Regina G. COSTA, *Ação empresarial do Barão do Cerro Azul*. Curitiba: Grafipar, 1981, p. 39.
[95] Idem, p.38.
[96] Pedro Calil PADIS, *Formação de uma economia periférica,* p. 64.
[97] Idem. p. 63.

como a mineração e mesmo os caminhos de tropas foram mais importantes na ocupação territorial do Paraná.

A erva-mate, apesar da pequena expressão no cenário nacional, situava-se entre os poucos produtos brasileiros de exportação. Estes experimentaram, durante a primeira metade do século XIX, uma situação favorável. Assim, é provável que as transformações por que passou o Paraná e especificamente Curitiba no período 1820 e 1850, foram em grande parte, se não no todo, resultado da evolução favorável da economia ervateira.[98]

Além da concorrência estrangeira, constatou-se que a baixa produtividade do produto, como a extração da erva, que varia num período de quatro a cinco meses por ano, não oferecia uma posição vantajosa ao ervateiro. Este durante o restante do tempo precisava se dedicar a outra atividade, como lavoura e/ou criatória. Isso nem sempre era fácil, principalmente quando não era o dono da terra. Outra dificuldade era a exaustão das reservas nativas, exigindo que se incentivasse a formação de ervais novos.[99]

A política getulista na década de 1930 fomentou a produção da erva-mate nos estados sulinos, baseada no extrativismo feito por pequenos proprietários e não, por latifundiários monopolistas. Este era o caso da Laranjeira, Mendes & Cia., antes denominada Companhia Matte Laranjeira, que atuava no Estado do Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul. A extração da erva-mate em Mato Grosso esteve sob controle absoluto da referida empresa, cuja participação do Estado restringia-se aos arrendamentos feitos à firma.[100]

Observa-se que na década de 1930, o governo desestimulou a posse de grandes propriedades, comprometiam a venda da produção extrativa à indústria estrangeira. Foi justamente nesta época que se verificou o início da produção de erva-mate em grande escala pela Argentina, voltada para o abastecimento de seu setor industrial. Esse episódio desfechou um golpe à companhia Matte Laranjeira, que entregou os seus ervais arrendados a produtores do Sul. A referida empresa esteve em atividade de 1882 até a década de 1930. É provável que tenha havido o transporte da erva paranaense para aquela região, uma vez que o Paraná carecia de estradas para realizar seu transporte até o porto de Paranaguá.

Cecília Maria Westphalen cita a Matte Laranjeira como possuidora de terras no Paraná antes da década de 1930. Depois desta data, as terras foram desapropriadas pelo governo.[101]

---

[98] Pedro Calil PADIS, Formação de uma economia periférica, p. 44.
[99] Ibid., p. 177.
[100] Elizabeth M. SIQUEIRA, et ali, *O processo histórico de Mato Grosso*, Cuiabá: Ed. Guaicurus, 1980, p. 49.
[101] Altiva P. BALHANA; Brasil Pinheiro MACHADO e Cecília M. WESTPHALEN, *História do Paraná, v.1 p.*

Conclui-se que a produção da erva-mate no Paraná desempenhou um papel relevante no Estado até a segunda década do século XX. Sua capitalização foi pequena e pouco contribuiu para a urbanização paranaense.

Os pioneiros no setor ervateiro

Os primeiros engenhos de "soque" surgiram em Paranaguá. Com a abertura da Estrada da Graciosa em 1873, os engenhos foram se instalando no planalto, principalmente em Curitiba, onde a economia crescia vertiginosamente.

Entre as figuras destacadas no setor ervateiro, pode-se mencionar:

Ildefonso Pereira Correia

Também conhecido como "Barão do Cerro Azul," teve sucesso no convívio social e na indústria do Paraná. Foi pioneiro na instalação de engenho mecânico, presidente de comissões e exposições nacionais e internacionais. Em 1878, fundou o estabelecimento fabril "Tibagy Ildefonso," instalado em Curitiba, com máquinas aperfeiçoadas e modernas. Em 1881, fundou uma serraria na cidade de Ivahy e, em 1884, outra, denominada "São Sebastião", que serrava 70 dúzias de tábuas por dia.[102]

Criou o "Banco Mercantil e Industrial do Paraná", sendo responsável por muitas inovações, entre elas a "Impressora Paranaense", o "Passeio Público", a "Associação Comercial do Paraná". No Estado, foi um dos maiores expositores de erva–mate durante o século XIX. Em 1894, foi assassinado, após a retomada de Curitiba pelos florianistas. [103]

Caetano José Munhoz

Foi um dos pioneiros da indústria ervateira no Paraná. Instalou um dos maiores engenhos de erva-mate em Curitiba. Adquiriu uma das primeiras máquinas a vapor cuja instalação aconteceu em uma fábrica que, no passado, funcionava com mão- de- obra escrava[104].

Manoel Ribeiro de Macedo

Fundou em 1840 a fábrica de erva-mate "Timbú", na cidade de Curitiba, representando uma organização modelar para a indústria paranaense e nacional. Recebeu vários prêmios em exposições. O comendador Macedo libertou seus escravos antes da Lei Áurea, de 13/05/1888[105].

---

[102] Maria de Lourdes M. CHAVES, *Voltando ao passado*, p. 255.
[103] Ricardo Costa de OLIVEIRA. *O silêncio dos vencedores*, p.49.
[104] *Revista Paulista da Indústria*, p. 10.
[105] Maria de Lourdes M. CHAVES. *Voltando ao passado*, p. 63-64.

Tobias de Macedo

Filho de Manoel Ribeiro de Macedo, também se dedicou à indústria do mate. Chegou a Curitiba em 1871 e, em 1876, fundou a firma industrial "Tobias de Macedo", na época uma das mais importantes do Estado.[106] Em 1923, passou a denominar-se "Tobias de Macedo & Cia.". Possuía anexos como as oficinas de serraria e carpintaria, que prestavam serviços necessários à fábrica. Produzia energia elétrica mediante motor de 200 HP, um socorro de100 HP e ainda outro menor, na fábrica de tecidos de juta anexa à fábrica de erva-mate. No setor de erva-mate, trabalhavam 60 operários e, na de tecidos, 120 operários em 60 máquinas, produzindo, em média, 4000 metros de tecidos, matéria-prima para confecção da sacaria até entã,o importada da Índia.[107].

Em 1917, com o falecimento de Manoel de Macedo (irmão de Tobias), a empresa entrou em falência, não conseguindo recuperar-se. Em 1928, a empresa passou a fazer parte do acervo da Companhia Industrial Brasileira, tendo como diretor José Gonçalves de Sá. Esta empresa entrou também em franca decadência[108].

Acredita-se que a falência tenha como causa a fábrica de juta, pois este material não era apropriado para o acondicionamento dos grãos de café e erva- mate, pois não protegia suficientemente os produtos, ocorrendo muita perda. O problema foi superado com a introdução do algodão na confecção dos sacos de acondicionamento dos produtos. No entanto, a fábrica provavelmente não conseguiu adaptar-se às novas condições de produção.

David Antonio da Silva Carneiro

Também se ligava às atividades do setor ervateiro. Estabeleceu sociedade com o Barão do Cerro Azul, graças à visão e competência do engenheiro Francisco de Camargo Pinto que, criou o processo mecânico de beneficiamento da erva-mate, obtendo grande êxito. O sistema posteriormente foi adotado pelos demais ervateiros[109].

Em razão da firma do Barão do Cerro Azul entrar em falência, passou à nova razão social denominada "David Carneiro & Cia.", no ano de 1940, que vigorou até 1953. Então foi cancelada. A "Ervateira Americana" construída pela firma "David Carneiro & Cia.".Na época, foi considerada a mais moderna fábrica de erva-mate do Estado. [110]

Guilherme Xavier de Miranda

---

[106] Maria de Lourdes M. CHAVES. *Voltando ao passado* ..., p. 73-74.
[107] Idem. p. 74.
[108] Ibid., p. 74.
[109] Maria de Lourdes M. CHAVES. Voltando ao passado...,p. 196.
[110] Idem. p. 197.

A firma "Xavier de Miranda & Cia." foi fundada em 1865, na cidade de Morretes e, posteriormente, transferida para a cidade de Curitiba. Além do mercado nacional, exportava seus produtos para as Repúblicas do Rio da Prata, onde eram bem aceitos. Obteve vários prêmios nas exposições, tanto no Brasil quanto no exterior, sendo contemplado com quatro medalhas e dois Diplomas de Honra[111].

Francisco Fasce Fontana

A fábrica de beneficiar erva-mate "Fontana", fundada em 1834, foi uma das mais antigas do Paraná. Seu proprietário, Francisco Fasce Fontana, incutiu credibilidade nos mercados do Rio da Prata e a sua marca "Fontana" foi consumida durante 60 anos. Em 1901, com seu falecimento, a firma passou a pertencer ao Dr. Bernardo Augusto da Veiga, que imprimiu à firma progressos e modernização[112].

Em 1923, a firma passou a pertencer à Maria Dolores Leão da Veiga, que a arrendou à firma "Da Veiga & Cia.", tendo como gerente seu filho, Dr. Gabriel Leão da Veiga, digno continuador dos seus antecessores[113]. Manteve-se a qualidade do produto do chá de mate "Independência" tanto no mercado interno quanto no externo.

Agostinho Ermelino de Leão Junior

A firma "Leão Junior S.A.", foi fundada pelo industrial Agostinho Ermelino de Leão Junior, em 08 de maio de 1901, a fim de explorar a erva-mate e o ramo de comissões e consignações. Associada a outras empresas comerciais, das quais a mais importante era a "Leão & Borges", especializada na produção e exportação de madeiras. Também possuía um moinho de beneficiar erva-mate, denominado "Fábrica Santo Agostinho," estabelecido na cidade de Ponta Grossa[114].

Em 1912, a Leão Junior S.A comprou o "Engenho Tibagy", da família Fontana. Na década de 1920, chegaram a exportar 5000 toneladas. Em 1926, construíram nova fábrica, com geração própria de energia elétrica e terminal ferroviário exclusivo. No entanto, após quatro anos, ocorreu um incêndio, que destruiu a fábrica[115].

Com o arrendamento de dois engenhos, conseguiram erguer nova fábrica denominada "Leão Junior e Cia.". Em 1942, tornou-se uma sociedade anônima, denominada "Leão Junior

[111] Maria de Lourdes M. CHAVES, *Voltando ao passado...,* p. 15.
[112] Idem. p. 99.
[113] Ibid., p. 99.
[114] Maria de Lourdes M. CHAVES, *Voltando ao passado...*, p. 105.
[115] Idem. p. 106.

& CIA. S.A." [116] As adversidades encontradas foram vencidas graças aos contínuos investimentos e inovações. A empresa tornou-se centenária.

Manoel Antonio Guimarães

O Visconde de Nácar fundou, em 1830, a "Ervateira Guimarães", uma das mais antigas da região. Possuía filiais em Paranaguá, Antonina e São Francisco do Sul. Além disso, era detentora de sofisticadas técnicas de produção de mate, pois contava com o uso da eletricidade em suas fábricas.[117] Possuía variadas marcas de erva-mate que recebiam muitos prêmios[118]. A firma "Guimarães & Cia." foi símbolo de prosperidade e trabalho de seus dirigentes e funcionários.

O setor madeireiro no Paraná

O Paraná foi um dos estados sulinos privilegiados pelas matas de araucárias, nas quais se destacava o "Pinheiro do Paraná", principalmente nos seus três planaltos. A economia madeireira vinha logo após a ervateira, embora de importância menor. Desde os primórdios da colonização, o pinho era usado para a produção de alguns artigos destinados ao consumo local. Assim, a partir do século XIX, usaram-se barricas para o acondicionamento e transporte da erva-mate. Tratava-se de uma indústria complementar que crescia e acompanhava a exportação da erva-congonha. Quando o setor ervateiro entrou em crise, o madeireiro e foi levado a reboque.

Entre os fatores que determinaram o malogro do pinho paranaense destaca-se a má qualidade do produto, devido à falta de cuidados técnicos. Não se respeitava a época do corte, o que provocava sua rápida deterioração, principalmente por ficar exposto às intempéries[119]. Outro fator que afetava o setor madeireiro (e talvez seu maior obstáculo) era a falta de transporte adequado. Os melhoramentos introduzidos na estrada da Graciosa não permitiam o transporte de tábuas em escala comercial. Deste modo, desestimulava-se a abertura de grandes serrarias nos planaltos; a madeira destinava-se quase exclusivamente ao consumo local, por não haver como escoar o produto.[120]

Odah Regina Costa relata que "em dezembro de 1855 havia cerca de doze serrarias funcionando de modo regular, havendo outras em fase de instalação". Era para abastecer o

[116] Maria de Lourdes M. CHAVES, *Voltando ao passado*, p. 107.
[117] Idem. p. 139-140.
[118] Ibid., p. 141.
[119] Pedro Calil PADIS, *Formação de uma economia periférica*: *o caso do Paraná*, p. 68.
[120] Idem.

mercado consumidor local, porque as casas em a sua grande maioria eram feitas de madeira.[121]

Já o autor José Cândido afirma que "em Curitiba no ano de 1875 havia duas fábricas de chapéus, quatro fábricas de carros e carroças, dez engenhos de serrar madeira e vinte olarias"[122].

Somente com a construção da estrada de ferro, ligando Curitiba a Paranaguá em 1885 e depois em 1906; se estabeleceu a ligação ferroviária entre o mercado do Centro-Sul do Brasil e o Paraná. Com a conclusão da São Paulo - Rio Grande, é que esses dois empreendimentos permitiram que se reforçassem as exportações de madeira em escala significativa. O aprimoramento do sistema viário propiciou papel importante na diversificação das atividades industriais, inclusive no setor madeireiro.

Mário Costa afirma que os resultados dos esforços podem ser apresentados em dados, quando "em 1912 foi verificado que no Estado existiam 13.125 casas comerciais e 646 fábricas diversas".[123]

O aumento do consumo de madeira também teve um aliado importante, que era a isenção de impostos provinciais e municipais, e de taxas de barreiras sobre toda a madeira exportada. Tal isenção permitia preços mais competitivos. Sobre a questão, Cecília Maria Westphalen relata que:

> (...) a exportação do pinho paranaense só foi possível, em larga escala, com a abertura da ligação ferroviária Curitiba-Paranaguá (1885) e com o ramal Morretes-Antonina (1891). A produção do pinho encontrou grande estímulo na administração do Presidente Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, que era paranaense, e que, com seu apoio legislativo, concedeu isenção de impostos provinciais e municipais, além de obter tarifas especiais para o transporte da madeira pela estrada de ferro.[124]

Entrara em curso a Lei nº 824, de 11 de novembro de 1885. Foi esta lei protecionista que possibilitou a fase de industrialização da madeira, que viria a ocupar um papel de destaque na economia paranaense,(chegou a ocupar o segundo lugar em importância no final do século XIX.) Conforme Mário J. Affonso:

> Em 1897, consoante um cômputo digno de fé existiam no quadro urbano da cidade de Coritiba 449 casas comerciais; 15 engenhos de beneficiar herva-matte; 12 fábricas de barrica; 1 de desfiar fumo; 1 de phosphoros, 1 de colla, 1 de fotos, 1 de gelo, 1 de serralheiro e fundição a vapor; 8 officinas de serralheiro; 14 de selleiro;

---

[121] Odah Regina G. COSTA, *Ação empresarial do Barão do Cerro Azul*, Curitiba: Grafipar, 1981, p. 45.
[122] José Cândido da Silva MURICY, Ligeiras notícias sobre a Província do Paraná. Rio de Janeiro: 1875. s. l. In: *História do Brasil*. Pimenta Mello, s.d., p. 60.
[123] Mário J. Affonso da COSTA, Paraná, contribuição para o estudo do comércio e das indústrias do Estado. Rio de Janeiro: 1913. In: *História do Brasil*. Pimenta Mello. s. d., p. 62.
[124] Cecília M. WESTPHALEN, "A erva-mate e a madeira". *História do Paraná*, p. 1.

> 46 de sapateiro; 4 de tanoeiros; 1 de ourives; 16 de ferreiro; 4 engenhos de serra; 24 olarias nos arredores; 20 fornos de cal virgem em Tamandaré, a duas léguas de Coritiba.[125]

Em 1910 havia cerca de 100 estabelecimentos, incluindo serrarias a vapor e unidades de aparelhar madeira, que produziam tábuas, cascas, cabos de vassoura, toras de pinho para fósforos, aduelas para barricas e palhões para garrafas.

No século XIX, a economia paranaense baseava-se na produção para exportação, concentrada na erva-mate, abastecendo a população com a produção local para o consumo imediato e a importação de produtos de consumo do exterior e de outras províncias. Desta maneira, dificultava-se a formação de bens de capital, tendo em vista o alto preço dos importados e a baixa renda das exportações de produtos extrativos, tornando o Paraná dependente de São Paulo e do exterior.

No entanto, o mate e a madeira proporcionaram o surgimento, já no início do século XX de uma burguesia local, razoavelmente diversificada. O Estado possuía em torno de 300 estabelecimentos, empregando 5000 operários, com um capital de 21.000 contos de réis e uma produção anual de 34.000 contos de réis. Predominavam as de beneficiamento da erva-mate, serrarias a vapor, fósforos, carpintaria, fiação e a tecelagem.[126]

No início do século XX, nas imediações de Curitiba havia uma fábrica de fósforos*, que contava com uma floresta de pinheiros e chegou a pagar ao governo 1000 contos de impostos num só ano. Era a maior do Brasil no setor, daí sua importância.[127]

A economia madeireira, diferentemente da ervateira, chegou a atrair capitais estrangeiros para o setor. Capitais ingleses e norte-americanos, "concentraram-se no setor ferroviário, obtendo grandes concessões de terras às margens das linhas a serem construídas. O retorno em curto prazo do capital empregado era obtido por meio da exploração madeireira, visando o mercado externo".[128]

Em 1906, a Brazil Railway Company (empresa holding) passou a controlar a maior parte da rede ferroviária do Sul do Brasil. A Southern Brazil Lumber & Colonization Cia., uma subsidiária da Brazil Railway, além de controlar cerca de 300.000 hectares de terras,

---

[125] Mário J. Affonso da COSTA, *Paraná, contribuição para o estudo do comércio e das indústrias do Estado*, p. 64-65.
[126] *MENSAGEM* do Presidente do Estado do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, ao Congresso Estadual em 1 de fevereiro de 1925. Curitiba, 1925, p.11.
[127] Paul WALLE, *Au Brésil del Uruguay ao Rio São Francisco*, p. 287.
[128] Francisco MAGALHÃES FILHO. *Evolução histórica da economia paranaense*, p. 140.

passou a exportar madeira. Já empregava técnicas modernas de secagem de tábuas obtendo qualidade do produto bem superior.[129]

A "Lumber", como era conhecida, passava nos planaltos onde se encontrava a araucária não só pela facilidade de escoamento do produto, mas porque obteve do governo a concessão de 30 km de hectares de cada lado da ferrovia. Isso, mais a compra de 180.000 hectares de terras, tornou a Lumber maior madeireira da América Latina. Suas instalações achavam-se em Três Barras, que ficava na região do Contestado, (Guerra do Contestado) atualmente em Santa Catarina, de cujas terras os sertanejos tinham sido expulsos.

Com o término da estrada de ferro, os estados sulinos puderam produzir o pinho serrado e também exportá-lo. Apesar de parte do setor madeireiro ter estado sob controle de estrangeiros, conseguiu-se desenvolver um setor local, industrial e exportador.

No setor madeireiro, verificou-se uma crise no início do século XX, a qual perdurou até o final da década de 1920, recuperando-se logo a seguir. O motivo da crise fora a baixa qualidade do produto brasileiro comparado com a madeira importada dos Estados Unidos e da Europa, que os antigos compradores passaram a importar.

No período de 1925 a 1933, as exportações brasileiras permaneceram estacionadas, tendo com a Argentina como principal comprador. A partir de 1935 alguns países europeus, como a Alemanha, passaram a comprar a madeira brasileira, que correspondia a 3% do total, e em 1939, alcançou 21%.[130]

O setor madeireiro, por ser uma atividade extrativista e predatória, em poucas décadas quase acabou com o pinheiro paranaense. Tentou-se o reflorestamento com o "pinus eliotis", ideal para fornecer celulose à fabricação de papel, mas, conforme alguns técnicos, essa espécie não deixava a água da chuva penetrar no solo. O fato talvez possa explicar a razão de freqüentes enchentes na região do Sul do Brasil.

Apesar das dificuldades de escoamento dos dois principais produtos (erva-mate e madeira), nem a má conservação (como a falta de estradas) foi capaz de impedir o melhoramento e a condição propícia para o estabelecimento industrial. No futuro se viria instalar-se um processo de industrialização no Paraná. Isso foi capaz de gerar não só certa acumulação de capital como proporcionou a importação de bens de produção necessários ao setor industrial que favorecia a imigração.

---

[129] Francisco MAGALHÃES FILHO. *Evolução histórica da economia paranaense*, p.140.
*A fábrica de fósforos Eisenbach e Kürlimann foi fundada em 1895 conforme alvará de licença da Prefeitura Municipal de Curitiba.
[130] Francisco MAGALHÃES FILHO. Evolução histórica da economia paranaense, In: *Revista Paranaense de Desenvolvimen*to, p. 143.

A exploração da madeira, juntamente com a da erva mate, formou uma camada industrial no Estado, iniciada no final do século XIX. Com a estrada de ferro, intensificou-se também o comércio de outros produtos. O setor madeireiro conseguiu atrair capitais ingleses e norte-americanos, que se concentravam na construção de ferrovias. Fizeram-se concessões de terras ao longo do traçado da ferrovia a ser construída. Com a exploração da madeira, acreditava-se obter o retorno do capital empregado em curto prazo.[131]

Ao longo da ferrovia, as serrarias multiplicaram-se, e com o tempo, a exportação da madeira ultrapassou, em importância, a da erva-mate.

Além da penetração do capital estrangeiro, desenvolveu-se um setor madeireiro local e também exportador. Era a fabricação de barricas com o pinho local, uma vez que a primeira Guerra Mundial impossibilitou a importação do pinho de Riga, antes considerado de melhor qualidade, segundo Ruy Wachowicz.[132]

Madeireiros importantes em empresas pioneiras

Orestes Códega: após ter montado "uma grande 'descascadeira' em 1936, passou, no ano seguinte, a equipar e a pôr em funcionamento uma seção de preparo de chapas de compensados".[133] Assim, constituiu a firma Códega & Cia., com modernas e espaçosas instalações no Portão, em Curitiba. Além de pioneira, a firma tem sido uma das maiores produtoras de compensados do Brasil, exportando-os para todos os estados brasileiros e para o exterior.[134]

No município de Palmas possuía uma mata própria, mas adquiriu toras de outras procedências para a fabricação dos compensados. Estes eram de dois tipos: finos, destinados às lâminas de pequena espessura, e outro, de pedaços de taboas desdobradas, mais grossas.[135]

A firma Códega & Cia. dirigida pelo Dr. Plínio Códega Filho de Orestes equipou sua fábrica com aparelhagem moderna, a fim de conseguir melhorias, aumentando e aprimorando a produção nesse importante setor industrial.[136]

Germano Augusto Birckholtz fundou a firma Madeiras Duplex Ltda., em 1943, ou seja, em pleno período de guerra. Utilizou-se, em sua maior parte, de máquinas de fabricação

---

[131] Francisco MAGALHÃES FILHO. Evolução histórica da economia paranaense, In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, p. 143.
[132] Ruy C. WACHOWICZ, *História do Paraná. Curitiba: Ed. dos Professores.* 1967, p. 108.
[133] *Revista Paulista de Indústria*, p. 91.
[134] Idem, p. 91-93.
[135] Ibid., p. 94.
[136] *Revista Paulista de Indústria*, p. 94.

nacional. Especializou-se num compensado do tipo "fino", mediante a superposição de várias lâminas ou folhas, em sentido cruzado e de número ímpar. Produzia um material de elevada qualidade e conseguiu boa reputação no mercado, devido aos cuidados dispensados na manufatura desse tipo.[137]

A empresa fabricava exclusivamente compensados de pino e de cedro nas espessuras de 3 a 12 milímetros, usando para tal, folhas de menores larguras, classificadas na escolha. Possuía um laboratório próprio de análises, que corrigia a variação das propriedades da caseína, sujeita a influências várias. Para garantir a qualidade da cola, mantinha uma fabricação própria, ocupando o cargo de químico-industrial o Dr. Hans Theobaldo Birckholtz.[138]

Para aumentar a produtividade, instalaram-se ali máquinas modernas, de procedência alemã, capazes de elevar o padrão industrial da empresa e do Estado.[139]

João Viana Seiler era filho de pai suíço. Começou a trabalhar na firma "Emilio Romani & Cia.", posteriormente "Códega & CIA. e, logo depois, já era sócio com 10%. Mas não tardou, fundou as próprias firmas "Guérios & Seiler" e "Seiler & Cia.", ambas no setor de secos e molhados. Realizou transações no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tornando-se notável seu giro de negócios.[140]

Em 1929, mediante contatos com a firma "Müeller & Irmãos", recebeu da Casa Riter, de Hamburgo (Alemanha), máquinas para a indústria de laminados. Com o maquinário veio também o técnico Gustave Mirchenberg, para montar a indústria. Assim, em primeiro de abril de 1930, iniciou-se a fabricação de laminados em Curitiba. Apesar das dificuldades inerentes à década, encontrou-se mercado para as lâminas de imbuia, em Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo, etc., inclusive no exterior.[141]

Em 1936 criou a indústria de compensados, com a qual teve sucesso principalmente com a exportação de madeiras contraplacadas[142]. Como membro do Instituto Nacional do Pinho, fundou diversos sindicatos, um dos quais presidiu até morrer. Foi um dos fundadores da "Federação das Indústrias do Estado do Paraná", Provedor da Santa Casa de Misericórdia e Presidente da Sociedade de Socorro aos Necessitados.[143]

---

[137] Revista Paulista de Indústria, p. 96.
[138] Idem. p. 98.
[139] Ibid., p. 98.
[140] Maria de Lourdes M. CHAVES, *Voltando ao passado,* p. 232.
[141] *Revista Paulista de Indústria*, p. 68.
[142] Maria de Lourdes M. CHAVES. *Voltando ao passado,* p. 232-233.
[143] Idem, p. 233.

Em 1953 participou do "Primeiro Congresso Florestal Brasileiro", criou a "Escola de Instrução Militar 321", conhecida por "Tiro de Curitiba".[144]

João Vianna Seiler foi um empresário de múltiplas facetas: caixeiro e comerciante, industrial, político e cidadão benemérito das causas do Paraná.

Jorge Eisenbach, provavelmente suíço ou alemão, e Fernando Hürlimann, suíço, ambos estabelecidos em Curitiba, abriram a firma "Eisenbach & Hürlimann", em 21 de setembro de 1895, apresentada como: "Fábrica Paranaense" de Phósphoros de Segurança – Curityba. Uma observação: já possuía registro da marca.

Em 1900, a principal marca registrada era: "Phósphoros Pinheiro"; em seguida surgiram a "Beija Flor" e "Olho". A diferença encontrava-se apenas na embalagem.[145]

Esta fábrica, com o passar dos anos, ampliou-se e foi arrendada pela FIAT LUX em 1904. Trata-se de uma multinacional, que detém 60% do mercado de fósforos e é controlada pela Companhia Sueca "Swedish Match".[146]

Ela possui quatro fábricas no Brasil: a de Curitiba, FIAT LUX é a maior do mundo (na fabricação de fósforos); outra em Piraí do Sul (PR) central de palitos; em São Lourenço da Mata (PE), além de subsidiárias, como a do Amazonas, que fabrica isqueiros "Crickett".[147]

A fábrica de Curitiba produz cinco milhões de caixas de fósforos por dia, possui 600 operários, divididos em três turnos, trabalhando dia e noite, só interrompendo suas atividades por 24 hs, ou seja, das 22 hs. de sábado às 22 hs. de domingo.[148]

Em 1907, no recenseamento industrial, esta firma apresentava produção no valor de 4800 mil réis, o que a colocava como a décima primeira empresa em valor de produção no Brasil.[149]

A administração da empresa em Curitiba controla a fábrica de fósforos, a unidade de palitos lâminas, fazendas de reflorestamento, a oficina mecânica geral da companhia e o laboratório químico central.[150]

Tudo funciona de forma planejada, ou seja, dentro das melhores condições de segurança. A fábrica FIAT LUX ainda é a maior do mundo na fabricação de fósforos.

O setor madeireiro ficava logo atrás do ervateiro e chegou mesmo a superá-lo em alguns períodos, entre as décadas de 1930 e 1950. Portanto, desenvolveu também o setor

---

[144] Maria de Lourdes M. CHAVES, *Voltando ao passado...,* p. 233.
[145] Idem. p. 237-242.
[146] Ibid., p. 241-242.
[147] Maria de Lourdes M. CHAVES, *Voltando ao passado*, p. 241-242.
[148] Idem. p. 245.
[149] Ricardo Costa de Oliveira. *O silêncio dos vencedores,* p. 59.
[150] Maria de Lourdes M. CHAVES. *Voltando ao passado,* p. 244.

madeireiro local, industrial e exportador. No início destacaram-se as fábricas de barricas, que serviam para acondicionar a erva-mate. Foi devido à atuação de seus pioneiros que o setor conseguiu expandir-se. Posteriormente, foi superado pela produção cafeeira do Estado.

A questão dos transportes

Um dos problemas cruciais do Paraná foi a falta e, posteriormente, as inadequadas redes rodoviárias e ferroviárias. Assim, os problemas econômicos foram, em sua maioria, gerados, devido à carência de uma infra-estrutura básica, o que dificultou consideravelmente um maior desempenho no setor ervateiro e madeireiro, no que tange particularmente à implantação de indústrias no Estado. Todavia, Curitiba, desde as primeiras décadas do século XX, já contava com um maior número de indústrias no Estado.

Também não havia uma política governamental consistente de proteção à indústria, e, além disso, faziam-se freqüentes denúncias quanto à falta de tarifas favoráveis. As altas taxas de fretes das estradas de ferro oneravam o preço final dos produtos, em especial o da erva-mate, principal produto de exportação até o final da década de 1920.

A estrada que ligava Curitiba a São Paulo e ao Rio Grande do Sul era muito sinuosa. Romário Martins, em seu estudo Caminhos Históricos, em "Cinqüentenário da Estrada de Ferro do Paraná", inseriu pormenorizados dados sobre os desnecessários itinerários dessa linha interestadual[151], apresentando defeitos graves em seus caminhos.

O percurso manteve-se por séculos. Por ocasião da construção da ferrovia São Paulo –Rio Grande repetiu-se o erro, que se tornou antieconômica. É fácil detectar o problema na carta geográfica do Paraná[152].

Entre os defeitos correntemente citados, o principal deles seria o roteiro das estradas de rodagem e das ferrovias. As de rodagem, algumas descreviam semicírculos ou arco; a ferrovia formava um ângulo quase reto na ligação com o sul. No Ramal do Rio Negro, havia trechos feitos para servir os fundos de fazendas, em detrimento dos interesses reais da população. Apresentavam sinuosidades que obrigavam a divisão de oito vagões em três comboios, dificultando o transporte e onerando o custo. Cita-se também que, até 1930, não

[151] Romário MARTINS. Caminhos Históricos. In: *Cinqüentenário da Estrada de Ferro do Paraná,* p. 25.
[152] 1º Centenário da Emancipação do Paraná. *Álbum editado sob os auspícios da Câmara de Expansão Econômica do Paraná.* 1853-1953, p. 156.

havia uma estrada direta para o Norte do Estado, o que aumentava consideravelmente seu percurso. [153]

Ressalta-se ainda "que havia, nas estradas construídas sob garantia de juros, um esticamento explicado pelo objetivo de as companhias construtoras receberem seus proventos sem perigo. Era um ótimo emprego de capital". [154]

No que tange aos transportes no Paraná, verificam-se duas eras distintas: antes da revolução de 1930 e outra após 1930.

Era uma questão vital a condução de cargas e passageiros. Algumas vezes, por falta de vagões e locomotivas, a produção chegava a apodrecer no local, tudo isso devido à impossibilidade de escoamento na hora adequada. Alguns industriais mais abastados, principalmente madeireiros, adquiriram vagões para o transporte de suas mercadorias. Conforme notícias do jornal "O DIA" algumas vezes ocorreram acidentes na Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá e os prejuízos foram bastante elevados. Motivo este, somado à falta de estradas no Norte do Estado na região cafeeira, levou os cafeicultores a exportar o café pelo Porto de Santos, em São Paulo e, assim, grande parte das divisas era transferida para o Estado vizinho. O governo do Paraná com a renda obtida do setor cafeeiro conseguiu, aos poucos, investir na construção de uma ferrovia entre a região produtora e o Porto de Paranaguá, mais próximo, e também visando estabelecer a agroindústria no Norte do Estado.[155] Com a construção da estrada de ferro nesta região, os cafeicultores puderam exportar o café através do Porto de Paranaguá, ao invés do Porto de Santos, o que culminou numa arrecadação mais vantajosa. Padis alegava ainda que "na pior das hipóteses, isso significaria uma duplicação da receita obtida através dos impostos cobrados pela exportação do produto".[156]

Sanar essas deficiências era imprescindível para o progresso do Estado. Todavia, exigia-se a remodelação das estradas existentes, tanto as da rede ferroviária quanto as das estradas de rodagem, cuja mobilização exigia três fatores: interesse dos governantes, tempos recordes de obra e muito dinheiro disponível.[157]

De 1932 a 1939, o então interventor Manuel Ribas mandou construir "a Estrada do Cerne" no Norte do Estado, que representou o único empreendimento rodoviário feito pelo

---

[153] 1º Centenário da Emancipação do Paraná. *Álbum editado sob os auspícios da Câmara de Expansão Econômica do Paraná.* 1853-1953, p.156.
[154] Idem.
[155] Luciana A. Bastos. *A industrialização do Paraná*: uma nova abordagem. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP. 2002. p. 49.
[156] Pedro Calil PADIS. *Formação de uma economia periférica*: o caso do Paraná, p.127.
[157] 1º Centenário da Emancipação do Paraná. *Álbum editado sob os auspícios da Câmara de Expansão Econômica do Paraná, 1853-1953*, p. 156.

governo do Paraná com tecnicidade real. Pode-se afirmar que o governador projetou a estrada tal qual a construiu e a entregou ao tráfego. [158]

O Exército concretizou as ligações pela Ribeira para São Paulo e para Joinvile – SC. A viagem para São Paulo foi reduzida para oito horas; a para Joinvile, a duas horas e meia. [159]

A União "tentava a efetivação de um vínculo rodoviário entre o Norte e Sul do país, aproveitando a Ribeira e a de Rio Negro e iniciava uma rodovia de classe para Foz do Iguaçu, pelo divisor de água". [160]

Mas foi só a partir da década de 1960, que se estabeleceu uma ligação entre a região produtora e o principal porto do Estado do Paraná – Paranaguá, quando se verificou a inversão da tendência dos exportadores, aumentando, ano após ano, o volume exportado pelo Porto de Paranaguá.[161]

A energia elétrica

A energia elétrica situa-se entre os fatores cuja ausência agravava o crescimento econômico do Estado, juntamente com as vias de comunicações, pois entre os fatores, considerados básicos para que se possa iniciar o processo industrializante em determinado local, a energia é elemento chave.

Enquanto São Paulo expandiu suas indústrias, superando mesmo a então capital Rio de Janeiro, o Paraná não podia atrair fábricas, devido à carência energética. Era um grande obstáculo para tal fixação. Assim, em meados da década de 1920 e, durante 1930, os paulistas conseguiram superar todos os estados brasileiros, tão grande foi o peso da obtenção de energia para as suas indústrias, ou seja, ela é indispensável ao progresso de uma região.

As poucas fábricas que se instalaram em Curitiba usavam uma técnica rudimentar com pouco maquinário, e quase só com ferramentas simples. O trabalho era artesanal e não dava condições de se fabricar produtos em série, onerando seu preço final. Estes problemas foram responsáveis pela entrada de produtos importados, principalmente de São Paulo, favorecendo inclusive o fechamento de algumas fábricas instaladas. Estas não possuíam condições de adquirir maquinário (na época muito caro), impossibilitando a sua permanência no mercado. Viram-se, portanto fadadas ao encerramento de suas atividades.

---

[158] 1º Centenário da Emancipação do Paraná. *Álbum editado sob os auspícios da Câmara de Expansão Econômica do Paraná*. 1853-1953, p.156.
[159] Idem.
[160] Ibid.
[161] Pedro Calil PADIS, *Formação de uma economia periférica*: *o caso do Paraná*, p. 127.

Durante a década de 1950, a indústria moderna, a qual se orienta pela automatização e produção em série, ainda não havia se instalado em Curitiba.

Sabe-se que a industrialização é fruto de vários fatores. Entre eles podem-se citar os transportes, portos, telecomunicações, energia elétrica, etc. Assim, estes setores foram a partir da década de 1960, objeto de grandes esforços por parte do Poder Público Estadual e Municipal.

Durante a década de 1960, no Paraná, foi preciso corrigir distorções quanto ao baixo preço da energia elétrica, que quase entrou em colapso. Ali se verificaram racionamentos e deterioração dos serviços. Fazendo-se uma análise econômica verificou-se que a inflação provocou um processo de transferência intersetorial de rendas, em desfavor das empresas de serviços públicos de energia elétrica. Estas sofreram uma contínua diminuição de sua renda real. Tornou-se imperativo que o preço da eletricidade fosse reajustado em função de uma política tributária realista. [162]

A manutenção de baixas tarifas impediu a expansão dos serviços de energia elétrica e por outro lado, foi um entrave ao processo industrializante, devido à insuficiência da sua oferta, ocasionando racionamentos com cortes de circuitos. Verificou-se que "além das condições favoráveis de mercado, a instalação ou expansão de indústrias sempre decorre da efetiva disponibilidade de energia e não, de sua oferta a preços baixos"[163] (política que prevaleceu até meados da década de 1960 no Paraná.)

[162] Pedro Ricardo DORIA. Considerações gerais sobre a energia elétrica. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba: jan/fev. 1970. nº. 16, p. 13-14.
[163] Idem. p. 15.

Capítulo II – A indústria paranaense e sua expansão nos anos (19)40

Introdução

Este segundo capítulo aprecia o crescimento agregado da produção paranaense entre 1939 e 1950, por ramo da atividade industrial, segundo os dados do IBGE. A ocorrência da Grande Revolução Industrial (1760-1840) mudou completamente a face econômica do mundo, fazendo umas rendas nacionais crescerem várias vezes, enquanto áreas sem maquinofatura se viam praticamente estagnadas. Após a primeira guerra mundial (1914-1918), as nações menos industrializadas viram suas elites serem tomadas de verdadeiro fascínio, pelo que o poder industrial conferia aos seus possuidores de construtivo e de destrutivo.

O surgimento de novas nações, particularmente na Europa, com a decomposição de grandes impérios, colocava na ordem do dia internacional o problema da industrialização desses países nascentes e tal movimento apresentava obviamente um custo elevado. Com o relativo caso da Grã-Bretanha e da Alemanha, endividadas pelo custo do primeiro conflito, as procuras por crédito voltou-se para os EUA, de fato, o virtual vencedor daquela guerra. A economia norte-americana apresentava-se em plena expansão, sofrendo crises parciais em 1921 e 1927, mas a parecer não só sustentando as demandas internacionais por crédito como levando a novos parâmetros os impactos da chamada "segunda revolução industrial" (motores a explosão; arranha-céus; estações de serviço; rodovias; suburbanização; etc.).

No entanto, até então nunca vista demanda dos EUA por produtos primários sofreria um baque, com os efeitos da aparente mecanização em excesso da produção primária, associada à segunda revolução industrial. No afã por industrializar-se, as nações dependentes elevaram enormemente sua oferta de produtos primários, competindo ferozmente entre si e, conseqüentemente, favorecendo a queda rápida do preço de seus produtos ofertados no mercado internacional. Com a queda dos preços primários, diminuiu o acúmulo de riqueza dos produtores primários e sua procura por bens industriais sofreria cortes bruscos. Tal foi o "soluço" da economia norte-americana de 1927 e, logo, o impacto devastador da crise 1929-1932. O comércio internacional sofreu um prolongado abalo (1929-1945). Os produtos primários foram vendidos nesse período a uma fração de seu valor e as economias dependentes – ou em fase de industrialização – viram-se forçadas em grande escala a tentar produzir tudo aquilo que consumiam e não possuíam *moeda dura* (divisas) para comprar no exterior. Como explicam Paul Einzig, Celso Furtado, Humberto Bastos, Raul Prébisch,

Everett Hagen e tantos outros, o mundo passou por uma forte fase de industrialização que se logrou chamar *substitutiva*.

A chamada política de industrialização substitutiva foi adotada no período (1929-1945) por todas as forças industriais dos países dependentes; Mussolini e Hitler a adotaram em seus países; quase toda a América Latina e países asiáticos, etc. Essa política era vista como único caminho para a sobrevivência. Ela foi apoiada inclusive pelo capital estrangeiro em suas bases locais, porque precisavam manter seu mercado com reparações, produção local de peças, etc. As diferentes missões econômicas que vieram ao Brasil, por conta do interesse de Roosevelt para o segundo conflito mundial, preconizaram todas (Cooke, Taub, Abbink...) políticas de investimento que incluíam a industrialização substitutiva. Foi apenas após a segunda grande guerra, no contexto de reorganização do comércio internacional (1945-1962), que o BIRD e o EXIMBANK iriam se voltar gradativamente contra a "industrialização da periferia", passada então a ser vista como desnecessária, uma vez que os países centrais já estariam de novo habilitados a fornecer amplamente produtos industriais. Nesse ínterim, contudo o crescimento das populações e das indústrias periféricas constituiu novas necessidades, que se tornariam como fontes de conflito.

Deste modo, a expansão industrial do Paraná na fase 1939-1950 viu-se relativamente estimulada pela: a) ausência de divisas para importações amplas; e b) boa lucratividade alternativa para a produção secundária. Nessa fase, praticamente tudo aquilo que se lograsse produzir encontraria um preço compensatório e um mercado local consumidor. Certos itens, inclusive – Carnes, tecidos, óleos vegetais, couros – eram fortemente demandados desde o exterior. O período 1950-1952 conheceria ainda uma demanda extra, pelo efeito do conflito coreano. Assim, compreende-se a forte expansão obtida pela indústria paranaense naquele momento. As tabelas que se seguem apresentam o valor da produção em milhares de cruzeiros nominais ajustados, para os diferentes e mais importantes ramos industriais.

Os diferentes ramos industriais

Tabela 02

Paraná: valor da produção em cruzeiros nominais ajustados

(milhares)
(estimativas segundo IBGE)

Ano	Produtos Minerais	Produtos vegetais	Indústria de transformação	Transformação de minerais não metálicos	Metalúrgica
1939	2041	17067	345370	11377	15364
1940	2726,29712	22543,5098	431028,313	14445,7305	16671,9707
1941	3641,69189	29777,3398	537931,375	18342,1895	18091,2793
1942	4864,44482	39332,3789	671348,625	23289,6406	19631,4297
1943	6497,75586	51953,4609	837855,625	29571,5801	21302,6895
1944	8679,47559	68624,4375	1045660	37547,9492	23116,2207
1945	11593,7402	90644,8516	1305003	47675,7891	25084,1504
1946	15486,5195	119731,203	1628668	60535,4297	27219,6191
1947	20686,3496	158150,906	2032609	76863,7109	29536,8691
1948	27632,0996	208898,906	2536734	97596,2266	32051,4004
1949	36910	275931	3165892	123921	34780
1950	49303,0898	364472,5	3951093	157346,297	37740,8789

Os valores à esquerda da vírgula expressam milhares de cruzeiros nominais ajustados. Assim, em 1939, o valor da produção dos produtos minerais paranaenses era de 2041 mil cruzeiros, ou seja, dois milhões e quarenta e um mil cruzeiros; para 1940, o valor ajustado era 2 milhões, 726 mil, duzentos e noventa e sete cruzeiros e 12 centavos. Essa leitura exata não é necessária. Os valores estão computados sem as flutuações do período, de acordo com a média geométrica. Portanto, o valor para 1940 seria aproximadamente 2 milhões, 726 mil cruzeiros. E assim sucessivamente para a leitura de cada ano e de cada ramo. Por exemplo, para 1949, o valor nominal estimado da produção mineral paranaense era 36 milhões, 910 mil cruzeiros. O importante é notar que o valor da produção mineral cresceu a uma taxa média de 33,6% ao ano, o que é considerável. Quanto ao valor da produção dos produtos vegetais, efetuou-se à taxa nominal de 32% ao ano. O conjunto da indústria de transformação expandiu-se à taxa nominal de 24,8% ao ano. A transformação de minerais não-metálicos efetuou-se com a taxa nominal de cerca de 27% ao ano. O ramo metalúrgico apresentou a taxa de 8,5% anualmente, o que deve expressar compras praticamente locais.

O avanço da extração mineral tem impacto favorável em todos os ramos da produção. Naquela época, as necessidades brasileiras de importação de numerosos itens, dos metálicos e não-metálicos, tinham um efeito capaz de estrangular a produção. Essa enorme dependência precisava, portanto, não só ser aliviada, nas condições críticas da perda brasileira do poder de

compra no exterior, como até ser revertida, dando-se alguma capacidade de exportação de minérios, ao ambiente do segundo conflito mundial (vide o caso do Amapá e das exportações das areias monazíticas). Por outro lado, a expansão da indústria de extração mineral permitia desbloquear as indústrias de transformação que possuíam como sua principal matéria-prima os diversos produtos minerais.

Tabela 03

Paraná: valor da produção cruzeiros nominais ajustados

(milhares)
(estimativas segundo IBGE)

ANO	Mecânica	Material Elétrico e de Comunicação	Madeira	Mobiliário	Papel e papelão	Couros e peles
1939	534	35	89184	10810	2408	8493
1940	840,166016	50,4231796	108166,898	13086,7695	3694,25391	10306,5498
1941	1321,87	72,6427689	131190,406	15843,0703	5667,57178	12507,3604
1942	2079,75806	104,653702	159114,406	19179,8906	8694,95508	15178,1201
1943	3272,17505	150,770599	192982,094	23219,5	13339,4404	18419,1797
1944	5148,25781	217,209595	234058,5	28109,9199	20464,8203	22352,3203
1945	8099,98389	312,925598	283878,188	34030,3516	31396,2793	27125,3203
1946	12744,0703	450,820099	344302	41197,7305	48166,8789	32917,5195
1947	20050,8008	649,479614	417587,094	49874,6719	73895,6328	39946,5703
1948	31546,8203	935,680725	506470,906	60379,1289	113367,602	48476,5508
1949	49634,0195	1348	614273,875	73096	173923,906	58827,9883
1950	78091,4063	1942,01294	745022,813	88491,2734	266826,906	71389,8203

Quando se observa a tabela 03, vê-se que o ramo mecânico cresceu muito rápido, a uma taxa nominal anual média de 57,3%. O material elétrico e de comunicação expandiu-se à taxa de 44% ao ano e a produção madeireira com a taxa de 21,3%. O ramo de mobiliário apresentou taxa anual de 21% e papel e papelão expandiu-se com a taxa de 53,4%. Couros e peles e artefatos similares cresceu à taxa média anual de 21,4%, apesar de ser uma atividade tradicional. Ou seja, estas taxas elevadíssimas da produção paranaense expressam tanto o abastecimento de consumidores locais – industriais e finais – quanto à demanda externa ao Paraná, a estimular o seu crescimento.

Havia desde o início do governo Vargas (1930-1945) uma forte preocupação em favor do desenvolvimento da indústria de máquinas no país. O ramo metalúrgico tinha já certa importância com o efeito substitutivo do aumento da capacidade de reciclagem dos metais e por fim *decolaria* (take off) nos anos (19)40, com o impacto da Companhia Siderúrgica Nacional. O desenvolvimento de uma capacidade de reparação dos equipamentos mecânicos deu-se primeiramente no Rio de Janeiro (1880-1920) e logo em São Paulo (1913-1940). As oficinas de *fundo de quintal* destacaram-se em São Paulo desde a primeira guerra mundial,

passando a liderar o ramo mecânico do país durante os anos (19)30. Assim, durante a segunda guerra mundial a indústria mecânica viria a demonstrar sua adaptação às condições paranaenses, para expressar-se com forte expansão. Neste ramo, os empresários desde cedo manifestaram a compreensão da força real que impelia suas atividades: o caráter substitutivo. Foram nele constantes as pressões para que os governos, federal e estadual concedessem crédito e dessem facilidades para esta importante produção.

As atividades de reparação logo levariam à produção de autopeças e ao fabrico de caçambas, vagonetas, carroçarias, etc. Uma certa capacidade mecânica impacta assim sobre a produção de material de transporte e de comunicação. As intensas associações criativas entre os ramos de mecânica, material de transporte e comunicação, madeira, etc., já eram aproveitadas pelo capital estrangeiro, tanto na fase da expansão ferroviária, quanto na fase local de difusão dos motores de explosão. Em São Paulo, esta associação levaria nos anos (19)50 à implantação da indústria automobilística de capital estrangeiro. No Rio de Janeiro já havia a fábrica de caminhões da FNM, desde os anos da segunda grande guerra, de capital público (governo federal).

Tabela 04
Paraná: valor da produção cruzeiros nominais ajustados
1939-1950 (milhares)
(estimativas segundo IBGE)

ANO	Química e farmacêutica	Têxtil	Alimentícios	Construção civil	Serviços industriais de utilidade pública	Diversos
1939	23066	13718	142193	5930	3101	4507
1940	27380,6602	16644,5801	180717,906	8605,16406	4180,45508	5400,24121
1941	32502,4004	20195,5098	229680,406	12487,1602	5635,66699	6470,51221
1942	38582,1992	24503,9902	291908,594	18120,4102	7597,43701	7752,8999
1943	45799,2813	29731,6309	370996,406	26294,9609	10242,0996	9289,44531
1944	54366,3516	36074,5313	471511,813	38157,2305	13807,3604	11130,5195
1945	64535,9609	43770,6211	599260,188	55370,8711	18613,6895	13336,4697
1946	76607,8594	53108,5703	761619,875	80349,9766	25093,0996	15979,6201
1947	90937,8984	64438,6797	967968,375	116597,797	33827,9805	19146,6094
1948	107948,5	78185,9297	1230224	169197,797	45603,4688	22941,2695
1949	128141	94865,9922	1563533	245526,906	61477,9805	27488
1950	152110,703	115104,602	1987146	356289,906	82878,4063	32935,8281

O ramo de química e farmacêutica apresentou, no período, a taxa nominal de 18,7% ao ano; a atividade têxtil, crescendo a uma taxa de 21,3% mostra seu papel "exportador" para o estado, mais acentuado era, que então para o ramo químico. A produção alimentícia expandiu-se com a taxa de 27%, enquanto a construção civil, que cobria as demandas por área

construída de todos os ramos, apresentou a elevada taxa de 45,1% ao ano. Os serviços industriais de utilidade pública cresceram à média anual de 34,8%, enquanto diversas (indústrias) o fizeram à taxa de 19,8% ao ano.

A química pesada seria implantada no Brasil com mais força nos anos (19)50, com o Conselho Nacional de Petróleo e a Petrobrás S.A. Antes disso, nos anos (19)30 e (19)40, avançaram a produção química e farmacêutica ligada à produção de cloro, soda cáustica, óleos brancos, a família do dodecilbenzeno e os alcoilados de todo tipo. Era preciso assegurar a limpeza em escala industrial, sanitizar hospitais e redes de esgoto e garantir o acesso à farmacologia de base. A produção de sabões, cosméticos, etc., o chamado ramo de perfumaria e sabões, não estava ainda dissociado de "química e farmacêutica". No entanto, a indústria química tinha que abastecer toda a família de produtos necessários mas também o clareamento ou tingimento da indústria têxtil, cujo crescimento no país se fez notável entre 1890 e 1950. Desse crescimento não se viu o Paraná excluído, no momento em que se acelerou sua industrialização (1939-1962).

A indústria têxtil desenvolveu-se no Paraná desde estabelecimentos bem pequenos e foi rapidamente, nos anos 30 e 40, ganhando impulso. A produção têxtil possui a vantagem de saciar tanto necessidades básicas, como sacaria para os grãos e roupa barata para os trabalhadores, como fornecer materiais mais sofisticados para o consumo da moda e das roupas elegantes. Com a expansão do crédito ao consumidor, a produção e a pauta de produtos ofertados multiplicaram-se de modo notável, adquirindo tal indústria crescente importância para o Paraná.

O setor de alimentos, destaca-se em dois pontos cruciais: (a) reduz a importância dos ciclos agrícolas, permitindo prolongar a vida dos produtos processados e baratear seu custo, pela estabilização da oferta; (b) fornece crescentes volumes de produtos industrializados, permitindo liberar enorme quantidade de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Da condição de "marmiteiros", também conhecidos por bóias-frias, dos anos 30 e 40, para os portadores de vale-refeição de hoje em dia, há toda uma colossal evolução da indústria de processamento de alimentos por detrás. O Paraná nesse caso não foi diferente de outras partes do Brasil. Arrancou de base das estalagens de beira de estrada para as padarias, restaurantes, pensões e botequins no processo de urbanização, nas áreas portuárias, com indústrias alimentícias maiores para abastecer quartéis e navios e, daí, para a produção enlatada e encaixotada (madeira e papelão) de massas, pescado e doces, embutidos, etc., enviados para todos os pontos do território nacional e para o exterior.

Tabela 05
Paraná: Estimativa do número de estabelecimentos incluídos na amostra por tipo de atividade – 1939-1950 (valores ajustados) (segundo IBGE)

Ano	Indústria extrativa	Produtos minerais	Produtos vegetais	Indústria de transformação	Transformação de minerais não metálicos	Metalurgia
1939	378	55	323	1780	187	40
1940	377	53	324	1900	209	40
1941	377	51	325	2028	234	41
1942	377	49	327	2165	262	42
1943	376	47	328	2311	294	43
1944	376	46	330	2468	329	43
1945	376	44	331	2634	369	44
1946	375	42	333	2812	413	45
1947	375	41	334	3002	463	46
1948	375	39	335	3205	519	47
1949	375	38	337	3422	582	48
1950	375	38	337	3422	582	48

Elemento chave na produção das farinhas destacou-se a presença dos moedores, com moinhos nacionais e estrangeiros. O crescimento das cidades exigia montantes crescentes de insumos também no ramo alimentar: farinhas de trigo, de milho, café, bebidas, de todo tipo, locais e estrangeiras, que passavam a ser ofertadas, em quantidades crescentes, etc. A experiência bem sucedida do leite em pó norte-americano na segunda guerra mundial arrastaria para as prateleiras do comércio toda uma legião de farinhas enlatadas, capazes já nos anos 40 e 50, de assegurar a revolução alimentar infantil. Com o avanço da escolarização no melhor estilo fordista, as comidas processadas invadiriam as escolas e logo se apresentariam nos recém-criados restaurantes das grandes empresas.

Entre as demandas por alimentos processados havia, como na indústria têxtil, aquelas que correspondiam a necessidades básicas e aquelas que expressavam mais sofisticação do paladar ou uma postura de moda, de classe social superior. Aquelas ofertas, que vinham saciar demandas básicas melhoravam sem dúvida as condições de vida, – pelo menos das massas urbanizadas. O processamento de amidos, féculas, óleo comestível, pescado, etc., em enormes quantidades, reduziam a escassez, estabilizava a oferta e melhorava as condições alimentares em geral, para a população.

O crescimento da produção de material elétrico e de comunicações estava associado à época com a radiodifusão e a formação das redes de alto-falantes em vários pontos do país, entendidos à época até como instrumentos de "orientação e controle" da população. Nas principais cidades, os governos e a igreja católica mantinham emissoras de rádio e redes de

alto-falantes. O rádio-receptor e os famosos toca-discos constituíram-se em verdadeira moda nos anos 1920-1950, podendo ser encontrados em quase todos os lares no ambiente urbano.

Os "programas de rádio", com novelas, anúncios e shows de auditório não se passavam àquela época na televisão mas, no "rádio". A estruturação publicitária em torno da oferta comercial, que se deu na Europa no período 1890-1914, ocorreu no Brasil mais tarde, no período 1933-1955. Até os anos 60, era grande a escassez de eletricidade para o consumo doméstico. Eram comuns as oscilações de corrente, quebras de fornecimento, etc., que chegavam a ocorrer várias vezes ao dia, inclusive na capital do país. A trinta quilômetros de qualquer centro urbano, não havia fornecimento de energia elétrica, exceto no caso da iniciativa de uma empresa local. A solução da escassez de energia do país deu-se a partir dos anos 60, com a formação da Eletrobrás.

Tabela 06
Paraná: Estimativa do número de estabelecimentos incluídos na amostra por tipo de atividade – 1939-1950 (valores ajustados) (segundo IBGE)

Ano	Mecânica	Material elétrico e comunicações	Material de transportes	Madeira	Papel e papelão	Mobiliário
1939	6	1	7	507	5	81
1940	6	1	8	512	5	87
1941	7	1	9	518	6	94
1942	8	1	10	525	7	101
1943	9	1	12	531	8	109
1944	10	2	14	537	9	118
1945	11	2	16	543	10	127
1946	13	2	18	550	12	137
1947	15	2	20	556	13	148
1948	16	3	25	563	15	160
1949	19	3	27	569	17	172
1950	19	3	29	561	18	173

Sendo o Brasil um país com carências sérias na área, a falta de energia elétrica bloqueou, em parte, o potencial para a industrialização. Até que o advento e a capitalização da Eletrobrás S.A. permitissem a criação efetiva do binômio energético (petróleo + energia elétrica), o país sofreu o estrangulamento de vários de seus ramos produtivos, altamente dependentes do consumo energético. Em virtude de um carvão mineral pobre e das crescentes importações do petróleo, o país apoiou-se fortemente em políticas de desmatamento e no consumo de carvão vegetal. Estas dificuldades podem ser vistas em: (1) constantes reformulações do Plano Ferroviário Nacional; (2) constantes reestruturações do Plano Siderúrgico Nacional; (3) bloqueio das ofertas elétricas e siderúrgicas na fase 1958-1968. Por

esta razão, a industrialização brasileira permaneceu fortemente dependente de importações de produtos siderúrgicos e não-ferrosos: lingotes de ferro e aço; níquel, alumínio, cobre, zinco, estanho, etc.

O desenvolvimento da indústria automotiva contribuiria para expandir os subsetores no ramo metalúrgico. Mesmo assim, o país continuaria importador dos produtos de ambos os subsetores. A indústria automotiva também contribuiria enormemente para a expansão do ramo de material de transportes. Nos anos 60 consolidaram-se as produções de chassis, autopeças e carroçarias de todos os tipos; a produção de tratores, principalmente de rodas, obteve igualmente notável impulso.

Em todo o país, em virtude da extensão de seu litoral (10 400 km), houve sempre uma capacidade de produção de embarcações utilizadas para pesca e transporte costeiro e fluvial. Com a produção automotiva, essa produção naval de pequeno porte viu-se também beneficiada.

Da mesma forma que muitas outras explorações de madeira por todo o país, a produção madeireira do Paraná era extremamente predatória. O *pinho* obtido das matas nativas de *araucárias* não era replantado, sendo objeto de consumo interno em nível nacional e exportação para outros países. Desta forma, já nos anos 60, as matas nativas de *araucárias* do Paraná foram extintas. O governo, a partir de 1966, iniciou programas com incentivos fiscais para o reflorestamento. Já em 1963, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) reclamava haver sido o volume abatido de madeira no Paraná (4 milhões de m^3 de madeira sem casca) dez vezes superior à capacidade de novo crescimento das florestas locais. Portanto, a atividade predatória no período inicial da industrialização paranaense (1933-1962) foi altamente lucrativa e deve-se admitir que uma parte dos recursos obtidos no desmatamento do *pinheiro* foi absorvida em outras atividades industriais mais duradouras.

Aspectos da produção industrial

Tabela 07
Paraná: Estimativa do número de estabelecimentos incluídos na amostra por tipo de atividade – 1939-1950 (valores ajustados) (segundo IBGE)

Ano	Bebidas	Couros e peles	Química e farmacêutica	Têxtil	Vestuário e calçados	Alimentares
1939	95	63	40	18	84	575
1940	101	65	41	18	86	628
1941	108	68	42	18	89	687
1942	116	72	44	18	91	751
1943	124	75	46	18	94	821
1944	132	78	47	18	97	898
1945	141	82	49	18	100	982
1946	151	86	51	18	103	1074
1947	161	90	53	18	106	1174
1948	173	94	55	18	109	1284
1949	185	99	57	18	113	1404
1950	185	99	57	18	113	1404

Outro fator consumidor de florestas é o ramo de papel e papelão. Aqui o esforço substitutivo fez-se presente desde cedo, a partir dos produtos mais grosseiros, ganhando lugar pouco a pouco, a produção mais sofisticada. A produção de papel, particularmente, é um grande consumidor de alvejantes (como o têxtil), no que contribui para o crescimento do ramo químico. A taxa de crescimento anual de 53,4% do valor da produção do ramo indica a importância das florestas paranaenses para a obtenção de papel e papelão para todo o país. O crescimento das cidades traz consigo a expansão da procura por informação e educação: jornais, revistas, livros e cadernos revelaram-se assim demandas crescentes, ao lado das embalagens de papelão consumidas praticamente em todos os ramos de atividades.

Quanto à indústria do mobiliário, , expressou-se por bastante tempo como resultado artesanal de padrão familiar, com uma composição industrial no custo total, portanto, bastante baixa. O amadurecimento de políticas públicas para serviços coletivos, nos anos 40, constituiu importante fonte de expansão de procura, com pedidos para carteiras escolares, mesas, quadros, arquivos, estantes de metal e de madeira, camas para fins domésticos e hospitalares, etc. Dessa forma, como em outros ramos, foi-se consolidando a procura interna, e ao lado da produção para necessidades básicas viu-se surgir uma linha mais sofisticada de produtos, consoante a moda e a demanda internacional. A ampla oferta de matéria prima local foi também uma garantia por todo o período de produtos duradouros a preços relativamente baixos. O crescimento sustentado da área construída em todas as cidades do Paraná contribuiu sem dúvida, para o desempenho expansivo do ramo mobiliário.

O ramo de couros, peles e seus artefatos representam desde os tempos coloniais uma capacidade para suprir os mercados locais e ainda exportar. Sua capacidade sempre cobriu as demandas do ramo de vestuários, calçados e artefatos, mas sofreu sempre a concorrência de produtos externos similares mais sofisticados. No entanto, seus insumos à outras indústrias eram em montante suficiente e dependiam mais do padrão técnico de suas utilizações industriais do que da oferta de matéria prima. No entanto, tais dificuldades tecnológicas não seriam superadas na primeira fase daquela industrialização (1939-1962).

Tabela 08
Paraná: Estimativa do número de estabelecimentos incluídos na amostra por tipo de atividade – 1939-1950 (valores ajustados) (segundo IBGE)

Ano	Diversas	Construção civil	Serviços industriais de utilidade pública
1939	20	16	90
1940	21	19	93
1941	23	23	97
1942	24	28	100
1943	26	34	104
1944	28	41	108
1945	31	50	112
1946	33	61	117
1947	36	74	121
1948	37	90	126
1949	39	104	131
1950	42	110	131

Quando se lê a literatura produzida nos anos (19)30 ou (19)40, não se encontram as denúncias de caráter político-ideológico capazes de censurar a ação pública nas atividades empresariais ou mesmo setoriais da economia. Semelhante conteúdo ideológico só aparece nos anos da guerra fria, já na década de (19)50, durante o segundo governo Vargas. Então, a chamada UDN, sob a liderança de Eugênio Gudin, buscou alinhar-se com o espírito da *guerra fria* e hostilizar uma hipotética política de desenvolvimento independente, que seria o objetivo de Vargas. Na verdade, não havia à época qualquer indício de semelhante "desenvolvimento independente". As medidas então produzidas com relação ao chamado *capital estrangeiro* não eram excludentes. Pelo contrário, elas visavam induzir tal capital a reinvestir-se no país, preferindo isso a eventuais retiradas. Durante a fase em que Gudin dirigiu o ministério da Fazenda, foram adotadas medidas para favorecer, – com certo desequilíbrio – investimentos externos, ações que concederam a empresas estrangeiras um estatuto melhor do que aquele da

empresa nacional e reforçaram, portanto a desnacionalização da indústria, então em fase expansiva.

As políticas do governo para acelerarem o crescimento econômico adquiriram consistência durante o Estado Novo (1937-1945) e foram tecnicamente influenciadas pelo sistema de planejamento do chamado esforço de guerra, implantando no país pelas missões norte-americanas da fase Roosevelt-Truman. Essas missões viam o governo como a esfera competente para elaborar e implementar medidas de planejamento e de reorganização econômica. Para elas, o governo devia intervir na formação de preços, nas obras infra-estruturais, no racionamento e na distribuição de produtos, etc. Dessa forma, o governo formou uma burocracia capaz de promover medidas para o crescimento econômico (1938-1958) e que foi a base para o diálogo com a CEPAL, para a Operação Nordeste e a SUDENE, o Planto Trienal (1963) e, logo, o planejamento econômico do período da Ditadura Militar.

No plano estadual, semelhantes políticas reforçavam a ação das chamadas frentes pioneiras, com ocupação de terras públicas e sua privatização, o avanço da linha das fronteiras de colonização, com a formação de fazendas, novas áreas agropecuárias, etc. As "companhias de desenvolvimento" atuavam assim na apropriação da terra e na formação local da renda da terra, com movimentos de mão-de-obra e de bens de capital produtivo. Atrás dessas medidas de ocupação, vinha a formação de vilas e cidades, a urbanização e, em certa medida, políticas de industrialização.

Tabela 09
Paraná: valor da produção, da folha salarial e do lucro por ramo de atividade
1939-1950
Cruzeiros nominais ajustados (milhares)
(segundo IBGE)

Ano	Valor da produção mineral	Folha salarial na prod. mineral	Lucro na prod. mineral	Valor da produção, indústria de transformação	Folha salarial indústria de transformação	Lucro indústria de transformação
1939	2041	296	1745	345370	190815	154555
1940	2726,29712	375,370209	2350,927	431028,313	238655	192373,297
1941	3641,69189	476,02301	3165,66895	537931,375	298489,188	239442,203
1942	4864,44482	603,6651	4260,77979	671348,625	373324,688	298023,906
1943	6497,75586	765,533508	5732,22217	837855,625	466922,5	370933,094
1944	8679,47559	970,805725	7708,66992	1045660	583986,625	461673,406
1945	11593,7402	1231,12	10362,6201	1305003	730400,313	574602,688
1946	15486,5195	1561,23596	13925,2803	1628668	913522,125	715145,875
1947	20686,3496	1979,87	18706,4805	2032609	1142555	890054
1948	27632,0996	2510,75806	25121,3398	2536734	1429010	1107724
1949	36910	3183,99902	33726	3165892	1787283	1378609
1950	49303,0898	4037,76611	45265,3203	39511088	2235380	37275712

Enquanto que o valor da produção mineral cresceu a uma taxa anual de 33,6% ao ano, na mesma atividade cresceu a folha salarial à taxa de 26,8% anualmente. Ou seja, os salários cresceram a uma taxa de 79,8% daquela do valor da produção. No mesmo período, o lucro bruto nesse ramo cresceria à taxa de 34,4%, ou seja, 22% mais rápido do que a folha salarial no período. Esta taxa da lucratividade indica retornos crescentes para o investimento nesta atividade, durante o período em questão. Quanto à indústria de transformação, seu valor nominal da produção expandiu-se a 24,8% ao ano. A folha salarial no mesmo período expandiu-se a 25% anualmente e o lucro bruto à taxa de 64,7% ao ano, aproximadamente. Estes elevados ganhos na indústria de transformação explicam sua expansão continuada no período subseqüente.

O endividamento externo para ampliação da infra-estrutura era uma política já tradicional do país, quando se deu a crise de 1929-1932. Só no período 1900-1929 foram tomados no exterior, empréstimos de 524 milhões de francos, 200 milhões de dólares e 130 milhões de libras esterlinas. As garantias oferecidas contra essas somas cifravam-se basicamente nas safras de tabaco e cacau, borracha, café, algodão, etc. Tais empréstimos foram essenciais ao fluxo importador e à aparelhagem de ferrovias, portos, saneamento básico nas grandes cidades, etc. Eram também garantidos os empréstimos externos pelas taxas sobre os serviços públicos instalados, as diversas rendas do Estado ou a hipoteca dos direitos de exportação. Comprometia-se também a eventual receita de impostos das atividades industriais e profissões, sobre o consumo e outros. Ou seja, em virtude de seus amplos compromissos e obrigações, o Estado brasileiro não poderia dar-se ao luxo de esperar "dias melhores", mas devia, de modo incansável ,trabalhar para obtê-los. Estava na verdade submetido à busca de lucros de prestamistas e intermediários, tanto no plano interno como externo.

Se o país fosse à época um país industrial, certamente possuiria inúmeras manufaturas a fazer parte de sua pauta de exportação e, em uma ou duas décadas, sairia daquela "sinuca de bicos". Isso, no entanto não se dava e o recurso à industrialização substitutiva impunha-se a todos os que aqui, economicamente operavam inclusive às empresas de capital estrangeiro. Dessa forma, é de se compreender a retomada, no momento da segunda grande guerra, dos planos de mobilização econômica, para reequipar e expandir a infra-estrutura e aproveitar seus impactos expansivos nas diferentes regiões envolvidas.

Tabela 10
Paraná: valor da produção, da folha salarial e do lucro por ramo de atividade
1939-1950
Cruzeiros nominais ajustados (milhares)
(segundo IBGE)

Ano	Produção não metálicos: valor	Folha salarial não metálicos	Lucro não metálicos	Valor da produção metalúrgica	Folha salarial metalúrgica	Lucro metalúrgico
1939	11377	3879	7498	15364	5850	9514
1940	14445,7305	4747,20703	9698,52344	16671,9707	6456,86816	10215,0996
1941	18342,1895	5809,73682	12532,4502	18091,2793	7126,69189	10964,5898
1942	23289,6406	7110,08496	16179,5596	19631,4297	7866,00195	11765,4297
1943	29571,5801	8701,48145	20870,0996	21302,6895	8682,00684	12620,6797
1944	37547,9492	10649,0703	26898,8809	23116,2207	9582,66309	13533,5596
1945	47675,7891	13032,5596	34643,2305	25084,1504	10576,75	14507,4004
1946	60535,4297	15949,54	44585,8906	27219,6191	11673,96	15545,6602
1947	76863,7109	19519,4004	57344,3086	29536,8691	12885	16651,8691
1948	97596,2266	23888,2793	73707,9531	32051,4004	14221,6699	17829,7305
1949	123921	29235,0098	94685,9922	34780	15697	19083
1950	157346,297	35778,4492	121567,797	37740,8789	17325,3809	20415,5

Examinando-se a produção de não-metálicos, seu valor expandiu-se no período à taxa de aproximadamente 27% ao ano. A folha salarial deste ramo evoluiu, no mesmo período, à taxa de 22,4% e o lucro bruto com a taxa de 28,8%, ambas em expressão nominal anual. O valor da produção metalúrgica verificou-se expandir à taxa de 8,5 ao ano; a taxa de crescimento de sua folha salarial foi da ordem aproximada anual de 10,4%. Quanto ao lucro bruto neste setor, evoluiu com uma taxa média anual de aproximadamente 7,2%.

O país ampliou, portanto, entre 1932 e 1962, suas fronteiras econômicas em ambos os sentidos, horizontal e vertical. Enquanto incorporava novas áreas e populações no processo de industrialização, ampliava o produto interno e reduzia a escala de seu endividamento, em termos relativos. Tomando-se o índice 100 para 1925-1929, tem-se:

Tabela 11
Produto Relativo do Brasil. 1930 e 1939
1925-29 = 100,0
(IBGE)

Designação (1)	1930 (2)	1939 (3)
Produtos primários	103	99
Produtos transformados	70	229
Extrativa vegetal	70	178
Extrativa mineral	93	317
Produção de origem animal	130	299
Produção industrial básica	146	1192
Exportação	78	150
Importação	71	150
Cabotagem	70	140
Receita pública	93	209
Depósitos bancários	118	259
População (milhões)	35,935	41,237

O ritmo da produção industrial separava-se já então com nitidez das atividades agropecuárias, mesmo aquelas voltadas para a exportação. Elemento de política econômica essencial para compensar tais disparidades foi a criação das Carteiras do Banco do Brasil, para as atividades agrícolas, industriais e comerciais. Nessa época, o crédito era mais caro para o setor industrial, o mais monetarizado de todos em suas operações internas.

Tabela 12
Paraná: valor da produção, da folha salarial e do lucro por ramo de atividade
1939-1950
Cruzeiros nominais ajustados (milhares)
(segundo IBGE)

Ano	Valor da produção diversas indústrias	Folha salarial diversas indústrias	Lucro diversas indústrias	Valor da produção mecânica	Folha salarial mecânica	Lucro mecânica
1939	4507	1849	2658	534	291	243
1940	5400,24121	2174,53394	3225,70703	840,166016	437,303497	402,862488
1941	6470,51221	2557,3811	3913,1311	1321,87	657,162781	664,707214
1942	7752,8999	3007,63208	4745,26807	2079,75806	987,558777	1092,19897
1943	9289,44531	3537,15308	5752,29199	3272,17505	1484,06494	1788,10999
1944	11130,5195	4159,90186	6970,61816	5148,25781	2230,19507	2918,06299
1945	13336,4697	4892,29199	8444,17773	8099,98389	3351,45093	4748,5332
1946	15979,6201	5753,62598	10225,9902	12744,0703	5036,43115	7707,63916
1947	19146,6094	6766,60596	12380	20050,8008	7568,55322	12482,25
1948	22941,2695	7957,93018	14983,3398	31546,8203	11373,7305	20173,0898
1949	27488	9358,99805	18129	49634,0195	17092	32542,0195
1950	32935,8281	11006,7402	21929,0898	78091,4063	25685,1895	52406,2188

Considerando-se o valor da produção das “diversas” (indústrias), o mesmo apresentou no período a taxa de 19,8% ao ano. A respectiva folha salarial deste ramo, formado por

atividades heterogêneas, cresceu com a taxa anual de 17,6%. Seu lucro bruto cresceu à taxa nominal média de 21,1%, sem dúvida expressivo resultado (uma taxa 16,6% maior que aquela paga aos salários).

Quanto ao valor da produção mecânica, evoluíra à taxa positiva de 57,3% ao ano. Sua folha salarial correlativamente expandiu-se com a taxa nominal de aproximadamente 50,3% anualmente. O lucro bruto na atividade mecânica apresentou no mesmo período uma taxa nominal de cerca de 63% ao ano.

As taxas de juros eram mais altas à época para as atividades industriais, vistas até com certa suspeita pelo banco tradicional. Na década de (19)40, o custo industrial se tornara ainda mais elevado, o que conduziria mais tarde à criação do BNDE. Era preciso tornar a produção industrial o centro da atividade financeira e esse papel inovador só poderia ser desenvolvido obviamente pelo poder público. As 196 principais empresas estrangeiras então operando no mercado doméstico eram favoráveis às novas políticas creditícias gerenciadas pelo Banco do Brasil, das quais obviamente se beneficiavam muito, em virtude de sua melhor organização. Daí ,a tendência de tais empresas nos anos (19)50 e (19)60de passar também mais amplamente à produção doméstica. Por exemplo, a Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB) compreendia uma associação de 32 companhias elétricas, trabalhando em projetos comuns de produção e distribuição hidrelétrica, de capital norte-americano.

É bem verdade que o cenário da industrialização substitutiva aguçava, tornando visível, o papel de empresas externas de prática parasitária, desinteressadas de internar patentes ou procedimentos industriais, sem interesse pela matéria-prima local ou instalações produtivas. A capacidade industrial brasileira estava, à época, espalhada em atividades da produção leve, em que se destacavam alimentícios e têxteis (os dois, com mais de 60% da produção industrial). Havia assim, ademais da industrialização substitutiva, enorme espaço para as importações, que dependiam (1) do tamanho do crédito externo e (2) dos ganhos da balança comercial local.

Dificuldades do pós-guerra

Tabela 13
Paraná: valor da produção, da folha salarial e do lucro por ramo de atividade
1939-1950
Cruzeiros nominais ajustados (milhares)
(segundo IBGE)

Ano	Valor da produção material elétrico e comunicação	Folha salarial material elétrico e comunicação	Lucro material elétrico e comunicação	Valor da produção material de transporte	Folha salarial material de transporte	Lucro material de transporte
1939	35	25	10	308	134	174
1940	50,4231796	33,6777115	16,74547	427,466309	181,1716	246,294693
1941	72,6427689	45,3675194	27,2752495	593,270996	244,948807	348,322205
1942	104,653702	61,1149597	43,5387383	823,387573	331,177307	492,210297
1943	150,770599	82,3284607	68,4421387	1142,76099	447,76059	695,000427
1944	217,209595	110,905296	106,304298	1586,01294	605,384277	980,628723
1945	312,925598	149,401505	163,524094	2201,19189	818,495728	1382,69604
1946	450,820099	201,259995	249,560104	3054,98511	1106,62805	1948,35706
1947	649,479614	271,118988	378,360596	4239,9458	1496,19104	2743,75488
1948	935,680725	365,226715	570,453979	5884,52588	2022,89001	3861,63599
1949	1348	491,999786	856,000183	8167,00293	2735,00098	5432,00195
1950	1942,01294	662,776978	1279,23596	11334,7998	3697,79395	7637,00586

O valor nominal da produção do ramo do material elétrico e de comunicação cresceu no período com a taxa nominal de 44% ao ano. Sua folha salarial – por outro lado – expandiu-se à taxa respectiva de 34,7% anual. Quanto ao lucro bruto desse ramo de atividades, cresceu 55,4% ao ano. O valor nominal da produção material de transporte apresentou a taxa média anual de aproximadamente 38,8%. A folha salarial respectiva do ramo, por sua vez, cresceu à taxa de 35,2%; o lucro bruto teve a taxa de 41% ao ano.

O segundo conflito mundial havia exigido um esforço local para a industrialização e o Paraná pode ser visto como uma das áreas que melhor reagiram quanto a tais demandas. No entanto, no imediato pós-guerra (1946-1953), houve crescente pressão externa para que se abandonassem as medidas expansivas da indústria local e se buscasse retornar ao cenário do comércio internacional anterior à crise de 1929. Concretamente, nem mesmo muitos consórcios norte-americanos se solidarizavam com esta política retrogradista ,do seu governo. Pareciam estas empresas jogar "com paus de dois bicos". De um lado, reforçavam seus laços locais e suas associações industrializantes. Do outro, pressionavam por mais e mais liberalização local e abertura. Ou seja, não vendendo os produtos da matriz, venderiam os das filiais.

Certamente o esforço de liberalização do governo Gaspar Dutra (1946-1950) reflete semelhantes pressões associáveis ao quadro de construção da guerra fria. O decreto lei nº

9025 de 1946, garantia remessas anuais do capital estrangeiro de 20% para amortização e de 8% para rendimentos em relação ao principal. Recorde-se que, na mesma época não conseguia o governo brasileiro receber seus saldos do comércio exterior dos EUA e da Grã-Bretanha relativos ao segundo conflito. Desejavam aqueles países (e o conseguiram) que o Brasil retirasse tais saldos com produto e não como moeda ou ouro. No caso britânico, chegou-se à situação de submeter-se o país a (1) uma lista do que podia ser vendido, a preços de mercado (!) e (2) a compra de "objetos inúteis", como o prédio da embaixada brasileira em Londres. O governo britânico encareceu várias vezes que devia o Brasil perdoar aqueles saldos (!) como sacrifício comum pelo esforço de guerra...

No entanto, sob pressão, ainda em 1946, pelo decreto-lei 9602, se atribuía à SUMOC a competência para elevar, reduzir ou abolir as percentagens referidas no decreto 9025.

Tabela 14
Paraná: valor da produção, da folha salarial e do lucro por ramo de atividade
1939-1950
Cruzeiros nominais ajustados (milhares)
(segundo IBGE)

Ano	Valor da produção madeira	Folha salarial madeira	Lucro madeira	Valor da produção mobiliário	Folha salarial mobiliário	Lucro mobiliário
1939	89184	39088	50096	10810	3234	7576
1940	108166,898	47229,4102	60937,4883	13086,7695	4020,22607	9066,54297
1941	131190,406	57066,5391	74123,8672	15843,0703	4997,59424	10845,4805
1942	159114,406	68952,5938	90161,8125	19179,8906	6212,57324	12967,3203
1943	192982,094	83314,3125	109667,797	23219,5	7722,92822	15496,5703
1944	234058,5	100667,297	133391,203	28109,9199	9600,46973	18509,4492
1945	283878,188	121634,703	162243,5	34030,3516	11934,4697	22095,8809
1946	344302	146969,297	197332,703	41197,7305	14835,8896	26361,8398
1947	417587,094	177580,703	240006,406	49874,6719	18442,6797	31431,9902
1948	506470,906	214567,906	291903	60379,1289	22926,3301	37452,8008
1949	614273,875	259259	355014,906	73096	28500,0098	44595,9883
1950	745022,813	313258,5	431764,313	88491,2734	35428,7188	53062,5586

O valor nominal da produção madeireira evoluiu no período à taxa anual de 21,3%. A folha salarial neste ramo apresentou a taxa similar com o valor de 20,8%. Para o lucro bruto na atividade madeireira, verificou-se a taxa do mesmo tipo haver sido 21,6%. A produção do ramo de mobiliário cresceu à taxa nominal de 21% ao ano. A folha salarial neste ramo indicou a taxa de 24,3% ao ano. Quanto ao lucro bruto, verificou-se ser a taxa da mesma natureza da ordem aproximada de 19,4%.

As oscilações da política federal impactavam no médio prazo, como efeitos de aceleração ou desaceleração do processo industrializador mas, em virtude mesmo de suas

dubiedades, não alterava de modo drástico a tendência geral para o crescimento econômico. Assim, as vacilações crescentes da política federal, expressas nas normas cambiais e regulatórias da SUMOC, no período Dutra-Vargas-Café Filho (1945-1955), continuaram a seguir o sentido geral da industrialização substitutiva. Foram medidas notáveis:

Instrução nº 25 – (06/1947) – restabeleceu os limites do decreto-lei 9025.

Decreto 30.363 – fixou a obrigatoriedade do registro de capitais na Carteira de Câmbio do Banco do Brasil.

Lei 1807 (07-01-1953) – introduziu modificações cambiais para quebrar a taxa sobrevalorizada de CR$ 18,50 por dólar.

Decreto 32.285 (19-02-1953) – regulamentou a lei 1807; criação do mercado livre da taxa de câmbio.

Instrução 70 da SUMOC (1953) – nova modalidade de câmbio para estimular a importação de equipamentos (cinco categorias de câmbio).

Instrução 81 – (1953) – criou o benefício de uma taxa cambial inferior à do mercado livre para certas atividades básicas e de infra-estrutura.

Lei 2145 – (1953) – criou a Carteira de Comércio Exterior (CACEX).

Lei 2004 – (1953) – criação da Petrobrás S.A.

- (20-06-1952) – criação do BNDE.

Instrução 113 – (1955) – simplificou as importações sem cobertura cambial em favor do capital estrangeiro.

Essas medidas buscavam levantar, de algum modo, recursos para atender os dois subconjuntos, cada vez mais distintos, da economia ligada ao comércio exterior e daquela ligada à expansão do mercado interno. A longa incapacidade relativa da economia exportadora (1929-1947) cedia lugar a uma crescente competição pelos recursos disponíveis para investimentos.

Intensificação industrial

Tabela 15
Paraná: valor da produção, da folha salarial e do lucro por ramo de atividade
1939-1950
Cruzeiros nominais ajustados (milhares)
(segundo IBGE)

Ano	Valor da produção papel e papelão	Folha salarial papel e papelão	Lucro papel e papelão	Valor da produção química e farmacêutica	Folha salarial química e farmacêutica	Lucro química e farmacêutica
1939	2408	917	1491	23066	7152	15914
1940	3694,25391	1358,96704	2335,28711	27380,6602	8914,90625	18465,75
1941	5667,57178	2013,94897	3653,62305	32502,4004	11112,3496	21390,0508
1942	8694,95508	2984,61304	5710,3418	38582,1992	13851,4502	24730,75
1943	13339,4404	4423,10889	8916,33203	45799,2813	17265,7109	28533,5703
1944	20464,8203	6554,91699	13909,9004	54366,3516	21521,5605	32844,7891
1945	31396,2793	9714,19434	21682,0898	64535,9609	26826,4395	37709,5195
1946	48166,8789	14396,1504	33770,7305	76607,8594	33438,9297	43168,9297
1947	73895,6328	21334,6699	52560,9609	90937,8984	41681,3281	49256,5703
1948	113367,602	31617,3496	81750,25	107948,5	51955,4102	55993,0898
1949	173923,906	46855,9805	127067,898	128141	64761,9688	63379,0313
1950	266826,906	69439,1875	197387,703	152110,703	80725,2266	71385,4766

O valor da produção de papel e papelão em expressão nominal cresceu no período à taxa de 53,4% ao ano. O valor da folha salarial deste ramo expandiu-se respectivamente com a taxa de aproximados 48,2% anuais. O lucro bruto do ramo revelou-se então à taxa anual nominal de 55,9%. Quanto ao valor da produção química e farmacêutica, cresceu com a taxa média nominal de 18,7% ao ano; sua folha salarial fá-lo-ia à taxa de 24,6%. O lucro bruto deste ramo apresentou a taxa de 14,6% ao ano.

Havia agora (anos 40 e 50), no dizer da época, uma "procura intensificada de bens de consumo e de fatores de produção", combinados à "insuficiência de capitais internos e externos". Acumulavam-se os desajustamentos e acirrava-se, em decorrência, a luta política pelo controle do governo. Ocorreram crises de variados tipos: a crise internacional de 1947-1949; a crise comercial de 1949-1951; a crise econômica de 1953-1954; sucessivos golpes político-militares, etc.

O recurso para atender às demandas por crédito, os ganhos do comércio exterior e os desequilíbrios da despesa pública passava pela emissão de papel-moeda, feitas por autorização via o Tesouro. Era difícil a posição do balanço internacional de pagamentos e as divisas internadas contribuíram para concentrar a riqueza nos poucos centros que detinham o crédito e os bens importados. O processo de crescimento logo acarretava periódica sobrecarga de serviços sobre uma infra-estrutura pouco aparelhada, requerendo assim novos

investimentos, que nem podiam ser feitos. Falava-se então em "crise de energia", "crise nos transportes", "crise de abastecimento", etc. Dessa forma, de desequilíbrio em desequilíbrio, de emissão em emissão, desvalorizava-se o cruzeiro, ocorriam as pressões para correção de salários e vencimentos e se generalizava a corrida entre preços e salários. O governo procurava manter a competitividade dos produtos de exportação, elevando as bonificações concedidas aos exportadores. Com a escassez de divisas, ocorria a alta dos ágios nos leilões de câmbio. Era necessário mais cruzeiros, para comprar uma mesma quantidade de dólares, o que se refletia na procura intensificada por crédito. A estreita pauta de exportação também não cooperava para maiores ganhos. A predominância do café pode ser vista pela sua percentagem sobre o valor global das exportações locais (1949-1953):

Café **% Exportações**

ANO	%
1949	57,6
1950	63,8
1951	59,8
1952	73,7
1953	67,7

Fonte: IBGE.

Tabela 16
Paraná: valor da produção, da folha salarial e do lucro por ramo de atividade
1939-1950
Cruzeiros nominais ajustados (milhares)
(segundo IBGE)

Ano	Valor da produção têxtil	Folha salarial têxtil	Lucro têxtil	Valor da produção vestuário e calçado	Folha salarial vestuário e calçado	Lucro vestuário calçado
1939	94866	9202	85664	5722	3393	2329
1940	128442,602	11120,1904	117322,398	6736,90723	3980,4729	2756,43408
1941	173903,203	13438,2402	160465	7931,82715	4669,66406	3262,16309
1942	235453,906	16239,5	219214,406	9338,68945	5478,18311	3860,5061
1943	318789,688	19624,6895	299165	10995,0898	6426,68994	4568,3999
1944	431621,188	23715,5293	407905,688	12945,2695	7539,4248	5405,84521
1945	584387,813	28659,1309	555728,688	15241,3701	8844,82227	6396,54785
1946	791224,313	34633,2383	756591,125	17944,7207	10376,2402	7568,48096
1947	1071268	41852,6797	1029415	21127,5605	12172,8096	8954,75098
1948	1450429	50577,0391	1399852	24874,9395	14280,4502	10594,4902
1949	1963789	61120,0195	1902669	29286,9902	16753	12533,9902
1950	2658847	73860,7266	2584986	34481,6016	19653,6602	14827,9404

O ramo têxtil apresentou uma taxa nominal de crescimento do valor da produção da ordem de 35,4% ao ano. A folha salarial do mesmo teve nesse período uma taxa de 20,8% de

crescimento médio anual; o lucro bruto do ramo teve a taxa respectiva de 36,3% ao ano. Quanto ao ramo da produção de vestuário e calçado, o valor nominal do mesmo cresceu à taxa de 17,7% ao ano; a respectiva folha salarial cresceu com uma taxa de base anual de 17,3%. O lucro bruto do ramo variou positivamente à uma taxa de 18,3% ao ano.

No Banco do Brasil, a Carteira do Comércio Exterior, procurava articular, suas ações de estímulo às exportações industriais com a Carteira de Crédito Industrial e Agrícola, em virtude da procura menos favorável, após o término do segundo conflito mundial. Em 1954, em conjunto com a FIESP e a FIERJ, foram estabelecidas certas regras para o estímulo às exportações industriais: (a) tais exportáveis deveriam decorrer de incremento da produção, com a formação de excedentes, sem ocorrer discriminação da oferta interna; (b) deveria levar-se em conta a participação de matéria-prima e de outros produtos importáveis para formar a pauta preferencial dos exportáveis de acordo com as conveniências cambiais; (c) os exportáveis deviam apresentar o padrão necessário para assegurar a obtenção perene de mercados externos, sem oportunismos na oferta; (d) dever-se-ia buscar a contrapartida de produtos que "interessassem à economia nacional". Dentro e fora dessas regras, o ramo têxtil foi o que mais beneficiou na composição dos exportáveis. Foram formados, a partir deste momento (1954), escritórios comerciais no exterior, pela articulação entre as Carteiras do BB, o Departamento Nacional da Indústria e do Comércio (Ministério do Trabalho) e o Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores. De tais escritórios fizeram parte representantes das federações estaduais de indústrias.

Tabela 17
Paraná: valor da produção, da folha salarial e do lucro por ramo de atividade
1939-1950
Cruzeiros nominais ajustados (milhares)
(segundo IBGE)

Ano	Valor da produção couros e peles	Folha salarial couros e peles	Lucro couros e peles	Valor da produção alimentícios	Folha salarial alimentícios	Lucro alimentícios
1939	8493	5776	2717	142193	104660	37533
1940	10306,5498	6978,41992	3328,12988	180717,906	132823	47894,9102
1941	12507,3604	8431,15527	4076,20508	229680,406	168564,406	61116
1942	15178,1201	10186,3096	4991,81104	291908,594	213923,5	77985,0938
1943	18419,1797	12306,8496	6112,33008	370996,406	271488,188	99508,2188
1944	22352,3203	14868,8398	7483,48096	471511,813	344543,094	126968,703
1945	27125,3203	17964,1602	9161,16016	599260,188	437256,313	162003,906
1946	32917,5195	21703,8496	11213,6699	761619,875	554917,813	206702,094
1947	39946,5703	26222,0605	13724,5098	967968,375	704240,875	263727,5
1948	48476,5508	31680,8496	16795,6992	1230224	893745,375	336478,594
1949	58827,9883	38276,0195	20551,9707	1563533	1134244	429289
1950	71389,8203	46244,1406	25145,6797	1987146	1439458	547688

A taxa média anual de crescimento do ramo de couros e peles e artefatos similares foi no período, da ordem anual de 21,4%. A folha salarial deste ramo iria apresentar-se no mesmo período com a taxa anual de 20,8%; a taxa respectiva do lucro bruto seria 22,4% ao ano. Por outro lado, o valor da produção de alimentícios expandiu-se à taxa nominal anual de 27%, com uma taxa respectiva para sua folha salarial de 26,9%. Quanto ao lucro bruto, o setor de alimentícios teve uma taxa nominal de 27,6%, para o mesmo período.

O movimento da industrialização no período das dificuldades do comércio exterior (1929-1947) gerou importantes mudanças estruturais na economia e na sociedade que não poderiam mais ser de todo revertidas, como se passava no humor e nas expectativas das elites tradicionais internas e externas. Não seria mais possível retornar ao passado. No entanto, isso não era evidente para os elaboradores liberais das políticas econômicas do país, porque eles certamente não percebiam as implicações sociais e redistributivas geradas pelo efeito industrializador. A expansão da economia de serviços, necessária ao crescimento industrial criava enormes expectativas de melhoria de vida, com suposto acesso a moradias urbanas, rádio, TV, educação, saúde pública, saneamento básico, etc. Diante dessa enorme expectativa, as taxas de crescimento da produção viam-se insuficientes. A população despertara para o bem-estar, para o padrão de vida que via nos filmes externos e que bem poucos então no país, logravam alcançar. Isso tornava as novas estruturas que iam sendo criadas rapidamente obsoletas. Contribuía para este *obsoletismo precoce* os desequilíbrios estruturais já existentes ou resultantes das atividades que não logravam se reformular ou que o faziam a taxas insuficientes. Ampliou-se assim aquilo que viria a se chamar, nos anos 50 e 60, um "conflito redistributivo". Aqueles que tinham bens, particularmente das camadas médias, viam o crescimento da riqueza dos mais pobres como um perigo ou uma ameaça para o seu próprio *status*. Tal fenômeno foi bem visível na crise de 1947-1949, violentamente administrada pela gestão Gaspar Dutra; na greve paulistana de 1953; nos choques da elevação do salário mínimo em 1954, que levaram à queda do ministro do Trabalho João Goulart e, logo, ao suicídio do presidente Vargas, etc.

No plano econômico, não parecia haver recursos para expandir ainda mais a oferta de bens. E esta rigidez da oferta – ou de seu ritmo de expansão – causava ou mostrava à evidência de uma *procura em excesso*, que aqueles em ascensão econômica – real ou suposta – não poderiam admitir. Se os bens ofertados não são suficientes, os preços sobem mais rapidamente. Neste caso, a fonte da inflação pode ser posta na incapacidade do aparelho produtivo para aumentar a oferta de bens. Certamente, para os trabalhadores e os pobres a

causa das crises estava na insuficiência de capital produtivo e de progresso tecnológico. Para o campo oposto, contudo, tratava-se apenas de um esforço a custo excessivo para industrializar um país que jamais haveria de ser uma economia industrial.

Tabela 18
Paraná: valor da produção, da folha salarial e do lucro por ramo de atividade
1939-1950
Cruzeiros nominais ajustados (milhares)
(segundo IBGE)

Ano	Valor da produção bebidas	Folha salarial bebidas	Lucro bebidas	Valor da produção editorial e gráfica	Folha salarial editorial e gráfica	Lucro editorial e gráfica
1939	11606	2673	8933	6045	2695	3350
1940	14757,9902	3499,11108	11258,8799	7556,75391	3345,26196	4211,49219
1941	18766	4580,53711	14185,46	9446,57227	4152,4209	5294,15088
1942	23862,5195	5996,18604	17866,3301	11809	5154,33496	6654,66504
1943	30343,1602	7849,35205	22493,8105	14762,2402	6397,99512	8364,24512
1944	38583,8398	10275,25	28308,5898	18454,0293	7941,73096	10512,2998
1945	49062,5391	13450,9004	35611,6406	23069,0703	9857,94727	13211,1201
1946	62387,0703	17608	44779,0703	28838,2598	12236,5195	16601,7402
1947	79330,3203	23049,8809	56280,4414	36050,2305	15189	20861,2305
1948	100875	30173,6191	70701,3828	45065,7891	18853,8594	26211,9297
1949	128271	39499	88772	56335,9883	23403,0098	32932,9805
1950	163107,094	51706,4609	111400,602	70424,6797	29049,7891	41374,8906

A taxa de crescimento nominal do valor da produção de bebidas no Paraná foi ao ano, para o período, aproximados 27,2%. A folha salarial que lhe correspondeu cresceu à taxa de 30,9% ao ano; o lucro bruto do setor apresentou a taxa respectiva no valor de cerca de 25,8%. No ramo da produção editorial e gráfica, a taxa de crescimento de seu valor foi ao ano 25%. Sua folha salarial cresceu à taxa nominal de 24,1% ao ano; seu lucro bruto, à taxa respectiva de 25,7%.

No ramo das bebidas tem-se uma vez a dificuldade de captar o seu efetivo crescimento. Em geral, até a época atual, foi um ramo onde era difícil evitar a sonegação de impostos e verificar o volume e o valor da produção. O Brasil, como um país produtor de cana-de-açúcar, sempre dispôs de toda uma diversidade de oferta de bebidas, alcoólicas ou não. Esse potencial via-se reforçado pela gama de frutas de climas temperado e tropical, em que se destacam a uva, o coco, o pequi, etc. Importando o país uma grande quantidade de malte, lúpulo e cevada, viu-se desde 1890, habilitado a produzir localmente enormes e crescentes quantidades de cerveja que, por fim, se estabilizou como o elemento de primeiro consumo no mercado local. O crescimento da cerveja e dos refrigerantes esteve associado à generalização da refrigeração, dependente esta até os anos 60, da eletrificação e do ambiente

urbano. No ambiente rural, os destilados e outros aperitivos tinham maior penetração e buscavam competir com uma bastante difundida produção de aguardente de cana de açúcar. A partir dos anos 60, a sofisticação dos xaropes e da gradação de álcool de cana permitiria ao país fabricar também crescente quantidade de aperitivos, destilados e do chamado uísque nacional.

A função de produção

Uma vez que os valores da produção, do lucro e dos salários foram ajustados geometricamente em termos nominais para cada ramo, uma solução óbvia para sua utilização seria a computação de funções de produção do tipo Cobb-Douglas, para fornecer certo nível de explicação dos agregados.

No modelo aqui adotado, o valor nominal da produção responde pelo papel da produção física, o lucro do ramo respectivo pelo desempenho do capital; e os salários ali pagos pelo desempenho do trabalho. O valor estimado no coeficiente *a* é considerado a medida do nível tecnológico em uso no período sob análise. Os coeficientes estimados *b* e *c* expressam as elasticidades de produção, respectivamente do capital e do trabalho. O conceito de elasticidade fornece a hipótese de mudança percentual na variável dependente (aqui valor da produção) que é esperada, ser causada por uma dada variação estimável na variável explicativa em caso.

De fato, se uma variável *Y* é uma função de duas variáveis *X* ou *Z*, então a elasticidade de *Y* com relação a *X* define-se como:

$$Y = f(X, Z) \therefore$$
$$\frac{X}{Y} = \frac{\delta Y}{\delta X} \quad (1)$$

Onde δY/δX é a derivada parcial de Y com relação a X. Caso se multiplique a relação (I) por 100, ter-se-á que a elasticidade fica expressa em porcentagem.

Sendo a função de produção de Cobb-Douglas descrita pela fórmula abaixo correntemente, tem-se:

$$Q = A.K^{2}.L^{\beta} \quad (2)$$

Derivando parcialmente esta expressão com relação a *K*, os *K* são tratados como constantes:

$$\frac{\delta Q}{\delta K} = A\alpha K^{\alpha-1} L^{\beta} \qquad (3)$$

Esta expressão se simplifica ao multiplicar seu lado descrito por K/K. Obtém-se então:

$$\frac{\delta Q}{\delta K} = \frac{\alpha A K^{\alpha-1}\, K L^{\beta}}{K} = \frac{\alpha A K^{\alpha} L^{\beta}}{K} = \frac{\alpha Q}{K} \qquad (4)$$

A interpretação hipotética da derivada parcial δQ/δK é que ela expresse a produtividade marginal para o capital, ou seja, MP_K. As elasticidades de produção com relação ao capital são obtidas quando se multiplica (4) com K/Q.

$$\frac{K}{Q}\frac{\delta Q}{\delta K} = \frac{K}{Q} \bullet \alpha \frac{Q}{K} = \alpha \qquad (5)$$

Daí deduz-se que:

$$\frac{\delta Q}{\delta L} = \beta \frac{Q}{L} \qquad (6)$$

que expressa a hipótese da produtividade marginal para o trabalho. Caso se multiplique (6) por Q/L obtém-se a elasticidade de produção com relação ao trabalho. Ela será igual a β.

Sabe-se que a evolução temporal do significado da produção requer a inclusão de uma variável que expresse a mudança tecnológica. Ela se expressa na variável $A_{(t)}$. Nesse caso, a mudança tecnológica é tratada como uma função do tempo *t*. $A_{(t)}$ trata-se geralmente como uma função exponencial do tipo $e^{\theta t}$, em que a base possa ser expressa logaritmicamente e θ como o parâmetro de mudança. Nesse caso, a função de produção pode-se escrever:

$$Q = A_{(t)} K^{\alpha}\, L^{\beta} \qquad (7)$$

Na pressuposição de que no tempo da função considerada não haja importante mudança tecnológica, considera-se seu resultado marginal e adota-se a hipótese que $A_{(t)} = A$.

O modelo exato descrito em (7) para receber tratamento estatístico com dados reais e determinar as elasticidades α e β deve incluir um termo de erro estocástico dito E, que expressa o efeito das variáveis não-incluídas no modelo. Nesse caso, o modelo (2) se escreve:

$$Q_t = A \bullet K_t^{\alpha} \bullet L_t^{\beta} \bullet E_t \qquad t = 1, 2, ..., n. \qquad (8)$$

Tabela 19
Funções de Produção. Paraná
Valores nominais ajustados
1939-1950

1945 = 100,0

N° da equação	Setor	Capital coeficiente b	Trabalho coeficiente C	R^2	Tc
01	Produção mineral	0,90	0,10	0,9	243,2106
02	Indústria de Transformação	0,44	0,56	0,9	6780719,4
03	Não metálicos	0,73	0,27	0,9	152398,18
04	Metalurgia	0,58	0,42	0,9	123432,54
05	Mecânica	0,59	0,41	0,9	660899,05
06	Material Elétrico e comunicações	0,52	0,48	0,9	453750,24
07	Mat. Transportes	0,63	0,37	0,9	271960,62
08	Madeira	0,57	0,43	0,9	39618,502
09	Mobiliário	0,65	0,35	0,9	215995,94
10	Papel e papelão	0,69	0,31	0,9	226749,25
11	Química e farmacêutica	0,58	0,42	0,9	840083,08
12	Couros e peles	0,34	0,66	0,9	128313,07
13	Têxtil	0,95	0,05	0,9	45732,003
14	Vestuário e artefatos	0,42	0,58	0,9	80053,165
15	Alimentação	0,27	0,73	0,9	101040,36
16	Bebidas	0,73	0,27	0,9	371110,45
17	Editorial e gráfica	0,57	0,43	0,9	112688,52
18	Diversas	0,63	0,37	0,9	112365,38

Em seguida, são interpretadas as hipóteses das equações de (01) a (18), encontradas na tabela 19 para o subperíodo 1939 a 1950. A função de produção (01) para a produção mineral indica uma sensibilidade no subperíodo nove vezes maior para aportações de capital do que para inclusões laborais. O coeficiente *a*, não incluído na tabela, aponta para um nível tecnológico bastante baixo nas atividades da produção mineral. A função (02) abarca o conjunto da indústria de transformação, indicando que a resposta ao acréscimo de capital por unidade de valor da produção é 79% aproximadamente daquele do fator trabalho,ou seja, a indústria de transformação paranaense é nitidamente intensiva em trabalho, que é seu principal

elemento de maximização produtiva. Eram então fábricas pequenas, oficinas etc., com predomínio de ferramentas e/ou máquinas simples. A equação (03) analisa hipóteses para o desempenho do ramo dos não-metálicos. Na amostra deste ramo, computada então pelo IBGE, estavam atividades produtivas ligadas à construção civil, como cal virgem e hidratada, telhas, tijolos, vidro plano, etc. São atividades que em geral, não exigem elevada composição de capital. A responsividade do valor nominal da produção no ramo não-metálico era à época, 2,7 vezes maior para insumos de capital do que aqueles laborais.

No que se refere às atividades metalúrgicas, compreendiam a investigação do IBGE ferrogusa, aço em lingotes, ferro redondo, barras diversas, perfilados diversos, trilhos e acessórios, chapas galvanizadas e chapas grossas. Incluía também chapas frias a quente, a frio, folhas de flandres, tubos de aço sem costura; chumbo em lingotes; alumínio em lingotes, alumínio laminado e fogões não-elétricos. Neste ramo, a responsividade do trabalho ao aumento do valor da produção revelou-se 72,4% daquela do capital, de acordo com a equação (04).

O ramo mecânico no Paraná era de pouca expressão até os anos (19)50, embora crescesse em ritmo acelerado. O universo pesquisado era muito grande, com equipamentos de variados tamanhos como caldeiras de até 20 toneladas ou até 100; turbinas hidráulicas, polias, bombas, mancais, formas industriais, etc. Os insumos laborais impactavam no ramo, segundo a equação (05), 69,5% daqueles de capital. A equação (06) interpreta as hipóteses relacionais do ramo de material elétrico e de comunicações. Compreendem, essa amostragem motores fracionários, motores de 1 a 10 cv, acima de 10 cv, dínamos para veículos, transformadores (com certas exclusões, como para rádio e TV.);,baterias e acumuladores, pilhas, fios de cobre isolados, nus, lâmpadas fluorescentes e de filamento, refrigeradores, enceradeiras, máquinas de lavar domésticas, televisores, rádio-receptores, liquidificadores, etc.

Segundo a equação (06), a responsividade do trabalho às elevações da produção é 92% daquela do capital, apresentando um quadro bastante equilibrado de ganhos para ambas as partes nestas atividades.

O ramo dos materiais de transporte é verificado pela equação (07). Compreendia sua amostra, até os anos (19)60, motores marítimos e a produção de bicicletas (com ou sem motor). Neste ramo a responsividade laboral era de 58,7% daquela da responsividade do capital, para o aumento do valor nominal da produção.

O ramo da produção madeireira, muito importante na economia paranaense, é abordado na equação (08). O desempenho do trabalho na expansão da produção no

subperíodo foi 75,4% daquela do capital. Isso confirma o relativo gigantismo do ramo à época.

O ramo do mobiliário é abordado na equação (09). Sua amostragem abarcava a produção de conjuntos de sala, discriminados ou não, de dormitório, camas avulsas, mesas de metal, armários comerciais, de metal, arquivos e fichários de metal, etc. A responsividade laboral relativa é de 53,8% daquela do capital. Isso significa uma atividade já bastante tecnificada, em que a produção artesanal já ia perdendo terreno. O ramo de papel e papelão compreendia em sua amostragem: produção de celulose; papéis para impressão, (exclusive para jornal); papel de jornal; para escrever; para embalagem; papelão liso e corrugado, etc. Neste ramo, a responsividade laboral foi 44,9% daquela do capital. Quanto à química e farmacêutica, certamente ela incluiu sabões e perfumaria nos idos de (19)40; não há, contudo como separá-la para aquele período da segunda guerra mundial, pelos dados aqui coletados. Na amostragem para os anos (19)50 e (19)60 ela compreendia ácido clorídrico; ácido nítrico; sulfúrico; cloro; soda cáustica; taninos; sulfato de amônia; polietileno; fios de nylon; óleos brutos (mamona, amendoim, babaçu); manteiga de cacau, tintas, formicida, etc. Estas complexas atividades, obviamente apenas em parte existiam no Paraná de então. A responsividade laboral mostrou-se no ramo, segundo a equação (11), da ordem de 72,4% para aquela do capital.

A equação (12) analisa as hipóteses interpretativas para o ramo de couros e peles e artefatos similares. Sua amostragem compreendia vaquetas; atanados; cromos; carneiras; pelicas e semelhantes; vernizados; camurças; solas, etc. A responsividade do capital é 51,5% daquela do trabalho, indicando a importância deste fator para aquela produção. A equação (13) interpreta o desempenho da produção nas atividades têxteis. Elas então se evidenciavam como muito heterogêneas. Sua amostragem compreendia tendas de algodão, inclusive mesclas; tecidos de lã, inclusive mesclas; de linho e rami; de juta; de fios artificiais (rayon, nylon), etc. A responsividade laboral é de apenas 5,3% daquela do capital, o que significa praticamente a possibilidade de uso de qualquer trabalhador e a elevada turnagem da mão-de-obra ao longo da produção.

A equação (14) analisa o ramo de vestuário, calçados e artefatos (de tecidos). Compreendia sua amostra camisas para homem; ou mesmo, não discriminadas; ternos e costumes para homens; ou mesmo, não discriminados; calçados para homens; calçados para senhoras; alpargatas de pano e fibras, etc. Este também é um ramo bastante heterogêneo. A responsividade do capital nele verificou-se 72,4% daquela do trabalho. Quanto ao ramo da alimentação, ele inclui-se na equação (15). Sua amostra compreendia: beneficiamento do

arroz; farinha de trigo; farinha de milho, flocos, beijus, fubá; doces de fruta em massa; frutas em caldas; frutas secas e cristalizadas; legumes em conserva (exclui picles); extrato de tomate; carne bovina frigorificada; manteiga; queijo; leite em pó; refino de óleo (algodão, amendoim, soja, milho); preparação de gordura de coco; rações balanceadas para bovinos e para aves; etc. Nele, a responsividade dos insumos de capital era apenas 37% daquela do trabalho.

Com referência ao ramo "bebidas", seus valores encontram-se na equação (16). Sua amostra estava constituída de empresas para a produção de vinho de uva, aguardente de cana, cerveja, chope e refrigerantes; compreendia também suco de uva, de outras frutas, etc. Aqui a importância do capital era inversa à do ramo alimentar. O trabalho respondia por 37% da responsividade do capital. Outro ramo importante na atividade paranaense era editorial e gráfica. A posição do trabalho para gerar ganho nominal era cerca de, 75% daquela do capital, quando aí aplicado. Finalmente, um bloco agregando diversas atividades era apresentado pelo IBGE com a rubrica "diversas (indústrias)". Neste grupo heterogêneo, a posição do trabalho era 58,7% daquela do capital.

Uma das características da economia brasileira no século XX foi seu esforço constante para aumentar toda a produção, particularmente nas atividades industriais. Este fato se explica pela (a) forte imigração desde a Europa no período 1890-1960 e a relativa (b) abundância de terras. Com milhões de novas famílias se estabelecendo e um forte grau de pobreza na sociedade, estimulavam-se todas as produções, com expansão do mercado interno, ao lado das tradicionais atividades exploradoras.

A tabela que se segue é indicativa da evolução nominal da riqueza industrial no Brasil e no Paraná (fonte IBGE).

A força da industrialização substitutiva paranaense

Tabela 20
Produção Industrial. Brasil e Paraná
Valores Nominais Ajustados
1919-1940
Em milhares de cruzeiros
(Fonte: IBGE)

ANO (1)	Nº de estabelecimentos Brasil (2)	Paraná (3)	Capital empregado Brasil (4)	Paraná (5)	Potência disponível Brasil (6)	(CV) Paraná (7)	Nº de operários Brasil (8)	Paraná (9)	Valor da Produção Brasil (10)	Paraná (11)
1919	12720	584	1 822 129	39541	342 423	9155	279 653	6 929	2940198	95 886
1920	13569	623	2 032 280	43 996	363 296	9789	293 673	7 295	3200670	102 300
1921	14475	665	2 266 669	48 953	385 441	10 467	308 396	7 681	3484217	109 143
1922	15441	709	2 528 090	54 468	408 937	11 191	323 857	8 087	3792883	116 444
1923	16472	756	2 819 662	60 605	433 864	11 966	340 093	8 515	4128894	124 234
1924	17572	806	3 144 862	67 433	460 311	12 794	357 143	8 965	4494672	132 544
1925	18745	860	3 507 568	75 030	488 370	13 680	375 048	9 439	4892854	141 411
1926	19996	917	3 912 106	83 484	518 140	14 627	393 850	9 939	5326311	150 870
1927	21331	979	4 363 300	92 889	549 724	15 639	413 595	10 464	5798168	160 962
1928	22755	1044	4 866 532	103 355	583 234	16 722	434 330	11 018	6311827	171 730
1929	24274	1113	5 427 803	114 999	618 786	17 880	456 105	11 601	6870991	183 218
1930	25895	1188	6 053 808	127 956	656 505	19 117	478 971	12 214	7479690	195 474
1931	27624	1267	6 752 011	142 372	696 524	20 441	502 983	12 860	8142315	208 550
1932	29468	1351	7 530 740	158 413	738 982	21 856	528 199	13 541	8863641	222 500
1933	31435	1441	8 399 282	176 260	784 028	23 369	554 680	14 257	9648870	237 384
1934	33534	1537	9 367 995	196 119	831 820	24 986	582 488	15 011	10503661	253 264
1935	35773	1640	10 448 433	218 215	882 525	26 716	611 690	15 805	11434179	270 206
1936	38161	1749	11 653 481	242 800	936 321	28 565	642 356	16 641	12447131	288 281
1937	40708	1866	12 997 510	270 155	993 396	30 543	674 560	17 521	13549820	307 565
1938	43426	1990	14 496 551	300 592	1 053 951	32 657	708 378	18 448	14750196	328 140
1939	46325	2123	16 168 480	334 459	1 118 196	34 918	743 891	19 424	16056914	350 090
1940	49418	2264	18 033 237	372 141	1 186 358	37 335	781 185	20 451	17479393	373 509

O número de estabelecimentos industriais no Brasil no período 1919 a 1940 cresceu à taxa geométrica de 6,67% ao ano. No Paraná, tal taxa foi, no mesmo período, da ordem de 6,66% ao ano, o que aponta para proporções relativamente iguais de crescimento industrial. É evidente que a média dos estabelecimentos brasileiros era então quase o dobro de tamanho do Paraná. Tal expressava a partida do crescimento industrial local desde um ponto baixo de produção doméstica e as dificuldades para amealhar bens de capital. Quanto a este ponto, o capital empregado no Brasil cresceu à taxa de 11,5% ao ano, taxa notável para a época em qualquer lugar, sendo a taxa paranaense respectiva de cerca de 11,3% ao ano. No quesito "potência disponível para as fábricas", em C.V. (cavalos-vapor), o país todo havia crescido à taxa de 6.0% ao ano, cabendo ao Paraná a taxa de 6,9% ao ano. A taxa maior paranaense expressa a partida de um nível ainda mais baixo do que o Brasil como um todo – daí ser mais

acelerada (resultaria aproximadamente num crescimento de taxa da produção de uns 60% da similar brasileira). O número de operários fabris no Brasil em 1919 era pequeno, mas, mesmo assim, o Paraná detinha apenas 2,48% desse número. As fábricas paranaenses, em número de 584, tinham uma média de operários de 11,86 por fábrica, enquanto o Brasil apresentava 21,99 operários por fábrica,ou seja, uma fábrica paranaense ocupava 53,9% da mão-de-obra produtiva da média brasileira de então. Para o Brasil, naquele período (1919-1940), o operariado fabril cresceu a uma taxa de 5,0% ao ano, enquanto para o Paraná crescia a cerca de 5,3% aa. O valor da produção brasileira, por outro lado, expandia-se à taxa geométrica média de 8,86% ao ano, cabendo à similar paranaense uma taxa de 6,69% ao ano.

Como se vê, desde a primeira guerra mundial, o Brasil não cessava de se expandir industrialmente, eliminadas as flutuações conjunturais. O Paraná seguia de perto o país nessa tendência de industrialização. Nesse sentido, as demandas locais devem ter desempenhado um papel mais importante, do que os créditos que a teoria do caso brasileiro lhes concede correntemente. No caso paranaense, é evidente o impulso local pelo consumo de bens que só ocasionalmente – e em parte – podia oferecer a capacidade local de importação. Ou seja, no plano local, boa parte da pressão por "substituição de importações" ocorria porque sequer haviam existido tais importações. Tratava-se de uma enorme carência local, que só podia ser suprida pela elevação local da capacidade de compra. E quem quisesse – ou pudesse – que resolvesse tal problema. Não cabia outra coisa à população local senão pôr mãos à obra e lucrar por conta própria dos fantasmas da indigência.

Dessa forma, a dependência esperada entre o ritmo do crescimento da produção industrial e o volume dos capitais nela empregados conduz à acumulação paranaense nos anos (19)20 a (19)60 para o papel central do capital comercial local e os ganhos obtidos a partir da renda da terra. As famílias mais abastadas tinham seus recursos predominantemente de duas, ou uma de três, fontes: (a) algum capital trazido, no momento de sua imigração para o Brasil; (b) renda oriunda da exploração dos recursos locais, da exploração agrícola (mate, madeira, etc.) ou isso tudo combinado com (c) intermediação (importadora/exportadora) e atividades de usura. Baseado, assim, na renda da terra, o capital comercial de tipo usurário deve haver correspondido à premente necessidade de inúmeras famílias para ampliar suas atividades produtivas, particularmente no ramo industrial. Logo, as empresas industriais, partindo de um nível muito baixo de recursos de capital e tecnologia, lograram sobreviver à fase inicial (entre - guerras) e voltar a beneficiar-se de uma fase de forte demanda local e ausência (ou quase) de importações (1930-1945).

As atividades de intermediação para as grandes companhias estrangeiras, importadoras de mate e madeira, devem ter-se constituído em importante fonte local de acumulação do capital – comercial-usurário. A reprodução deste requeria financiar as operações locais e obviamente participou do esforço industrializador na condição – às vezes de investidor direto – às vezes de usurário. A formação desse núcleo de burguesia comercial local (1890-1930) foi certamente a premissa para a formação da camada seguinte de burguesia industrial (1930-1960). Neste segundo momento, a expansão do café trouxe o impacto da divisão territorial do trabalho com São Paulo e a presença crescente da ação econômica federal, com os programas de colonização, os créditos do Banco do Brasil, etc. Dessa forma, o aumento da taxa de crescimento da economia local deve ser entendido como de redução do papel dos créditos usurários privados, com a maior oferta de recursos de crédito geralmente associada com a presença das carteiras do Banco do Brasil. Pagas todas as operações da formação do capital, a cada década podia restar uma parte crescente de lucros nas mãos dessa burguesia industrial nascente local, a qual podia assim, tanto (a) ampliar sua associação com sua símile paulista, quanto (b) intentar ampliar seus estabelecimentos por conta própria; ou ainda, (c) colocar os lucros que lhe cabiam em outras atividades fora do Paraná. Evidentemente, a cada novo patamar alcançado de valor da produção, corresponde uma massa maior de lucros. O empresário, que na origem de sua empresa, tinha dificuldades para pagar os salários e comprar matérias primas, com o crescimento, tende a converter-se em investidor de outras atividades. Por outro lado, para aquelas empresas que não lograram crescer, multiplicaram-se as dificuldades e com elas as dívidas.

A força decisiva que explica, pois, a industrialização paranaense é a internação de parte de seus capitais acumulados nas operações comerciais e em empresas industriais. Até o momento em que o crédito federal logrou fazer baixar a lacuna da taxa de usura (1948-1958), os ganhos nas atividades industriais, devem ter flutuado de modo intimidador para os industrialistas. Em parte, sua persistência certamente se deveu (1) ao mercado local cativo de que dispunham e (2) a não saberem mesmo fazer "outra coisa". Esta mudança na função da acumulação pré-capitalista para capitalista explica a dinâmica da industrialização paranaense.

A ampliação constante da área geográfica submetida ao capital, tanto em Santa Catarina como no Paraná, foi possível graças às taxas de crescimento populacional daquelas regiões sulinas. Desse modo, a própria massa camponesa explorada e não raro expulsa da terra pelo sistema agrário, deslocava-se para novas frentes de colonização e em breve participaria do cenário nascente urbanizador. A acumulação deixaria de se fazer apenas para o nível das empresas exportadoras-importadoras e atingiria uma parte da pequena burguesia,

capaz de gerar os núcleos de industrialização que, mais tarde, iriam constituir a burguesia industrial paranaense.

Nesse sentido, o processo de formação de uma acumulação financeira do Estado brasileiro em muito contribuiu, com seu "efeito guarda-chuva", para proteger a industrialização paranaense. A produção doméstica de não-ferrosos, de siderurgia, de oferta de materiais para a construção civil, etc., em grande parte oriundos de empresas públicas, contribuiu para derrubar preços locais em ascensão e ampliar a oferta de insumos. Os fundos monetários estatais, através das políticas desenvolvimentistas do Tesouro e do Banco do Brasil, favoreceram o barateamento do custo do dinheiro e tornaram possível a constituição de vários empreendimentos locais. Em 1947, por exemplo, as importações de máquinas e seus componentes chegaram a 279 milhões de dólares, quantia nada desprezível para a época. Em 1952, já alcançava a cifra de 573 milhões de dólares, mostrando uma firme política estatal de industrialização. Se em 1948, os equipamentos industriais constituíram 34,2% do total das importações (CEPAL/BNDE), em 1952 seu valor corresponderia a 43,2% das compras no exterior. O Paraná beneficiava –se dessa ampliação da oferta de bens industriais, inclusive com a internação de equipamentos já usados em São Paulo para suas fábricas. Os favores oficiais privilegiavam as atividades industriais. O seu tipo de equipamento era importado no chamado "câmbio de custo", com o dólar a valer Cr$ 18,32. Ocorrendo perda do poder aquisitivo do cruzeiro no mercado interno, em função da torrente de mudanças nos preços relativos, refugiar-se no setor industrial era uma das melhores opções disponíveis então, em termos de política de investimentos.

Dessa forma, à medida que o país todo crescia a acumulação através do setor estatal, cresciam também, pela poupança induzida pelo crédito a custo negativo, as acumulações empresariais, alcançando ritmos e patamares mais elevados do que as poupanças pessoais. Este fenômeno não foi diferente no Paraná. Nos vinte anos de estudo aqui apresentados (1940-1960), as acumulações empresariais ganharam destaque, com a formação de apreciáveis fundos de capital, correspondentes à média da acumulação no plano nacional. O caráter elevado – e até crescente – da taxa de lucro sobre o capital investido revelou-se à época bem maior do que similar até de países industriais. Isso estimulava políticas de crescimento da oferta e do mercado para bens de consumo industriais. Daí talvez a importância da indústria automobilística haver crescido a ponto de efetuar-se a produção local (1944-1962) no Brasil.

Isso, contudo não deve levar a subestimar o papel e a importância das acumulações dos pequenos produtores de mercadorias e dos pequenos empresários industriais na formação

da acumulação financeira em seu conjunto. Este era o caso no Paraná. Uma boa parte do valor nominal bruto da produção criada deriva dessas atividades. Como semelhante acumulação se efetivou desde um nível muito baixo (ver tabela 20, de 1919-1940), pode-se ser tentado a subestimar seu papel na criação do emprego e da riqueza. O crescimento sustentado das poupanças pessoais no Paraná durante todo o período de estudo, indica que o volume das mesmas expressava o esforço de aforo de diferentes camadas sociais e grupos profissionais. Desde o recurso oriundo de pequenos rendimentos pessoais até montantes que indicam o lucro auferido nas atividades empresariais conjugam-se no Paraná, para facilitar seu crescimento futuro. Nada melhor que a poupança pessoal para indicar esta expectativa pela riqueza (ou pobreza) esperada no futuro. De uma poupança pessoal local que se situava no seu conjunto da ordem de 8% na década de (19)40, há que recordar-se da baixa oferta de mercadorias do período 1939-1945. No entanto, este valor se situava acima da média brasileira no período, com uma distribuição de 4% a 27%. Também não se verifica no período uma dependência direta entre o volume de poupanças e o volume de rendimentos. Certamente, a conhecida pobreza brasileira dos anos (19)40 (e também 50) deve ser o fator explicativo para as aflições familiares, com baixos rendimentos e conseqüentemente elevadas fatias do rendimento adicional (quando obtido) dedicadas ao consumo. A estabilidade dos coeficientes da propensão marginal de consumo, nos anos em pauta (40s e 50s) ,é forte indicadora do por que nem todo o excesso de rendimento sobre o antigo nível de consumo lograva transformar-se em poupança. Assim, o grupo que poupava em cada camada social era um daqueles que aspirava poder consumir novos (para ele) bens e/ou destinar recursos a dado empreendimento. A forte expectativa desses grupos talvez levasse, no conjunto, o Paraná a colocar-se acima da média da poupança pessoal nacional, embora o efeito prático disso na taxa de crescimento industrial ainda a deixasse reduzida a cerca de metade da taxa nacional respectiva. Mais tarde, com o avanço da urbanização, boa parte do aumento das poupanças pessoais locais ver-se-ia canalizada para atividades improdutivas, com a compra de terrenos, construção de casas, etc., acompanhando o movimento inflacionário e a especulação financeira com aluguéis, etc. Nestas condições, a poupança empresarial e os recursos públicos de crédito continuaram a exercer um papel crescente como fonte potencial de investimentos.

Veja-se, por exemplo, o problema do desconto. Trata-se do adiantamento de uma soma a receber a título de pagamento pela entrega de mercadorias. É, assim, a mobilização de um ativo temporariamente imobilizado. Descontam-se tanto “papéis comerciais” (referentes a fornecimentos) quanto “papéis financeiros” (letras, promissórias, etc.). O papel financeiro visa obter crédito de curto prazo, geralmente entre bancos. Ao descontar o papel financeiro, o

detentor de capital tem como garantia, ou pode passá-lo adiante, através do *redesconto*. Assim, o volume do redesconto atua sobre a taxa de desconto, tornando o crédito mais ou menos abundante. Veja-se a carteira de redesconto (ao abrigo do Decreto 29.536) para o Paraná, no fim da década de (19)50:

Tabela 21
Limites e Responsabilidades dos Estabelecimentos Bancários: 1957-1959
(em milhares de cruzeiros)

Paraná	ANO 1957		ANO 1958			ANO 1959		
Limites	Responsabilidades	Limites: % do Brasil	Limites	Responsabilidades	Limites: % do Brasil	Limites	Responsabilidades	Limites: % do Brasil
307000	90 356	1,8%	341000	137 093	1,8%	373000	85 998	1,9%

Fonte: Banco do Brasil, Relatório Anual, 1959, página 81.

As operações de redesconto extra-limite eram então destinadas ao financiamento dos principais produtos agrícolas. Em geral, as operações de redesconto eram feitas também com a emissão de papel-moeda. Correspondiam, portanto, em uma poupança de todos, induzida a favor daquele que descontava o título. Como se vê, embora o Paraná se beneficiasse do redesconto, sua posição não era nada aleatória no período, com relação ao todo nacional.

Nos anos 40, havia predominado o crédito à produção, mas os anos 50 veriam se desenvolver uma outra forma deste: o crédito ao consumo. O crédito ao consumo é um crédito à produção porque, na prática, ele viabiliza o comprador, isto é, materializa o consumidor. Era comum, por exemplo, nos anos (19)40, o uso do fogão a carvão, ou a lenha, muitos deles até "produzidos" domesticamente. Ali por 1945-1950 se generalizaria a figura do "fogão a querosene", primeiro um modelo de ferro batido, sem forno, com uma garrafa transparente montada ao lado e duas bocas, que queimavam uma "torcida" de algodão impregnado. No início dos anos (19)50 este "campeão do desejo" das donas-de-casa foi desbancado por um fogão a querosene que dispunha de forno, estufa, queimadores com torcidas de amianto (!), capazes de produzir um fogo azul, similar àquele dos fogões a gás do Rio de Janeiro e (apenas!) da área central da cidade de São Paulo. O fogão novo tinha a brancura esmaltada hospitalar, que caracterizava a ainda inexistente (ou quase) "geladeira elétrica". É evidente que semelhante "mercadoria" só poderia ser adquirida em massa pelos lares paulistas ou paranaenses através das "suaves prestações" (em geral dez...) que caracterizavam o "crédito ao consumidor" ou o "crédito ao consumo". Todos ficavam satisfeitos. O industrial obtinha suas numerosas encomendas. O lojista cobria seus custos administrativos em excesso carregando nos juros da venda financiada. A dona-de-casa obtinha seu fogão moderno. A Esso vendia seu querosene, antes, talvez, encalhado. O chefe-de-família presenteava sua

esposa, elevava o nível de bem-estar da família e, ainda assim, conseguia pagar as prestações, que eram bem menores do que o preço à vista (pelo menos aparentemente). Dessa forma, no médio prazo, o crédito ao consumo aumentava as vendas, e permitia fabricar em série. Facultava igualmente baixar o preço unitário de custo e, logo, aumentar a produtividade. É assim, que este tipo de crédito tem-se revelado um grande apoiador da produção industrial e do consumo interno em todas as economias. É claro que, ao assumir uma compra nesse modelo de crédito, o agregado familiar se impunha uma poupança extra (de fato induzida ou forçada) durante o prazo em que durava o pagamento das prestações. Nesse caso, keynesianamente, o consumo induzia à poupança.

A efetivação das vendas, com a redução das possíveis crises de realização, contribuiu assim para financiar novos investimentos e reduzir custos operacionais, intoleráveis para um industrialismo nascente. De um modo geral, os anos 50 foram bastante favoráveis ao crescimento da produção industrial, mais até que os anos 40. As dificuldades que afetaram o comércio exterior (1949-1951; 1953-1955; 1958-1962...) de certa forma eram favoráveis à industrialização substitutiva. É bem verdade que os diferentes ramos continuaram sendo irrigados financeiramente por modos e custos bastante distintos. No entanto, o custo de financiamento faz-se muito mais democrático nos anos 50 daquilo que fora nos anos 40. Iniciava-se o processo de reorganização acumulativa que, por fim, também no Paraná implantaria a sociedade industrial.

É tarefa difícil, 50 ou 60 anos após os ingentes esforços da industrialização substitutiva chegar a compreender-lhe as tarefas e como as gerações antecedentes fizeram para enfrentá-las. A primeira impressão, quando se listam os fatos favoráveis, é que tudo ali foi fácil. Quando se listam, por outro lado, os fatos desfavoráveis, parecem que as políticas então adotadas foram errôneas ou desprovidas de sofisticação. Requer muito esforço para se conseguir encarar cada época histórica dentro dos valores, recursos e saberes que ela possuía. Só assim se pode chegar a compreender as escolhas (ou falta de escolhas...) de que dispunha. Na verdade, as tarefas da industrialização substitutiva não podem sequer ser pensadas, caso não se as tome analiticamente, isto é, caso por caso. Já se disse, por exemplo, que o Paraná apresentava um cenário de pobreza extrema, que só poderia ser ultrapassada pela industrialização. Preterido bastante no quadro das importações então possíveis, o Estado local ficava limitado ao poder de compra de suas divisas ganhas pelas exportações. As necessidades da produção do consumo e do financiamento local faziam com que parte considerável dos ganhos paranaenses do comércio exterior não lhe pertencesse. Daí, a necessidade premente para que procurasse obter localmente *substitutos* daquilo que não podia ser importado. Esta

força substitutiva, como já se disse, encontra-se por trás de todo o esforço local de industrialização. Quando se toma, por exemplo, o ramo da produção mineral, tanto os metais como os não-metais, na terminologia da época, caracterizavam uma enorme demanda por importação. No entanto, o exame local das condições geológicas indicava a possibilidade de obter ali os produtos que estavam sendo pagos em moeda estrangeira. A oportunidade muitas vezes colocava ali, em presença dos recursos disponívei,s um imigrante, antigo operário ou técnico em seu país de origem, habilitado a trabalhar e produzir o bem assim procurado. Vê-se assim uma luta de 70 ou mais anos de esforço de produção local substitutiva, em que, cobre, amianto, chumbo, enxofre, bauxita, zinco, níquel metálico, fosfatados, nitrogenados, potássicos, etc., sairão de condição de 100% de importação para ascender pouco a pouco na escala da produção local (seja do Paraná, seja de outro Estado). Este longo caminho foi o caminho da industrialização. Uma luta para reduzir a dependência das importações, que de fato se verifica como o único caminho possível para elevar a riqueza doméstica e, ao mesmo tempo, tornar cada vez maior e mais sofisticado seu comércio exterior.

Essa viabilização crescente da oferta tanto de ferrosos como de não-ferrosos é uma condição essencial para o desenvolvimento das indústrias de transformação. Não há abundância de mercadorias sem fábricas e as fábricas se instalam em prédios. No entanto, a construção civil não seria possível sem areia, cimento, pedra, cal, etc., ou seja, sem a produção de itens básicos dos não-metálicos. A indústria de cimento, a de cal, a de vidros planos são essenciais para a expansão da construção civil. E foi este ramo que, nos anos 40 e 60, treinou a maioria dos futuros trabalhadores fabris nas condições do trabalho urbano sistematizado. Assim, cal, cimento, gesso, amianto, cerâmica e seus artefatos, produção de vidro e cristal, etc., permitiram viabilizar a expansão de outros ramos que, por sua vez, lhes forneceriam insumos e equipamentos.

A produção metalúrgica no país daria um salto nos anos (19)40, com o advento da Cia. Siderúrgica Nacional. As pequenas metalúrgicas então existentes, muitas delas trabalhando com sucata, puderam também transformar-se, nas duas ou três décadas que se seguiram. Já em 1958, a CSN produzia três milhões de toneladas de aço e de ferro gusa, abrindo para a produção nacional este enorme mercado. A expansão metal-siderúrgico abriu também caminho para unidades de produção de não-ferrosos.

A tabela seguinte fornece dados sobre o consumo de combustíveis e lubrificantes no Paraná em alguns anos.

Dificuldades e oportunidades

Tabela 22
Paraná. Consumo de certos derivados do petróleo
(em mil litros) Anos selecionados

ANO (1)	Gasolina para aviação (2)	Gasolina comum (3)	Querosene (4)	Óleo diesel (5)	Óleo combustível (6)	Óleo lubrificante (7)
1940	445	21684	3035	871	31	884
1945	1251	24300	2089	3017	18	2051
1952	8707	258043	9000	50384	14157	8815

Fonte: IBGE; CNP.

As expressões de consumo de todos os derivados de petróleo apresentam para 1940 e 1945 as restrições visíveis da escassez, no cenário da segunda guerra mundial. Para 1952 vê-se o retorno a um consumo livre e crescente, o que obviamente haveria de se refletir numa elevação de custos e uma forte expansão das importações. Seria em 1953 que se criaria a Petrobrás, iniciando o esforço substitutivo também na área de derivados de petróleo. O consumo da gasolina comum, por exemplo, cresceu 10,6 vezes entre 1945 e 1952, indicando a pressão de custos que estava sendo exercida sobre o processo de expansão econômica.

Tabela 23
Curitiba. Números Índice do Custo de Vida

	ANOS					
	Todas as despesas			Despesas com alimentação		
Município da Capital (1)	1948 (2)	1950 (3)	1952 (4)	1948 (5)	1950 (6)	1952 (7)
Rio de Janeiro (DF)	122	145	213	108	137	189
Curitiba	116	139	165	109	127	160

Fonte: IBGE; Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho

No Rio de Janeiro (capital federal), entre 1948 e 1950, o custo de vida geral elevou-se em 16%. No mesmo período, elevou-se em Curitiba 17%, ou seja, praticamente a mesma coisa. Curitiba não apresentava as vantagens de "lugar pequeno", certamente sob a pressão de mudanças muito rápidas. Quanto às despesas com alimentação, no mesmo período haviam-se elevado no Rio de Janeiro em 21%, sendo a taxa referente para Curitiba 14%. Era mais barato 33% alimentar-se na cidade menor que no Rio de Janeiro.

Para 1950-1952, o custo de vida geral era no Rio de Janeiro 32% mais elevado em 1952. Para Curitiba a elevação do custo fora menor, da ordem de 16%. Quanto às despesas

com alimentação, no mesmo período, elas se tornaram 22% maiores, cabendo a Curitiba uma expressão mais alta, em relação a 1950, de 21% (praticamente a mesma do Rio).

Tabela 24
Curitiba. Números: Índice do Custo de Vida
Média do Brasil: 1948 = 100

ANOS	Todas as despesas				Despesas com alimentação			
Município da Capital (1)	1962 (2)	1963 (3)	1964 (4)	1965 (5)	1962 (6)	1963 (7)	1964 (8)	1965 (9)
Rio de Janeiro (DF)	1992	3425	6213	9936	1755	2979	5331	7673
Curitiba	1759	2990	5130	7663	1680	2835	4961	6921

Fonte: IBGE; MTPS – Departamento Nacional de Emprego e Salário

De 1959 para 1960, a renda interna nominal do Paraná, per capita, cresceu 23,8%, enquanto a similar para o Brasil crescera 21,8%. Em 1959, esta renda per capita do Paraná era 7,3% mais elevada que a da média brasileira respectiva. Em 1960, tornou-se 9,7% mais elevada, ou seja, o Paraná já crescia mais rápido do que o Brasil e a sua renda per capita era maior. O custo de vida do Rio de Janeiro subiu 42% de 1962 para 1963, para todas as despesas, enquanto a similar de Curitiba crescera 41% (praticamente o mesmo). No mesmo momento, as despesas com alimentação cresceram no Rio 41%, sendo a taxa para Curitiba 40,7%. O fato de Curitiba ser uma cidade menor não aliviava sua "espiral inflacionária" indicando que a maioria de seus custos se formava fora do Paraná. No entanto, no crescimento geral da economia, o Paraná crescia um pouco mais que o todo, colocando-se pouco a pouco do "lado rico" do país.

Capítulo III – A indústria paranaense e sua expansão nos anos (19)50

Introdução

Na década de (19)50, havia ampla consciência das dificuldades então vividas pelo país, mas que, de certa forma, eram enfrentadas por uma enorme vontade de transformação, vivida pelos empresários e pelo povo em geral. Uma consulta ao "Panorama Geral" do Relatório Anual do Banco do Brasil (1954) é bastante indicativo dessa consciência das dificuldades:

> "As dificuldades com que se defrontou a economia brasileira, no ano de 1954, expressam mais uma vez a persistência de seu problema fundamental: o descompasso entre o ritmo de desenvolvimento do País e a capacidade de recursos para atendê-lo. Realmente, com a população crescendo em uma média anual superior a um milhão de habitantes, enquanto se eleva o seu padrão-de-vida – pelo menos no que diz respeito a determinadas regiões e setores – a expansão do mercado consumidor daí resultante exige, a cada passo, novos e maiores investimentos em todas as atividades. Em conseqüência, a procura intensificada de bens de consumo e de fatores de produção e a insuficiência de capitais internos e externos provocam desajustamentos cumulativos no espaço e no tempo. Sem dispormos de recursos bastantes, temos recorrido, para financiar o desenvolvimento, ao crédito bancário e a empréstimos no exterior". [164]

A formação do capital industrial foi um processo lento, relativamente a outras experiências, e até penoso para aqueles diretamente envolvidos. Escassez de crédito, carência de equipamentos e de apoio institucional, inadequação da mão-de-obra, etc., faziam com que, em 1940, o país já contasse com experiência centenária na luta pela industrialização. Nesse sentido, a década de (19)50 não poderia ser muito diferente. Envolvida em altos e baixos, a industrialização obtida foi considerável, mas à custa de muitos sacrifícios. Nesse momento se consolidaria a industrialização do eixo Rio – São Paulo, com a conclusão do mercado nacional para bens industriais, sob a liderança da indústria automotiva. A prevalência das estradas de rodagem sobre o sistema ferroviário consolidou-se com a construção de Brasília, que coincidiu com o abandono de vez das metas do Plano Ferroviário Nacional. O domínio rodoviário se faria crescente, elevando os custos das mercadorias, de todo o processo de industrialização e da dependência do petróleo. Tais escolhas punham em risco a industrialização dos estados fora do eixo industrializado, ao reforçar a unificação dos mercados locais, sob a liderança dos empresários do Sudeste. No entanto, o Paraná soube sobreviver a estas tendências para a *anexação*, como mercado para bens industriais, ou até de *exclusão*, como mercado produtor dos mesmos. Valendo-se talvez de suas próprias dificuldades, o Paraná iria seguir seu processo de industrialização. Não mais com a força dos

[164] In Banco do Brasil, S.A., Relatório de 1954.

anos (19)30 ou (19)40, mas com certa habilidade, que lhe facultaria situar-se, mais tarde nos anos (19)70, do lado da margem vencedora na luta pela riqueza.

Tabela 25
Paraná: Estimativa do número de estabelecimentos incluídos na amostra por tipo de atividade 1950-1962
Valores ajustados (estimativas segundo IBGE)

Ano	Indústria extrativa	Produtos minerais	Produtos vegetais	Indústria de transformação	Transformação não-metálicos	Metalurgia
1950	375	38	337	3422	582	48
1951	414	41	372	3639	608	53
1952	458	44	411	3869	635	60
1953	506	48	454	4114	663	66
1954	559	51	502	4375	693	74
1955	617	55	555	4652	723	82
1956	682	60	613	4947	756	92
1957	754	64	677	5260	789	102
1958	833	70	748	5593	824	114
1959	920	75	826	5948	861	127
1960	1016	81	913	6324	899	141
1961	1123	87	1008	6725	939	157
1962	1241	94	1114	7151	981	175

A crise do comércio exterior do período 1958-1962, com a queda de valor dos produtos latino-americanos correntes de exportação, fez do Brasil também uma vítima. O governo Kubistchek (1956-1960) fez a escolha de seu famoso "Plano de Metas", para escapar dos prospectos da crise. Este plano era, de fato, bastante simples. Foi calculada a taxa média de crescimento de cada ramo de atividade e o governo propôs-se manter semelhante taxa de expansão durante seu período administrativo, tomando medidas para assegurar o nível de investimento necessário. Uma vez que a balança comercial no período não fosse propriamente favorável, era evidente que o governo haveria de buscar maximizar as políticas substitutivas, para pagar tais investimentos em moeda nacional. A carta na manga que Kubistchek possuía, foi sem dúvida o projeto da construção de Brasília. Para evitar as dificuldades, que se apresentariam do lado da demanda, a construção de uma cidade no interior de Goiás procuraria uma enorme quantidade de insumos domésticos, que podiam ser pagos em moeda nacional. Assim, semelhante "aquecimento da procura", com a criação de novos 28 mil km de estradas no Brasil Central, demanda de mão-de-obra, materiais de construção civil, transporte, etc., assegurou as taxas de crescimento naquele período. No entanto, o governo Kubistchek não teve continuidade. Particularmente a classe média se voltaria contra ele, demonstrando todo seu conservadorismo e seu temor a mudanças.

O ambiente brasileiro

Foi eleito para governar no período seguinte o ex-governador de São Paulo, Jânio da Silva Quadros (1961-1965). Jânio se aliara à UDN, opositora crônica da industrialização substitutiva e partidária da tese das vantagens comparativas no comércio internacional. Escolheu como ministro da Fazenda o banqueiro Clemente Mariani, que representava a economia exportadora tradicional. Buscando ignorar o caráter objetivo da crise do comércio exterior latino-americano, Mariani criou uma série de portarias da SUMOC (uma espécie de "banco central" de então) que liquidaram tanto o financiamento do comércio, do consumo pessoal, quanto à proteção a certas indústrias. O ano de 1961 teve assim graves acontecimentos, com a queda de Jânio e quase uma guerra civil. O país tornou-se completamente dividido. Foi imposto um regime parlamentarista. Na economia, foi abandonada a fase da industrialização substitutiva. O país caminharia aos trancos e barrancos até o golpe de 1964, que gerou uma Ditadura militar.

Dessa maneira, 1961 e 1962 não foram anos tranqüilos para a economia do país. A instabilidade político-administrativa e a troca das políticas econômicas geraram instabilidade adicional, com desempenho menos favorável. Com a redução da taxa de crescimento do PIB, a procura adicional por emprego, da ordem de 500 mil novos postos ao ano, tornou-se uma carga difícil de ser removida. A política substitutiva tinha na expansão do mercado consumidor o melhor trunfo para assegurar (a) tanto o crescente emprego da mão-de-obra, quanto (b) elevações nominais da renda da população. Esta demanda expansiva havia garantido o surgimento de novas empresas, cuja produção não seria competitiva no exterior, mas era de alguma forma capaz de suprir as demandas locais. Isso expandia seja o capital fixo seja como favorecia crescentes suprimentos de capital circulante.

No entanto, a brusca abertura da economia, com alinhamento de preços com economias internacionais, de produtividade muito mais elevada, desencadeou efeitos perversos na economia local. O consumo foi fortemente reprimido, tanto o dos insumos como o consumo final. Dessa forma, recuou o emprego, as taxas de crescimento, e os ramos produtivos tiveram que rearticular suas ofertas para suprir somente as camadas de portadores de renda mais elevada. Iniciava-se então, uma nova fase, em que iriam ser privilegiados o ramo automotivo e suas correlações mercantil-industriais. Manifestaram-se a carência de poupanças compatíveis com as demandas por moeda externa; houve dificuldades de escoamento e de comercialização dos bens; na verdade, agravaram-se as dificuldades do comércio exterior (carência de divisas); tal carência repercutiu na elevação dos preços, como efeito e causa de reajustes cambiais, com novas solicitações por crédito externo, etc.

A onda de desequilíbrios financeiros e monetários fôra liberada em sua maré montante pela "verdade cambial", contida na famigerada Portaria 204. Uma certa racionalidade expansiva foi banida do desempenho do mercado interno, que voltaria agora gradativamente a expressar a procura da elite tradicional. Assim, as políticas de ajustamento iniciadas por Quadros, abriam a economia à competição externa e tal economia certamente não fôra preparada para isso. As forças contrárias à industrialização substitutiva logravam derrotar as políticas expansivas e através de luta aberta levariam por fim à liquidação daquele modelo de crescimento.

Tabela 26
Paraná: Estimativa do número de estabelecimentos incluídos na amostra por tipo de atividade 1950-1962
Valores ajustados (segundo IBGE)

Ano	Mecânica	Material elétrico e de comunicações	Material de transportes	Madeira	Papel e papelão	Mobiliário
1950	19	3	29	561	18	173
1951	20	4	30	600	18	188
1952	20	4	31	641	19	205
1953	21	5	31	686	20	224
1954	22	6	32	734	20	244
1955	23	7	33	784	21	266
1956	23	8	34	839	21	289
1957	24	10	35	897	22	315
1958	25	12	36	959	22	343
1959	26	14	37	1026	23	374
1960	27	16	38	1097	24	407
1961	28	19	39	1173	24	444
1962	29	23	40	1254	25	484

Houve um modesto crescimento dos ramos de mecânica; de material elétrico e de comunicações; e de material de transportes, nos anos (19)50 no Paraná, quando comparados com a explosão respectiva dos mesmos em São Paulo, naquela época. Contudo, o Paraná ainda não havia sofrido o impacto do novo ciclo de expansão do capital, com que se faria ligar à indústria automotiva. Tais efeitos chegariam ao Paraná somente nos governos Costa e Silva e sucedentes. Dessa forma, a expansão desses ramos no Paraná refletia as interações e procuras do mercado local, com o crescimento da urbanização em certo grau em Curitiba e mais uma dezena de outras localidades. O número de estabelecimentos do ramo de mecânica cresceu a uma taxa de 3,6% a.a.; o material elétrico e de comunicações apresentou uma taxa de 18,5% ao ano; o material de transportes com uma taxa similar da ordem de 2,7% ao ano.

Assim, havia um predomínio na expansão paranaense dos ramos tradicionais, como o madeireiro, papel e papelão, mobiliário e têxtil. Contudo, eles geravam o ambiente necessário para a continuidade da industrialização e, certamente, uma parte dos lucros neles produzido, foi aqui e ali canalizado, para a expansão de outras atividades. É importante observar que esta *interação* já estava presente no processo industrializador do Paraná de então.

O primeiro ramo industrial a se desenvolver no Paraná relativamente autônomo da produção madeireira foi o alimentício. Todo aglomerado urbano depende fortemente das padarias, casas de pensão, hotéis, hospedarias, etc. A produção do *pão* em todos os seus derivados permite aglomerar e manter uma quantidade apreciável de mão-de-obra para o desempenho de outras atividades. No caso brasileiro, o *pão* compreende, ele próprio e vários sucedâneos. Sua matéria prima tem sido a farinha de trigo, a farinha de milho, a farinha de mandioca, etc., precursoras estas das muitas mais possibilidades hoje existentes. Da rede de padarias e locais de serviços de alimentação nasceria a rede de hotéis e de complexos turísticos (chalés – sítios – estações de serviço – restaurantes de estrada) que mais tarde expressariam a riqueza de serviços de uma região. De tal rede inicial também nasceu a enorme indústria de processamento, condicionamento e oferta de alimentos hoje existentes. O Paraná, que em 1960 possuía pequeno rebanho bovino, possuía, no entanto, à época, 10,1% do rebanho suíno nacional (cerca de 6 milhões de cabeças). Sua indústria de *embutidos* (salsichas, lingüiças, salames, banha, etc.) já exportava há décadas para todo o país.

Também a indústria têxtil ali se expandiria. Ela sairia da produção dos teares domésticos do século XIX para tornar-se uma produção importante nos anos 40 e 50. Tal indústria desde cedo ocupou mão-de-obra feminina no Paraná. Similarmente à construção civil, a indústria têxtil atua como uma porta-de-entrada da mão-de-obra também para outros trabalhos fabris. O ramo de vestuário e calçados, com seus artefatos, também consome mão-de-obra feminina de modo crescente. O trabalho fabril feminino tende a dinamizar a economia de serviços urbanos, com o aumento da procura por escolas, creches, cursos, etc. A indústria de vestuário beneficiou-se muito da produção doméstica de tecidos mais finos, dando impulso a confecções locais de acordo com a moda européia, antes toda importada, necessariamente em escala menor. Assim, ao lado da expansão vegetativa (crescimento demográfico) do mercado, a produção de vestuário e calçados de *moda* permite cobrir, além das necessidades, uma faixa de *escolha* do consumidor que acarreta a alegria das atividades produtivas...

Tanto o ramo de alimentação, quanto têxtil, quanto vestuário & calçados podem ter partido de níveis de produção artesanal, muito baixos, e cobriram, no princípio, necessidades cruciais de toda a população. Por isso prestaram-se, também no caso paranaense, a engendrar

capital a partir de suas próprias atividades. Partindo de uma base espacial, de treinamento e de maquinário tipicamente familiar, lograram estes ramos, no curso de duas ou três gerações, dar início a complexos processos industriais na região.

Tabela 27
Paraná: Estimativa do número de estabelecimentos incluídos na amostra por tipo de atividade 1950-1962
Valores ajustados (segundo IBGE)

Ano	Bebidas	Couros & peles	Química e farmacêutica	Têxtil	Vestuário e calçados	Alimentares
1950	185	99	57	18	113	1404
1951	189	100	60	20	121	1451
1952	193	102	64	21	129	1500
1953	198	103	67	23	138	1551
1954	202	104	71	25	148	1602
1955	207	106	76	28	158	1656
1956	211	107	80	30	169	1712
1957	216	109	85	33	181	1770
1958	221	110	89	36	194	1829
1959	226	111	95	39	207	1890
1960	231	113	100	42	222	1954
1961	236	114	106	46	237	2020
1962	241	116	112	50	254	2088

O desenvolvimento desde o sistema oficinal até o sistema fabril requer a difusão dos hábitos do trabalho industrial, dominado num plano familiar e, daí, socializado para uma comunidade mais ampla. O treinamento no emprego e, mais tarde, o surgimento de cursos de aperfeiçoamento da mão-de-obra desempenharam tal papel. Desde o século XIX verificava-se a formação dos menores no ambiente do trabalho oficinal, dando origem gradual à massa de trabalhadores que, a partir dos anos (19)20, puderam ser convertidos em trabalhadores ou capatazes fabris. Nesse plano, as indústrias de origem doméstica formaram inicialmente os maiores contingentes disponíveis quando do surgimento da *fábrica*. O assalariamento nas fábricas constituiu-se quase sempre um passo adiante. No trabalho doméstico e/ou oficinal, havia maior resistência para pagar mais ou menos sistematicamente a mão-de-obra aparentada ou até mesmo agregada. Prevaleciam os hábitos da produção camponesa, onde a disciplina familiar impõe um *mercado primitivo*, em que a alimentação, o teto e a roupa já se constituem para os dependentes bastante pagamento. Dessa forma, o aparecimento das fábricas levou rapidamente à formação de um sistema fabril, ou de prática fabril, pelo menos nos ramos mais importantes. Locais de trabalho em escala menor também toleram melhor a mistura de mão-

de-obra de ambos os sexos, o que ocorria menos em estabelecimentos já criados maiores, sem os antecedentes de uma história de cooperação entre sexos.

Assim, embora o assalariamento num início eleve os custos e os preços dos produtos, no momento seguinte, como resultado das máquinas e da melhor organização fabril, ele rebaixa relativamente os preços finais, em comparação com a elevação da renda que acarreta.

Os ramos mais complexos como, mecânica; metalurgia; material elétrico e de comunicações; e, material de transportes, se instalam produtivamente a partir de oficinas de manutenção e de reparação. Mas não surgiram senão depois de uma já bem sucedida experiência do sistema fabril, que se constituiu a partir das atividades mais tradicionais. Desse modo, os primeiros decênios da industrialização paranaense não poderiam criar uma indústria homogênea. Eles deviam necessariamente mostrar os altos e baixos de um esforço local, com ou sem, aqui e ali, apoio externo doméstico ou estrangeiro. Semelhantes altos e baixos refletiam as oportunidades e as dificuldades inseridas naquela história recente do Paraná, com sua movimentação populacional e seus conflitos de interesse.

Desse ponto de vista – a formação fabril –, por ser uma industrialização com menos capital e menor concentração que São Paulo, Minas ou o Rio de Janeiro, a industrialização paranaense se apoiava naquelas, quanto a procedimentos de saber-fazer e obtenção de insumos materiais. Empresas como a Cia. Nacional de Álcalis, a Cia. Siderúrgica Nacional, a Cia. Vale do Rio Doce, a Rede Ferroviária Federal, etc., forneciam experiência e insumos produtivos capazes de ajudar decisivamente na expansão paranaense. Apesar disso, a produção industrial brasileira em geral era cara e expressava uma qualidade inferior, quando comparada, à época, com os padrões fabris europeus ou mesmo da Argentina. No entanto, os limites das importações e a vastidão do território nacional constituíam-se forças auxiliares da insistência e da persistência neste tipo de industrialização. Em larga medida, fazia-se o que era possível fazer, naquelas circunstâncias. Aproveitavam-se e renovavam-se equipamentos sucateados; improvisavam-se espaços fabris e galpões de armazenagem; estocavam-se desproporcionalmente insumos e bens de produção. Enfim, era uma luta desesperada para obter, manter e expandir mercados. Seria talvez irracional naquelas condições tentar agir de modo diferente. Aqui e ali se dava choque com a insuficiência de mão-de-obra, particularmente aquela qualificada. Esta ou aquela atividade via-se surpreendida por uma inelasticidade de mercado. Era uma situação em que poucas centenas de empresas viam-se solidificadas em sua base. Dezenas de milhares de outras, contudo, deviam lutar diariamente para garantir um lugar ao sol de amanhã.

Tabela 28
Paraná: Estimativa do número de estabelecimentos incluídos na amostra por tipo de atividade 1950-1962
Valores ajustados (segundo IBGE)

Ano	Editorial e gráfica	Construção civil	Serviços industriais de utilidade pública
1950	42	110	131
1951	43	114	136
1952	45	119	141
1953	46	124	147
1954	48	129	153
1955	49	134	158
1956	51	140	165
1957	53	145	171
1958	54	151	178
1959	56	157	184
1960	58	164	192
1961	60	170	199
1962	62	177	207

Um grande número de empresários prefere manter a inversão de seus ganhos dentro do mesmo ramo em que se encontram. As razões são o natural conservadorismo de quem "não está perdendo", ao lado da vantagem de operar em uma área que já se conhece. Apesar das diferenças das taxas de lucro, o empresário não tenderá a se mover para associar-se a outras atividades até ter certeza da solidez da posição em que se encontra, e assim aceitar lucros sustentados ali como "favas contadas". Nesse caso, os investimentos tenderão a se concentrar nas atividades onde a taxa de lucro for maior, até que neste ramo a abundância de capitais faça surgir outro como mais rentável. Esta vantagem da maior remuneração do capital investido vê-se correntemente associada à inovação tecnológica que apresenta ou apresentará taxas de lucro mais elevadas.

Nas condições da economia de então, o impacto da inovação estava geralmente ligado à própria introdução do equipamento. A relação produtiva maquinofatureira estava competindo com formas artesanais de produção. A introdução de máquinas já superadas nos países industriais tinha um impacto inovador, é óbvio, em ramos que estavam ainda nos começos da maquinofatura. O mercado potencial compensava a adoção de tais equipamentos, surgindo a oportunidade de se ocupar, para o empresário, fatias de mercado que antes eram supridas pelas importações. Outro "prêmio" que estava à vista do setor empresarial local era a possibilidade de – numa fase posterior – obter-se a vantagem de estruturar um "mercado do vendedor", com poucos concorrentes, no caso de sucesso expansivo. Daí a importância nos

anos (19)50 da corrida pelo aumento dos equipamentos, o que era visto pelos empresários dos distintos ramos como um seguro contra a expansão da concorrência no futuro. Sob a cobertura da portaria 113 da SUMOC seria mesmo inscrito como capital, o equipamento estrangeiro trazido por empresa estrangeira e considerado obsoleto na origem. Esta situação de desvantagem relativa do empresário nacional teve dois efeitos: (a) a tendência à associação com o empresário externo introdutor de equipamentos; (b) a participação da "corrida", comprando e "estocando" mais equipamento, como prevenção à concorrência futura. Esse fenômeno passava –se de modo e com intensidade diferentes, em cada ramo, porque neles variava (e varia) muito o papel e o grau de necessidade de maquinário. De qualquer forma, havia essa tendência generalizada para rápida amortização dos equipamentos, com "corrida" para obter uma nova geração dos mesmos. A posse de tais recursos permitia sair ao encontro da crescente procura.

Os ramos, têxtil, metalúrgico, as indústrias mecânicas, de material elétrico e de comunicação, de material de transporte, verificaram-se as que de modo notável envolveram-se na referida "corrida" por equipamentos. Na verdade, a retenção de reservas de equipamentos nestas áreas garantia, para os possuidores, hegemonia nas negociações de compra, venda e associações em relação a eventuais concorrentes e/ou associados. A criação da capacidade ociosa favorecia enfrentar as oscilações de demanda e de crédito com mais conforto. O controle de equipamento em maior quantidade e mais moderno significava a possibilidade de maior produção no futuro. Uma vez que as indústrias de maior produtividade tendiam a se apropriar de uma renda diferencial (não havia rebaixa real de preços do produto acabado), a empresa que pudesse produzir a custos mais baixos assegurava para si lucros muito maiores. E muito da queda de custos era uma função do equipamento.

A produção industrial nos anos (19)50

Tabela 29
Paraná: valor da produção, da folha salarial e do lucro por ramo de atividade
1950-1962
Cruzeiros nominais ajustados (milhares)

Ano	Valor da Produção mineral	Folha salarial, produção mineral	Lucro bruto, produção mineral	Valor da produção, Indústria de transformação	Folha salarial, Indústria de transformação	Lucro bruto, indústria de transformação
1950	49303,0898	4037,76611	45265,3203	39511088	2235380	37275712
1951	55945,8984	4637,31396	51308,5898	43722440	2486736	41235700
1952	63483,7109	5325,88477	58157,8281	48382672	2766355	45616320
1953	72037,1328	6116,69922	65920,4375	53539608	3077416	50462192
1954	81742,9766	7024,93604	74718,0391	59246220	3423454	55822768
1955	92756,5391	8068,03418	84688,5078	65561072	3808401	61752672
1956	105254	9266,01465	95987,9766	72549000	4236634	68312368
1957	119435,297	10641,8799	108793,398	80281744	4713020	75568720
1958	135527,297	12222,04	123305,297	88838704	5242972	83595728
1959	153787,406	14036,8301	139750,594	98307720	5832514	92475208
1960	174507,797	16121,0801	158386,703	108786000	6488347	102297696
1961	198020	18514,8203	179505,203	120381104	7217924	113163200
1962	224700	21263,9902	203436	133212096	8029539	125182600

Verifica-se haver no período crescido o valor da produção mineral a uma taxa anual nominal de 13,47%. Na mesma atividade, cresceu à taxa de 14,85% em expressão similar à folha salarial. Quanto ao lucro bruto da produção mineral, expandiu-se à taxa nominal de 13,34% a.a. Portanto, os salários na produção mineral cresceram no período a uma taxa 10,2% maior, o que expressa uma certa perda para os empresários do setor, em relação à situação anterior.

O valor da produção industrial cresceu à taxa nominal de 10,66% ao ano. No mesmo período, a folha salarial respectiva expandiu-se com a taxa anual nominal de 11,24%. Quanto ao lucro bruto, a indústria de transformação apresentou taxa similar no montante 10,62% ao ano. O exame das relações da indústria de transformação demonstra que, neste período, terminou a fase idílica de expansão, com a ocupação dos vazios do mercado local e sem a pressão de produção industrial concorrente externa ao Paraná. Os salários tendem a elevar-se, os lucros a diminuírem suas margens, etc., o que indica uma mudança de cenário diante do crescimento sustentado de outras partes – particularmente São Paulo – e da "chegada" crescente de suas ofertas de bens para obrigar a despesas adicionais na elaboração local dos produtos. Os métodos capitalistas, com a instalação de equipamentos, diminuíam os espaços para a pequena indústria. Curitiba à época elevava sua renda e ali se desenvolvia o turismo paranaense. A estância hidromineral de Ahú, próxima a Curitiba, apresentava águas

oligometálicas. As águas minerais de Ouro Fino, em Campo Largo, eram muito apreciadas em todo o Estado. Engarrafadas e com boa rede de distribuição eram as mais consumidas. Outras fontes, como Bandeirantes, apresentavam águas termais cloro-bicabornatadas sulfatadas. A fonte de Dorison, em Marechal Mallet, apresentava água fortemente sulfídrica. Em Guarapuava achavam-se fontes radioativas, cujo aproveitamento industrial estava sendo iniciado.

Quanto ao cais de Paranaguá, foi reformado no período 1958-1962 e adicionada uma área de 420 m de cais. O governo concluiu em 1958 o projeto do porto de Foz do Iguaçu. Paranaguá está a cerca de 100 km de Curitiba e sua área populacional compreendia em 1960 cerca de dois milhões de habitantes. Por ali escoava principalmente a produção de café, madeiras e mate. A saída de produtos industriais era muito pequena, destacando-se os *enchidos,* banha, etc. A principal importação via Paranaguá ressaltava combustíveis, equipamentos e bens industrializados. O porto estava ligado por rodovias e ferrovias, de qualidade precária, em que se destacava a ferrovia da Rede de Viação Paraná – Santa Catarina. Das rodovias, destacava-se a chamada Estrada da Graciosa, que ligava Curitiba, Paranaguá e Antonina.

Paranaguá – 1958
Renda Bruta e Movimento de Mercadorias (IBGE)
Movimento de Mercadorias (t)

Renda Bruta CR$ 1000	Total	Pelo Cais
54 150	758 861	758 861

Quanto à produção de pinho, manteve-se na década de (19)50 o Paraná como o principal produtor do país:

Produção	Em mil m^3		
	1950	1955	1958
Paraná			
Serrado.....	880	1 286	1 001
Outros tipos.....	380	580	509
TOTAL.....	1 260	1 866	1 510
Santa Catarina			
Serrado.....	746	1 492	1 424
Outros tipos.....	163	197	241
TOTAL.....	909	1 689	1 665
Rio Grande do Sul			
Serrado.....	691	612	449
Outros tipos.....	40	53	36
TOTAL.....	731	665	485
TOTAL DO BRASIL			
Serrado.....	2 319	3 393	2 879
Outros tipos.....	584	830	786
TOTAL.....	2 903	4 223	3 665

Fonte: IBGE.

Tabela 30
Paraná: Valor da produção, da folha salarial e do lucro, por ramo de atividade
1950-1962
(milhares de cruzeiros nominais ajustados)

Ano	Valor da produção, não-metálicos	Folha salarial, não-metálicos	Lucro bruto, não-metálicos	Valor da produção, metalúrgico	Folha salarial, metalúrgico	Lucro bruto, metalúrgico
1950	157346,297	35778,4492	121567,797	37740,8789	17325,3809	20415,5
1951	199077,5	48919,2695	150158,203	53394,3984	24729,6895	28664,7109
1952	251876,594	66886,4766	184990,094	75540,4063	35298,3711	40242,0391
1953	318679	91452,7422	227226,297	106871,797	50383,7617	56488,0391
1954	403198,688	125041,797	278156,906	151198,297	71916,1563	79282,1406
1955	510134,594	170967,5	339167,094	213909,703	102650,797	111258,898
1956	645431,875	233761	411670,906	302631,5	146520,5	156111
1957	816612,688	319617,406	496995,313	428151,813	209138,703	219013,094
1958	1033194	437007,406	596186,625	605733,375	298517,813	307215,594
1959	1307216	597512,813	709703,188	856969,125	426094,813	430874,313
1960	1653915	816969,125	836945,875	1212408	608194	604214
1961	2092564	1117028	975536	1715270	868116,625	847153,375
1962	2647551	1527293	1120258	2426701	1239122	1187579

A taxa de expansão do valor da produção dos não-metálicos foi 26,52%, em termos nominais anuais. A folha salarial correspondente teve a taxa similar de 36,73%. Quanto ao lucro bruto, expandiu-se à taxa nominal anual de 20,33%. O valor da produção metalúrgica no mesmo período apresentou a taxa expansiva positiva de 41,48% ao ano. Sua folha salarial cresceu à taxa similar de 42,74%. E o lucro bruto no ramo metalúrgico cresceu com a taxa de 40,3% nominalmente ao ano.

É evidente que, nesse período, torna-se difícil explicar a melhoria dos salários industriais no Paraná apenas com base nas contingências internas. Parece sensata a hipótese de que ainda a mais rápida expansão de São Paulo no período estivesse a drenar mão-de-obra industrial do Paraná, o que contribuía para a elevação dos salários locais.

A produção de artefatos de cerâmica, aparelhamento de banheiros, cimento, gesso etc. continuou a progredir no Estado durante os anos (19)50. Algumas dessas empresas assumiriam mais tarde dimensão nacional (Maringá, Paraná, etc.). A demanda da construção e o ritmo das obras públicas influíam diretamente sobre o nível de produção deste ramo. A região Sul à época também não era auto-suficiente nestes produtos. Recebia boa parte do que consumia de São Paulo e Minas Gerais, o que implica dizer que a manutenção de pequenas unidades produtivas não podia dar-se em qualquer atividade do ramo.

A metalurgia paranaense também prosseguiu sua rota expansiva. Ali também em breve formar-se-iam grupos de importância nacional (Tarumã, Metalúrgica Iguaçu, Eletrodínamo, Müeller Irmãos, etc.). O setor metalúrgico padecia da falta de recursos, fontes de financiamento e equipamentos, particularmente para importar de fora do país. A demanda por arames, ferro em barras, pregos, tarugos, etc., era em parte suprida com importações de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. As estamparias nacionais não cobriam a demanda por folhas-de-flandres, que era importada do exterior.

Nessa época, em São Paulo, as empresas do ramo de minerais não-metálicos já eram bastante grandes e concentradas. 63% delas possuíam mais de um estabelecimento. O ramo metalúrgico paulista era menos concentrado, mas sua produção era bem diversificada. Embora também no Paraná, estes ramos (junto com material elétrico, material de transporte) tendessem– como em São Paulo – a puxar os salários para cima, a sua importância relativa era menor que em São Paulo.

Em 1960, a agricultura constituía 63,5% do PIB do Paraná. O comércio representava 7,5% e a indústria 10,15%. Havia, pois, um processo de industrialização, mas o Paraná continuava longe de ser um estado industrializado. Para se comparar, a agricultura de São Paulo era 23,5% do PIB desse Estado; o PIB de São Paulo era 4,9 vezes aquele do Paraná. O comércio era 10,3% do PIB de São Paulo; quanto à indústria deste estado, representava 33,2% de seu PIB local. É fácil compreender que São Paulo exercesse, um certo fascínio sobre a população do Paraná e que muitos "tentassem uma sorte melhor", trocando o Paraná por seu irmão maior. No mesmo ano, a renda per capita do Paraná alcançou 29 651,20 cruzeiros. Era 62,3% da renda per capita de São Paulo e 38% da renda respectiva do então Distrito Federal (a cidade do Rio de Janeiro). O número de domicílios no Paraná era, no Censo de 1940, de 238.699; em 1960, o número encontrado foi 807.746 (aumento de 3,38 vezes).

Encarado em perspectiva, o crescimento econômico obtido pelo Paraná nas difíceis condições de comércio exterior do período deu-se de modo muito favorável. É difícil não creditar a descoberta da industrialização como um caminho, como uma saída estratégica, sem recorrer ao estímulo da referida crise do comércio exterior. Isso parece habilitar a industrialização substitutiva também como a principal tese explicativa, no caso do deslanche da industrialização paranaense.

Tabela 31
Paraná: Valor da produção, da folha salarial e do lucro, por ramo de atividade
1950-1962
(milhares de cruzeiros nominais ajustados)

Ano	Valor da produção: diversos	Folha salarial: diversos	Lucro bruto: diversos	Valor da produção mecânica	Folha salarial mecânica	Lucro bruto, mecânica
1950	32935,8281	11006,7402	21929,0898	78091,4063	25685,1895	52406,2188
1951	43054,9609	14043,3301	29011,6309	91832,2891	30247,0703	61585,2188
1952	56283,0703	17917,6602	38365,4102	107991	35619,1719	72371,8281
1953	73575,3516	22860,8496	50714,5	126993	41945,3906	85047,6094
1954	96180,4688	29167,8008	67012,6719	149338,594	49395,1992	99943,3906
1955	125730,703	37214,7305	88515,9688	175616	58168,1484	117447,898
1956	164360	47481,6914	116878,297	206517,203	68499,2266	138018
1957	214857,594	60581,1406	154276,5	242855,797	80665,2031	162190,594
1958	280869,906	77294,5234	203575,406	285588,5	94991,9219	190596,594
1959	367163,813	98618,8438	268545	335840,313	111863,203	223977,094
1960	479970,313	125826,203	354144,094	394934,406	131730,906	263203,5
1961	627435,313	160539,703	466895,594	464426,688	155127,297	309299,406
1962	820207,125	204830	615377,125	546146,813	182679	363467,813

O valor nominal da produção de diversas indústrias expandiu-se à taxa anual de 30,72%. A folha salarial respectiva apresentou a taxa de 27,56% a.a. A taxa do lucro bruto nestas atividades foi 32%. Quanto ao valor da produção mecânica, expandiu-se à taxa anual de 17,6%. Sua folha salarial apresentou a taxa de 17,76% ao ano;o lucro bruto do ramo deu-se à taxa similar de 17,51%.

Passada a primeira década de crescimento (1940-1949), as atividades industriais tendiam agora a uma normalidade em seus ganhos. Ia-se o impulso inicial e adentrava-se um período de gerência que exigia maiores cuidados, com um exame maior das dificuldades e das oportunidades.

A produção mecânica paranaense era modesta nos anos (19)50. O mercado de máquinas permaneceria desvantajoso para a produção nacional certamente até a construção de Itaipu (já nos anos (19)80). O governo nunca conseguiu apoiar com firmeza nesta atividade a industrialização substitutiva. A procura verificava-se instável e a oferta externa, com seus financiamentos aos compradores, prazos de carência, etc., conseguia manter sob controle a hipótese de concorrência local. Portanto, o ramo mecânico foi sempre um lugar de fugas de divisas. Somente nos anos (19)70 tornar-se-iam importantes no Brasil as produções de máquinas-ferramenta. Nessa época, algumas indústrias metal-mecânicas paranaenses teriam importância nacional (a Kluppel, Langer, Equipamentos Elétricos, etc.). Assim, na produção

de motores, máquinas e outros equipamentos industriais, o Brasil prosseguia em atraso e o Paraná não se constituía exceção. A maioria dos governos do pós-guerra (1945-1962) fez um esforço grande no sentido de assegurar a compra de equipamentos e, portanto a internação de tecnologias produtivas, as mais novas que fossem possíveis. A portaria 113 da SUMOC até evidencia uma certa ingenuidade, ao aceitar equipamento sucateado na origem como capital declarado pelo valor original, supondo que esta "poupança" dada ao investidor estrangeiro o impulsionaria a colocar mais capitais – ao menos de giro – aqui. Tal, como se sabe, não se efetivou. O Banco do Brasil e o BNDE tiveram que "bancar" tais novas empresas, que aqui pediam financiamento para instalações, adiantamentos para pagar salários, etc.

O colapso cambial havia gerado as políticas conscientes de industrialização e a percepção do fim da grande crise (1929-1945) levava – por outro lado – a certo relaxamento no controle das divisas. Estas duas tendências estiveram em choque durante todo o pós-guerra: (a) a busca pela maximização dos ganhos cambiais; e (b) um retorno amplo ao livre comércio, este na suposição, de que o mercado, se ajustaria sozinho, às crises cambiais periódicas. O movimento industrializador estava efetivamente vinculado ao grupo (a) das políticas adotadas. As oscilações do processo de industrialização no pós-guerra refletiram os momentos de predomínio seja de (a), ou, seja de (b). Liberalizações eventuais tendiam a bloquear a industrialização, que era fortemente substitutiva.

A política do EXIMBANK e do Banco Interamericano praticamente aceitou, nos anos (19)50, a formação de uma poupança pública capaz de complementar a poupança privada e até mesmo induzi-la a certos empreendimentos. A constituição dos fundos do BNDE prova esta opção norte-americana, embora a cessão de recursos do comércio exterior para o BNDE também o obrigassem a priorizar no Brasil projetos de empresas norte-americanas (daí a abertura do ciclo automotivo ao capital norte-americano, alemão, etc.). A poupança induzida e/ou pública não era certamente uma idéia liberal, mas é difícil acreditar que, no pós-guerra, as preocupações liberais, lograssem sobrepor-se, à nova intuição de tipo keynesiano. Na verdade, o retorno ao neoliberalismo da política de Jânio Quadros, com a "verdade cambial", pareceu surpreendente a muitos especialistas no exterior.

Tabela 32
Paraná: Valor da produção, da folha salarial e do lucro, por ramo de atividade
1950-1962
(milhares de cruzeiros nominais ajustados)

Ano	Valor da produção, material elétrico e comunicações	Folha salarial, material elétrico e comunicações	Lucro bruto, material elétrico e comunicações	Valor da produção, material de transporte	Folha salarial, material de transporte	Lucro bruto, material de transporte
1950	1942,01294	662,776978	1279,23596	11334,7998	3697,79395	7637,00586
1951	3284,1521	1177,50696	2106,64502	15694,8604	5477,40723	10217,4502
1952	5553,85205	2091,98901	3461,86304	21732,0703	8113,48193	13618,5898
1953	9392,15625	3716,68091	5675,47607	30091,5703	12018,2002	18073,3691
1954	15883,1396	6603,15088	9279,98828	41666,6484	17802,1309	23864,5195
1955	26860,0898	11731,3301	15128,7598	57694,2109	26369,6406	31324,5703
1956	45423,2813	20842,1797	24581,0996	79886,9609	39060,3789	40826,5781
1957	76815,6328	37028,75	39786,8789	110616,398	57858,7109	52757,6914
1958	129903,398	65786,2266	64117,1719	153166,297	85703,9922	67462,3125
1959	219680,594	116877,5	102803,102	212083,5	126950,203	85133,2969
1960	371503,406	207647,594	163855,797	293663,906	188046,703	105617,203
1961	628251,875	368912,094	259339,797	406625,188	278546,594	128078,602
1962	1062441	655418,813	407022,188	563038,313	412600,906	150437,406

No período, cresceu o valor nominal do material elétrico e de comunicações à taxa nominal anual de 69,11%,ou seja, tal ramo aumentou seu impulso expansivo na segunda década de crescimento. A folha salarial respectiva ao ramo cresceu com taxa similar de 77,66%. O lucro bruto do mesmo ramo foi da ordem de 61,64%. Quanto ao valor da produção de material de transporte, a taxa expansiva nominal alcançou 38,47% a.a. A folha salarial nesta atividade apresentou a taxa de 48,13%. O lucro do ramo alcançou a taxa nominal anual de 28,19%. Verificou-se, portanto, nestes dois ramos, elevado grau de "aquecimento" expansivo.

A produção de material elétrico e de comunicação sempre encontrou elevada demanda, acompanhando as taxas de crescimento populacional e de urbanização. Até a década de (19)70, servia-lhe de contenção a insuficiente oferta eletromotriz, por fim superada pela política expansiva da Eletrobrás. A produção de material de comunicação compreendia rádios receptores, fonógrafos e rádios fonógrafos; logo, televisores. A produção de aparelhos eletrodomésticos também se expandiu com rapidez. A famosa "linha branca" trazia aparelhamento das cozinhas, dos banheiros e das áreas de serviço doméstico. Ela prometia a liberdade para as donas-de-casa. Garantiu pelo menos maior eficiência e menor sacrifício. Ventiladores, refrigeradores, ferros de engomar elétricos, liquidificadores, enceradeiras,

batedeiras de bolo, aspiradores de pó, etc., eram alguns dos produtos quase "in totum" importados nos anos 40 e produzidos no país nos anos 50 e 60. Sua produção era compelida a crescer sem cessar. Empresas paranaenses galgariam assim ao nível da produção nacional, como a Eletrofrio, a Refrigeração Paraná, a Inepar, etc.

No ramo da produção de material de transporte incluem-se a construção naval, material ferroviário, autopeças, produção de veículos, carroçarias, tratores e seus componentes, máquinas de terraplanagem e implementos agro-industriais. Nos anos 50, a participação do Paraná era bastante modesta não havendo gerado nenhuma empresa local que adquirisse porte nacional. Dependia fortemente do Sudeste e do exterior, à época, para suprir-se destes itens, embora detivesse certa capacidade de recuperação e de produção.

Após a crise das importações (1949-1951) manifestou-se uma tendência de o cruzeiro se sobrevalorizar. Isso acarretava tanto (a) o subsídio de mercadorias exportáveis quanto (b) a preferência para importar bens supérfluos, mais aptos a pagar o subsídio dos exportáveis. Dessa forma, o governo separaria a balança comercial (importações e exportações) de "um mercado livre de câmbio", destinado ao movimento de capitais e fluxos financeiros, e sem a proteção da "taxa do dólar oficial" (CR$ 18,50). Este mercado livre foi fixado pela lei 1807 (jan. de 1953). Nada disso logrou eliminar a pressão externa vinculada com a crise de crédito da importação, a pressão dos exportadores agrícolas contra o "confisco cambial", etc. Ou seja, a crise externa de 1947-1949 deixara o país com dificuldades que se agravariam nos anos seguintes, gerando assim a crise de 1953-1955. Inflação, elevação do custo de vida, déficits no Balanço de Pagamentos, etc., levando à instabilidade política e preços locais desfavoráveis à política de exportações. A instrução 70 da SUMOC (9-10-1953) visava baratear as exportações e devolver as importações ao livre comércio. Com importações mais caras, elas se reduziriam ao essencial, dando lugar a iniciativas locais para substituir parte delas. As coberturas para as importações perderam o favor do Banco do Brasil. Por medida administrativa, a taxa cambial permanecia a mesma registrada no F.M.I. Divisas eram vendidas em leilões públicos pelas Bolsas de Valores, com base do melhor lance feito. Assim, o custo da cobertura para importações passava a ser feito pela taxa de câmbio oficial, *acrescida do ágio* garantido pelo lance pago pelo importador, para obter a licença de importação. A Instrução 70 favorecia a liberdade cambial e a industrialização substitutiva.

Tabela 33
Paraná: Valor da produção, da folha salarial e do lucro, por ramo de atividade
1950-1962
(milhares de cruzeiros nominais ajustados)

Ano	Valor da produção, madeira	Folha salarial, madeira	Lucro bruto, madeira	Valor da produção, mobiliário	Folha salarial, mobiliário	Lucro bruto, mobiliário
1950	745022,813	313258,5	431764,313	88491,2734	35428,7188	53062,5586
1951	955385,313	420355,594	535029,813	118026,898	48383,5313	69643,3672
1952	1225145	564067,188	661077,813	157420,5	66075,3672	91345,1328
1953	1571074	756910,875	814163,125	209962,5	90236,3828	119726,102
1954	2014677	1015684	998993	280041,406	123232,102	156809,297
1955	2583536	1362928	1220608	373510,406	168292,906	205217,5
1956	3313015	1828886	1484129	498176,406	229830,594	268345,813
1957	4248469	2454148	1794321	664452	313870,188	350581,813
1958	5448054	3293174	2154880	886225,125	428639,406	457585,688
1959	6986351	4419048	2567303	1182019	585375	596644
1960	8958996	5929836	3029160	1576540	799422,313	777117,688
1961	11488630	7957133	3531497	2102739	1091738	1011001
1962	14732530	10677530	4055000	2804567	1490941	1313626

O valor nominal da produção madeireira deu-se à taxa anual de 28,24%. A folha salarial deste ramo apresentou taxa similar de expansão da ordem de 34,19%. Quanto ao lucro bruto do ramo, a taxa foi 20,52%. O crescimento da folha salarial também nesta atividade – que era enorme – aponta para a hipótese de relativa escassez de mão-de-obra para as atividades industriais no Paraná.

O valor nominal da produção do ramo de mobiliário efetivou-se à taxa de 33,38%. A folha salarial desta atividade cresceu à taxa de 36,57%. O lucro bruto do ramo de mobiliário deu-se à taxa de 30,66%.

Até os anos (19)60, a atividade madeireira do Paraná era abertamente predatória, pois não havia uma política de replantio. A mesma só seria adotada em 1967. Algumas empresas madeireiras tiveram destaque em nível nacional, entre elas, Zoller S.A., João Nascimento, Thomasi, Andrezza, Mapin, Trombini, Salvadori, de Pauli, Selectas, etc. Sob a proteção desta enorme atividade madeireira, o ramo de mobiliário destacou-se igualmente no plano nacional. Foram bastante conhecidas empresas como a Cimo, Oggi Móveis, Móveis Guelmann, etc.

Com a retomada das exportações após a crise 1953-1955, a exportação do pinho paranaense foi um dos produtos que se viu menos restringido. No caso do café, sendo enormes as quantidades ofertadas, isso de certa forma compensava as oscilações negativas nos preços. A madeira paranaense podia formar rapidamente estoques consideráveis e com isso

remediar, no seu caso, as flutuações de oferta e/ou procura de produtos primários. Nos momentos de queda de preço, estoques não procurados domesticamente podiam ser retidos para esperar conjunturas de preço mais favoráveis. Havia países supridores que evitavam acordos para se ajustarem à procura nos países consumidores praticamente em cada item exportável, gerando dificuldades para quem não pudesse estocar durante a baixa exagerada de preços.

A política do governo brasileiro visava maximizar as reservas cambiais nos momentos favoráveis, com vistas a atender à escassez nos momentos desfavoráveis. Tinha, portanto, um papel regulador (tanto quanto possível). Havia também um esforço dos governos no pós-guerra para que mecanismos regulatórios fossem criados, em acordos com outros países fornecedores dos mesmos exportáveis que o Brasil. Para evitar (ou reduzir) o impacto inflacionário das exportações (e empréstimos), os governos locais buscavam esterilizar parte da renda que iria para os exportadores via a taxa de câmbio. Finalmente, uma parte dos recursos retidos via câmbio constituía uma espécie de fundo compensatório, para amortecer as pressões naquele mercado.

Como instrumento para unificação da taxa cambial no mercado exterior brasileiro, utilizou-se uma nova lei de tarefas alfandegárias, reduzindo as categorias de importação. A implementação de tal redução foi efetuada pelas Instruções da SUMOC de número 166; 167; 174; 175; 181; 192; 193 e 196. O sistema de taxas múltiplas de câmbio foi, assim, gradualmente eliminado. Também neste ponto era dúplice o interesse da classe empresarial. Um setor acreditava que (1) era necessário estimular a substituição de produtos finais, a serem colocados na mão de consumidor. Outro setor empresarial julgava prioritário apenas (2) comprar as importações mais cruciais (combustíveis, matérias-primas e equipamento) a câmbio favorável. Do impasse dessa dicotomia básica, haveria de ser a situação levada à Instrução 204 da SUMOC, como a "verdade cambial".

A radicalidade contida na Instrução 204 e algumas sucessoras deixavam o câmbio flutuar livremente, com base na oferta e na procura. Em uma economia que apresentava enormes desproporções setoriais, tal ajuste deveria ser feito – pelo menos durante certo prazo, às custas, das taxas de crescimento. Com a nova opção, o governo praticamente "esquecia" que ele vinha (ou outros antes dele) havia anos, oferecendo uma barreira protetora, apoiada no câmbio, para uma industrialização generalizada. Na nova política, somente os ramos mais poderosos podiam sobreviver com o mercado aberto. O principal desses setores era a nascente indústria automotiva.

A evolução industrial dos anos (19)50

Tabela 34
Paraná: Valor da produção, da folha salarial e do lucro, por ramo de atividade
1950-1962
(milhares de cruzeiros nominais ajustados)

Ano	Valor da produção, papel e papelão	Folha salarial, papel e papelão	Lucro bruto, papel e papelão	Valor da produção, química e farmacêutica	Folha salarial, química e farmacêutica	Lucro bruto, química e farmacêutica
1950	266826,906	69439,1875	197387,703	152110,703	80725,2266	71385,4766
1951	339072,406	92557,5313	246514,906	194498,906	104563,102	89935,8125
1952	430879	123372,703	307506,313	248699,297	135440,094	113259,203
1953	547543	164447	383096	318003,5	175435,094	142568,406
1954	695794,625	219196,297	476598,313	406620,5	227240,406	179380,094
1955	884186,625	292173,188	592013,375	519932,094	294343,5	225588,594
1956	1123587	389446,188	734140,813	664819,875	381262	283557,906
1957	1427808	519104,313	908703,688	850083	493847,188	356235,813
1958	1814398	691929,313	1122469	1086973	639678,375	447294,594
1959	2305661	922292,875	1383368	1389876	828572,875	561303,125
1960	2929937	1229351	1700586	1777188	1073247	703941
1961	3723241	1638639	2084602	2272432	1390173	882259
1962	4731338	2184189	2547149	2905683	1800686	1104997

O crescimento do valor nominal da produção de papel e papelão foi 27,08% (ou seja, 50,7% da taxa do período 1939-1950). O valor da folha salarial da atividade foi 33,9%. Quanto ao lucro bruto no ramo, atingiu a taxa nominal anual de 23,75%. O valor da produção da indústria química e farmacêutica evoluiu no período à taxa nominal de 27,87%. Sua folha salarial cresceu, no mesmo período, à taxa similar de 29,53%. Quanto ao lucro bruto do ramo, apresentou a taxa similar da ordem de 25,65%.

A importância do ramo de produção de papel, papelão e assemelhados no Paraná já se destacava nos anos 40 e 50 e continuou a crescer, nas décadas posteriores. A sua associação com a indústria madeireira fez com que algumas grandes empresas do setor, hajam sido, na origem, apenas madeireiras. Fizeram a história do ramo no Paraná: Melhoramentos, Santa Maria, Curipel, Celulose Paraná, Theophilo Cunha, Trombini, etc.

A enorme evolução e a incorporação tecnológica das indústrias químicas e farmacêuticas explicam grande parte da produção industrial em expansão e remetem o ramo, naqueles anos 40 e 50 para uma posição de mera infância. Com o lançamento da Petrobrás, em 1953, e a assunção pela mesma da produção de petróleo e seus derivados, nasceria no país o ramo de indústrias de plásticos e diversos subramos. Nessas atividades, o sucesso da industrialização substitutiva só se daria muito mais tarde (anos 80 e 90). Nos anos 40 e 50 havia grande escassez de produtos químicos e farmacêuticos. Nesse sentido, o esforço

paranaense de produção buscava suprir necessidades mínimas locais. Mais tarde viriam a se destacar no nível das empresas nacionais: Buschle e Lepper, Adubos Paraná, Ricassolo Adubos, Estearina Paranaense, etc. No subramo dos plásticos, Providência, Irmãos Knopfholz, etc.

O estabelecimento da "verdade cambial", da Portaria 204, aumentou a dificuldade de obtenção dos insumos químicos e farmacêuticos e acirrou a discussão sobre qual deveria ser o destino do referido processo de industrialização. A corrente antinacionalista, formada, no plano econômico sob a liderança do professor de economia Eugênio Gudin, apoiava a posição neoliberal. Para esta corrente, a industrialização resultava da "mania de cópia" do brasileiro e deixava de lado a excelente experiência das "vantagens comparativas", prevalecentes até 1929. Para Gudin, a crise de 1929 fôra uma espécie de "acidente de percurso", que já estava ultrapassado e não justificaria políticas oficiais de industrialização induzida para o país. Pelo contrário. O Brasil deveria aperfeiçoar sua "vantagem agropecuária" e vendê-la em quantidades crescentes. Tal esforço geraria a riqueza capaz de equilibrar o Balanço de Pagamentos.

Gudin não gostava de admitir sequer a existência de graves flutuações do comércio exterior, como os de 1947-1951; 1953-1955; etc. Para ele, a crise do comércio exterior latino-americana de 1958-1962 era "uma invenção da CEPAL". Atribuía todas as dificuldades a erros locais, de esfera subjetiva, produtos da ignorância e de convicções comunistas. No entanto, a despeito da queda da cota de quitações no mercado externo, a política de preços internos era mantida elevada pelos empresários e pelo governo, como uma forma de ganhos compensatórios. O grosso da inflação – segundo a literatura da época – não derivava do sistema fabril local, mas advinha dos desequilíbrios do comércio exterior local. Também os oligopolistas do comércio dos exportáveis locais não tinham interesse em sustentar os preços à época no mercado internacional. Quase sempre, eram os importadores das metrópoles consumidoras que aqui se instalavam (ou associavam) como exportadores. Desde que sua renda real em cruzeiros (preços altos locais) não sofresse redução, podiam comprar mais barato para depois venderem em seu país. Os preços altos aqui estimulavam a produção local, aumentavam a oferta e acirravam a competição internacional, reforçando assim a tendência para queda nos preços dos exportáveis daqui enviados, no mercado internacional. Tal fato para Gudin não tinha qualquer interesse.

Tabela 35
Paraná: Valor da produção, da folha salarial e do lucro, por ramo de atividade
1950-1962
(milhares de cruzeiros nominais ajustados)

Ano	Valor da produção, têxtil	Folha salarial, têxtil	Lucro bruto, têxtil	Valor da produção, vestuários e calçados	Folha salarial, vestuários e calçados	Lucro bruto, vestuários e calçados
1950	2658847	73860,7266	2584986	34481,6016	19653,6602	14827,9404
1951	2956692	83056,3871	2873636	43423,4219	25020,1309	18403,2891
1952	3287900	93396,907	3194503	54684,0508	31851,9199	22832,1309
1953	3656212	105024,822	3551187	68864,7891	40549,1484	28315,6406
1954	4065781	118100,4126	3947681	86722,9063	51621,1719	35101,7305
1955	4521230	132803,914	4388426	109212	65716,4219	43495,5781
1956	5027699	149338,0	4878361	137533	83660,4063	53872,5898
1957	5590903	167930,582	5422973	173198,297	106504	66694,2969
1958	6217196	188837,940	6028358	218112,297	135585,203	82527,0938
1959	6913647	212348,263	6701299	274673,594	172607	102066,602
1960	7688115	238785,622	7449330	345902,313	219737,594	126164,703
1961	8549338	268514,432	8280824	435602,188	279737,406	155864,797
1962	9507036	301944,479	9205092	548563,188	356120,188	192443

A taxa nominal anual de crescimento do ramo têxtil foi 11,2%. A folha salarial deste ramo apresentou a taxa de 12,45% e o lucro do setor teve a taxa similar correspondente de 11,16%. Quanto ao valor nominal da produção de vestuários e calçados, teve a taxa expansiva de 25,93%. Neste ramo, a folha salarial expandiu-se com a taxa anual média de 27,31%. E o lucro dessas atividades situou-se na taxa de 23,81%.

As cinco ou seis fases de processamento do fio até chegar-se ao pano pronto ou ao vestuário fazem da indústria têxtil uma das que mais necessitam de mão-de-obra e, conseqüentemente, um dos ramos mais reativos à elevação dos salários. O lucro internamente depende da velocidade da produção. Máquinas que poupam trabalho humano são, portanto, sempre bem-vindas. No entanto, nos anos 50 era muito grande o número de pequenos estabelecimentos no Paraná, para permitir uma importante mudança tecnológica no ramo. Contudo, toda sua produção encontrava mercado. Daí a continuidade expansiva do mesmo. Situação similar se apresentava com vestuários e calçados. As demandas externas por algodão (1940-1953) levavam flutuações às produções locais. A importação de certa quantidade de maquinário dos EUA e da Itália, favoreceu tanto as confecções (roupas prontas nas lojas) quanto a produção de calçados, cintos, etc. Estes ramos também vendiam com prazos mais longos do que pagavam suas dívidas, o que era um fator de instabilidade.No ramo de vestuário, a empresa (catarinense) Hering adquiriu, sem dúvida, prestígio internacional.

Com a crise do comércio exterior de 1958-1962, diminuíram os recursos disponíveis para compra de equipamentos e matérias-primas para ambos os ramos. Houve a diminuição relativa das receitas das exportações. No entanto, incrementava-se com a crise o aumento das transferências financeiras, a título diverso, como juros, amortizações, direitos de marca, etc. As receitas de exportações eram insuficientes para manter, à época o poder de compra do país no exterior com a crise do balanço de pagamentos (BP), constrangia-se o pagamento de serviços, a importação de matérias-primas e equipamentos, etc. Aliás, os serviços (BP) vinham absorvendo cada vez mais os ganhos do comércio exterior brasileiro. Despesas com fretes, lucros, dividendos, juros, royalties, assistência técnica, etc., eram as fontes do déficit relativo a serviços. Entre 1953 e 1958, as divisas referentes ao financiamento dos equipamentos importados cobriram em parte os déficits das transações correntes. A crise comercial agravaria ainda esta situação. Conforme dados da SUMOC abaixo:

Balanço de Pagamentos
(saldos em milhões de dólares)

Ano	Balanço comercial	Serviços	Transações correntes	Capitais autônomos	Saldo final
1953	424	-393	31	97	128
1954	148	-378	-230	22	-208
1955	320	-344	-24	39	15
1956	437	-419	18	201	219
1957	107	-393	-286	290	4
1958	65	-327	-262	202	-60
1959	72	-407	-335	216	-119
1960	-23	-510	-533	92	-444
1961	113	-416	-303	304	1
1962	-89	-407	-496	255	-241
1963	112	-333	-221	24	-197
1964	305	-282	23	-31	-8

Fonte: Relatório anual da SUMOC, 1964.

Tratava-se de fenômeno caracteristicamente estrutural, resultante de vários fatores, entre os quais, os mais importantes eram: (a) recuperação do comércio internacional no pós-guerra; (b) reestruturação do comércio colonial-neocolonial pelas antigas potências; (c) recuperação das potências centrais perdedoras da 2ª guerra mundial; (d) estabilização do mecanismo do comércio de Bretton Woods e seu sistema de perdas para a periferia[165]. Semelhantes dificuldades não podem ser simplesmente atribuídas a erros de Dutra, Vargas, Café Filho, Kubistchek, Quadros ou Goulart. Apesar de esses governos, não representarem a

[165] Gabriel de Miranda CARVALHO. *Acumulação de Capital e Inovação Tecnológica:* a experiência brasileira durante o regime militar: 1964-1985. Dissertação de Mestrado. DH-FFLCH-USP.São Paulo: 2006.p. XIII e XXII

parte principal do comércio internacional, foi a mudança desta estrutura que gerou os problemas que eles tentaram administrar.

Tabela 36- B
Paraná: valor da produção, da folha salarial e do lucro, por ramo de atividade
1950-1962
(milhares de cruzeiros nominais ajustados)

Ano	Valor da produção, couros e peles	Folha salarial, couros e peles	Lucro bruto, couros e peles	Valor da produção, alimentícios	Folha salarial, alimentícios	Lucro bruto, alimentícios
1950	71389,8203	46244,1406	25145,6797	1987146	1439458	547688
1951	95627,9688	61828,8086	33799,1602	2662452	1929279	733173
1952	128095,398	82665,6563	45429,7417	3567251	2585776	981475
1953	171586,203	110524,703	61061,5	4779535	3465667	1313868
1954	229842,797	147772,5	82070,2967	6403798	4644969	1758829
1955	307878,594	197573	110305,602	8580044	6225564	2354480
1956	412409,094	264156,906	148252,188	11495860	8344007	3151853
1957	552429,5	353180	199249,5	15402580	11183320	4219260
1958	739989,375	472204,688	267784,687	20636940	14988790	5648150
1959	991229,375	631341,813	359887,562	27650140	20089190	7560950
1960	1327770	844109,313	483660,687	37046680	26925170	10121510
1961	1778572	1128582	649990	49636512	36087300	13549210
1962	2382430	1508923	873507	66504832	48367128	18137700

O ramo de couros e peles (e artefatos) cresceu seu valor nominal neste período a uma taxa de 33,95% ao ano. Quanto ao lucro desta atividade, apresentou a taxa de 34,4% a.a. No ramo alimentício, de proporções relativamente grandes, a taxa nominal de expansão do valor da produção alcançou 33,98% ao ano. O valor da folha salarial deste ramo foi 34% em sua taxa anual média. Quanto à massa de lucros, ela evoluiu sob a taxa anual nominal de 33,87%.

Devido ao grande número de rebanhos nacionais, a produção de couros e peles e seus artefatos revelava à época sua insuficiência, baixa capitalização e até desperdício dos insumos. Mesmo no Paraná, onde a produção era bastante apreciada, o desnível de produtor para produtor e a falta de similaridade com os padrões internacionais eram visíveis. No entanto, a produção nacional de pastas, cintas, sapatos, casacos, etc., cresciam sem cessar. Os preços e a qualidade do produto diferenciavam –se dos produtos concorrentes do Uruguai e da Argentina. Os produtos brasileiros eram piores e mais caros e nisso, o Paraná não era exceção.

Muitos desses problemas – preços finais e qualidade inferior – estavam também relatados na produção nacional e paranaense de alimentícios. Na média de seus produtos, a qualidade da produção alimentícia paranaense era considerada superior aos similares nacionais, o que não chegava a se constituir motivo de regozijo. As oscilações nos preços das matérias-primas, quebras de safra, desigualdade dos insumos, dificuldades de transporte e

silagem, etc., tudo parecia conspirar para a instabilidade da oferta. Tudo o que podia ser enlatado: doces, biscoitos, óleos comestíveis, carnes, embutidos, etc., eram por isso melhor sucedidos no mercado, numa época em que o *encaixotamento* constituía quase a única solução para o empacotamento. O Frigorífico Rondon, a Emílio Romani, foram os destaques da produção local com significado nacional. Na produção de óleos vegetais, certamente a Incopa e a Olerol; no café solúvel, a Cacique; no mate, a Leão Junior; etc.

Nos países periféricos que dedicam boa parte de sua produção ao comércio internacional os preços internos locais tendem a ser artificialmente elevados. Existe uma elevação natural em seus preços, que decorre de sua produtividade generalizada mais baixa do que aquela dos países centrais com que se relaciona. No entanto, como tem argumentado amplamente a literatura analítica (vide CEPAL), uma parte de tal elevação de preços é artificial, porque decorre de dois mecanismos: (1) troca desigual, ou desvantajosa; (2) socialização dos prejuízos do comércio exterior.[166] A instabilidade monetária dos países periféricos constitui peça-chave do sistema internacional de trocas. Ao adotar uma política de sustentação de preços elevados no mercado interno para produtos que tendem à baixa ou estão quase sempre em baixa no mercado internacional, o governo local condena a estrutura vigente à perpetuidade e aguça o processo local de instabilidade monetária. A sustentação elevada de preços em certa conjuntura (1929-1939) pode ser inevitável, como explica Flávio R. Versiani. Ela permitiu sobreviver a estrutura agrícola e o conjunto referencial de preços locais, em situação de colapso do comércio exterior. No entanto, manter semelhante política no longo prazo sempre pode não ser o mais vantajoso. A oscilação dos preços dos produtos primários deve ser compensada pela industrialização. No entanto, as políticas de industrialização substitutiva não deveriam ser abandonadas em caso de persistente flutuação negativa de preços de produtos primários. Este foi o caso da crise brasileira do comércio exterior (crise, por sinal, latino-americana) em 1958-1962. O abandono, então, da industrialização substitutiva agravou a crise – tornando-a geral – no lugar de atuar para amenizá-la. Esta questão foi amplamente analisada por Cíbilis da Rocha Viana, em seu livro Estratégia do Desenvolvimento Brasileiro, (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967).

[166] Para compreender o funcionamento desses mecanismos, ver: Nelson Werneck Sodré – Radiografia de um modelo, ...; e Arghiri Emmanuel – A troca desigual, 2 vols., Lisboa: Ed. Estampa, 1976.

Tabela 37
Paraná: Valor da produção, da folha salarial e do lucro, por ramo de atividade
1950-1962
(milhares de cruzeiros nominais ajustados)

Ano	Valor da produção, bebidas	Folha salarial, bebidas	Lucro bruto, bebidas	Valor da produção, editorial e gráfica	Folha salarial, editorial e gráfica	Lucro bruto, editorial e gráfica
1950	163107,094	51706,4609	111400,602	70424,6797	29049,7891	41374,8906
1951	193441,406	65486,1484	127955,297	89622,7031	37862,0781	51760,6289
1952	229417,203	82938,1094	146479,094	114054,203	49347,5898	64706,6094
1953	272083,594	105041	167042,594	145145,797	64317,25	80828,5469
1954	322685,094	133034,297	189650,797	184713	83827,9609	100885
1955	382697,313	168487,703	214209,594	235066,5	109257,297	125809,203
1956	453870,5	213389,406	240481,094	299146,406	142400,594	156745,797
1957	538280,313	270257,313	268023	380694,813	185598	195096,797
1958	638388,375	342280,5	296107,906	484473,594	241899,406	242574,203
1959	757114,5	433497,688	323616,813	616542,875	315279,906	301263
1960	897920,875	549024,125	348896,813	784614,813	410920,5	373694,313
1961	1064914	695338,188	369575,813	998503,625	535573,813	462929,813

A taxa nominal expansiva do valor da produção de bebidas foi anualmente 18,6%. O valor respectivo da folha salarial ascendeu à taxa similar de 26,65%. Quanto ao lucro setorial, apresentou a taxa de 40,3%. O valor da produção do parque editorial e gráfico paranaense no período foi de taxa 27,26%. A folha salarial correspondente a este ramo cresceu com a taxa nominal de 30,33%. O lucro bruto deste ramo apresentou a taxa anual nominal de 24,48%.

Aguardentes, vinhos, refrigerantes, cervejas e águas minerais estão sempre entre as primeiras preocupações de toda população estabelecida. Com o avanço da divisão do trabalho, e o trabalho sistemático urbano, a produção desses itens e de suas embalagens se torna um dos mais lucrativos negócios. Embora o único grande grupo paranaense neste ramo haja talvez sido a Paraná Refrigerantes, a pequena produção local sempre obteve destaque e mercado.

O ramo de editorial e gráfica expandiu-se, em nível nacional, a Imprensa Paranaense, das inúmeras empresas que foram bem sucedidas até a década de (19)60. A flutuação dos lucros dessas empresas reflete o condicionamento político de suas atividades, particularmente quando produziam jornais e revistas. A perda do vínculo oficial podia conduzir a cortes de crédito, dando origem a falências, concordatas, fusões e incorporações. É um ramo em que o componente político tem forte papel em seu desenvolvimento.

A expansão, graças ao investimento público (1944-1962), de amplos apoios à infra-estrutura, renovar-se iam os portos, abrir-se -iam estradas e hidroelétricas que logo pediriam uma nova fase de acumulação de capital. No entanto, devido à divisão de interesses dentro do

setor empresarial, a crise do comércio exterior (1958-1962) terminou por inviabilizar o processo de industrialização substitutiva, com a mudança das políticas internas. O problema cambial sempre foi a grande encruzilhada das políticas econômicas possíveis no país. A cada retorno da baixa cíclica, a equipe responsável vê-se de retorno à tal encruzilhada e deve, uma vez mais, escolher o caminho que pretende seguir.

Estes caminhos são (1) a liberalização ou (2) a proteção do mercado doméstico. No período 1932-1947, os caminhos da liberalização ficaram fechados pelo forte recuo dos ganhos no mercado internacional. Por isso seguiu-se a solução possível, qual fosse, a industrialização substitutiva, porque o recuo do mercado externo abandonava o mercado doméstico à sua própria sorte. Nessas condições, era possível produzir localmente o que não podia ser importado. Pelo menos em parte, foi o que se fez.

O discurso técnico foi apresentado por Celso Furtado, que descreveu o aumento da eficácia marginal do capital, como o verdadeiro incentivo da industrialização. Dito em termos leigos, colocar o capital no ramo industrial rendia mais naquelas circunstâncias, que em quaisquer outras atividades. Dito em termos de Keynes, seria igual à relação:

$$= \frac{os\ rendimentos\ esperados\ de\ um\ bem\ produtor\ de\ renda}{o\ preço\ de\ oferta\ do\ bem\ que\ é\ a\ fonte\ dos\ rendimentos\ previstos\ (ou\ o\ custo\ de\ reposição)}$$

Esse conceito é de difícil percepção, mas Cíbilis Viana dá um exemplo. Um cruzeiro aplicado na agricultura de exportação retornava (1932-1947) em cruzeiro; caso aplicado na indústria retornava três cruzeiros. Celso Furtado foi indicado por Vargas para representar o Brasil na CEPAL. No governo Kubistchek, organizou a Operação Nordeste, de socorro àquela região e depois criou e dirigiu a SUDENE. Foi mais tarde ministro de Planejamento de Goulart, criando o famoso Plano Trienal. Seu pensamento, elemento central na chamada escola econômica estruturalista latino-americana, caracterizou esta consciência da industrialização substitutiva como uma oportunidade única e a necessidade de mantê-la.

$$= \frac{R.E.B\ PR}{P.O.B}$$

Daí a defesa, tão própria daquele período da criação pelo investimento público de diversas empresas, capazes de apetrecharem a infra-estrutura para o crescimento. Tais iniciativas não eram tomadas pelas empresas, devido tanto ao montante de investimento necessário, quanto ao longo tempo de maturação de tais empreendimentos. Daí a defesa do crédito barato pelo poder público e favores e incentivos cambiais e fiscais, etc.

Funções de produção nos anos (19)50

A crítica corrente a este pensamento estruturalista favorável ao investimento público prendia-se ao caráter de que tal se constituía em pegar dinheiro dos contribuintes, ou poupança forçada (emissão de dinheiro) e dar esse dinheiro para os industrialistas enriquecerem, montando fábricas, comprando equipamentos, construindo prédios, etc. Seria transferência de renda a favor dos ricos. No entanto, os cruzeiros pagos pelas divisas ganhas dos exportadores também representavam riqueza criada ou a criar de toda a população e não apenas dos exportadores. Aceitar tal argumento correspondia dizer que se o governo nada fizesse, seria melhor do que se fizesse alguma coisa.

Tabela 38
Funções de produção. Paraná
1950-1962
Valores nominais ajustados
1956 = 100,00

Nº da equação	Setor	Capital coeficiente B	Trabalho coeficiente c	R^2	t_c
01	Produção mineral	0,90	0,10	0,9	10408,043
02	Indústria de transformação	0,94	0,06	0,9	4013,35
03	Não-metálicos	0,64	0,36	0,9	3690936,7
04	Metalurgia	0,52	0,48	0,9	381291,9
05	Mecânica	0,67	0,33	0,9	10390,477
06	Mat. Elétrico e com.	0,54	0,46	0,9	1250152,3
07	Material de transportes	0,51	0,49	0,9	7103524,2
08	Madeira	0,45	0,55	0,9	3197951,6
09	Mobiliário	0,54	0,46	0,9	121152,4
10	Papel e papelão	0,65	0,35	0,9	744386,16
11	Química e farmacêutica	0,43	0,57	0,9	884058,01
12	Couros e peles	0,36	0,64	0,9	205700,27
13	Têxtil	0,85	0,15	0,9	6433767,3
14	Vestuários e artefatos	0,39	0,61	0,9	359513,95
15	Alimentação	0,27	0,73	0,9	27521,361
16	Bebidas	0,53	0,47	0,9	3377298,2
17	Editorial e gráfica	0,52	0,48	0,9	1053732,1
18	Diversas	0,71	0,29	0,9	186038,71

Fonte: IBGE; Anuários Estatísticos.

Tabela 39
Funções de Produção. Paraná
Valores ajustados (nominais)
1939-1962
1952 = 100,00

Nr. da equação	Setor	Capital coeficiente B	Trabalho coeficiente c	R^2	t_c
01	Produção mineral	0,87	0,13	0,99	24,528
02	Ind. de transformação	0,94	0,06	0,99	102241,05
03	Não-metálicos	0,94	0,06	0,99	102240,05
04	Metalurgia	0,53	0,47	0,99	288635,8
05	Mecânica	0,67	0,33	0,99	100945,53
06	Mat.elétrico e comunicação	0,62	0,38	0,99	3008483,1
07	Material de transportes	0,63	0,37	0,99	13827340,0
08	Madeira	0,54	0,46	0,99	4065142,8
09	Mobiliário	0,52	0,48	0,99	15259136,0
10	Papel e papelão	0,71	0,29	0,99	2296909,9
11	Química e farmacêutica	0,46	0,54	0,99	1471028,1
12	Couros e peles	0,35	0,65	0,99	70857,293
13	Têxteis	0,95	0,5	0,99	11425720,0
14	Vestuário, calçados e art.	0,31	0,69	0,99	5721796,9
15	Alimentícios	0,31	0,69	0,99	5721790,8
16	Bebidas	0,64	0,36	0,99	7345790,4
17	Editorial e gráfica	0,57	0,43	0,99	1568001,4
18	Diversos	0,68	0,32	0,99	245851,61

Fonte: IBGE; Anuários Estatísticos.

Na tabela 38 encontram-se hipóteses explicativas da função de produção para diferentes ramos, no período 1950-1962. Estão numeradas, como no capítulo anterior, de (1) a (18). A função de produção (01) para a produção mineral indica situação similar àquela da década anterior, com o predomínio da utilização de máquinas que expressam tanto montantes importantes de capital como a elevada substitutabilidade para o fator força de trabalho. Não parece, pois, haver ocorrido uma mudança tecnológica da produção mineral na fase 1939-1962, sendo a mão-de-obra utilizada, predominava o fator quantitativo do que qualitativo para aquela produção.

A função indicada em (02) para o conjunto da indústria de transformação contém a hipótese de uma enorme valoração em capital para o subsetor. Os parâmetros indicam aumento da escala de produção, maior rotatividade da força de trabalho e avanço dos métodos maquinofatureiros. Dessa forma, é possível deduzir uma mudança tecnológica importante entre os dois períodos, sendo que, na fase sob análise (1950-1962), predomina já claramente a indústria de tipo capitalista, com base no assalariamento. A função (03) indica uma crescente participação do fator trabalho (+33%) nas atividades produtivas do ramo dos não-metálicos, em relação ao período expansivo anterior (1939-1950). Há uma indicação de permanência do

padrão tecnológico do período anterior, com uma melhoria qualitativa da força de trabalho empregada. A função (04) indica hipóteses explicativas sobre o importante ramo da metalurgia. Também aí aumentou a responsabilidade do fator trabalho, com estabilidade maior da mão-de-obra durante o último período (1950-1962). Quanto à equação (05), ela apresenta uma elevação da participação do capital no ramo de 15,5% em relação à fase anterior (1939-1950).

A função (06) refere-se ao desempenho relacional do ramo de material elétrico e de comunicações. Não há indicação de mudança tecnológica decisiva entre os dois períodos estudados, neste e no capítulo anterior. A posição relativa dos fatores não se alterou de modo significativo, embora houvesse maior expansão no segundo período (1950-1962). A função (07) refere-se ao desempenho do material de transporte. O desempenho do fator trabalho melhorou no segundo período (1950-1962) de cerca de 25%, em relação ao período anterior. Isso significa uma maior estabilidade da mão-de-obra nos postos de trabalho e também uma melhora de sua qualificação.

A equação (08) descreve hipóteses acerca do desempenho relacional no ramo da produção madeireira. Há um decréscimo do papel do capital de mais de 20% na segunda fase, com uma importância maior para a tecnicidade da mão-de-obra aí em atividade. Isso tanto pode ser interpretado como um relativo declínio do ramo ou como uma diversificação do seu processamento daquilo que produzia.

A função de produção (09) refere-se ao ramo de mobiliário. Nele, a responsabilidade do fator trabalho melhorou em 24% seu desempenho, com relação ao período anterior (1939-1950). Isso também aponta para maior diversidade dos produtos fornecidos, com maior participação da mão-de-obra em seu processamento e/ou acabamento. Ou seja, o trabalho responde por uma parcela maior do valor acrescentado pela transformação. A função (10) permite levantar hipótese sobre o ramo de papel e papelão. A participação do capital cresceu 5,8% neste período, o que não chega a apontar para substancial mudança tecnológica. Quanto a química e farmacêutica (função 11), o saber-fazer mudou, neste período (1950-1962), dos trabalhadores para os equipamentos e organização. Isso significa empresas maiores e mais consolidadas, com procedimentos inscritos em programas de trabalho e maquinários, que aumentam a produtividade do trabalho, mas tornam o trabalhador menos essencial quando individualizado.

A função (12) traz o desempenho relacional do ramo de couros e peles. Nele não houve praticamente mudança técnica considerável, embora o capital haja melhorado um pouco a sua participação (5,5%). A equação (13) examina o ramo têxtil, onde se teria

verificado um crescimento com diversificação de atividades e de tamanho das empresas no período 1950-1962. Assim, aumentou a dispersão do seu padrão produtivo, com grandes e pequenas empresas trabalhando para diferentes faixas de mercado, certamente com produtos diferenciados.

A função (14) refere-se a vestuário e calçados. Sua difusão foi também notável, com uma amplitude abarcando diferentes tipos de oferta a um mercado em nítida expansão. O ramo de alimentação está representado na função (15). A sua estrutura indicada permanece inalterada neste período (1950-1962), certamente indicando a expansão de um grande número de pequenos estabelecimentos ao lado do crescimento das grandes organizações, que apresentavam produtividade muito diferente. Aliás, este foi um traço da fase de ampla industrialização substitutiva: o crescimento generalizado dos diferentes tipos de atividade, expressando mais a indução espontânea das demandas do que uma política sofisticada pela oferta planejada ou prospectada.

A função (16) traz o ramo de bebidas. N este período (1950-1962) ,a responsividade da força de trabalho, cresceu cerca de 43%, com relação ao período anterior. Quanto ao ramo de editorial e gráfica, encontra-se descrito na função (17). A responsividade do trabalho melhorou neste período 10,4% em relação à fase anterior (1939-1950). Isso indica um considerável acréscimo do saber-fazer da parte de mão-de-obra, ou seja, a qualidade do trabalho ofertado para as atividades do ramo tornou-se superior em produtividade específica. Quanto à equação (18) descreve uma miscelânea de indústrias, agrupadas para fins de captação estatística como "diversas". Nessa subestrutura, o papel do capital sofreu um incremento no segundo período de 11,3%, o que indica crescente tendência de tecnificação e capitalização desse grupo de atividades.

Na década de 1950, as dificuldades da industrialização substitutiva foram notórias. Isso em parte deve explicar as diferenças no processo de capitalização do segundo período (1950-1962) em relação ao primeiro (1939-1950). A crise da libra esterlina (1947-1949) repercutiu como crise no Brasil, tanto por sua relativa dependência da área da libra, como pela extensão de seus saldos de comércio, então em poder dos britânicos (e dos estadunidenses). Isso geraria a questão dos supostos "atrasados comerciais", com a crise comercial de 1949-1952, em que o Brasil ficou sem condições de pagar. como previsto, parte de suas importações. O fim do conflito na Coréia (1953) contribuiria para a crise brasileira de 1953-1955, com a queda brusca da procura e dos preços de inúmeros bens pelo Brasil então exportados. Finalmente, a crise já referida do comércio exterior latino-americano não tornou, para o país, as coisas mais fáceis, em termos de flutuações econômicas.

Em termos da moeda local, havia crescimento da renda nacional; no entanto, as dificuldades do comércio exterior, com déficits crescentes no balanço de pagamentos (BP) reduziam a capacidade local de comprar lá fora. Assim, as dificuldades de importação, diante do crescimento da renda dos trabalhadores industriais, geravam uma competição entre estes e as classes proprietárias para pôr a mão na pouca capacidade de importação disponível. A "verdade cambial", que seria instaurada pelo presidente Quadros, com a portaria 204 da SUMOC, poria praticamente fim a esta disputa que ainda se desdobraria, no nível do comércio interno até o golpe de 1964, com a corrida inflacionária (pela compra) dos bens industriais. Essas dificuldades no nível macroeconômico talvez hajam ajudado a expansão do Paraná no volume de produção industrial neste período (1950-1962). Com poucas divisas, a produção local tinha que ser ampliada. Da mesma forma, talvez não haja ajudado a que a expansão se desse através de visível mudança tecnológica; esta dependeria de importações, que na época escassas, iriam favorecer os estados mais poderosos, como São Paulo. Certamente este é o fato que se reflete nas indicações dos dois grupos de função de produção por ramo, um para cada período. Forte expansão produtiva, mão-de-obra bem capacitada em poucos ramos e correlata continuidade técnica nos investimentos de capital produtivo. Há mecanização, há ampliação de fábricas, mas o montante de mudança é insuficiente. Daí a persistência do "nível artesanal" de produção na maioria dos ramos. Em poucos ramos a mão-de-obra deixa de ser o fator principal de produção, ou seja, a difusão da maquinofatura ainda deixava a desejar nos anos (19)50. Ela seria adiada, como generalidade, para a próxima fase de expansão industrial. Por isto, talvez o número de assalariados não haja crescido tanto quanto seria de esperar em uma fase de industrialização. A produtividade aumentou certo êxodo da mão-de-obra especializada parece haver-se dado (em proveito possivelmente de São Paulo), mas o que explica a expansão ainda é, de um lado, (1) o relativo isolamento do mercado paranaense, e, do outro, (2) a busca dos consumidores locais por quantidades crescentes de mercadorias (pela expansão da renda local). Quando a produção cresce mais do que a contratação de mão-de-obra (segundo período), tem-se importante mudança tecnológica ou pressão para mudança tecnológica. De fato, a instalação da indústria automotiva geraria enorme ansiedade no empresariado brasileiro, que visou então à associação com o capital externo como a oportunidade para empreender as mudanças tecnológicas necessárias. Uma vez que não havia recursos financeiros para a mudança em larga escala, tais empresários foram levados a pressionar por uma solução política fora da estratégia da industrialização substitutiva. Insista-se aqui que o montante de equipamento importado e produzido no país nos anos (19)50 foi enorme, mas politicamente ficou aquém das expectativas dos empresários

locais, em virtude da expansão fisiológica da demanda, que pedia mais e mais mercadorias. Somente com o crescimento do binômio Eletrobrás-Petrobrás, nos anos (19)60 e (19)70 seria possível satisfazer o despertar da demanda crescente por bens e serviços. Nas condições de escassez eletromotriz dos anos (19)50 e das crescentes importações de derivados do petróleo, não era certamente possível produzir muito mais. Mas as carências periódicas – inclusive de alimentos –, os cortes no abastecimento de água e de luz, a falta de rede de esgotos nas áreas recém-urbanizadas, etc., tudo isso gerava uma alta expectativa por melhoria e riqueza que dificilmente poderia ser satisfeita pela mera capacidade doméstica de então para expandir a produção. A sensação era de que: em um ambiente em que se produzia cada vez mais, havia praticamente falta de tudo.

Tabela 40
Elasticidade dos Principais Ramos Industriais. Paraná.
Primeiro (1939-1950) e Segundo Períodos (1950-1962)
Fonte: IBGE Produção Nominal

$$\frac{\Delta\, Ramo}{Ramo}$$

Ramo	1º Período	Variação percentual (%)	2º Período
Produção mineral	0,2514	-48,73	0,1289
Indústria de transformação	0,2643	-39,58	0,1597
Não metálicos	0,2124	-1,22	0,2098
Metalurgia	0,0785	+252,48	0,2767
Mecânica	0,3644	-54,39	0,1662
Material Elétrico e comunicação	0,3059	+31,0	0,4008
Material de transportes	0,2795	-0,57	0,2779
Madeira	0,1755	+23,48	0,2167
Mobiliário	0,1740	+40,46	0,2444
Papel e papelão	0,3482	-35,81	0,2235
Química e farmacêutica	0,1579	+35,09	0,2133
Couros e Peles	0,1760	+40,63	0,2475
Têxtil	0,2614	-56,73	0,1131
Vestuário e calçado	0,1506	+33,93	0,2017
Alimentícios	0,2132	+17,5	0,2505
Bebidas	0,2136	-24,53	0,1612
Editorial e gráfica	0,2001	+6,5	0,2131
Diversos	0,1654	+38,88	0,2297

Na tabela 39 é possível diagnosticar os ramos que melhoraram sua posição nominal no período 1939-1962. Mantendo-se a subdivisão deste em dois subperíodos, é possível notar um

avanço dos seguintes ramos: metalurgia, material elétrico e de comunicação, madeira, mobiliário, química e farmacêutica, couros e peles, vestuário e calçados, alimentícios, editorial e gráfica e "diversos". Foram, portanto, estas as atividades mais dinâmicas no Paraná, na fase final da política de industrialização substitutiva. Os seguintes ramos aparentemente elevaram sua razão capital-trabalho por motivos de intensidade de trabalho (economizar salários): madeira, imobiliário, couros e peles, vestuários e calçados, alimentícios; elevaram sua razão capital-trabalho aparentemente por motivos de intensividade em capital: metalurgia, material elétrico e de comunicações, química e farmacêutica, editorial e gráfica, e "diversos".

Capítulo IV – A década de (19)60

Introdução

Pode-se dizer que, enquanto o Paraná expandia sua produção de café, São Paulo tornava-se, paulatinamente, o centro dinâmico da economia brasileira e que, inclusive, captava divisas do Paraná para investir no setor industrial. Considerando-se as características da produção agrícola que vigoravam no Norte do Paraná, dificilmente se poderia continuar a desenvolver um capital industrial paranaense, ao menos em larga escala.

> ....Já que em primeiro lugar, pelas facilidades de transporte, teria de enfrentar a concorrência da indústria paulista. Em segundo lugar, todo o sistema bancário e comercial atrelado ao café paranaense tinha sua sede em São Paulo e seus possíveis excedentes financeiros, que pudessem ser investidos na indústria (carência de energia elétrica, etc.). Por outro lado, a economia de pequenos produtores apresentava poupanças atomizadas, as quais muito provavelmente dirigiam-se para a construção civil, ou outras atividades urbanas não industriais.[167]

Enquanto em São Paulo parte do excedente gerado pelo café havia sido canalizado para a atividade industrial, no Paraná tal excedente foi direcionado no sentido de ampliar as condições de desenvolvimento das atividades ligadas ao setor, tornando-se, desta maneira, menos favorável ao desenvolvimento de outras atividades, em especial das indústrias.[168]

No início da década de (19)60, o Paraná ultrapassou São Paulo e tornou-se o primeiro produtor de café do Brasil, limitando-se assim a diversificação da produção. Este fato ocorreu tendo em vista a "inexistência de um aparato infra-estrutural que pudesse garantir a ampliação do insignificante setor secundário do Estado".[169]

Apesar disso, houve esforços do governo para implantar um aparato infra-estrutural e de um bom número de atividades industriais, que sofreram o efeito contrário ao processo de substituição de importações. Houve a grave crise econômica no país, entre 1962 e 1967[170]. Quando se encerrou a expansão cafeeira, as poupanças paranaenses começaram a demandar outras atividades e intensificou-se a transferência de capitais do Paraná para outros centros do Brasil.[171]

---

[167] IPARDES, Fundação Edison Vieira. *Paraná: Economia e Sociedade*. Curitiba: 1982, p. 11.
[168] Idem.
[169] Pedro Calil PADIS. *Formação de uma Economia*, p. 214.
[170] Idem.
[171] Ibid.

No período entre 1945 e 1970, a cafeicultura paranaense "alcançou sua etapa de maior dinamismo, marcada em algumas áreas pela presença de monocultura, diversificando-se à medida que começou haver superprodução e queda de preços na década de (19)60"[172].

A fim de impedir a superprodução, buscou-se a racionalização da agricultura e sua diversificação por meio dos programas IBC/GERCA. Houve até a substituição dos cafezais com financiamentos para a eliminação e a formação de pastos e outras culturas que pudessem formar uma agroindústria que absorvesse, pelo menos, parte da mão-de-obra da região. Isto até que, na década de (19)70, a soja tomou, em parte, o lugar dos cafezais. Devido ao grande aumento populacional, criou-se um mercado interno para os gêneros alimentícios, agroindústria, lavouras temporárias e pastagens[173].

> O setor industrial paranaense ainda não alcançou dinamismo tal que lhe permita assumir o comando da economia do Estado; mesmo porque as condições internas do País não lhe foram favoráveis na última década (1970). Entretanto, há alguns setores, petroquímica, papel, construção civil e transformação de minerais não metálicos que, em futuro quiçá não remoto, poderão converter-se nas atividades econômicas mais importantes do Estado.[174]

Observou-se que a descontinuidade entre as atividades da economia paranaense resultou da relação de dependência, primeiro do exterior e, depois, de São Paulo e do caráter de economia periférica do Estado. Fez-se necessária uma política de desenvolvimento nacional que tivesse por objetivo explícito e específico a diminuição das desigualdades regionais.

"Ou seja, de uma política que vise não a integração em torno de um pólo de crescimento, mas a formação de novos pólos, capazes de promover e sustentar o desenvolvimento da economia nacional".[175]

No Paraná, o processo de industrialização de bens de produção permaneceu defasado até a década de (19)60, quando teve início a diversificação de suas atividades agrícolas e reforçou o potencial da industrialização.

Em 1970, o Norte do Paraná lembrava uma colcha e retalhos: lavouras diversificadas, pastagens ao lado do café em algumas áreas, lavouras temporárias, entre outras; não estavam ausentes nem a "monocultura de gado", nem a do café[176]. Foi nesta década que surgiu um

---

[172] Nadir Apparecida CANCIAN. *Cafeicultura Paranaense: 1900 – 1970*. Curitiba: Grafipar, 1981, p. 15.
[173] Idem, p. 136-137.
[174] Pedro Calil PADIS. *Formação de uma Economia*, p. 215.
[175] Idem, p. 215 e 216.
[176] Nadir Apparecida CANCIAN. *Cafeicultura Paranaense: 1900 – 1970*. Curitiba: Grafipar, 1981, p. 140.

novo produto de grande influência nas exportações brasileiras, a soja, no Paraná. Isso significava uma nova oportunidade para a produção primária.

Assim, a alta rentabilidade da cafeicultura limitou de início, a destinação de recursos para outras atividades econômicas, especialmente indústrias. Houve a tendência crescente de evasão da renda paranaense para outros centros, principalmente para São Paulo. Só a partir da década de (19)60 houve novas condições e estímulos à implementação industrial no Paraná[177], que se deu no início de 1970 com a criação da Cidade Industrial de Curitiba. O processo industrial conseguiu firmar-se, favorecendo o desenvolvimento da economia paranaense, desta vez como um movimento complementar à indústria paulista e sem as características de uma indústria substitutiva.

A industrialização e a urbanização a partir de 1960 em Curitiba

Nesta década, verificou-se a tendência à concentração urbana. Longe de ser uma metrópole no verdadeiro sentido dessa expressão, Curitiba já possuía uma área metropolitana, isto é, um sistema de intercâmbio encadeado numa zona central concêntrica com um raio de mais ou menos um quilômetro de extensão. A Rua 15 de Novembro era o eixo desse sistema, no qual "se assinalam as praças Santos Andrade, Carlos Gomes, Zacarias, Ruy Barbosa, General Osório e Tiradentes, que funcionam como logradouros de irradiação e convergência dos transportes urbanos que demandam os bairros e arrabaldes.[178]

Em 1960, aprovou-se o Plano Piloto de Zoneamento de Uso do Solo e sua regulamentação. Ele foi constituído, basicamente, pela subdivisão do espaço urbano em unidade de vizinhança. O município passou a ser formado por uma unidade central e 46 unidades de vizinhança, conforme critérios de tradição, fatores geográficos e históricos.[179]

No início da década de (19)60, o prefeito Ivo Arzua Pereira recebeu do diretor da CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento do Paraná, Karlos Rischbieter, a sugestão de elaborar um projeto para atender todo o sistema viário da cidade.[180]

A CODEPAR financiou a contratação de uma equipe para organizar o novo Plano Diretor. Fez-se uma licitação nacional, vencida pela empresa paulista Serete de Estudos e Projetos Ltda. Para orientar a concorrência e a elaboração de projeto, o prefeito criou uma Assessoria de Pesquisa Urbana de Curitiba, a Appuc. O Plano era comandado pelo arquiteto e

---

[177] Pedro Calil PADIS. *Formação de uma Economia*, p. 194-195.
[178] Otávio Duarte GUINSKI. *Imagens da evolução de Curitiba*. Curitiba: O. Duarte, 2002, p. 186.
[179] *Mapas de localização das áreas de estudos*, Curitiba: 1984, p. 25.
[180] Otávio Duarte GUINSKI. *Imagens da evolução de Curitiba*. Curitiba: O. Duarte, 2002, p. 187.

urbanista Jorge Wilheim, que trabalhava com uma equipe de arquitetos, engenheiros e técnicos da prefeitura. A APPUC passou de simples assessoria a instituto, o IPPUC, que elaborou o projeto denominado de Plano Preliminar de Urbanismo, que propunha em síntese:

> Direcionar a expansão urbana, integrando transportes e uso do solo; descongestionar a área central; conter a população dentro dos limites da cidade; garantir a base econômica para o desenvolvimento; propiciar os equipamentos urbanos necessários. As diretrizes incluem a hierarquização das principais vias, melhor definição da ocupação e uso do solo através das zonas residenciais, comerciais e industriais e a reserva de áreas centrais para os pedestres. [181]

O prefeito Ivo Arzua Pereira discutiu o plano com representantes da população, que recebeu críticas e sugestões que foram aproveitadas. Entre elas, a de garantir a preservação de um setor histórico. Sua execução coube a outras administrações. O IPPUC se tornaria o principal organismo de planejamento urbano.[182]

Tanto as atividades terciárias quanto as secundárias foram vinculadas às diretrizes de urbanização, buscando dinamizar efeitos da atividade industrial na vida da cidade. Buscava-se que houvesse uma maior oferta de empregos e se consolidasse a expansão comercial e de serviços. Os projetos para industrialização da cidade objetivaram reduzir reflexos desfavoráveis da atividade fabril, como sobrecarga na estrutura urbana, poluição ou degradação do meio ambiente e da paisagem. Pode-se citar a Cidade Industrial de Curitiba-CIC que foi criada com áreas urbanizadas destinadas às indústrias. Seu funcionamento não causaria transtornos à capital. Também se exigiu um novo ajuste no zoneamento da cidade. Este foi efetuado em janeiro de 1974, mediante a Lei n. 4773. O objetivo era assegurar a integração física da Cidade Industrial aos eixos estruturais da cidade, criando setores especiais conectores, que ligam a CIC ao sistema Viário Principal.

O IPPUC é um instituto que tem contribuído para o embelezamento da cidade. Curitiba oferece um padrão de vida melhor que o da grande maioria das cidades. Assim, cabe ao mesmo monitorar o crescimento da cidade, atualizando e adequando o planejamento integrado às mudanças contínuas que se apresentarem.[183]

A industrialização e a urbanização caminharam lado a lado no período dos anos 19(60). Paulo Sandroni em seu Dicionário de Economia afirma que o processo de industrialização corresponde a um intenso desenvolvimento urbano (urbanização) e do setor

---

[181] Otávio Duarte GUINSKI. *Imagens da evolução de Curitiba*. Curitiba: O. Duarte. 2002, p. 187.
[182] IPPUC. *Plano Diretor 2004*: o planejamento urbano de Curitiba. Curitiba: IPPUC, 2004, p. 33.
[183] Idem, p. 33.

de serviços, particularmente relacionado com as atividades comerciais e financeiras.[184] Isto também se verificou em Curitiba, principalmente a partir de 1960. O fenômeno de urbanização do Paraná foi específico, pois diferiu do processo de urbanização em que o crescimento das cidades se deu pelo esvaziamento do campo.[185]

No Paraná o processo de urbanização deu-se como conseqüência e reflexo da ocupação intensiva do seu território. Ele era propício a uma exploração rural dinâmica, ou seja, efeitos da cafeicultura. Apresentava características diversas de outras áreas. Curitiba, no início dos anos (19)40, no município possuía 140656 habitantes, apresentando um crescimento relativo de 28,40%; chegou, em 1950 com uma população de 180575 habitantes.[186]

Curitiba foi favorecida, principalmente a partir dos anos (19)50, quando apresentou uma taxa de crescimento populacional anual de 7,2%, a.a. Para 1960 contou com uma população de 361309 habitantes, atingindo um crescimento relativo de 100% em apenas uma década. A partir de 1960, Curitiba passou por uma redução em sua taxa de crescimento demográfico. Na década seguinte, as taxas de crescimento novamente se elevaram, principalmente devido ao êxodo rural que ocorreu no Norte do Estado, provocado pelo avanço de relações capitalistas no campo. Houve a introdução de novas tecnologias, que liberaram mão-de-obra rural acarretando a diminuição populacional rural. Outros fatores concorreram para isto, como a insuficiência de terras aproveitáveis ou mesmo a monopolização da mesma. Não se pode esquecer que a erradicação de cafezais, que ocupava razoável mão-de-obra, foi grande. O trabalhador rural teve que procurar emprego ou na capital ou em outros estados. Grande parte deste contingente se estabeleceu no Estado de Mato Grosso e demais estados, evitando conflitos sociais. Destacaram-se as regiões Oeste e Norte do Estado, com impacto do fator de mudança. Em 1980, Curitiba atingiu 1024975 habitantes, apresentando expansão populacional.[187]

Enquanto a capital paranaense apresentava uma redução em suas taxas de crescimento anual, na Região Metropolitana de Curitiba ocorreu o inverso. A RMC, que entre a década de

---

[184] Paulo SANDRONI, *Dicionário de Economia*. Consultoria de Paulo Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, 1985, p. 171.
[185] Governo do Estado do Paraná. Coordenação de Planejamento Estadual, v.1. Introdução. 1983, p.41.
[186] José Luiz FARACO. *Planejamento urbano no Paraná*. A experiência de Curitiba. Tese de Doutorado. FAU-USP. São Paulo: 2002, p. 34.
[187] José Luiz FARACO. *Planejamento urbano no Paraná.* A experiência de Curitiba. Tese de Doutorado. FAU-USP. São Paulo: 2002, p. 35.

1980 e 1991 apresentou uma taxa anual de crescimento de 2,95%, no período de 1991 a 2000 alcançou 3,20%[188].

Excluindo-se a capital do cálculo das taxas de crescimento populacional ocorridas na RMC, os índices apresentados são superiores as taxas verificadas em Curitiba. Em 1973, após a criação da RMC, as taxas de crescimento populacional foram superiores as do município pólo.[189]

A influência dos órgãos públicos para o desenvolvimento do Paraná

A criação da CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná – ocorreu em fevereiro de 1962. Foi a primeira entidade do gênero a surgir no Brasil, servindo de modelo para a organização de várias outras, em diversos estados brasileiros. [190]

Durante o governo Paulo Pimentel, em 1968, se elevou o capital social para 120 milhões de cruzeiros novos, tornando-se um dos maiores órgãos estaduais de desenvolvimento do Brasil. Até então, cerca de 150 milhões de cruzeiros novos haviam sido investidos na economia paranaense. Destes, 110 milhões foram destinados aos programas de obras básicas, principalmente em rodovias e eletrificação; e, aproximadamente, 40 milhões aplicados em financiamentos para 400 projetos industriais. Com este apoio ao setor privado, foram criados dez mil empregos no setor secundário. Eles se refletiram sobre os demais setores econômicos, em especial o agrícola. [191]

Firmou-se um convênio entre a CODEPAR e o IBC/GERCA, com o objetivo de financiar a construção de armazéns, silos e equipamentos. Isso beneficiava a região cafeeira do Paraná com dois bilhões e setecentos milhões de cruzeiros antigos. Foram concedidos pelo prazo de sete anos, incluindo dois de carência, com juros de 1% ao mês sobre o saldo devedor. [192]

A Indústria de Óleos Andirá recebeu um financiamento de NCr$ 300.000,00 pela CODEPAR, para poder ampliar sua produção com recursos do convênio CODEPAR-IBC/GERCA. [193]

A Prefeitura de Maringá foi a primeira contemplada com recursos do FINAME, com montante de NCr$ 270.000,00, dos quais 70% foram financiados. A instituição do

---

[188] José Luiz FARACO. *Planejamento urbano no Paraná.* A experiência de Curitiba. Tese de Doutorado. FAU-USP. São Paulo: 2002, p. 37.
[189] Idem. p. 38.
[190] CODEPAR, informativo Governo Paulo Pimentel, nº 10 – maio 1968, p. 1.
[191] Idem, p. 1.
[192] Ibid, p. 2.
[193] CODEPAR, informativo Governo Paulo Pimentel, nº 10 – maio 1968, p. 2.

financiamento foi para patrulhas agrícolas municipais, destinados à prestação de serviços aos agricultores. [194]

Para poder produzir 25.000 toneladas anuais de adubos, a Rolândia Indústria Comércio e Agricultura S.A. – RICASA - recebeu da CODEPAR NCr$ 549.000,00. Empresa de capital aberto, com mais de 500 acionistas. [195]

A Indústria Cerâmica Paraná S.A. - INCEPA – recebeu um financiamento de NCr$ dois milhões da CODEPAR para aumentar sua produção de 110.000 para 220.000 m² de azulejos por mês. A empresa investiu mais de sete milhões de cruzeiros novos em seu projeto de ampliação da capacidade produtora de azulejos de primeira qualidade, para o mercado nacional. [196]

Desenvolveram-se programas de visitas periódicas às indústrias financiadas pela Companhia. O objetivo era "inteirar-se melhor dos problemas e adotar medidas capazes de auxiliar a impulsionar verticalmente a economia paranaense". [197]

Na época, o presidente da CODEPAR, Jayro Ortiz, apontou as medidas tomadas pela Companhia, a fim de adequar a empresa à nova conjuntura da economia paranaense e incrementar a expansão industrial do Estado. Assim, assinalou-se a redução dos encargos financeiros de 1,8% para 1,5% ao mês sobre o saldo devedor necessário para a primeira fase da produção. Ressaltou também, que a CODEPAR já aprovara a concessão de financiamento para 488 projetos, em um montante superior a NCr$ 46,8 milhões, para a expansão industrial do Paraná. [198]

> Em questão de planejamento regional, o Paraná apontou o caminho certo (...) e o seu êxito está contido no apoio irrestrito à atividade privada, a mola da produção de nosso sistema democrático (...). Sempre na dependência, vivendo como sucursal de São Paulo, um estado com a área do Paraná (...) precisava apenas da criação dessa consciência de um progresso compatível com seu valor, o que o governador Ney Braga acaba de implantar. [199]

Padis ressalta que São Paulo se tornou a metrópole econômica do Brasil e conseguiu estabelecer vínculos de dependência com os demais estados. Processo este que se teria verificado por etapas, sendo que os estados mais próximos de São Paulo foram os primeiros a experimentá-lo. [200]

---

[194] CODEPAR, informativo Governo Paulo Pimentel, nº 10 – maio 1968.
[195] Idem.
[196] CODEPAR, informativo Governo Paulo Pimentel, nº 10 – maio 1968. p. 3.
[197] Idem.
[198] Ibid.
[199] PARANÁ iniciou arrancada visando pleno desenvolvimento industrial. *Diário do Paraná*, 22 março 1963. p. 4.
[200] Idem.

Através da CODEPAR, alavancada "pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) que ela geria, voltara-se tanto para a criação de uma infra-estrutura propícia à industrialização, quanto para o financiamento direto às indústrias". Quanto à infra-estrutura, privilegiou-se a energia elétrica e os transportes. Os dispêndios do FDE estão ilustrados na tabela abaixo.[201]

Tabela 41[202]

INVESTIMENTOS ESTADUAIS EM ENERGIA ELÉTRICA E RODOVIAS – 1961-1966						
ANO	INVESTIMENTOS EM ENERGIA ELÉTRICA			INVESTIMENTOS EM RODOVIÁRIAS		
	TOTAL	Recursos FDE	Participações FDE (%)	TOTAL	Recursos FDE	Participações FDE (%)
1961	800	-	-	1700	-	-
1962	2800	1526	55	4400	1270	29
1963	5600	1865	33	9000	2622	29
1964	10500	3732	36	22700	10388	46
1965	32000	12906	40	41300	121080	25
1966	45700	15662	34	50400	12600	25
TOTAL	97400	35691	36	129500	38960	30

Fonte: SILVA, M. C. da. As rodovias no contexto sócio-econômico paranaense: 1946-1964. Curitiba: 1984. p.52. Dissertação (Mestrado em História) – DEHIS/UFPR

Construiu-se a Rodovia do Café, que possibilitou o escoamento da produção cafeeira pelo Porto de Paranaguá e não mais pelo de Santos, e expandiu-se a rede de geração e distribuição de energia elétrica. Foi importante a definição dessas prioridades, que contou com a Associação Paranaense de Empreiteiros de Obras Públicas (APEOP), os maiores beneficiados. [203]

A COPEL foi fundada em 1954 e graças aos recursos disponibilizados pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e agências de fomento estrangeiras, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) pôde desenvolver uma política de construção de hidrelétricas. Assim, os empresários privados já não precisaram mais autogerar energia elétrica para suas indústrias. Tal quantia, doravante, poderia servir como outro investimento, aumentando sua lucratividade e fazendo reinvestimento, na empresa. [204]

A partir da década de (19)70, contando com excedente de energia elétrica, a COPEL pôde envolver-se com o projeto de criação da Cidade Industrial de Curitiba. Nisso conseguiu êxito graças, em parte, ao fornecimento adequado de energia elétrica e de infra-estrutura básica.

---

[201] Dennison de OLIVEIRA. Urbanização e industrialização no Paraná, Curitiba: SEED, 2001. p. 49.
[202] Idem.
[203] Ibid., p. 50.
[204] Dennison de OLIVEIRA. Urbanização e industrialização no Paraná, Curitiba: SEED, 2001. p. 50.

Novas perspectivas para a industrialização paranaense mediante planejamento

O Estado do Paraná alcançou resultados econômicos positivos mediante a criação de órgãos dinâmicos, práticos e eficientes, mas constatou que não se podia realizar o planejamento econômico em toda a sua extensão. Existiam mecanismos que escapavam do seu controle econômico, como o comércio exterior, a política monetária do próprio comércio exterior, o crédito e outros fatores. Assim, tornava-se necessário a realização de pesquisas e estudos econômicos "para o imperativo da criteriosa seleção de objetivos e para a indeclinável obrigação de se alcançar o máximo rendimento dos escassos recursos públicos".[205]

Para realizar este intento, criou-se a CODEPAR, órgão do Estado, que buscava a eficiência para poder superar, em curto prazo, os tradicionais padrões de investimento. Então, selecionou-se um corpo técnico que na época possuía bons conhecimentos sobre o Paraná. Realizaram-se debates de interesse geral, os quais acarretaram projetos para grandes transformações no Paraná. Só assim, mediante os debates vinculados a produção de novos projetos, é que se chegou ao caminho adequado para efetuar a evolução futura do estado, através da "discussão das teses básicas sobre as quais deve fundar-se a política de desenvolvimento".[206] Era possível agora utilizar novas fontes federais de investimento.

Em 3 de setembro de 1955 criara-se o Plano de Desenvolvimento do Paraná (PLADEP). Todavia, apesar dos esforços realizados, não conseguiu então firmar-se como órgão de planejamento.[207]

O PLADEP limitou-se ao estudo dos principais setores da economia regional. Treinou pessoas, possibilitou a compreensão da realidade paranaense e analisou os pontos de estrangulamento, traçando linhas para solucionar parte dos problemas. Foi o primeiro trabalho do gênero realizado no Estado.[208] Havia à época, no entanto, forte competição pelos recursos.

Surgiu a consciência da realidade econômica do Paraná e da necessidade de sua modificação. Ir-se-ia mediante a execução de um planejamento adequado. Devido a estudos detalhados, se obtiveram novos recursos e abriram-se possibilidades com base na fertilidade das "terras roxas" do norte do Estado e na prosperidade advinda da cafeicultura. Em termos globais, poder-se-ia dizer que foi só a partir de 1961 que se encarou com mais efetividade a

---

[205] Bernardo FEDALTO, *Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná* (CODEPAR). *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. jul/ago, 1967, nº 1. Curitiba: Paraná, p. 5-6.
[206] Idem, p. 6.
[207] Francisco MAGALHÃES FILHO. Experiência Paranaense de Planejamento. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba: jul/ago. 1967, nº1, p. 9.
[208] Idem, p. 9.

necessidade do planejamento, destacando-se para os setores de energia, rodovias, portos, armazenamento e alguns setores agrícolas.[209]

O governo objetivou obter recursos adicionais externos. Viu-se na incumbência de elaborar projetos e programas específicos, conforme critérios de julgamento das entidades financiadoras nacionais e internacionais. Por não haver pessoal especializado, contratou-se o serviço de firma especializada para o projeto da Usina Hidrelétrica de Capivari-Cachoeira, além de programas setoriais.[210] No início de 1963, elaborou-se o Programa Trienal de Investimento 1963/1965, com o intuito de globalizar os diversos planos setoriais num programa global de investimentos. Buscava-se obter financiamento norte-americano, porém houve limitação devida a setores com planos menos consistentes. Faltou um aprofundamento do estudo global apresentado pelo PLADEP em 1961.[211]

Houve fracasso, mas, segundo Magalhães, este "trouxe à luz uma análise ampla dos principais aspectos sócio-econômicos do Paraná e de suas regiões". Dividiu-se o Estado do Paraná em 8 regiões para fins administrativos e de planejamento (Estudo da SAGMACS).[212]

Em 1964, devido à não obtenção de recursos externos com a CODEPAR, oficializou-se a Assessoria de Planejamento, à cuja equipe coube a análise da política estadual de investimentos para os anos vindouros.[213]

Os resultados práticos foram bons; principalmente nos setores básicos como rodovias, energia elétrica e fomento industrial. Quanto ao estímulo à diversificação agrícola, por estarem na mão da União, os resultados não foram do mesmo nível.

Francisco Magalhães Filho criticou o que não fôra feito:

> O que poderia ter sido realizado no Paraná era o planejamento global dos investimentos públicos em função de objetivos macro-econômicos, acompanhado do planejamento de medidas destinadas a induzir a iniciativa privada no sentido desses objetivos.[214]

Entre os obstáculos, Magalhães citaria a inadequação dos organismos executores existentes (na época) na estrutura administrativa tradicional. Havia carência de pessoal habilitado e baixa remuneração. O Estado não foi capaz de atrair o pouco pessoal habilitado

---

[209] Francisco MAGALHÃES FILHO. Experiência Paranaense de Planejamento. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba: jul/ago.1967. nº1, p.10.
[210] Idem. p. 10-11.
[211] Ibid., p. 11.
[212]Francisco MAGALHÃES FILHO. Experiência Paranaense de Planejamento. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba: jul/ago.1967. nº1, p.12.
[213] Idem. p. 12.
[214] Ibid., p. 14.

disponível. Explica ele também que a participação do setor público na vida econômica era praticamente nula. Esperava-se toda e qualquer iniciativa, principalmente aos escalões intermediários do serviço público.[215]

Assim, a única alternativa viável era seguir o exemplo da própria União, criando organismos novos à margem do sistema, ligados o menos possível a esse.[216] Criaram-se várias entidades, mas a CODEPAR foi a mais importante. Ele conseguiu obter recursos para investimentos públicos, com o financiamento do setor privado.[217]

Esta foi a forma encontrada para dinamizar a ação do Estado sobre a economia, mediante salários mais elevados, aumentando o número de técnicos e especialistas em diversos aspectos de planejamento.[218]

Outro obstáculo no planejamento foi a inadequação ou insuficiência do sistema estatístico. A contabilidade social dos estados, antes publicada anualmente pela Fundação Getúlio Vargas, parava em 1960. Os estados não tinham então condições de fazê-las.

O crescimento econômico significa uma modificação da estrutura econômica existente, o que é difícil de superar. Requer uma nova atitude. A arrecadação dos estados baseava-se no imposto sobre vendas e consignações, e como a maioria provinha de produtos agrícolas, cujo preço é o que menos se havia elevado o recurso era pouco. Em 1956, a alíquota do Estado passou de 2,6% para 3% e, em 1959, a 3,5%, portanto uma nova elevação logo em seguida seria inviável. Adotou-se, assim, o empréstimo compulsório que originou o FDE - Fundo de desenvolvimento Econômico. Assim se conseguiram recursos para o Estado.[219]

De 1961 a 1964 sucederam-se os planos econômicos nacionais e os planos setoriais de obras. O de 1963/1965 foi elaborado levando em consideração o Plano Trienal da União, bem como o rodoviário, elaborado de acordo com o Plano Qüinqüenal de Obras Rodoviárias de 1961. Planos esses que não foram executados conforme o previsto e se viram sem coordenação entre os níveis federal e estadual. Também não foram levados em conta os limites claros das esferas, estadual e federal e nem mesmo entre os organismos federais.

Acatando como certa a premissa de que o planejamento é necessário para o crescimento econômico, deve-se "estabelecer com a União, a nível técnico, um diálogo que

---

[215] Francisco MAGALHÃES FILHO. Experiência Paranaense de Planejamento. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba: jul/ago.1967. nº1, p. 15.
[216] Idem.
[217] Ibid., p. 16.
[218] Francisco MAGALHÃES FILHO. Experiência Paranaense de Planejamento. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba: jul/ago.1967. nº1, p.16.
[219] Idem, p. 17-18.

leve a medidas concretas visando a eliminar ou a reduzir os obstáculos institucionais ao planejamento estadual".[220] No entanto, como citado, foi só nos anos (19)70 que houve quadros habilitados em quantidade para coordenar e fiscalizar os projetos para o crescimento.

O papel da pequena e da média empresa no Paraná

Até a década de (19)60, o Paraná apresentava quase que somente pequenas e médias empresas em seus diferentes ramos. Contudo, a indústria mostrava forte expansão.

Conforme entrevistas efetuadas com alguns empresários, que viveram em décadas anteriores, todos alegaram que no conceito de hoje, ou seja, micro, pequena, média e grande empresa, eram as duas primeiras que predominavam na economia paranaense. A média e a grande empresa foram fundadas após a década de (19)60[221], uma vez que, a partir desta data, puderam contar com financiamentos tipo CODEPAR. Aliás, inicialmente, o principal objetivo da mesma era dar prioridade ao setor secundário da economia.

Buscava para que houvesse incentivo para absorver parte do excedente de mão-de-obra, melhorar a distribuição de renda e ampliar os mercados rurais e urbanos. Visava formar uma mentalidade empresarial, contribuindo para complementação industrial.

Pelo fato do Estado ter-se baseado preferencialmente na agricultura esta veio oferecer maior estabilidade na oferta de insumos para a agroindústria. No Norte do Estado, em Londrina, Maringá, e outras cidades tal se verificou.

A micro e a pequena indústria foram importantes, à medida que atenderam mercados locais e regionais, principalmente quando ainda não havia boas estradas de rodagem, ligando o Paraná com São Paulo. Cumpriram seu papel até os anos de (19)70.

Alega-se também que na micro e na pequena indústria, no caso de surgir falência, o prejuízo – inclusive para os donos e para a sociedade em geral – é menor do que em se tratando de uma grande ou média empresa. Por outro lado, as empresas menores utilizam relativamente mais mão-de-obra, porque, em sua maioria, fazem uso de uma tecnologia mais rudimentar, enquanto que as maiores empresas são excluidoras de mão-de-obra, por utilizarem uma tecnologia avançada.

No início, o teto para financiamento, pelo Setor de Assistência à Pequena Empresa – SAPE, era de NCr$ 10 mil, sendo elevado, em janeiro de 1966, para NCr$ 50 mil. Sua

---

[220] Francisco MAGALHÃES FILHO. Experiência Paranaense de Planejamento. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba: jul/ago.1967. nº1, p.18-19.

[221] Entrevistas efetuadas com o Sr. Altavir Zaniolo e o Sr. Ivo Mezzadri. Pertencentes à faixa etária de 72 a 86 anos de idade.

concessão independia do Conselho de Investimento, bastando aprovação pela diretoria da CODEPAR, o que diminuía os prazos de tramitação.[222] Criou-se uma nova modalidade de incentivos, em que a participação do financiamento poderia atingir até 90% do total das inversões fixas, não podendo ultrapassá-la

Para as empresas de outros estados que, por algum motivo, demonstraram interesse em se transferir para o Paraná, a CODEPAR oferecia um incentivo extra, ou seja, financiaria em 60% o valor dos equipamentos a serem transferidos, desde que fossem de interesse econômico ou social para o Estado; e que os equipamentos não fossem considerados obsoletos.[223]

Esse incentivo possibilitou a atração de pequenas e médias empresas, que contribuíram com absorção da oferta de mão-de-obra excedente da agricultura.[224]

Com a mecanização do setor agrícola e a urbanização crescente advinda da marcha do café para o oeste, havia mão-de-obra excedente deslocada da agricultura que pressionava o setor terciário. [225]

O setor secundário, por ser pequeno, não oferecia oportunidades de emprego em proporções suficientes para auxiliar na absorção de mão-de-obra excedente, principalmente quando se tratava de mão-de-obra não-qualificada. Portanto, financiando a pequena empresa, contribuiu-se para aliviar a pressão sobre o setor público e para iniciar um processo de formação de mão-de-obra especializada, em cursos disponíveis nas escolas técnicas. Criava-se uma fonte de abastecimento de mão-de-obra para futuras indústrias, inclusive maiores.[226]

As pequenas empresas no Paraná caracterizaram-se por utilizar uma tecnologia mais rudimentar nas obras civis e na fabricação de equipamentos elementares, oferecendo assim maiores oportunidades para a mão- de- obra.[227]

A CODEPAR pôde subsistir devido à porcentagem proveniente da renda tributária do Estado, quanto maior a produtividade, maiores eram as parcelas na formação desses recursos. Foram os pequenos financiamentos concentrados que criaram um fluxo de renda, principalmente no setor primário e que se direcionaram para maiores contingentes da população.[228]

---

[222] Renato Emílio COIMBRA. Financiamento à pequena empresa no Paraná. *Revista paranaense de desenvolvimento*. Curitiba: set/out. 1967, p.20.
[223] Idem. p. 21.
[224] Ibid., p. 22.
[225] Renato Emílio COIMBRA. Financiamento à pequena empresa no Paraná. *Revista paranaense de desenvolvimento*. Curitiba: set/out. 1967, p.22.
[226] Idem.
[227] Ibid.
[228] Renato Emílio COIMBRA. Financiamento à pequena empresa no Paraná. *Revista paranaense de desenvolvimento*. Curitiba: set/out. 1967, p.22.

O maior número de empresas financiadas (75) durante o período entre 1965 e 1967 estava no setor alimentício. Também se pode citar, o madeireiro, o papeleiro, química, minerais não-metálicos e materiais de transporte, cujos índices se aproximaram da média geral.

O setor de papel apresentou maior índice de capitalização por operário ocupado. O de têxteis apresentou índices não representativos devido ao reduzido valor dos seus investimentos.[229] Criaram-se condições estáveis de oferta de produtos agrícolas e a melhor distribuição de renda, ampliando os pequenos mercados urbanos e rurais. Houve a incorporação de contingentes populacionais à economia monetária. Enfim, os anos (19)60 e (19)70, viram a expansão da economia paranaense.

Acredita-se que o principal objetivo alcançado pela CODEPAR tenha sido a formação de uma mentalidade empresarial, despertando no pequeno industrial a consciência de ser merecedor de incentivos oficiais, animando-o a solicitar financiamentos, para que pudesse evoluir da pequena para a média e talvez até, finalmente, para a grande empresa.[230]

Houve críticas, por se ter priorizado a pequena empresa, que no entanto, serviu como veículo de divulgação e estímulo à empresários com maior potencial.[231] Na fase posterior, com a criação do BADEP – Banco de Desenvolvimento do Paraná, o órgão priorizou as indústrias mais dinâmicas e diversificadas na economia do Paraná.

Conforme a tabela 42 da estrutura do setor de assistência à pequena empresa no Paraná,verifica-se ter sido o setor alimentício que, durante o período citado, recebeu um maior investimento, fazendo jus à quantia de NCr$ 1652,30 (cruzeiros novos) em 75 empresas do ramo alimentício. O segundo mais numeroso foi o de minerais não metálicos com 29 empresas financiadas com o investimento de NCr$ 591,90. No terceiro houve empate, ou seja, 20 empresas financiadas do setor de móveis com NCr$ 599,20 e o de produtos metálicos também com 20 financiamentos com o equivalente a NCr$ 549,50.

Quanto à criação de empregos destacou-se novamente o alimentício com 178 novos empregos, por conseguinte tem-se o setor de móveis com a criação de 139 empregos. O setor de minerais não metálicos apresentou 127 empregos e a indústria química criou 98 empregos durante o período em questão. Esses foram os setores que obtiveram maior representatividade.

---

[229] Idem. p. 20 e 23.
[230] Ibid. p. 23.
[231] Renato Emílio COIMBRA. Financiamento à pequena empresa no Paraná. *Revista paranaense de desenvolvimento.* Curitiba: set/out. 1967, p.22

Tabela 42

Estrutura de investimento no SAPE

Período Abril / 65 a 30.06.67

Setor		Empresas financiadas	Investimento (NCr$ 1.000)	%	Financiamento (NCr$ 1.000)	Empregos criados	K (NCr$1.000) M.O.
1	Alimentação	75	1.652,30	27,0	956,6	178	9,28
2	Bebidas	4	139,3	2,3	95,2	26	5,35
3	Fumo	—	—	—	—	—	—
4	Têxteis	3	34,5	0,6	22,3	22	1,57
5	Calçados e vestuário	8	150,7	2,5	91,2	44	3,42
6	Madeira	16	440,7	7,2	256,6	91	4,84
7	Móveis	20	599,2	9,8	357,0	139	4,31
8	Papel	2	89,2	1,4	53,5	6	14,86
9	Imprensa	9	145,4	2,4	101,0	33	4,41
10	Couro	4	111,8	1,8	69,9	28	3,99
11	Borracha	7	178,4	2,9	106,9	18	9,91
12	Química	13	589,4	9,6	362,3	98	6,01
13	Derivados de petróleo	—	—	—	—	—	—
14	Minerais não metálicos	29	591,9	9,6	366,1	127	4,66
15	Metalúrgica básica	—	—	—	—	—	—
16	Produtos metálicos	20	549,5	9,0	336,5	66	8,32
17	Máquinas elétricas	1	22,4	0,4	10,0	6	3,73
18	Equipamentos elétricos	7	214,0	3,5	128,8	49	4,37
19	Material de transporte	15	576,2	9,4	310,6	80	7,20
20	Manufaturas diversas	2	39,0	0,6	24,6	7	5,57
	SOMA E MÉDIA	235	6123,9	100,0	3649,1	1018	6,02

Fonte: SAPE – Setor de Assistência à Pequena Empresa (1967).

No período compreendido entre abril de 1965 a 30 de junho de 1967, constatou-se que o setor alimentício era o melhor representado, tanto no Estado, quanto na capital.

Considerações finais

A industrialização brasileira é fruto de um longo processo de acumulação, que demorou a se concretizar. São Paulo, por possuir uma melhor infra-estrutura, polarizou o setor secundário e o capital foi sendo transferido para aquele grande centro dinâmico do Brasil.

O Paraná, como parte de uma unidade federativa, apresentou características mais lentas que marcaram rumos da tendência da realidade agrícola. Suas características próprias, e aspectos regionais diferenciados, só, lentamente lhe permitiram inserir-se no contexto nacional, no que diz respeito ao surgimento das indústrias. Foi a construção da ferrovia Curitiba-Paranaguá, inaugurada em 1885, que possibilitou o incremento das atividades econômicas na capital. Isso coincidiu com os primeiros registros, tanto da indústria quanto do comércio, na Prefeitura Municipal de Curitiba.

Inicialmente, Curitiba, e todo o Paraná, expandiu-se como economia – reflexo entre as fases econômicas, como o ouro, o pastoril, a erva-mate, a madeira e após 40, no norte do Estado, com a cultura cafeeira e a soja, não conseguindo atrair grandes capitais e utilizaram os poucos que ali havia nas mãos de empresas paulistas. Constatou-se que, enquanto o Paraná expandia a produção cafeeira no norte do Estado, São Paulo já desenvolvia o setor industrial, que passou a ser o centro dinâmico de toda a economia e não mais o café, como fora outrora. O Paraná, por sua vez, produzia divisas que eram um pouco utilizadas pelo setor industrial local: novamente, concentrava-se capital e mão-de-obra em uma atividade primária, que inibia a diversificação da produção industrial no Estado.

Foram a manufatura da erva-mate e, posteriormente, da madeira, as principais responsáveis pela gênese industrial do Paraná. Significativamente por se tratar de dois produtos nativos que dependiam inteiramente da flutuação do mercado internacional. A economia ervateira conseguiu-se firmar no mercado externo, com a eliminação do Paraguai, seu grande concorrente, por ocasião da Guerra do Paraguai. A industrialização do Paraná, na fase 1932-1962, teve um caráter substitutivo de importações.

A partir de 1948, quando se haviam esgotado as divisas acumuladas durante o período de guerra, o governo adotou o critério seletivo de importações e a manutenção da taxa cambial. Portanto, havia escassez de bens de capital importado e as divisas tinham sido consumidas, devido à alta de preços nos países industriais e às prioridades que estes outorgavam à reconstrução da Europa e ao seu próprio reequipamento, o que permitiu acelerar o processo de diversificação baseado na industrialização por substituição de importações. Este fenômeno não ocorreu apenas em regiões que, em etapa anterior, se tinham

dedicado a certo processo de diversificação, como efeito o Paraná estimulou sua industrialização.

No Paraná, pela carência em infra-estrutura, o setor industrial não alcançou auto-sustentação que lhe permitisse assumir o comando da economia do Estado. Na década de 1930, a economia paranaense, era bastante precária e a erva-mate entrou em decadência. Na década seguinte, o setor madeireiro que começou a destacar-se, quando se exportou madeira tanto para o interior do Brasil como para o exterior, tendo a Argentina como um dos melhores clientes. As serrarias multiplicavam-se ao longo das ferrovias, já desde a primeira década do século XX. Portanto, o setor madeireiro teve seu avanço graças às estradas de ferro e já a partir da década de 1930 com a complementação do transporte rodoviário, teve início uma verdadeira devastação das florestas de araucárias no Paraná. O auge do setor foi a década de 1960. Mesmo com a redução das araucárias, as madeireiras não pararam, pelo contrário, procuraram abastecer-se com madeiras vindas de outros estados. A partir da década de 1960, registraram-se esforços mais consistentes por parte dos governos estadual e municipal, a fim de superarem a carência de um aparato infra-estrutural. Assim, passou-se a investir principalmente em vias de comunicações e em energia elétrica. Sua ausência agravava o crescimento econômico do Estado. Estes fatores foram considerados essenciais para que se pudesse iniciar o processo industrializante no Estado, além de recursos financeiros para que se investisse nas indústrias. A expansão industrial do período 1932-1962 seria bloqueada na crise de 1963-1966, mas seria logo depois adotado o planejamento estadual. O advento da CODEPAR, teve como objetivo atuar no processo de ampliação, implantação e diversificação industrial, mediante a distribuição de crédito, principalmente, às pequenas e médias empresas no Estado. O critério adotado pela CODEPAR primou pela seleção dos projetos de maior interesse para o desenvolvimento econômico do Estado, limitando-se o número e a variedade dos ramos industriais merecedores de financiamentos. Considerou-se essencial apoiar alguns ramos novos na indústria paranaense, como os da indústria de papel, celulose e pasta mecânica, de refrigeração, de óleos vegetais, fábricas de artigos eletrodomésticos, fiações e tecelagens, metalúrgicas e mecânicas, frigoríficos de suínos e bovinos etc. Por outro lado reduziu-se o crédito para investimentos novos nos setores tradicionais das indústrias florestais e das dedicadas ao beneficiamento primário de produtos agrícolas.

Estabelecendo-se um quadro de desenvolvimento nacional, que visasse diminuir as desigualdades regionais, integrando pólos de crescimento e criando outros, só assim, se poderia dinamizar o crescimento econômico de uma região. Curitiba por ser um pólo econômico, viu surgir na região um surto industrial que, a partir da criação da Cidade

Industrial de Curitiba ganhou novo alento, pois já não era apenas uma cidade universitária mas, também industrial. (Anos (19)60 e (19)70).

No Paraná, até a década de 1960, a maioria das fábricas era de pequeno e médio porte. Apesar de ter havido uma diversificação neste setor, as atividades fabris não chegavam a formar um processo evolutivo industrial de importância. A partir desta década, as pequenas empresas tiveram que se adaptar ao novo padrão com uma nova tecnologia e fazer financiamentos para poderem sobreviver, e se tornarem competitivas, caso contrário estariam infalivelmente condenadas à falência, o que ocorreu com boa parcela das indústrias paranaenses em que as empresas familiares ou clãnicas foram as mais atingidas.

Os setores tradicionais como o de produtos alimentícios, continuaram apresentando melhor participação, após se terem adaptado às novas contingências da época. Também apontavam importante crescimento de setores dinâmicos na indústria, fazendo com que a indústria paranaense se tornasse competitiva em alguns setores importantes.

Assim, o verdadeiro *boom* industrial no Paraná iniciou-se na década de 1970, principalmente com a implantação do projeto da Cidade Industrial de Curitiba, em que se estabeleceram grandes parcelas de setores dinâmicos da indústria, privilegiando-se a tecnologia de ponta com investimento de grande soma financeira. Tal expansão não seria possível sem a experiência acumulada na industrialização da fase 1932-1962.

Acredita-se, também, que foram as condições pré-existentes criadas no período de crescimento para fora, responsáveis, em parte, pelo processo de industrialização no Estado.

As oficinas de consertos predominaram durante as quatro décadas em questão, destacando-se numericamente perfazendo um total de 5228 oficinas de consertos criadas nestas décadas. Mesmo excluindo as que foram canceladas até a década de 1970, ainda assim se obteve 3087 oficinas.

O setor madeireiro também teve grande impulso com a exportação de madeira de pinho, também denominada de *araucária brasiliensis*. Era uma fonte de divisas e uma parte dessa divisas deve ter sido aplicada nas indústrias.

Em meados da década de 1960, surgiram algumas empresas multinacionais no Estado, principalmente na capital e no norte do Paraná, atraídas pelas vantagens econômicas e pelo crescente mercado em constante expansão. Nos anos (19)70, a industrialização do Paraná já se havia tornado um processo irreversível, capaz até mesmo de incluir empresas internacionais.

BIBLIOGRAFIA

(1) FONTES: documentos oficiais

1. Anuário Estatístico do Brasil, 1940-1967.
2. BADEP e CODEPAR; diversos documentos.
3. Mensagens à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; diversos anos.
4. Relatórios do Banco do Brasil, 1940 – 1967.
5. Relatórios de Governadores do Estado do Paraná; diversos anos.
6. Relatórios da Prefeitura Municipal de Curitiba, diversos anos.

(2) BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

1. BALHANA, Altiva Pillatti & NADALIN, Sérgio Odilon. A Imigração e o Processo de Urbanização em Curitiba. In.: Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, Belo Horizonte, 1973, Anais, São Paulo: *Revista de História*, 1974, v. 3.

2. AUGUSTO, Maria Helena Oliva. *Intervencionismo Estatal e Ideologia Desenvolvimentista:* o caso da CODEPAR. Ed. Símbolo, São Paulo: 1978.

3. BASTOS. Luciana Aparecida. *A industrialização do Paraná:* uma nova abordagem. Dissertação de Mestrado. USP. São Paulo: 2002.

4. CANCIAN, Nadir A. C*afeicultura paranaense 1900 – 1970:* estudo de conjuntura. São Paulo: USP, Tese de Doutorado, mimeografado, 1977.

5. CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti. *Industrialização e pequenos empresários em Londrina*. Grafipar, co-edição com a Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Paraná. Curitiba: 1981.

6. CHAVES, Maria de Lourdes Marques. *Voltando ao passado*: histórico de determinadas indústrias e casas comerciais em Curitiba. Curitiba: Graf. Vitória, 1995.

7. CORREIA, Manoel Francisco Ferreira. *Notícias sobre o Estado do Paraná.* Em colaboração com o Barão de Cerro Azul, publicado por ordem do Governo do Estado para a Exposição Universal Colombiana em Chicago-Curitiba: Companhia Impressora Paranaense, 1939.

8. COSTA, Odah Regina G. *Ação empresarial do Barão do Cerro Azul*. Curitiba: Grafipar,1981.

9. DIAZ, Dirce Watanabe. *A Indústria de cimento no Paraná-1930-1977.* Dissertação de Mestrado em História do Brasil, UFPR. Curitiba: 1980.

10. FENIANOS, Eduardo Emílio, *Manual Curitiba a cidade em suas mãos*. Curitiba: Grafipar,1995.

11. GARCEZ, Jayme. *Desenvolvimento e formação interna de capital no Paraná*. Observações Preliminares. Curitiba: CODEPAR, 1965.

12. GUINSKI, Otávio Duarte. *Imagens da evolução de Curitiba*. Curitiba: O. Duarte, 2002.

13. HENKLEIN, Everlindo e Eunice WILBERG. *Soja estrutura de mercado no Paraná e indicações de política econômica.* Curitiba: IPARDES, 1974. (mimeografado).

14. INSTITUTO, Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Fundação Edson Vieira. *História da indústria no Paraná 1940-1960.* Relatório Final, Curitiba: agosto 1988.

15. LAVALLE, Aida Mansani. *A Madeira na Economia Paranaense.* Dissertação de Mestrado em História do Brasil, UFPR. Curitiba: 1974.

16. LUZ, Regina Maria. *A Modernização da sociedade no discurso do empresariado paranaense: 1980-1925.* Tese de Doutorado. UFPR. Curitiba: 1980.

17. MAGALHÃES FILHO, Francisco. Evolução Histórica da Economia Paranaense*, Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba: BADEP, nº 28, jan./fev./ 1972.

18. _____."Paraná: Premissas para uma política econômica". *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba: BADEP, n.º 11, jan./fev. 1969.

19. _____ "Perspectivas industriais do Paraná". *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba: BADEP, n.º 15, nov./dez. 1969.

20. MARTINS, Wilson. "Paraná – uma incógnita". *Revista Brasileira de Estudos Políticos.* Belo Horizonte: UFMG, n.º 8, abril 1960.

21. MARTINS, Romário. *História do Paraná.* 2ª Edição. São Paulo: Rumo, 1939.

22. MARCASSA, João, *Curitiba essa velha desconhecida*. Curitiba: Refripar,1983.

23. NAMUR, Marly. *Estado e empresariado em Curitiba - a formação da cidade industrial, 1973-1980*. São Paulo: Tese de Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas. FAU-USP. 1992.

24. NICHOLLS, William. "A fronteira agrícola na História recente do Brasil: O Estado do Paraná, 1920-1965". *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba: BADEP, nº 26, set./out. 1971.

25. OLIVEIRA, Dennison de. *Urbanização e industrialização no Paraná.* Curitiba: SEED, 2001.

26. OLIVEIRA, Francisco. *Acumulação monopolista Estado e Urbanização: a nova qualidade do conflito de classes, in* Contraponto, n. 1, Centro de Estudos Noel Nutels, São Paulo, 1976.

27. OLIVEIRA, Ricardo Costa de, *O silêncio dos vencedores, genealogia, classe dominante e Estado no Paraná*, 1ª ed., Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.v.1.

28. PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica:* o caso do Paraná. São Paulo: HUCITEC, Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Paraná. 1981.

29. SANTANA, Ana Lúcia J. de Mello, *Crescimento industrial do Paraná*: 1892-1918. In: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, Curitiba: Anais UFPR, 1991.

30. VANNUCHI, Maria Ivone Bergamini. *A indústria de papel no Paraná 1890-1970.* Dissertação de Mestrado em História do Brasil, UFPR. Curitiba: 1974.

31. VERRI, Ênio José. *O desenvolvimento recente da indústria paranaense*. Dissertação de Mestrado em Economia. UEM. Maringá: 1998.

32. WACHOWICZ, Ruy C. *História do Paraná.* Curitiba: Editora dos Professores. 1967.

(3) BIBLIOGRAFIA GERAL

1. AURELIANO, Liana Maria. *No limiar da industrialização.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

2. BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966.

3. BARAN, P. A. *A economia política do desenvolvimento econômico.* Zahar, Rio de Janeiro: 1960.

4. BARBOSA, Wilson do Nascimento. *Balanço da economia brasileira 1940-1980.* São Paulo: LCTE Ed.2006.

5. CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo.* 2ª Ed. São Paulo: T.A. Queiroz Editor Ltda. 1981.

6. _____. Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930 - 1970).* Campinas: Unicamp, 1981.

7. CARION, JR. Francisco Machado. *O modelo brasileiro:* impasses e alternativas. Porto Alegre: Ed. Zheta. 1975.

8. CARONE, Edgard. *O pensamento industrial no Brasil.* São Paulo: Difel. 1977.

9. CASTRO, Antonio Barros de. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. v. II. Rio de Janeiro: Forense, 1971.

10. DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo. (1880-45).* São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

11. FURTADO, Celso. *La economia latino americana desde la conquista ibérica hasta la revolution cubana.* 4 ed. México: Editores S. A. 1973.

12. _____.*Formação econômica do Brasil.* Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

13. _____.*O mito do desenvolvimento econômico.* 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

14. _____.*Prefácio à nova economia política.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

15. _____.*Análise do Modelo Brasileiro.* 6ª ed. Ed. Brasileira, Rio de Janeiro: 1978.

16. GERSCHENKRON, Alexander. *Atraso econômico e industrialización.* Espanha: Ariel Editora, 1970.

17. IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970).* Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1977.

18. LANDES, David S. Cap. 8 – Conclusão. In. *Prometeu desacorrentado:* transformações tecnológicas e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental desde 1750 até a nossa época. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

19. LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil.* São Paulo: Nacional, 1970.

20. LIST, Georg Friedrich. *Sistema nacional de economia política.* São Paulo: Nova Cultural. 1986.

21. LOUREIRO, Felipe Pereira. *As origens da indústria no Brasil.* Luiz Eduardo Simões de Souza (org.) São Paulo: LCTE Editora, 2008. (Série economia de bolso).

22. LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização no Brasil.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

23. MAURO, José Eduardo Marques. *Os primórdios do desenvolvimento brasileiro (1850-1929)* V.I A gênese e o desenvolvimento das grandes economias industriais. V.II *O Brasil e os fundamentos de seu processo de crescimento econômico.* Tese de Doutorado, USP. São Paulo: 1972.

24. MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio.* (Tese de Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: UNICAMP. 1975.

25. NAPOLEONI, C. O. *O pensamento econômico do século XX.* Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

26. OLIVEIRA, Carlos A. Barbosa de. *O processo de industrialização:* do capitalismo originário ao atrasado. Campinas: Tese UNICAMP. 1986.

27. PALAÉZ, Carlos M. *História da Industrialização Brasileira.* Rio de Janeiro: APEC, 1972.

28. PEREIRA, Luiz C. Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil (1930-1983).* São Paulo: Brasiliense, 1987.

29. _____.*Estado e subdesenvolvimento industrializado:* esboço de uma economia política periférica. São Paulo: Brasiliense, 1977.

30. PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1972.

31. SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia.* São Paulo: Abril Cultural, 1985.

32. SCHICHER, Henrique. *Características estruturais da indústria brasileira.* Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1974.

33. SEMEGHINI, Ulysses Cidade. *Do café à indústria: uma cidade e seu tempo*. Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Economia /UNICAMP, 1994.

34. _____.*Campinas (1860 a 1980):* Agricultura, industrialização e urbanização. Campinas Instituto de Economia. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1988.

35. SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

36. SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Processo histórico de Mato Grosso*. Cuiabá: Ed. Guaicurus. 1990. São Paulo: LCTE Editora, 2007. (Série economia de bolso).

37. SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. *Contas Nacionais.* São Paulo: LCTE Editora, 2007. (Série economia de bolso).

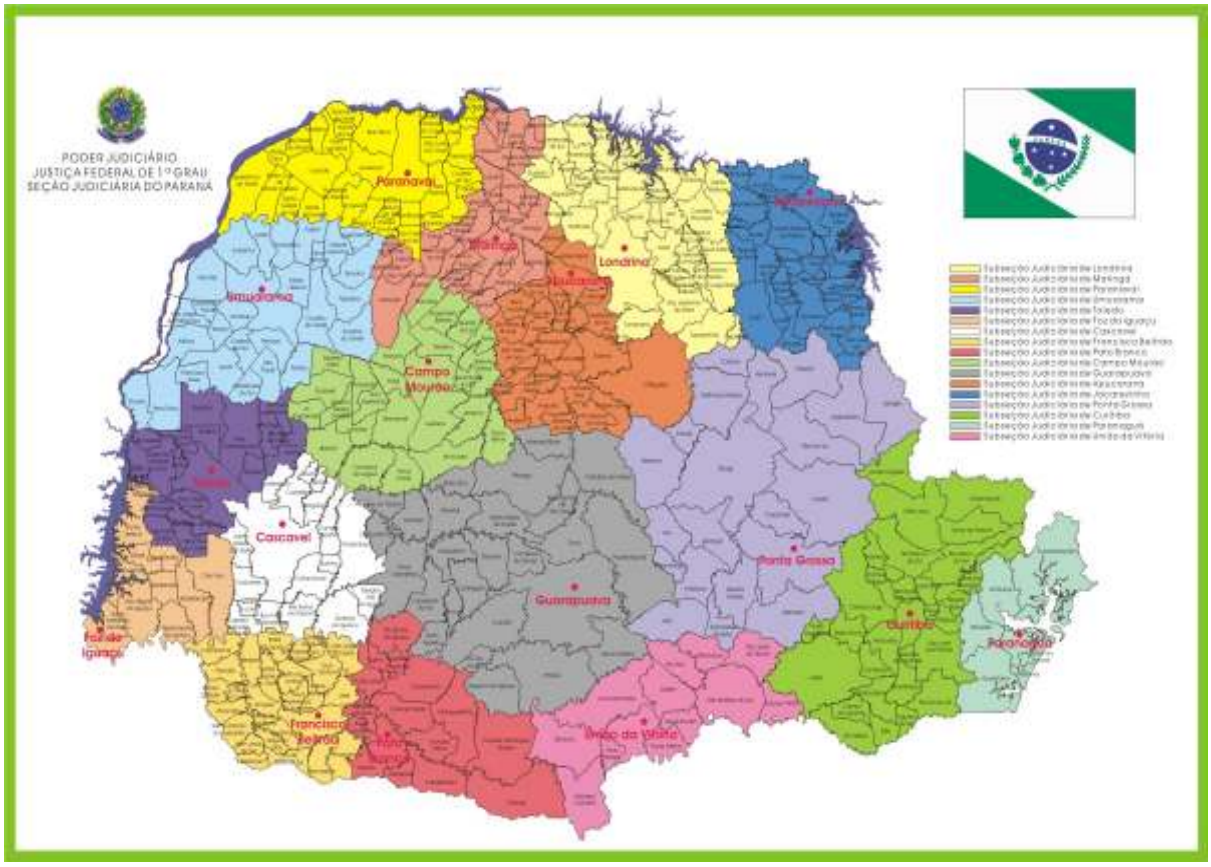
38. SUZIGAN, Wilson. *A indústria brasileira: origem e desenvolvimento.* São Paulo: Brasiliense, 1986.

39. TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro.* Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

(4)ARTIGOS DE PERIÓDICOS

1. Revista Paranaense de Desenvolvimento, vários números.
2. Jornal “O DIA”, vários anos.
3. Revista de Economia Política, v. 9.n.3. jul/set. 1989.

Anexo A


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
Paranavaí
Londrina
Campo Mourão
Cascavel
Ponta Grossa
Guarapuava
Foz do Iguaçu
Francisco Beltrão
União da Vitória
Paranaguá

Anexo B

Livro N.º 23 № 000066

Prefeitura Municipal de Curityba

Capital do Estado do Paraná

Curityba, 30 de Fevereiro de 1931

O Prefeito Municipal, pelo presente alvará concede licença a João Lyring, para abrir uma alfaiataria de 2ª classe, á rua Barão do Rio Branco nº 635, observadas as prescripções do Codigo de Posturas.

visto ter — exhibido o conhecimento sob N. 9150 de haver pago a quantia de sessenta mil reis (60$000)

Eu [illegible] Secretario [illegible] o confiro.

O Prefeito,

Joaquim Pereira de Moraes

O Inspector Geral de Rendas e Fiscalização

Alberto Gomes de Amaral

APÊNDICES

Apêndice A

ENTREVISTA realizada em 11 de novembro de 2008.

1- Poderia me dizer seu nome completo e sua idade?

Altavir Zaniolo; tenho 86 anos, nasci em julho de 1922.

2- Qual foi a sua profissão?

Madeireiro.

3- O Senhor já atuou em outra área? 3.1 Qual?

Sim, além de madeireiro, tive uma fábrica de sacos plásticos, atuei na agricultura e no setor de bebidas, a Crush. Fui diretor da Crush por muito tempo.

3.2 Sempre em Curitiba?

Sempre em Curitiba, aliás, a lavoura era em Santa Catarina. Nós tínhamos indústria madeireira em Santa Catarina, Paraná e São Paulo (nos três estados). Lá em Santa Catarina, tínhamos bastante terras, bastante não, tínhamos terras e nos dedicamos ao cultivo da soja, trigo etc.

3.3 A lavoura em Santa Catarina, foi em que época?

Foi mais ou menos à época em que eu estava na presidência (FIEP), década de 1970. Aliás, eu tinha gente que tomava conta lá, eu tomava conta do setor madeireiro, lá era um sobrinho meu que tomava conta das lavouras.

4- O Senhor acha que sua atuação na indústria era compensadora?

( ) totalmente compensadora

(x) compensadora

( ) não compensadora

4.1 Por quê?

Sim, compensou sem dúvida nenhuma, a minha formação foi industrial desde o começo, não sei fazer outra coisa e compensou. Hoje tenho uma vida mais ou menos sossegada, não posso dizer que sou rico, mas tenho uma vida tranqüila e foi o setor industrial que me proporcionou isto.

5- O Senhor está satisfeito com o que a indústria lhe rendeu?

(x) muito satisfeito
( ) satisfeito
( ) pouco satisfeito
( ) não

5.1 Por quê?
Agora já não sou mais industrial, agora só sou aposentado.

6- De um modo geral, o que o Senhor mais apreciava no trabalho que realizava?
Ah! Eu gostava muito de empreender cada vez mais e melhorar sempre mais o produto. Porque eu era dedicado à exportação de madeira, ou seja, não só a tábua serrada como o compensado e isto exigia qualidade boa. Então eu me dedicava muito à inspeção de qualidade e de melhorias.

7- Em sua opinião, que tipo de indústria oferecia maior contribuição para o desenvolvimento da região?
( ) pequena indústria
( ) grande indústria
(x) média indústria

7.1 Por quê?
A média indústria. Já houve época em que eu tinha bastante empregados, lá em Santa Catarina tinha aproximadamente 180, aqui no Paraná cerca de 200 e em São Paulo havia mais. Tinha bastante gente uma parte lá e outra aqui, mas eu sempre considerei a nossa indústria como média, não passava disto. Muitos se referiam a nossa indústria como grande, de ponta, mas não era grande, era uma média indústria.

8- Seu pai também era industrial?
Sim, eu segui o caminho dele também.

9- O governo dava alguma isenção de impostos às indústrias naquela época?
A FIEP nunca contribuiu com nada, não teve contribuição do governo com nada.

10- E a Prefeitura nunca deu isenção de taxas?

Apenas os impostos normais o IPTU etc., mas fora disto não tinha nada.

11- De onde vinha o financiamento para as indústrias?
Não foi com financiamentos, sempre foi com recursos próprios.

12- Então a sua família já veio com alguns recursos?
Sim, já tinha alicerce, quando comecei já tinha certo alicerce.

13- O senhor já teve alguma vez algum problema com seus operários?
Numa indústria que tem um número razoável de trabalhadores, sempre ocorre alguma coisa, mas nunca houve coisa séria, a gente sempre acertava e continuava em frente.

14- Sua indústria era uma organização autônoma ou pertencia a uma organização mais ampla?
( ) pertencia a uma organização mais ampla
(x) organização autônoma

15- Quanto ao preço de custo, quem calculava o preço de custo dos produtos?
Sempre pertenci ao setor administrativo. Era eu que calculava o preço dos produtos. Dos três irmãos, infelizmente eu, sempre fui o principal.

16- O senhor estava satisfeito com o rendimento de seus operários?
Estava, claro que estava satisfeito.

17- E eles correspondiam?
Correspondiam sim, eu sempre dentro de minha indústria como aqui na federação, sempre gostei de ter muita ligação com os trabalhadores e de saber sobre eles.

18- O que o Senhor recomendaria, hoje, que os industriais fizessem ou que deixassem de fazer para se sair bem na profissão?
Eu acho que toda empresa que for instalada pode ter ajuda do governo, um financiamento, mas nunca sair do principal, que é o recurso próprio. Porque um financiamento grande, no caso do empreendimento, tende a diminuir cada vez mais, embora o financiamento possa ser barato ou caro, depende do tipo de financiamento, ele sempre tem um custo, e este custo onera

muito a indústria. Então, toda vez que se for fazer um empreendimento, convém fazer no mínimo com 50% de participação com recursos próprios.

19- Para a indústria, qual foi a melhor década no período compreendido entre 1930 e 1960? Por quê?
Eu acho que a década de 1960 foi a melhor, a década de 1980, foi uma boa época, chegou muito dinheiro e durante o pós-guerra também houve muita necessidade de madeira. As nossas exportações foram volumosas. Chegamos a formar empresas para exportar em conjunto, diversos exportadores se reuniam e faziam uma espécie de cooperativa, para oferecer os produtos com preços homogêneos, porque existia muita concorrência na Europa. Quando eu oferecia o meu produto por 100, havia outro que oferecia por 80 e o preço ia caindo, caindo a gente fez uma cooperativa para sustentar o preço. Não era truste, como se chama algo que se junta que é proibido? Também não era cartel. Nada disto.

20- O que o Senhor pode relatar sobre crise no setor madeireiro?
No setor madeireiro sempre houve períodos de alta e de baixa, eu mesmo atravessei diversas crises, duas ou três delas foram violentas. Como, por exemplo, durante a Segunda Guerra Mundial.

21- O que se fazia em época de crise como, por exemplo, a de 1941-1942, quando havia falta de gasolina ou outro produto importante para a sua indústria?
Houve muita falta de gasolina durante a guerra, um problema muito sério. Eu estava em Santa Catarina, chegamos a usar o gasogênio, era feito com lenha ou carvão, mas o poder de locomoção era pequeno.

22- Então foi o gasogênio o produto usado em substituição à gasolina?
Sim, na época de guerra foi muito difícil trabalhar, mas foi usado por pouco tempo, 1 ano ou 2, eu acho.

23- O Senhor sentia a concorrência de produtos similares produzidos aqui, ou vindos de outras regiões?
Nós tínhamos o Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, todos com o mesmo problema. Era igual para os três estados. Eu também fui presidente do Sindicato Madeireiro, nós fazíamos reuniões aqui dos três estados, tinha até sede própria na Rua Dr. Murici.

24- Qual a sua opinião quanto ao apoio do sistema bancário ao empresário da pequena indústria?

Quanto a empréstimos para empreendimento, eu repito aqui, tem que ter muita cautela e tomar muitas informações antes de se tomar o empréstimo, tem que analisar bem o produto que se vai fabricar, para poder saber se este produto dá rendimento suficiente para pagar este empréstimo, torna-se necessário fazer um estudo técnico para isto.

25- Quais os maiores problemas que o Senhor enfrentava como empresário?

Foi a falta de combustível na época de guerra, e bem no começo a falta de energia. O governo do Estado até teve que instalar diversos geradores a óleo para produzir. Houve uma época que tinha carência de energia, o que dificultava as coisas. Ah! Estradas, estradas, sempre estradas, era ruim porque nós trabalhávamos com caminhões. No começo, quando a gente estava em Santa Catarina, onde a produção era maior, a gente levava a madeira de trem até o porto de São Francisco, mais do que do porto de Itajaí e de lá se fazia o transporte em navios pequenos de cabotagem, que navegavam pela costa, então ia para Vitória – Espírito Santo pela costa toda. Hoje não tem mais nada disto, acabou tudo. Então, começou o trabalho com o caminhão, aí houve falta de caminhões, teve uma época que não existia houve a necessidade de se ,importar caminhões velhos (sobra de guerra dos EUA). O transporte passou a ser feito por rodovias, mais por rodovias do que por ferrovias, quando as ferrovias são bem mais baratas, uma coisa absurda que não se entende, se fazia o transporte sobre rodas. Ninguém acordou para isto. Um país continental com a extensão que tem, quando podíamos ter uma rede ferroviária, bem mais barata que seria o ideal, todo mundo quer o transporte via caminhão que é muito mais caro. A navegação fluvial, também praticamente não existe nenhuma, é muito importante a navegação fluvial, nós temos rios navegáveis na sua maioria, é uma pena que não se explorava isto, não sei o por quê.

Complementando, priorizou-se o transporte rodoviário devido a um pacto inviolável feito pelo presidente Juscelino Kubischek e assim tirou-se o Brasil dos trilhos.

26- O Senhor era filiado a alguma entidade de classe?

(x) sim ( ) não especificar:

Sindicato dos madeireiros, eu fui presidente do sindicato por 26 anos aqui no Paraná. Lá em Santa Catarina, eu também pertencia ao sindicato madeireiro, mas lá não atuava como presidente.

27- O Senhor vendia mais madeira em Santa Catarina ou aqui no Paraná?
A mesma coisa, porque o setor era integrado, a maior produção vinha de Santa Catarina, do município de Canoinhas, Timbó Grande, Santa Cecília, daquela região. Eu a concentrava aqui em Curitiba, a classificava nos moldes em que elas deviam ser classificadas e daqui ia para o porto para embarcar.

28- O Senhor acredita que o crescimento da grande indústria pode prejudicar a pequena indústria?
Na época não havia grande indústria, por isso não tenho elementos para responder a sua pergunta.

29- O Senhor já recebeu algum apoio financeiro em benefício da sua indústria?
Somente no setor agrícola.

30- O que mais onerava as exportações internas e externas?
O que mais onerava era o porto de Paranaguá, São Francisco, entre outros portos. Era um custo muito elevado e também, nós tínhamos taxas que se pagava à marinha mercante. A taxa da marinha mercante era para renovar a frota de navios, daí as dificuldades naquela época. Essa taxa, inclusive, recentemente voltou.

31- Houve muita concorrência do setor madeireiro?
Sempre houve concorrência aqui no Paraná. Ele era o segundo mais importante produto do Paraná. Nós tínhamos a lavoura do café e depois vinha a indústria, tanto é que no meu período aqui, em 1974, a indústria participava mais ou menos com 34% do PIB do Paraná, o comércio com mais ou menos 30% e o restante era de serviços. A indústria madeireira era muito importante no Paraná, há uns 15 anos atrás, quando começou a exaurir as reservas de pinho, que era uma espécie abundante no Paraná, em Santa Catarina e um pouco no Rio Grande do Sul. A mesma não era encontrada em outros estados, e isso dava condições de se fazer bons negócios. Hoje quase não existem mais florestas de araucárias (pinho), nós temos um pouco de reserva. No Estado plantaram-se espécies alienígenas: o pinus eliotis, o caribé, etc., mas, mesmo assim, este reflorestamento está dando sustentação à indústria madeireira no Estado e no país, com a exportação de muita madeira.

32- Além do pinus eliotis e o caribé, qual outra espécie de madeira que era usada para se fazer reflorestamento?

Aqui nesta região só foi usado o pinus eliotis e o caribé, espécies alienígenas (importadas), no Paraná quase não há outras árvores que não sejam araucárias. Não se fez reflorestamento de araucárias porque demora muito tempo, enquanto outras espécies demoram entre 8 e 10 anos para serem beneficiadas e serem colhidos o pinus eliotis, por exemplo. Para o pinheiro brasileiro são 25 a 30 anos de espera, isto se apresentava como uma dificuldade. Além disso, o Instituto Nacional do Pinho, em seus projetos de reflorestamento, exigia apenas 1% de plantio de araucária, o restante podia ser pinus eliotis, ou fosse o que fosse. Foi um erro, eu fui muitas vezes representante do governo do Estado, da classe madeireira no instituto (sempre fui representante) e muitas vezes, fazia propostas para aumentar a porcentagem do pinho, o pessoal não queria porque esperar entre 25 e 30 anos era muito tempo. Vale ressaltar que o que hoje é o IBAMA, antes foi o Instituto Nacional do Pinho e depois passou para IBDF- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

33- O Senhor se lembra de algum ramo de produção como o têxtil ou editorial gráfico?

O têxtil não desenvolveu muito por aqui em Curitiba, ele desenvolveu mais no norte do Paraná e recentemente, mas não lembro mais em que cidade. Maringá e Londrina também possuem, mas tem um município que se dedica especificamente à indústria têxtil e possui fábricas de ponta, de última geração. É na cidade de Cianorte. Arapongas tem-se dedicado à confecção de móveis. Aliás, o Paraná teve uma situação de desenvolvimento bastante privilegiada, tinha algumas indústrias na capital, e principalmente depois, com a entrada do Sr. Jaime Lerner no governo, desenvolveu-se a cidade industrial e vieram empresas de fora, as multinacionais e a industrialização da capital cresceu, mas nós tínhamos pólo industrial em Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e órgãos especiais e algumas dificuldades em industrialização, todos estes municípios hoje estão industrializados, assim em Londrina tem a Cacique Café, indústria de ponta, que exporta para a China e para mais outros países.

34- E em Foz do Iguaçu havia que tipo de indústria?

Tinha o setor madeireiro que exportava pelo Rio Paraná, lá desenvolveu bastante. A madeira não chegava aqui para a capital para ir para o porto de Paranaguá, elas desciam uma barranca que havia em Foz do Iguaçu, um entreposto, daí embarcavam e desciam até Buenos Aires. O nosso principal mercado naquela época era a Argentina, aliás, ela sempre foi o principal

comprador de madeira do Brasil, então eles desciam com ela pelo Rio Paraná, até Buenos Aires.

35- A partir de que década a Argentina comprava maior quantidade de madeira?
Provavelmente foi na década de 1960.

36- O que o Senhor sabe a respeito das fábricas de vinho de Santa Felicidade e que tipo de barricas é que usavam?
Em Curitiba havia fábrica de barricas, fora de Curitiba não me lembro, inclusive tinha uma que era muito boa e que usava o pinho, que se cortava numa largura especial, na largura certa, para depois trabalhá-la e fazer barricas. No começo a gente exportava erva-mate (eu também fui exportador de erva-mate) em barricas, que eram confeccionadas artesanalmente, depois passou a ser em sacos e hoje é em saquinhos a erva-mate que se queima (mate solúvel) e serve para fazer chá preto.

37- E a exportação através de barricas foi até quando?
Foi até as décadas de 1950–1960.

38- O Senhor tem mais alguma coisa que queira falar sobre as indústrias?
O desenvolvimento econômico do Paraná se deu, primeiramente, através do setor madeireiro, juntamente com a erva-mate, pois quando se entrava no mato para tirar das árvores, o pinho (araucária), a gente encontrava ervais, então simultaneamente começou-se a explorar a erva-mate e a araucária, isto deu condições para que o Paraná se desenvolvesse bastante, porque quando a gente criava uma indústria madeireira, onde havia floresta, se fazia a indústria lá perto da mesma, pois não havia e era difícil o transporte, por não haver estradas. Então, era necessário, aproximar o máximo possível a indústria da floresta, para se chegar lá era preciso abrir caminhos. A estrada era o próprio industrial que construía, depois estruturava, com escola, igreja e campo de futebol para os trabalhadores. Tinha que fazer tudo isto se não o pessoal não parava no meio do mato. Fazíamos as casinhas para eles morarem lá, cada um tinha sua casinha, mas aos domingos não tinha o que fazer então se jogava futebol, mas, para isto, a gente precisava fazer estradas, eu mesmo cheguei a comprar máquina niveladora de fazer estrada. Na Serra do Espigão nós abrimos uma estrada que foi até Timbó Grande, era particular, era nossa. Enfim, a indústria madeireira tinha uma grande importância no desenvolvimento do Paraná, bem como a erva-mate e agora nós temos o setor agrícola que

está bem desenvolvido e até já passamos o Mato Grosso. Nós estamos colhendo entre 7 a 8 mil toneladas este ano (2008). Em suma, a agricultura no Paraná vai bem.

39- E a indústria hoje (2008)?

A indústria com a crise mundial, apesar de o presidente Lula dizer que não tem crise, foi afetada.

40- O Senhor tem mais alguma coisa para complementar sobre a indústria?

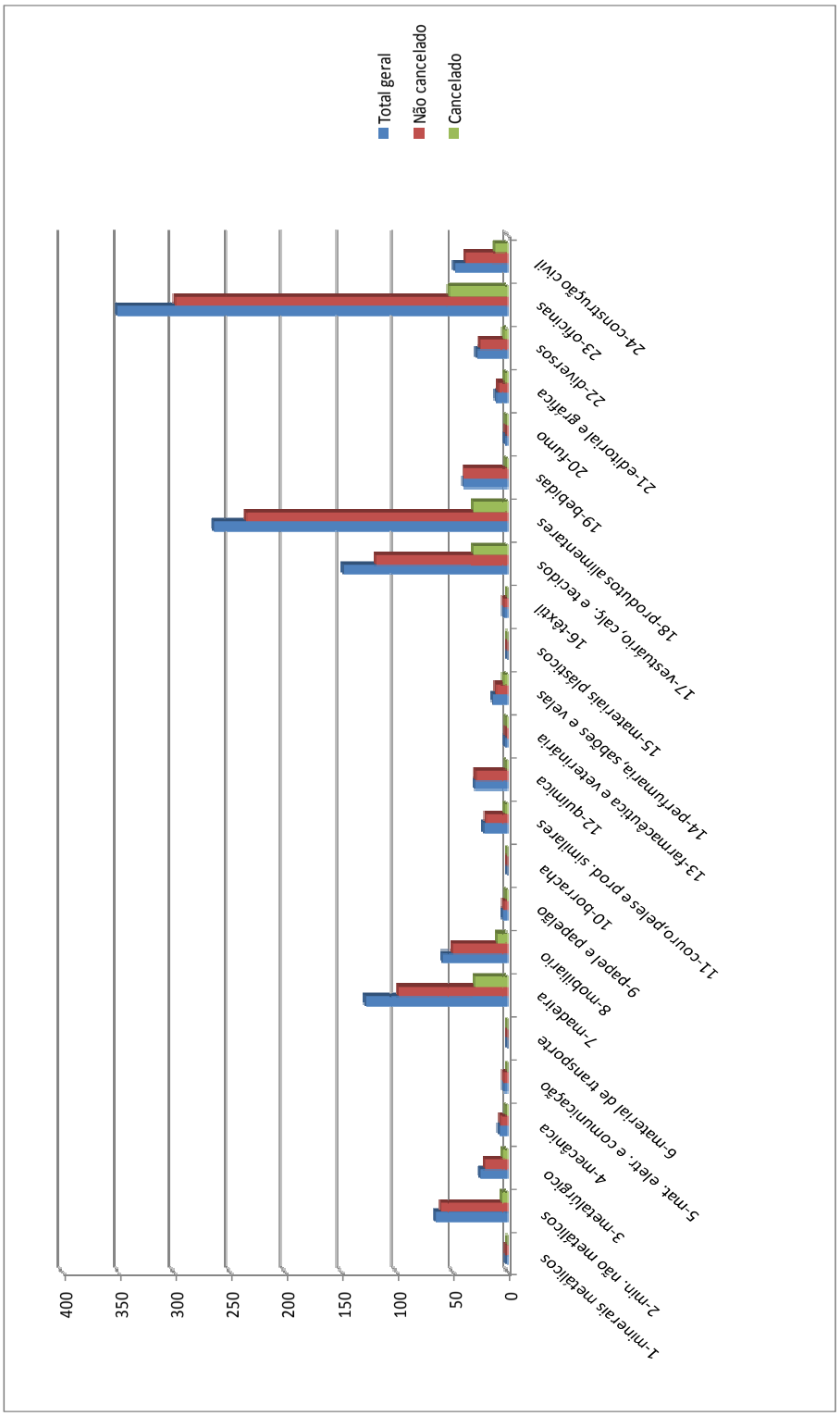
A grande iniciativa no Paraná deu-se com a instalação da Cidade Industrial em Curitiba. Hoje temos lá várias indústrias. A CIC está muito desenvolvida, inclusive o SENAI ajudou muito, até porque se instalou lá, na época que fui presidente da FIEP de 1974 a 1986. Hoje, se chama SENAI da CIC. Tinha escola de saneamento básico, hoje escolas técnicas. O SENAI ajudava a Escola Técnica porque tinha formação para isto.

Muito Obrigada!

Agradeço pela gentileza em me ter concedido esta entrevista e oportunamente o Senhor receberá uma cópia da mesma.

Fonte: Alvarás da Prefeitura Municipal de Curitiba

GRÁFICO 1 - DÉCADA DE 1930



Estabelecimentos industriais fundados em Curitiba, durante a década de 1940

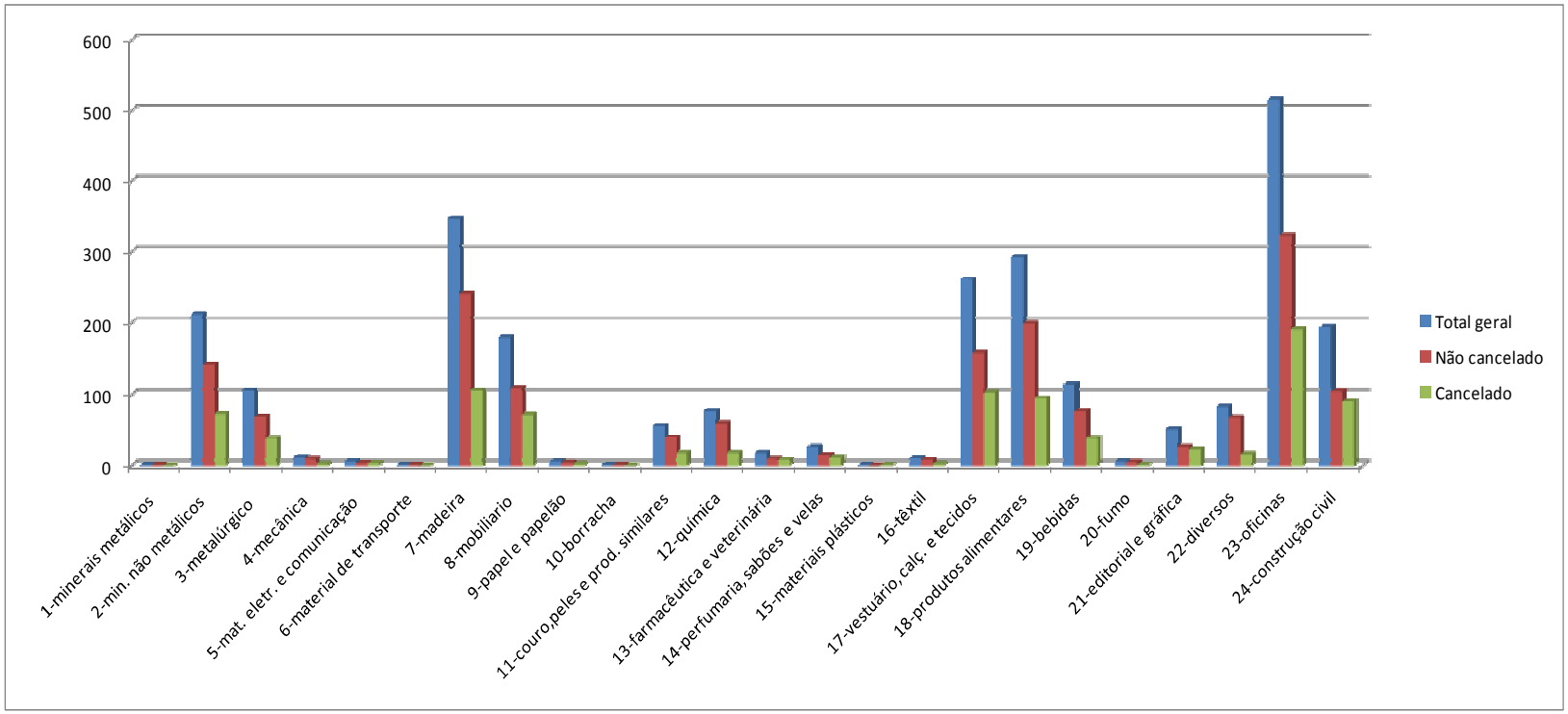


GRÁFICO 2 - DÉCADA DE 1940

Estabelecimentos industriais fundados em Curitiba, durante a década de 1950

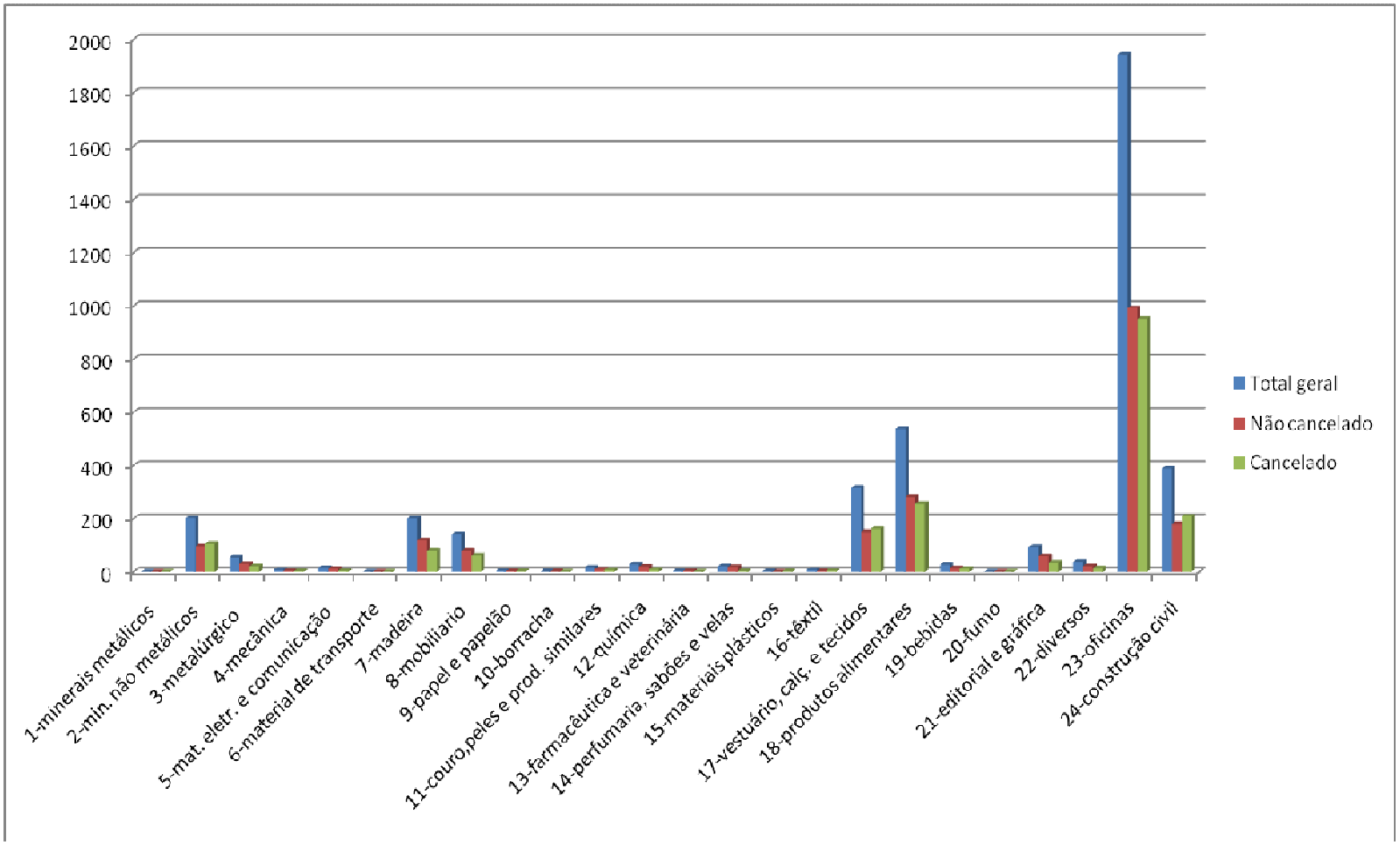


GRÁFICO 3 - DÉCADA DE 1950

Estabelecimentos industriais fundados em Curitiba, durante a década de 1960

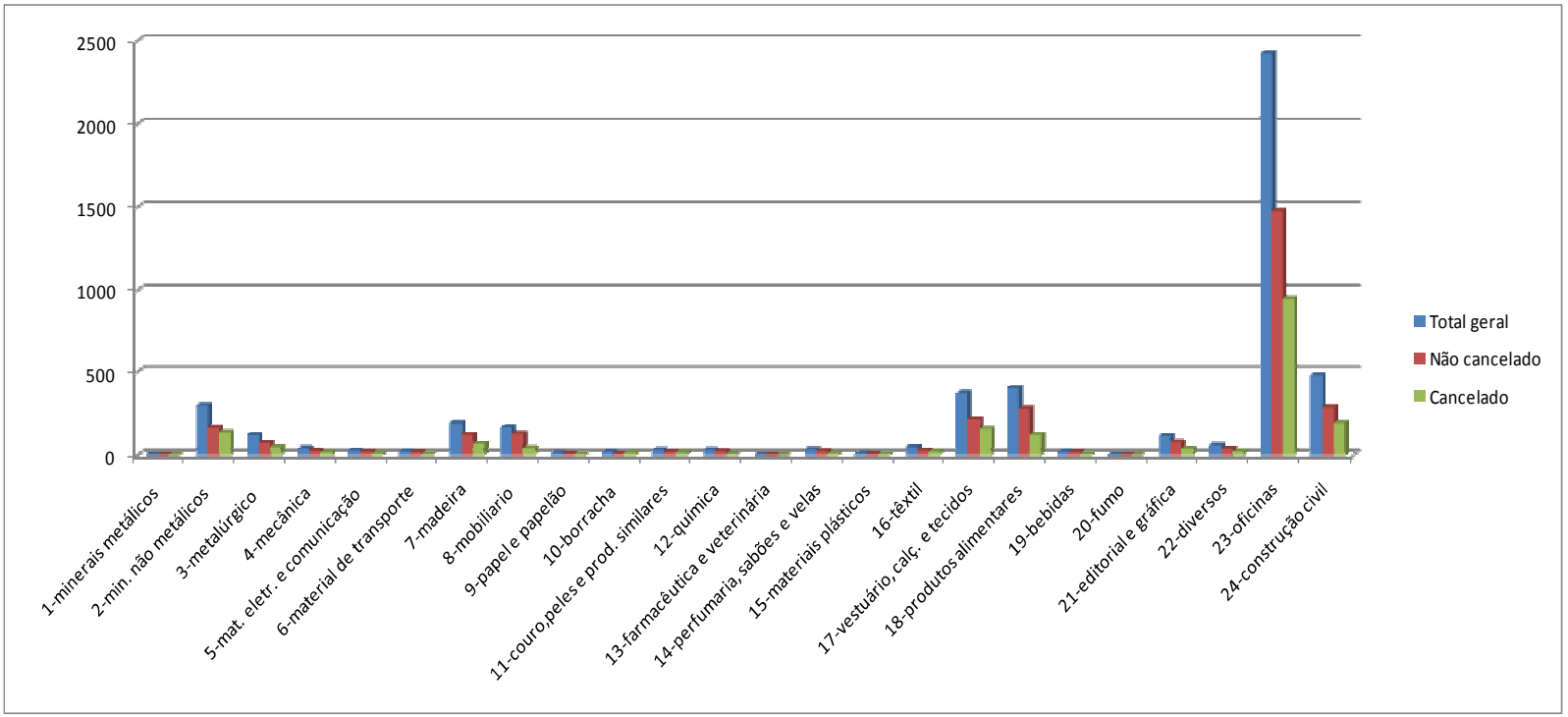


GRÁFICO 4 - DÉCADA DE 1960

Estabelecimentos industriais fundados em Curitiba, durante as décadas de 1930 a 1960

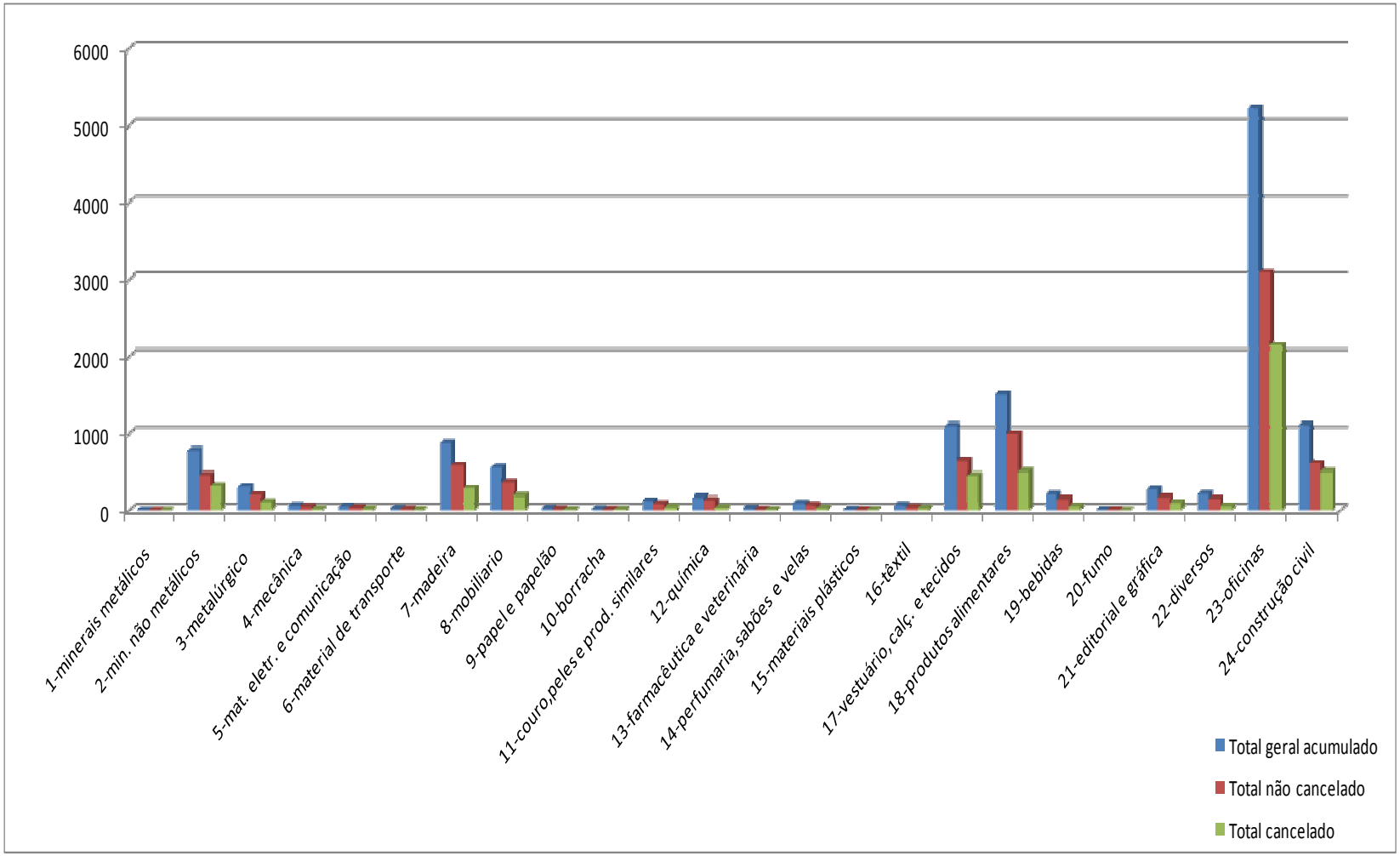


GRÁFICO 5 - TOTAL GERAL NAS QUATRO DÉCADAS

Tabela 1 Totais gerais em porcentagem das empresas em Curitiba, durante a década de 1930

					Em porcentagem		Total em %		Fam.	Empresas não familiares em porcentagem				
Classe e Gênero de Indústria	1931-35	1936-40	T. Geral.	T. Geral (%)	1931-35	1936-40	Não Canc.	Canc.		Soc.	Cia.	Ltda.	S.A.	Total
Extração de Minerais Metálicos	0	1	1	0,08	0,00	100,00	100,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos de Min. Não Metálicos	13	52	65	5,21	20,00	80,00	92,30	7,69	61,53	18,46	9,23	9,23	1,53	38,45
Metalúrgica	9	15	24	1,92	37,50	62,50	83,33	16,66	33,33	45,83	16,66	0,00	4,16	66,65
Mecânica	0	7	7	0,56	0,00	100,00	85,71	14,28	57,14	14,28	28,57	0,00	0,00	42,85
Mat. Elétricos e de Comunicação	0	3	3	0,24	0,00	100,00	100,00	0,00	66,66	0,00	0,00	33,33	0,00	33,33
Material de Transporte	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Madeira	48	79	127	10,18	37,79	62,21	77,16	22,83	57,48	19,68	15,74	7,08	0,00	42,50
Mobiliário	22	37	59	4,73	37,28	62,72	84,74	15,25	62,71	23,72	8,47	5,08	0,00	37,27
Papel e Papelão	1	3	4	0,32	25,00	75,00	75,00	25,00	75,00	25,00	0,00	0,00	0,00	25,00
Borracha	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Couro, Peles e Prod. Similares	8	13	21	1,68	38,09	61,91	90,47	9,52	66,66	0,00	23,80	9,52	0,00	33,32
Química	7	22	29	2,32	24,13	75,87	96,55	3,44	44,82	24,13	17,24	13,79	0,00	55,16
Prod. Farmacêuticos e Veterinários	1	1	2	0,16	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	0,00	0,00	50,00	0,00	50,00
Perfumaria, sabões e velas	8	5	13	1,04	61,54	38,46	76,92	23,07	53,84	23,07	23,07	0,00	0,00	46,14
Prod.de Materiais Plásticos	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Têxtil	2	1	3	0,24	66,67	33,33	100,00	0,00	0,00	0,00	66,66	0,00	33,33	99,99
Vestuário, Cal. e artef. de tecidos	54	94	148	11,86	36,48	63,52	79,72	20,27	80,40	14,18	4,05	1,35	0,00	19,58
Produtos Alimentares	124	140	264	21,15	46,96	53,04	88,63	11,36	76,51	11,74	8,71	2,65	0,37	23,47
Bebidas	12	28	40	3,21	30,00	70,00	97,50	2,50	70,00	20,00	10,00	0,00	0,00	30,00
Fumo	1	1	2	0,16	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00
Editorial e Gráfica	2	8	10	0,80	20,00	80,00	80,00	20,00	70,00	20,00	10,00	0,00	0,00	30,00
Diversos	7	20	27	2,16	25,92	74,08	88,88	11,11	66,66	14,81	18,51	0,00	0,00	33,32
Oficinas	163	188	351	28,13	46,44	53,56	84,90	15,09	85,47	9,40	3,13	1,42	0,56	14,51
Construção Civil	8	40	48	3,85	16,67	83,33	77,08	22,91	72,91	16,66	2,08	4,16	4,16	27,06
TOTAL	490	758	1248	100,00										

Fonte: Dados coletados nos alvarás da Prefeitura Municipal de Curitiba

Tabela 2 Totais gerais em porcentagem das empresas em Curitiba, durante a década de 1940

					Em porcentagem		Total em %			Empresas não familiares em porcentagem				
Classe e Gênero de Indústria	**1941-45**	**1946-50**	**T. Geral.**	**T. Geral (%)**	**1941-45**	**1946-40**	**Não Canc.**	**Canc.**	**Fam.**	**Soc.**	**Cia.**	**Ltda.**	**S.A.**	**Total**
Extração de Minerais Metálicos	0	1	**1**	**0,04**	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00
Produtos de Min. Não Metálicos	84	129	**213**	**8,28**	39,44	60,56	66,19	33,80	62,91	12,20	4,69	19,71	0,46	37,06
Metalúrgica	35	71	**106**	**4,12**	33,02	66,98	64,81	35,18	48,14	8,33	6,48	35,18	1,84	51,83
Mecânica	11	0	**11**	**0,43**	100,00	0,00	81,81	18,18	54,54	18,18	9,09	18,18	0,00	45,45
Mat. Elétricos e de Comunicação	2	4	**6**	**0,23**	33,33	66,67	50,00	50,00	16,66	50,00	16,66	16,66	0,00	83,32
Material de Transporte	0	1	**1**	**0,04**	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00
Madeira	164	183	**347**	**13,48**	47,26	52,74	69,45	30,54	51,58	8,93	10,37	28,53	0,57	48,40
Mobiliário	57	123	**180**	**6,99**	31,67	68,33	60,55	39,44	65,00	10,00	5,00	19,44	0,50	34,94
Papel e Papelão	5	1	**6**	**0,23**	83,33	16,67	66,66	33,33	33,33	16,66	16,66	0,00	33,33	66,65
Borracha	1	0	**1**	**0,04**	100,00	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Couro, Peles e Prod. Similares	36	20	**56**	**2,18**	64,29	35,71	69,64	30,35	58,92	5,35	21,42	14,28	0,00	41,05
Química	28	48	**76**	**2,95**	36,84	63,16	77,63	22,36	30,26	6,57	11,84	44,73	6,57	69,71
Prod. Farmacêuticos e Veterinários	7	10	**17**	**0,66**	41,18	58,82	52,94	47,05	23,52	15,88	23,52	47,05	0,00	86,45
Perfumaria, sabões e velas	6	19	**25**	**0,97**	24,00	76,00	56,00	44,00	56,00	4,00	8,00	32,00	0,00	44,00
Prod.de Materiais Plásticos	0	1	**1**	**0,04**	0,00	100,00	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00
Têxtil	6	4	**10**	**0,39**	60,00	40,00	80,00	20,00	30,00	0,00	20,00	40,00	10,00	70,00
Vestuário, Cal. e artef. de tecidos	101	161	**262**	**10,18**	38,55	61,45	60,68	39,31	80,53	7,36	4,58	7,25	0,00	19,19
Produtos Alimentares	126	167	**293**	**11,38**	43,00	57,00	67,91	32,08	75,46	12,62	3,07	8,16	0,68	24,53
Bebidas	67	47	**114**	**4,43**	58,77	41,23	66,66	33,33	78,94	6,14	7,89	5,20	1,70	20,93
Fumo	3	3	**6**	**0,23**	50,00	50,00	83,33	16,66	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Editorial e Gráfica	29	22	**51**	**1,98**	56,86	43,14	56,86	43,13	41,17	5,88	7,84	39,21	5,88	58,81
Diversos	53	29	**82**	**3,19**	64,63	35,37	81,70	18,29	64,63	7,31	7,31	20,73	0,00	35,35
Oficinas	180	335	**515**	**20,01**	34,95	65,05	62,91	37,08	75,33	11,26	5,43	7,37	0,58	24,64
Construção Civil	42	152	**194**	**7,54**	21,65	78,35	54,12	45,87	44,84	13,40	3,09	36,59	2,06	55,14
TOTAL	1043	1531	**2574**	**100,00**										

Fonte: Dados coletados nos alvarás da Prefeitura Municipal de Curitiba

Tabela 3 Totais gerais em porcentagem das empresas em Curitiba, durante a década de 1950

					Em porcentagem		Total em %			Empresas não familiares em porcentagem				
Classe e Gênero de Indústria	1951-55	1956-60	T. Geral.	T. Geral. (%)	1951-55	1956-60	Não Canc.	Canc.	Fam.	Soc.	Cia.	Ltda.	S.A.	Total
Extração de Minerais Metálicos	0	0	**0**	**0,00**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos de Min. Não Metálicos	124	79	**203**	**4,99**	61,08	38,92	47,78	52,21	74,38	5,41	2,45	16,25	1,47	25,58
Metalúrgica	36	19	**55**	**1,35**	65,45	34,55	58,18	41,81	58,18	5,45	3,63	32,72	0,00	41,80
Mecânica	6	2	**8**	**0,20**	75,00	25,00	62,50	37,50	37,50	12,50	12,50	37,50	0,00	62,50
Mat. Elétricos e de Comunicação	9	8	**17**	**0,42**	52,94	47,06	76,47	23,52	58,82	0,00	0,00	41,17	0,00	41,17
Material de Transporte	0	0	**0**	**0,00**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Madeira	126	75	**201**	**4,94**	62,69	37,31	59,20	40,79	51,74	2,98	7,96	34,32	2,98	48,24
Mobiliário	88	56	**144**	**3,54**	61,11	38,89	56,94	43,05	62,50	2,77	7,63	25,00	2,08	37,48
Papel e Papelão	4	1	**5**	**0,12**	80,00	20,00	60,00	40,00	60,00	40,00	0,00	0,00	0,00	40,00
Borracha	0	1	**1**	**0,02**	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00
Couro, Peles e Prod. Similares	7	11	**18**	**0,44**	38,89	61,11	55,55	44,44	22,22	0,00	22,22	55,55	0,00	77,77
Química	19	11	**30**	**0,74**	63,33	36,67	70,00	30,00	46,66	0,00	6,65	43,33	3,33	53,31
Prod. Farmacêuticos e Veterinários	4	0	**4**	**0,10**	100,00	0,00	100,00	0,00	50,00	0,00	0,00	50,00	0,00	50,00
Perfumaria, sabões e velas	12	11	**23**	**0,57**	52,17	47,83	86,95	13,04	26,08	0,00	8,60	60,86	4,30	73,76
Prod.de Materiais Plásticos	1	1	**2**	**0,05**	50,00	50,00	0,00	100,00	50,00	0,00	0,00	50,00	0,00	50,00
Têxtil	1	7	**8**	**0,20**	12,50	87,50	37,50	62,50	62,50	0,00	0,00	12,50	25,00	37,50
Vestuário, Cal. e artef. de tecidos	198	118	**316**	**7,77**	62,66	37,34	48,10	51,89	80,69	4,43	4,74	9,81	0,31	19,29
Produtos Alimentares	226	313	**539**	**13,25**	41,93	58,07	52,69	47,30	71,42	3,52	4,82	18,73	1,48	28,55
Bebidas	12	17	**29**	**0,71**	41,38	58,62	55,17	44,82	65,51	0,00	6,89	20,68	6,89	34,46
Fumo	0	0	**0**	**0,00**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Editorial e Gráfica	36	59	**95**	**2,33**	37,89	62,11	62,10	37,89	50,52	2,10	3,15	41,05	3,15	49,45
Diversos	24	15	**39**	**0,96**	61,54	38,46	58,97	41,02	56,41	2,56	2,56	33,33	5,12	43,57
Oficinas	858	1085	**1943**	**47,75**	44,16	55,84	51,05	48,94	80,49	1,95	1,80	13,89	1,85	19,49
Construção Civil	223	166	**389**	**9,56**	57,33	42,67	46,27	53,72	40,61	9,51	2,57	41,90	5,39	59,37
TOTAL	2014	2055	**4069**	**100,00**										

Fonte: Dados coletados nos alvarás da Prefeitura Municipal de Curitiba

Tabela 4 Totais gerais em porcentagem das empresas em Curitiba, durante a década de 1960

					Em porcentagem		Total em %			Empresas não familiares em porcentagem				
Classe e Gênero de Indústria	1961-65	1946-50	T. Geral	T. Geral (%)	1961-65	1966-70	Não Canc.	Canc.	Fam.	Soc.	Cia.	Ltda.	S.A.	Total
Extração de Minerais Metálicos	0	0	**0**	**0,00**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos de Min. Não Metálicos	170	128	**298**	**6,07**	57,05	42,95	54,69	45,30	68,79	0,67	4,36	25,16	1,00	31,19
Metalúrgica	52	69	**121**	**2,46**	42,98	57,02	61,15	38,84	43,80	0,00	7,43	46,28	2,47	56,18
Mecânica	14	27	**41**	**0,83**	34,15	65,85	63,41	36,58	58,53	0,00	2,43	39,02	0,00	41,45
Mat. Elétricos e de Comunicação	5	24	**29**	**0,59**	17,24	82,76	65,51	34,48	75,86	0,00	0,00	24,13	0,00	24,13
Material de Transporte	5	16	**21**	**0,43**	23,81	76,19	76,19	23,80	47,61	0,00	0,00	42,85	9,52	52,37
Madeira	78	112	**190**	**3,87**	41,05	58,95	64,73	35,26	33,15	1,57	14,21	41,57	9,47	66,82
Mobiliário	64	103	**167**	**3,40**	38,32	61,68	76,04	23,95	44,31	1,79	4,79	47,30	1,79	55,67
Papel e Papelão	4	7	**11**	**0,22**	36,36	63,64	63,63	36,36	0,00	0,00	0,00	90,90	9,09	99,99
Borracha	6	13	**19**	**0,39**	31,58	68,42	42,10	57,89	57,89	0,00	0,00	36,84	5,26	42,10
Couro, Peles e Prod. Similares	13	17	**30**	**0,61**	43,33	56,67	43,33	56,66	23,33	0,00	16,66	50,00	10,00	76,66
Química	21	9	**30**	**0,61**	70,00	30,00	76,66	23,33	30,00	0,00	6,66	60,00	3,33	69,99
Prod. Farmacêuticos e Veterinários	0	0	**0**	**0,00**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Perfumaria, sabões e velas	14	19	**33**	**0,67**	42,42	57,58	72,72	27,27	33,33	0,00	33,33	33,33	0,00	66,66
Prod.de Materiais Plásticos	6	4	**10**	**0,20**	60,00	40,00	60,00	40,00	30,00	0,00	0,00	70,00	0,00	70,00
Têxtil	14	33	**47**	**0,96**	29,79	70,21	59,57	40,42	48,93	0,00	2,12	48,93	0,00	51,05
Vestuário, Cal. e artef. de tecidos	140	232	**372**	**7,57**	37,63	62,37	58,06	41,93	80,91	0,53	0,80	17,74	0,00	19,07
Produtos Alimentares	200	201	**401**	**8,16**	49,88	50,12	69,32	30,67	43,89	0,00	4,73	48,87	2,49	56,09
Bebidas	9	11	**20**	**0,41**	45,00	55,00	80,00	20,00	35,00	0,00	15,00	50,00	0,00	65,00
Fumo	0	0	**0**	**0,00**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Editorial e Gráfica	53	61	**114**	**2,32**	46,49	53,51	67,54	32,45	45,61	0,87	3,50	45,61	4,38	54,36
Diversos	27	31	**58**	**1,18**	46,55	53,45	63,79	36,20	36,20	0,00	3,44	53,44	6,89	63,77
Oficinas	1099	1323	**2422**	**49,31**	45,38	54,62	60,90	39,09	73,82	1,56	1,15	21,13	2,31	26,15
Construção Civil	211	267	**478**	**9,73**	44,14	55,86	59,83	40,16	37,23	6,69	1,25	49,16	5,64	62,74
TOTAL	2205	2707	**4912**	**100,00**										

Fonte: Dados coletados nos alvarás da Prefeitura Municipal de Curitiba

Tabela 5. Estabelecimentos licenciados por alvarás na Prefeitura Municipal de Curitiba, nas décadas de 1930 a 1960

Décadas	1930			1940			1950			1960			Total das 4 décadas		
Tipos de estabelecimentos	Total Geral	Não Cancelado	Cancelado	Total geral	Não Cancelado	Cancelado	Total geral	Não Cancelado	Cancelado	Total geral	Não Cancelado	Cancelado	Total geral acumulado	Total não Cancelado	Total Cancelado
1-minerais metálicos	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0
2-min. não metálicos	65	60	5	213	141	72	203	97	106	298	163	135	779	461	318
3-metalúrgico	24	20	4	106	68	38	55	32	23	121	74	47	306	194	112
4-mecânica	7	6	1	11	9	2	8	5	3	41	26	15	67	46	21
5-mat. eletr. e comunicação	3	3	0	6	3	3	17	13	4	29	19	10	55	38	17
6-material de transporte	0	0	0	1	1	0	0	0	0	21	16	5	22	17	5
7-madeira	127	98	29	347	241	106	201	119	82	190	123	67	865	581	284
8-mobiliario	59	50	9	180	109	71	144	82	62	167	127	40	550	368	182
9-papel e papelão	4	3	1	6	4	2	5	3	2	11	7	4	26	17	9
10-borracha	0	0	0	1	1	0	1	1	0	19	8	11	21	10	11
11-couro,peles e prod. similares	21	19	2	56	39	17	18	10	8	30	17	13	125	85	40
12-química	29	28	1	76	59	17	30	21	9	30	23	7	165	131	34
13-farmacêutica e veterinária	2	1	1	17	9	8	4	4	0	0	0	0	23	14	9
14-perfumaria, sabões e velas	13	10	3	25	14	11	23	20	3	33	24	9	94	68	26
15-materiais plásticos	0	0	0	1	0	1	2	0	2	10	6	4	13	6	7
16-têxtil	3	3	0	10	8	2	8	3	5	47	28	19	68	42	26
17-vestuário, calç. e tecidos	148	118	30	262	159	103	316	152	164	372	216	156	1098	645	453
18-produtos alimentares	264	234	30	293	199	94	539	284	255	401	278	123	1497	995	502
19-bebidas	40	39	1	114	76	38	29	16	13	20	16	4	203	147	56
20-fumo	2	1	1	6	5	1	0	0	0	0	0	0	8	6	2
21-editorial e gráfica	10	8	2	51	29	22	95	59	36	114	77	37	270	173	97
22-diversos	27	24	3	82	67	15	39	23	16	58	37	21	206	151	55
23-oficinas	351	298	53	515	324	191	1943	992	951	2422	1475	947	5231	3089	2142
24-construção civil	48	37	11	194	105	89	389	180	209	478	286	192	1109	608	501
Total	1248	1061	187	2574	1671	903	4069	2116	1953	4912	3046	1866	12803	7894	4909

Q U A D R O Nº 01

Tipos de estabelecimentos de indústrias licenciados por Alvarás na P.M.C. de Curitiba - na década de 1930

Industrias	1931-35	1936-40	Total	Não Cancelado	Cancelado	Canc. Familiar	Familiar	Soc.	Cia.	Ltda.	S.A.	Não Familiar
1 - Minerais Metálicos												
1- estanho	-	1	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
Total %	-	100	100	1	-	-	1	-	-	-	-	-
2 - Minerais não Metálicos												
1- artigos de gesso	-	2	2	2	-	-	-	2	-	-	-	2
2- artefatos de cimento	-	1	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
3- artefatos de concreto	-	1	1	1	-	-	-	1	-	-	-	1
4- espelhos	-	1	1	1	-	-	-	1	-	-	-	1
5- exploração de pedreira	-	13	13	11	2	-	9	2	-	1	1	4
6- fossas de concreto séptica	-	1	1	1	-	-	-	1	-	-	-	1
7- forno para cal	-	10	10	10	-	-	8	-	-	2	-	2
8- giz	1	-	1	1	-	-	-	1	-	-	-	1
9- ladrilhos	6	3	9	9	-	-	3	3	2	1	-	6
10- louças de barro	-	1	1	1	-	-	-	-	1	-	-	1
11- manilhas de barro	1	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
12- marmorista e estatuária	-	1	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
13- moinho de granito	-	1	1	1	-	-	-	-	-	1	-	1
14- olarias	4	14	18	16	2	2	16	-	2	-	-	2
15- vidros	1	3	4	3	1	1	1	1	1	1	-	3
Total	13	52	65	60	5	3	40	12	6	6	1	25
%	20	80	100	92,30	7,69	4,61	61,53	18,46	9,23	9,23	1,53	38,46
3 - Metalúrgica												
1-balanças	-	1	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
2-fogões e fornos	1	-	1	1	-	-	-	1	-	-	-	1
3-fundições	1	3	4	3	1	1	2	1	1	-	-	2
4-funilarias	4	6	10	10	-	-	4	4	2	-	-	6
5-latas	-	2	2	2	-	-	-	1	-	-	1	2
6-máquinas para lavoura	1	-	1	1	-	-	-	1	-	-	-	1
7-metalúrgicas	-	2	2	1	1	-	1	1	-	-	-	1
8-pregos	2	1	3	1	2	-	-	2	1	-	-	3
Total	9	15	24	20	4	1	8	11	4	-	1	16
%	37,5	62,5	100	83,33	16,66	4,16	33,33	45,83	16,66	-	4,16	66,66
4 - Mecânica												
1 - engenho de serra	-	6	6	5	1	-	4	1	1	-	-	2
2 - estab. p/ descascar algodão	-	1	1	1	-	-	-	-	1	-	-	1
Total	-	7	7	6	1	-	4	1	2	-	-	3
%	-	100	100	85,71	14,28	-	57,14	14,28	28,57	-	-	42,85

Q U A D R O Nº 02

Tipos de estabelecimentos de indústrias licenciadas por Alvarás na P.M.C. de Curitiba - na década de 1930

Indústrias	1931-35	1936-40	Total	Não Cancelado	Cancelado	Canc. Familiar	Familiar	Soc.	Cia.	Ltda.	S.A	Não Familiar
5 - Material Elétrico												
1 - artigos de eletrecidade	-	1	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
2 - rádios	-	1	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
3 - relógios elétricos	-	1	1	1	-	-	-	-	-	1	-	1
Total	-	3	3	3	-	-	2	-	-	1	-	1
%	-	100	100	100	-	-	66,66	-	-	33,33	-	33,33
6 - Material de Transporte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7 - Madeira												
1 - artefatos de madeira	6	14	20	15	5	3	8	5	2	5	-	12
2 - barricas	5	18	23	20	3	2	21	1	1	-	-	2
3 - caixas e parquets	1	2	3	3	-	-	-	-	1	2	-	3
4 - carrinhos e carroças	1	1	2	1	1	1	2	-	-	-	-	-
5 - carroças	2	-	2	2	-	-	2	-	-	-	-	-
6 - carpintarias	20	25	45	33	12	3	28	11	6	-	-	17
7 - ceras para tamancos	-	1	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
8 - compensados	-	1	1	1	-	-	-	1	-	-	-	1
9 - empresas funerárias	1	1	2	1	1	-	1	-	-	1	-	1
10 - laminas de madeira	2	1	3	2	1	1	1	-	2	-	-	2
11 - molduras	1	-	1	-	1	1	1	-	-	-	-	-
12 - oficina benef. madeira	3	6	9	6	3	1	-	6	3	-	-	9
13 - palitos de cozinha	-	1	1	1	-	-	-	-	1	-	-	1
14 - picar lenha	4	5	9	9	-	-	8	-	1	-	-	1
15 - serrarias	1	2	3	2	1	-	-	1	2	-	-	3
16 - tacos	1	1	2	1	1	-	-	-	1	1	-	2
Total	48	79	127	98	29	12	73	25	20	9	-	54
%	37,79	62,20	100	77,16	22,83	9,44	57,48	19,68	15,74	7,08	-	42,51
8 - Mobiliário												
1 - cadeiras	-	1	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
2 - camas	-	1	1	1	-	-	-	-	-	1	-	1
3 - camas de ferro	1	1	2	2	-	-	2	-	-	-	-	-
4 - colchões	2	2	4	2	2	1	3	-	-	1	-	1
5 - entalhador	-	1	1	-	1	1	1	-	-	-	-	-
6 - móveis	16	29	45	42	3	2	27	13	4	1	-	18
7 - móveis de vime	3	2	5	2	3	2	3	1	1	-	-	2
Total	22	37	59	50	9	6	37	14	5	3	-	22
%	37,38	62,71	100	84,74	15,25	10,16	62,71	23,72	8,47	5,08	-	37,28
9 - Papel e Papelão												
1 - sacos de papel	1	3	4	3	1	1	3	1	-	-	-	1
Total %	25	75	100	75	25	25	75	25	-	-	-	25

Q U A D R O Nº 03

Tipos de estabelecimentos de indústrias licenciados por Alvarás na P.M.C. de Curitiba - na década de 1930

Indústrias	1931-35	1936-40	Total	Não Cancelado	Cancelado	Canc. Familiar	Familiar	Soc.	Cie.	Ltda.	S.A	Não Familiar
10 - Borracha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11 - Couro,Peles,Prod.Similares												
1-arreios	2	2	4	4	-	-	3	-	1	-	-	1
2-artigos de couro	1	1	2	2	-	-	1	-	1	-	-	1
3-bolsas e carteiras	1	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
4-selins	2	2	4	4	-	-	3	-	1	-	-	1
5-curtume ou cutilaria	-	3	3	3	-	-	3	-	-	-	-	-
6-malas	1	-	1	1	-	-	-	-	1	-	-	1
7-manual de calçados	-	1	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
8-peleteria	1	1	2	2	-	-	1	-	-	1	-	1
9-selarias	-	2	2	1	1	-	-	-	1	1	-	2
10-soiteiras	-	1	1	-	1	1	1	-	-	-	-	-
Total	8	13	21	19	2	1	14	-	5	2	-	7
%	38,09	61,90	100	90,47	9,52	4,76	66,66	-	23,80	9,52	-	33,33
12 - Química												
1-adubos	1	2	3	3	-	-	1	1	1	-	-	2
2-bakelit ou baquelite	-	1	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
3-beneficiar e enlatar soda	-	1	1	1	-	-	-	-	-	1	-	1
4-cera	1	3	4	4	-	-	2	2	-	-	-	2
5-cola	-	2	2	2	-	-	1	1	-	-	-	1
6-dióxido de cálcio	-	1	1	1	-	-	-	-	1	-	-	1
7-dissolvente	-	1	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
8-explosivos	2	-	2	2	-	-	2	-	-	-	-	-
9-fogos de artifícios	-	1	1	1	-	-	-	-	1	-	-	1
10-goma de laca	1	-	1	-	1	-	-	1	-	-	-	1
11-querosene	1	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
12-produtos químicos-soda	1	2	3	3	-	-	1	-	1	1	-	2
13-refinação de salitrão	-	1	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
14-tinta p/escrever em pó	-	6	6	6	-	-	2	2	1	1	-	4
15-vernizes	-	1	1	1	-	-	-	-	-	1	-	1
Total	7	22	29	28	1	-	13	7	5	4	-	16
%	24,13	75,86	100	96,55	3,44	-	44,82	24,13	17,24	13,79	-	55,17
13 - Produtos Farm.Veterinária												
1-drogaria e prod.farm.	1	-	1	1	-	-	-	-	-	1	-	1
2-preparados medicinais	-	1	1	-	1	1	1	-	-	-	-	-
Total	1	1	2	1	1	1	1	-	-	1	-	1
%	50	50	100	50	50	50	50	-	-	50	-	50

Q U A D R O Nº 04

Tipos de estabelecimentos de indústrias licenciados por Alvarás na P.M.C. de Curitiba - na década de 1930

Indústrias	1931-35	1936-40	Total	Não Cancelado	Cancelado	Canc. Familiar	Familiar	Soc.	Cia.	Ltda.	S.A.	Não Familiar
14 - Perfumaria,Sabões e Velas												
1- perfumes	-	1	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
2- pó de arroz	1	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
3- sabão	5	4	9	6	3	2	4	2	3	-	-	5
4- saponáceos	1	-	1	1	-	-	-	1	-	-	-	1
5- velas	1	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
Total	8	5	13	10	3	2	7	3	3	-	-	6
%	61,53	38,46	100	76,92	23,07	15,38	53,84	23,07	23,07	-	-	46,15
15 - Prod. Materiais Plásticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
16 - Têxtil												
1- estabelec. p/ descascar algodão	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1
2- tecidos	1	-	1	1	-	-	-	-	1	-	-	1
3- rudimentos fios para fitas	1	-	1	1	-	-	-	-	1	-	-	1
Total	2	1	3	3	-	-	-	-	2	-	1	3
%	66,66	33,33	100	100	-	-	-	-	66,66	-	33,33	100
17 - Vestuário,Calç.Art. de Tecidos												
1- alcochoados	4	2	6	3	3	3	4	-	1	-	-	1
2- alfaiatarias	31	53	84	62	22	19	69	13	2	-	-	15
3- bonés	2	1	3	3	-	-	3	-	-	-	-	-
4- calçados	1	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
5- chapéus	3	7	10	10	-	-	6	3	1	-	-	4
6- chinelos	2	3	5	4	1	1	5	-	-	-	-	-
7- corte costura e bordade	8	7	15	14	1	1	13	-	1	1	-	2
8- gravatas	-	2	2	1	1	1	2	-	-	-	-	-
9- roupas brancas e fazendas	1	3	4	3	1	1	3	-	1	-	-	1
10- tamancos	2	16	18	17	1	1	12	5	-	1	-	6
Total	54	94	148	118	30	27	119	21	6	2	-	29
%	36,48	63,51	100	79,72	20,27	18,24	80,40	14,18	4,05	1,35	-	19,59
18 - Produtos Alimentares												
1- banha	12	13	25	20	5	4	20	1	3	1	-	5
2- beneficiar erva mate	2	3	5	4	1	-	1	-	4	-	-	4
3- " feijão	-	1	1	1	-	-	-	-	1	-	-	1
4- " mostarda	-	1	1	1	-	-	-	-	1	-	-	1
5- biscoitos	1	1	2	2	-	-	2	-	-	-	-	-
6- confeitarias	6	9	15	12	3	2	11	3	-	1	-	4
7- caramelos	5	3	8	8	-	-	5	3	-	-	-	3
8- doces, empadas	6	14	20	20	-	-	16	3	-	-	1	4
9- fermento em pó	2	-	2	2	-	-	2	-	-	-	-	-

Q U A D R O Nº 05

Tipos de estabelecimentos de indústrias licenciadas por Alvarás na P.M.C. de Curitiba - na década 193#

Indústriais Cont:	1931-35	1936-40	total	Não Cancelado	Cancelado	Canc. Familiar	Familiar	Soc.	Cia.	Ltda	S.A	Não Familiar
18 - Produtos Alimentares												
10- gelo	1	1	2	2	-	-	1	-	-	1	-	1
11- linguiça	20	11	31	30	1	1	27	1	2	1	-	4
12- manteiga	2	1	3	3	-	-	2	-	1	-	-	1
13- massas alimentares	2	2	4	4	-	-	3	1	-	-	-	1
14- moer canela	-	1	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
15- moinho de açúcar	2	2	4	2	2	1	1	1	2	-	-	3
16- moinho de cereais	9	16	25	20	5	3	19	2	3	1	-	6
17- padaria	32	22	54	46	8	8	53	-	1	-	-	1
18- pastelaria	-	2	2	1	1	1	2	-	-	-	-	-
19- refineção de sal	-	1	1	1	-	-	-	-	-	1	-	1
20- salsicharia	2	5	7	6	1	-	2	3	1	1	-	5
21- sorveteria	5	20	25	22	3	3	20	4	1	-	-	5
22- Torrar amendoin	-	1	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
23- torrefação de café	15	10	25	25	-	-	13	9	3	-	-	12
Total	124	140	264	234	30	23	202	31	23	7	1	62
%	46,96	53,03	100	88,63	11,36	8,71	76,51	11,74	8,71	2,65	0,37	23,48
19 - Bebidas												
1- aguardente	1	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
2- bebidas	4	2	6	6	-	-	3	1	2	-	-	3
3- cerveja	2	-	2	2	-	-	-	1	1	-	-	2
4- gasosa	1	3	4	4	-	-	2	2	-	-	-	2
5- refresco	-	1	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
6- vinagre	1	4	5	5	-	-	4	-	1	-	-	1
7- vinho	3	18	21	20	1	1	17	4	-	-	-	4
Total	12	28	40	39	1	1	28	8	4	-	-	12
%	30	70	100	97,5	2,5	2,5	70	20	10	-	-	30
20 - Fumo												
1- Charutos	1	1	2	1	1	-	1	1	-	-	-	1
Total %	50	50	100	50	50	-	50	50	-	-	-	50
21 - Editorial Gráfico												
1- clichês	-	2	2	2	-	-	2	-	-	-	-	-
2- litografia	-	1	1	-	1	1	1	-	-	-	-	-
3- tipografia	2	5	7	6	1	-	4	2	1	-	-	3
Total	2	8	10	8	2	1	7	2	1	-	-	3
%	20	80	100	80	20	10	70	20	10	-	-	30

Q U A D R O Nº 06

Tipos de estabelecimentos industriais licenciados por Alvarás na P.M.C. de Curitiba - na década de 1930

Indústrias	1931-35	1936-40	Total	Não Cancelado	Cancelado	Canc. Familiar	Familiar	Soc.	Cia.	Ltda.	S.A.	Não Familiar
22 - Diversos												
1- atêlier, escultura	-	1	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
2- botões	-	1	1	1	-	-	-	-	1	-	-	1
3- brinquedos	1	4	5	4	1	1	3	1	1	-	-	2
4- carimbos	-	1	1	1	-	-	-	1	-	-	-	1
5- flores artifiniais	-	1	1	1	-	-	-	-	1	-	-	1
6- lixas	-	1	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
7- palhões	1	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
8- pastas	1	4	5	5	-	-	3	2	-	-	-	2
9- peneiras	1	-	1	-	1	-	-	-	1	-	-	1
10- picar palha	-	1	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
11- pianos	-	1	1	1	-	-	-	-	1	-	-	1
12- pincéis e escovas	1	2	3	2	1	1	3	-	-	-	-	-
13- vassouras e escovas	2	3	5	5	-	-	5	-	-	-	-	-
Total	7	20	27	24	3	2	18	4	5	-	-	9
%	25,92	74,07	100	88,88	11,11	7,40	66,66	14,81	18,51	-	-	33,33
23 - Oficinas												
1- arreios	7	2	9	8	1	1	9	-	-	-	-	-
2- artigos de pintura	-	3	3	3	-	-	-	2	1	-	-	3
3- bicicletas	3	2	5	4	1	1	4	-	1	-	-	1
4- carburadores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5- consertos de chapéus	9	10	19	18	1	1	18	-	-	1	-	1
6- consertos de calçados	69	56	125	110	15	14	119	4	2	-	-	6
7- consertos elétricos	-	2	2	2	-	-	1	1	-	-	-	1
8- eletro-mecânica	1	1	2	2	-	-	2	-	-	-	-	-
9- estofador	2	7	9	7	2	1	7	2	-	-	-	2
10- ferreiro e ferraria	20	33	53	45	8	7	46	6	1	-	-	7
11- funileiro	-	1	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
12- gravador	3	3	6	6	-	-	6	-	-	-	-	-
13- guarda-chuva	1	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
14- latoeiro	-	1	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
15- máquina de escrever	1	1	2	1	1	1	2	-	-	-	-	-
16- máquina registradora	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1
17- niquelação	1	1	2	1	1	1	2	-	-	-	-	-
18- oficinas mecânicas	24	29	53	41	12	-	40	8	4	1	-	13
19- ortopedia	2	-	2	1	1	1	2	-	-	-	-	-
20- ourives	5	10	15	14	1	1	14	1	-	-	-	1
21- pianos	1	1	2	1	1	-	1	1	-	-	-	1
22- pintura de estofamento	-	1	1	-	1	1	1	-	-	-	-	-
23- pintura de veículos	1	4	5	4	1	-	3	1	-	1	-	2

Q U A D R O Nº 07

Tipos de estabelecimentos de indústrias licenciadas por Alvarás na P.M.C. de Curitiba - na década 1930

Indústrias	1931-35	1936-40	Total	Não Cancelado	Cancelado	Canc. Familiar	Familiar	Soc.	Cia.	Ltda	S.A	Não Familiar
Cont: Oficinas												
24- prótese	1	3	4	3	1	1	2	1	-	1	-	2
25- rádios	1	2	3	2	1	-	1	1	-	-	1	2
26- relógios	1	2	3	3	-	-	3	-	-	-	-	-
27- reparos de automóveis	-	1	1	-	1	1	1	-	-	-	-	-
28- of. de automóveis	-	3	3	3	-	-	1	1	1	-	-	2
29- serralheiro	6	1	7	6	1	-	5	2	-	-	-	2
30- toldas e capas p/automóveis	1	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
31- torneiras	1	1	2	2	-	-	2	-	-	-	-	-
32- Vulcanização	2	3	5	4	1	-	2	2	1	-	-	3
Total	163	188	351	298	53	53	300	33	11	5	2	51
%	46,43	53,56	100	84,90	15,09	15,09	85,47	9,40	3,13	1,42	0,56	14,52
24 - Construção Cívil												
1- escrit. construção	-	3	3	3	-	-	1	1	-	-	1	2
2- escrit. eng. e arquitetura	3	26	29	22	7	7	26	2	-	1	-	3
3- escrit. eng. e construção	-	3	3	2	1	1	2	1	-	-	-	1
4- escrit. eng. empreiteiro-const.	-	3	3	3	-	-	1	2	-	-	-	2
5- empreiteiro serv. construção	5	5	10	7	3	1	5	4	1	-	-	5
Total	8	40	48	37	11	9	35	10	1	1	1	13
%	16,66	83,33	100	77,08	22,91	18,75	72,91	20,83	2,08	2,08	2,08	27,08